FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.033 TERÇA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2022 R$ 5,00

DIA NACIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA
UMA CAMPANHA EM DEFESA DO JORNALISMO PROFISSIONAL

Bolsonaro propõe zerar ICMS do diesel com pacote de até R$ 50 bi

Medida necessita de aval do Congresso a PEC e visa driblar alta de preços a quatro meses da eleição

O presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou que o governo federal pode repassar aos estados recursos para que eles zerem as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim deste ano, parte de um pacote de até R$ 50 bilhões para tentar reduzir o preço dos combustíveis.

A decisão ocorre a quatro meses das eleições, quando Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para membros de sua campanha, a escalada inflacionária nos postos é o maior obstáculo à reeleição.

O anúncio foi feito ontem em rara entrevista coletiva. Questionado, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o custo total da medida ficará entre R$ 25 bilhões e R$ 50 bilhões —fontes no governo apontam para o valor máximo. Não foram dados mais detalhes do impacto.

O Executivo precisará de aval do Congresso a uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que autorize excluir o pacote do teto de gastos, barreira para o aumento de despesas do governo. Antes, o Planalto aventara a decretação de calamidade pública para driblar o limite.

Guedes prevê usar receitas ainda não incluídas no Orçamento, como recursos vindos da privatização da Eletrobras. Por ora, a venda da estatal não tem data. Mercado A15

Governo trava R$ 8,7 bi do Orçamento e põe aumento a servidor em xeque A15

Jornalista e indigenista somem na Amazônia

O jornalista britânico Dom Phillips, colaborador do Guardian, e o indigenista Bruno Pereira, servidor em licença da Funai, desapareceram em viagem de trabalho ao Vale do Javari (AM). O último contato ocorreu domingo (5).

Bruno, que integra a Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari), já recebeu ameaças. A Polícia Federal investiga o caso desde ontem. Política A9

Veículos de imprensa reagem a ataques
Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas, vieram de Bolsonaro 147 das 430 agressões a profissionais da imprensa denunciadas em 2021. Política A10

Eduardo Knapp/Folhapress

CIDADE DE SÃO PAULO CONSTRUIU 1,2 MILHÃO DE APARTAMENTOS EM 60 ANOS

Elevado Presidente João Goulart, conhecido como Minhocão, na região central de São Paulo (foto); verticalização da capital paulista triplicou da década de 1960 à de 1970 (de 64,1 mil novas unidades para 193,1 mil) e se expandiu para zonas sul, leste e oeste, mas cidade ainda tem déficit de 369 mil domicílios Cotidiano B1

Furnas destrava processo para vender Eletrobras

Furnas realizou assembleia em que se liberou investimento de R$ 1,5 bilhão na Madeira Energia, controladora da usina de Santo Antônio. Esse aporte é necessário para a venda da estatal. Mercado A16

PT propõe revogar reformas em prévia de programa de Lula

A coordenação da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou a aliados uma prévia do plano de governo da chapa Lula-Alckmin em que é proposta a revogação da reforma trabalhista e do teto de gastos.

Por orientação de Lula para aumentar o arco de apoio eleitoral, o plano não cita a tributação de dividendos quando fala da taxação de renda e diz que a legislação trabalhista será discutida com empresários. Política A4

Cecilia Machado
A boa reforma trabalhista

Ao contrário do que argumenta quem quer revogá-la, a reforma de 2017 criou um ambiente de segurança jurídica, que desonera as empresas do custo de ações na Justiça e as permite contratar mais. Mercado A26

Governo incentiva garimpo ilegal, diz cardeal brasileiro

Novo cardeal do país, Leonardo Steiner lidera a Arquidiocese de Manaus desde 2020, defende indígenas e diz que o governo federal "perde o horizonte da ética nas relações" quando se alia ao garimpo. Cotidiano B3

Boris supera voto de desconfiança e fica no cargo

Após meses de fritura com a revelação do escândalo conhecido como "partygate", o premiê do Reino Unido, Boris Johnson, conseguiu vencer o voto de desconfiança que sua própria legenda, o Partido Conservador, convocou contra ele, e vai se manter no cargo de primeiro-ministro.

O resultado por ora traz alívio, mas Boris continua com a imagem desgastada pelas festas realizadas na sede do governo em meio à pandemia. Mundo A12

Homem morre na cracolândia após briga entre usuários, diz polícia

Cotidiano B2

EDITORIAIS A2

Aborto com clareza
Sobre posicionamento da sociedade quanto ao tema.

Reforma na prática
Acerca de empecilhos ao novo ensino médio em SP.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)* e Everton Fonseca *(tecnologia)*

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Aborto com clareza

Políticos deveriam liderar debate para prática ser vista pela ótica da saúde e dos direitos da gestante

Você já fez aborto ou conhece alguma mulher que tenha feito? Se sim, defende que você ou ela seja punida com detenção de 1 a 3 anos?

Para a antropóloga Debora Diniz, essa seria uma maneira alternativa de aferir a posição dos brasileiros diante do aborto. A pergunta, ao incorporar a consequência prática prevista em lei, levaria a uma resposta mais distanciada de visões morais preestabelecidas.

A hipótese faz sentido, mas é impossível saber de antemão quanto ela modificaria os resultados da pesquisa Datafolha que, sem citar a pena de prisão, questionou os entrevistados sobre o tratamento que a legislação dá ao aborto no Brasil.

Como se sabe, a prática é proibida por aqui, exceto se for o meio de salvar a vida da gestante, se a gravidez resultar de estupro ou em caso de feto anencefálico (por decisão do Supremo Tribunal Federal).

Os dados do instituto mostram que 39% defendem manter a lei como está e que 26% apoiam ampliar as situações nas quais o aborto seria permitido. Além disso, 32% afirmam que a interrupção da gravidez não deveria ser autorizada em nenhuma circunstância.

Se há alguma diferença digna de nota entre esse levantamento e o de dezembro de 2018, é o recuo na fatia dos que pedem ainda mais rigor penal: 41% diziam pensar dessa maneira há quase quatro anos.

Por outro lado, continua mínima, abaixo de 10%, a parcela dos que se manifestam a favor de permitir o aborto em qualquer situação.

A julgar por esses números, a ampla maioria dos brasileiros prefere olhar para o aborto como um problema criminal, não pela ótica da saúde pública e dos direitos da mulher. Esta **Folha**, há muito tempo, acompanha o grupo minoritário.

A despeito da proibição legal, centenas de milhares de abortamentos são cometidos todos os anos no país. Ocorrem em residências ou em clínicas clandestinas, onde a falta de estrutura e orientação adequada fere e mata sobretudo as mulheres de baixa renda.

Deveriam todas ficar de 1 a 3 anos em detenção? Ou deveriam ser assistidas por profissionais que garantissem a maior segurança diante dessa intervenção extrema nas primeiras semanas da gravidez?

Os países avançados optam pelo segundo caminho. Aos poucos, nações da América Latina se movimentam na mesma direção, como atestam os exemplos de Argentina, Colômbia e México. O Brasil, por sua vez, parou no tempo.

Este jornal já defendeu que se fizesse uma consulta pública antes de qualquer mudança em relação ao tema, decerto controvertido. Hoje está claro, entretanto, que cabe a líderes políticos, autoridades e estudiosos tomar as rédeas desse debate e, com coragem, ajudar a esclarecer a sociedade.

Reforma na prática

Difícil imaginar prioridade maior para o governo paulista que enfrentar gargalos do ensino médio

É consenso entre especialistas que o ensino médio, em especial na rede pública, concentra os maiores desafios da educação brasileira. Nessa etapa, as falhas de aprendizado dos anos anteriores se acumulam, resultando em altas taxas de evasão e rendimento pífio.

Com a implementação iniciada neste ano, o novo modelo para essa etapa da vida escolar traz esperanças de que esse quadro preocupante possa começar a ser revertido.

A reforma acertadamente aumenta a carga horária mínima de 800 para 1.000 horas anuais e dá maior flexibilidade ao ensino, buscando torná-lo mais atraente e próximo do dia a dia dos estudantes.

Para tanto, define nova organização curricular, constituída por uma parte comum, oferecida a todos, e pelos chamados itinerários formativos, a serem escolhidos dentre cinco áreas (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico).

A despeito de seus méritos no papel, contudo, na prática o ensino médio reformado vem conhecendo, ao menos no estado de São Paulo, um início claudicante.

Um estudo da Rede Escola Pública e Universidade mostrou que, no primeiro bimestre deste ano, nada menos que 22% das aulas dos itinerários formativos do segundo ano do ensino médio da rede estadual não tinham sido atribuídas a nenhum professor. Hoje, esse percentual é de 17%, segundo a Secretaria da Educação.

A falta de docentes vem sendo preenchida por aulas gravadas, recurso que, embora válido em situações específicas, pressupõe a participação de professores treinados para atuar nessa modalidade — o que não parece ser o caso.

Acrescenta-se a isso um leque ainda bastante restrito de opções para os alunos. De acordo com o estudo, 37% das escolas paulistas passaram a oferecer neste ano apenas dois itinerários, o mínimo exigido pela lei. Esse percentual chega a 50% quando se consideram as cidades que possuem apenas uma escola pública com ensino médio.

Preocupa ainda que, além de limitada, a oferta dos itinerários venha sendo desigualmente distribuída, já que tende a aumentar com a renda familiar dos alunos.

A administração ao menos reconhece o problema e afirma que busca eliminar o déficit de professores e ampliar as opções curriculares. É o que se espera. Difícil imaginar prioridade maior para um governo estadual do que enfrentar os gargalos dessa etapa da educação.

Benett

O sorriso da fortuna

Hélio Schwartsman

Týche é a divindade grega que representa a fortuna, o acaso. Não há nada que assuste mais humanos do que o acaso. Embora ele seja uma força decisiva em nosso Universo, que teria até mesmo surgido a partir de flutuações quânticas aleatórias, nós nos esforçamos para negá-lo, obstinando-nos em ações fúteis, inventando deuses e repetindo mantras absurdos como "nada acontece por acaso".

Há uma explicação evolutiva para isso. Apesar de o acaso ser importante, ele não é tudo. Se você se render ao fatalismo e nem tentar sair de uma situação difícil, aí é que não sairá mesmo. Como a natureza valoriza mais a sobrevivência do que a elegância de não pagar micos, ela nos calibrou para negligenciar o acaso e superestimar nossa agência.

E, se há uma seara na qual ele é com frequência ignorado, é a política. Tendemos a vê-la, não sem uma ponta de razão, como o palco mesmo da agência humana. Mas há um problema de "timing". Para um país prosperar, precisa adotar políticas econômicas sensatas. Os resultados, contudo, costumam demorar mais do que os quatro anos de um mandato. Assim, com frequência o que vemos é um governante colhendo os frutos das políticas de seu antecessor e plantando o desempenho do sucessor. Isso, é claro, se caprichos do acaso, que podem assumir a forma de pandemias, guerras, catástrofes naturais etc., não subverterem tudo.

Jair Bolsonaro tenta desesperadamente medidas para reduzir alguns preços-chave da economia, notadamente os dos combustíveis. Até pode ter sucesso numa ou noutra manobra, mas é pouco provável que reverta o mal-estar generalizado provocado pela inflação, que é robusta, difusa e eleitoralmente tóxica.

Democracias têm um forte viés situacionista, mas isso não chega a ser um problema, porque o acaso sempre traz uma crise econômica que providencia a alternância no poder. Týche nos sorriu, porque a nossa veio em quatro, não em oito anos.

helio@uol.com.br

O capital e seus capatazes

Cristina Serra

Veio a público um vídeo em que o diretor-presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior, enaltece o Exército brasileiro. Na gravação, o executivo afirma que se orgulha do período no serviço militar, em que se apresentava como "soldado 939 Lazari". Diz ainda ter aprendido no Exército que "missão dada é missão cumprida" (o infame bordão popularizado pelo filme "Tropa de Elite") e anuncia que "o soldado Lazari continua de prontidão".

A assessoria do banco apressou-se em dizer que a gravação foi feita há dois meses e em caráter pessoal. O ex-comandante de Lazari pedira a ele um vídeo motivacional para os recrutas. O que ninguém explicou até agora é o uso da logomarca do Bradesco do começo ao fim do vídeo, dando à peça um caráter institucional.

O texto também faz referência ao banco, "um dos maiores do mundo", "com 90 mil funcionários". Se a marca e o nome do banco são usados significa que a instituição concorda com o vídeo? Seu principal executivo pode usar o nome do banco em peça elogiosa ao Exército?

Lazari não nasceu ontem. Tem longeva carreira no Bradesco e é um dos dirigentes da Federação Brasileira de Bancos, que dispensa apresentações. Em tal posição, suas palavras e o contexto em que as pronuncia têm que ser medidos. Por acaso o executivo é um lunático, que ignora os ataques golpistas de Bolsonaro e seus generais às eleições? Avaliou que suas palavras não teriam impacto? Ou não se importou com isso? Imprudência ou incompetência?

Lazari pode alegar qualquer coisa, menos ingenuidade. Todas as hipóteses são péssimas. Por certo, muitos clientes do banco gostariam de receber uma explicação que não ofenda a inteligência deles.

Não pode passar sem registro a coincidência (?) com a aprovação de um projeto de Bolsonaro, na Câmara, que permite aos bancos tomar o único imóvel de uma família se este for dado como garantia de um empréstimo e o cliente não conseguir pagar a dívida. O Senado ainda pode evitar essa crueldade.

A fauna da mamata

Alvaro Costa e Silva

O Datafolha apontou a ligação estreita entre economia e eleição. Os brasileiros esqueceram o kit gay e estão consultando o bolso antes de decidir o voto. A situação vale tanto para quem sofre com o desemprego e a carestia, maioria da população, quanto para os privilegiados que vivem na aba do governo.

Menos que largar mão de um projeto de poder autoritário e condenado ao fracasso, Bolsonaro ressente-se da possibilidade de curtir sua preguiça — esticar feriados, enforcar segundas, trabalhar três horas por dia e passar noites em claro conferindo as redes do ódio — longe do cartão corporativo, cujos gastos somam mais de R$ 21 milhões. Adeus, vida boa.

Aqueles que o sustentam e o manipulam — em troca aturam humilhações públicas — podem perder as mordomias. Sob Bolsonaro, os militares, ativos e inativos, escaparam do aperto salarial aplicado ao funcionalismo. Mais de 6.000 fardados ocupam cargos civis, alguns acumulando salários e aposentadorias. Generais que fazem a cabeça do capitão recebem até R$ 100 mil em um único mês.

Na lista vip de favorecidos, estão parlamentares que refocilam na lama do orçamento secreto; milicos de pijama que fazem lobby para mineradoras; empresários que bancam o desmatamento; garimpeiros que movimentaram R$ 200 milhões em dois anos; médicos que arranjam boquinhas em órgãos brasileiros nos EUA; cantores preferidos da PM mineira; advogados que não sabem onde fica o Fórum e compram mansões.

A fauna da mamata se renova velozmente. Agora surgiu em cena o Queiroguinha, filho do ministro da Saúde, que aproveita eventos oficiais para alavancar sua candidatura a deputado. E o que dizer dos militantes bolsonaristas que, impulsionando a circulação de notícias falsas e teses conspiratórias sobre o processo eleitoral, faturam R$ 1 milhão com a reprodução de vídeos no YouTube? Para estes, a economia vai muito bem, obrigado.

Economia criadora

Preto Zezé

Presidente Nacional da Cufa, escritor e membro da Frente Nacional Antirracista

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), através do seu novo presidente, Josué Gomes da Silva, está se reposicionando no seu papel de entidade de classe do setor industrial mais rico do país e na sua postura diante dos desafios sociais. Está mergulhando num novo cenário de protagonismo em que aposta no diálogo com academia, sociedade, lideranças e setores organizados da população.

Como passo inicial desse processo, o presidente convidou para pilotar o Conselho Superior de Economia Criativa da entidade o apresentador e comunicador Luciano Huck.

Huck mobilizou atores das mais diferentes áreas, como artes visuais, moda e gastronomia, movimentos de favela, dramaturgia, startups. São setores que dialogam com uma agenda pública para as cidades através dos impactos que a economia criativa gera.

Existem várias interpretações sobre o que seja economia criativa. Vou ficar com a da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que a define como "um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento com uma dimensão de desenvolvimento e ligações transversais a níveis macro e micro à economia global".

Nomes de especialistas compõem o conselho dando legitimidade e força. A potência está na sua diversidade, no diálogo entre várias linguagens. Na presidência, o apresentador Luciano Huck. Como vice-presidentes: Elizabeth Machado (MAM) e Paulo Hartung (ex-governador do Espírito Santo). Outros membros são Preto Zezé (Cufa), Adriana Barbosa (Freira Preta), Alan Adler (IMM Esporte e Entretenimento), Alexandre Birman (Arezzo), Alê Youssef (Studio SP e ex-secretário de Cultura de São Paulo), Antonio Fagundes (ator), Elisabetta Maria Simona Zenatti (Netflix), Fabio Coelho (Google), Fernanda Feitosa (SPArt), Konrad Dantas (Kondzilla Records e Kondzilla Filmes), Laís Bodanzky (diretora, produtora e roteirista), apenas para citar alguns.

O foco é produzir uma agenda que gere impacto social, que condense conhecimento, dados e inteligências para influenciar a gestão pública e a iniciativa privada, que busque respostas para perguntas como: qual o tamanho da economia criativa? O que mudou nesse setor durante e depois da pandemia? Que dados existem ou que ainda faltam sobre essa área?

Nesse reposicionamento, a Fiesp assume um papel importante, através desse conselho, sinalizando para uma gestão em sintonia com as demandas existentes na sociedade e com as inovações, com poder de mobilizar e convocar as melhores mentes e protagonistas das agendas da economia criativa brasileira.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Na contramão do genocídio indígena

Ao adiar marco temporal, Supremo põe emergência em compasso de espera

Manuela Carneiro da Cunha, Inês Virgínia P. Soares e Julio José Araujo Junior
Antropóloga
Desembargadora federal
Procurador da República

O mês de junho começou com uma desanimadora notícia para os povos indígenas: a de que o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ação sobre o marco temporal foi retirado da pauta.

O chamado marco temporal cria a exigência da presença indígena em seus territórios em 5 de outubro de 1988 como condição para o reconhecimento de seus direitos, critério que ignora um histórico de expulsões e inferiorização desses grupos e afronta a Constituição.

A notícia chega após um abril indígena que havia começado de luto pelo falecimento de Dalmo Dallari, jurista que inspirou a inserção de dois artigos que garantem os direitos indígenas na Constituição de 1988 (art. 231 e 232), mas terminado com ares de esperança, pela publicação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da resolução 454, que estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas. Ao reafirmar as linhas constitucionais na matéria, o CNJ indica a necessidade de sua aplicação pelo Judiciário brasileiro e, ao mesmo tempo, fornece aos indígenas subsídios para as batalhas judiciais.

Construída com importante participação indígena por um grupo de trabalho interdisciplinar nomeado pelo presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, a resolução traz a orientação de que os julgamentos devem adotar uma perspectiva interétnica e intercultural, com o reconhecimento e a adequação às especificidades socioculturais dos povos indígenas e com decisões amparadas na antropologia, sempre que necessário. A norma aponta as características singulares da territorialidade indígena, reafirmando os direitos de posse e usufruto exclusivo, que são reconhecidos aos indígenas de forma independente de qualquer conclusão de procedimento demarcatório. A demarcação é dever do Estado e oferece segurança jurídica, mas esses direitos nascem antes dela.

A resolução afasta a visão tutelar e o papel paternalista de qualquer órgão —sobretudo da Funai, além de sublinhar o protagonismo dos povos indígenas e sua necessária representação autônoma em juízo. Outro ponto importante é o respeito à autoidentificação desses povos, que possuem autoridade para identificar seus membros, deslegitimando a pretensão do Estado de decidir quem deve ou não ser assim considerado.

Decisões judiciais podem prevenir que violações se perpetuem ou se repitam. Por isso, a edição da resolução 454 pelo CNJ assume relevância no atual momento, marcado pela paralisação das demarcações, pelo aumento da invasão, destruição e violência contra diversos povos indígenas e pela erosão das instituições de Estado responsáveis pela implementação de políticas públicas.

> [...]
> [A resolução 454] aponta as características singulares da territorialidade indígena, reafirmando os direitos de posse e usufruto exclusivo, que são reconhecidos aos indígenas de forma independente de qualquer conclusão de procedimento demarcatório

Está em curso a revitalização do discurso e de práticas autoritárias. O "ilegalismo autoritário" —termo cunhado pelo colunista da **Folha** Conrado Hübner Mendes para situações e atos de aparente legalidade, mas que contrariam a Constituição e desrespeitam as formalidades— tem encontrado um porto seguro em órgãos que materializam a violência institucional sob a forma de portarias, decretos e pareceres, num esvaziamento da política indigenista.

Numa tentativa de atenuar o cenário veloz de degradação institucional, o Judiciário tem sido uma trincheira importante. O posicionamento do STF na ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) 709, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, é um bom exemplo. Essa ADPF respondeu às demandas de proteção das terras indígenas de invasões durante o momento mais crítico da Covid-19 e tem ajudado a frear iniciativas que afrontam a essência dos direitos dos povos indígenas.

Em 2013, Dalmo Dallari destacava a necessidade de "trabalhar agora pela efetividade das normas constitucionais. Ainda restam injustiças, discriminações, violências". O agora de ontem é a emergência de hoje. Com a retirada do marco temporal da pauta de julgamento, o STF adia a possibilidade de rechaçar essa regra inconstitucional e de reforçar os preceitos veiculados na resolução 454 do CNJ. A emergência entra em compasso de espera, no aguardo de que o Judiciário reafirme sua postura como um Poder que está efetivamente na contramão do genocídio.

* Os autores deste artigo participam do grupo de trabalho de acesso de povos e pessoas indígenas à Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

Caça ao aprendiz

Alterações podem reduzir vagas num país com milhões de desempregados

Arnaldo Niskier
Doutor em educação, é professor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL); presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro (CIEE/RJ)

A iniciativa foi do apagado Ministério do Trabalho. No dia 4 de maio foram editadas duas medidas que podem prejudicar 1 milhão de jovens aprendizes brasileiros —algo inacreditável, mesmo que se considere o seu caráter eleitoreiro. A medida provisória 1.116 e o decreto 11.061 (com 75 artigos) podem ser anulados, pois ferem direitos consolidados, o que é inconstitucional.

Isso caracteriza nitidamente a vontade de promover uma caça ao aprendiz, mexendo numa área que vem funcionando bem, o que deixa entidades como o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) bastante preocupadas. Essas alterações legais podem reduzir vagas de aprendizagem, um verdadeiro absurdo.

Num país com milhões de desempregados e desalentados, como assinalou o superintendente do CIEE/SP, Marcelo Gallo, não se pode conceber esse tipo de decisão. Outro dia, no centro da cidade de São Paulo, milhares de jovens se reuniram em busca de uma oportunidade de trabalho. Em muitos casos, seria o primeiro emprego.

Estamos diante de um processo de precarização do trabalho. O aprendiz agora poderia ter 29 anos (antes eram 24). Vamos acompanhar a discussão em curso no Congresso Nacional. Essa medida só vai tumultuar um detalhe importante do nosso esquema de desenvolvimento.

Se focalizarmos o ensino técnico, como faz a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), conclui-se que o número de matrículas está estagnado no patamar de 1,8 milhão de estudantes desde 2015 —um grande problema. O MEC não sabe resolver a questão, que não se resume a flexibilizar a oferta de cursos técnicos por universidades privadas. Só isso não basta. Reduzir os recursos para a educação, é claro, não representa a solução.

> [...]
> Entidades ligadas à aprendizagem de jovens estão mobilizando parlamentares para suprimir da MP os artigos prejudiciais ao programa. Na prática, a pretexto de aumentar a contratação, o que vai acontecer é a redução da cota, enquanto se pode inferir que contar vulneráveis em dobro é uma prática discriminatória e inconstitucional

O absurdo é que tramita no Congresso o Estatuto do Aprendiz, que, em muito, inclui dados referentes a essa nova investida do Ministério do Trabalho; aliás a quarta da série.

Cita a ampliação de vagas, mas bloqueia as mesmas com a prioridade de, na conclusão das atividades, o aprendiz ter assegurado mais um período denominado aditivo contratual.

Essa é a pretensa flexibilização de regras para o cumprimento das cotas de aprendizes. Jovens vulneráveis passarão a contar em dobro, e os contratos terão prazo de até quatro anos (o atual é de dois anos).

Entidades ligadas à aprendizagem de jovens estão mobilizando parlamentares para suprimir da MP os artigos prejudiciais ao programa. Na prática, a pretexto de aumentar a contratação, o que vai acontecer é a redução da cota, enquanto se pode inferir que contar vulneráveis em dobro é uma prática discriminatória e inconstitucional.

Procura-se reduzir cotas, mas o que vai acontecer é a extinção do benemérito programa. É isso o que ocorrerá se prevalecer essa absurda medida provisória. Agora, o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP) se prepara para "limpar" da MP todas as decisões que contrariam os seus anteriores e nobres objetivos. O desvirtuamento do programa Jovem Aprendiz é o que quer o governo federal?

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Gravação de cena da novela "Pantanal", da TV Globo João Miguel Júnior/TV Globo

Novela tradicional

Será que o sucesso que vem tendo a novela "Pantanal" junto ao público jovem não se deve a ser ela uma novela mais tradicional? Com uma trama clara e personagens atraentes: homens másculos e mulheres femininas? Sem proselitismo identitário e com uma narrativa consistente?
Cláudia Carvalho (São Paulo, SP)

Bolsonaro e o TSE

"Bolsonaro promete inflar Esplanada com mais três ministérios caso reeleito" (Política, 6/6). Disse Bolsonaro: "...espero que não ganhe as eleições quem tem amigo para contar o voto dentro do TSE". Frente a provocação assim desrespeitosa e, como sempre, sem nenhuma base fática, o STF deveria exigir explicações. Esses ataques à democracia precisam ser contidos, dado seu alto poder disruptivo da ordem pública quando das eleições.
Clarilton Ribas, professor aposentado de sociologia da UFSC (Florianópolis, SC)

Programa do PT

"PT defende revogar reformas em prévia de programa de governo de Lula" (Política, 6/6). Em resumo, estamos sem alternativa. Triste Brasil.
Zilda Bastos Mello (Salvador, BA)

*

"Documento a ser debatido com aliados destaca atuação do partido no combate à corrupção". Isso é piada? Mercadante coordenando projeto econômico só pode ser gozação.
Peter Janos Wechsler (São Paulo, SP)

*

Não captei quais seriam os "temas controversos" driblados. A autora desenvolveu um quase nada sobre esse assunto, mas a manchete faz questão de diminuir o principal para focar uma questão lateral e que não é especificada em momento nenhum.
Luiz Otávio Cruz Teixeira (São Paulo, SP)

*

Entre quem acredita que a Terra é plana e quem acredita que Lula é honesto, acho o terraplanista mais sensato, bem mais.
Roger Z. Moire (São Paulo, SP)

*

Em um país tão desigual como o Brasil, o discurso assistencialista e protecionista dos partidos ditos de esquerda soa melhor aos ouvidos do eleitor. Só nos resta torcer para que metade disso que foi prometido seja verdade.
Geraldo Filho (Campinas, SP)

*

Espero que, com Geraldo Alckmin fazendo parte do governo, as privatizações finalmente venham. Sim, pois quem acredita que o parasita corporativista Bolsonaro é liberal vive no mundo da Lua.
César Sanchez (São Paulo, SP)

*

Vou votar em Ciro Gomes no primeiro turno, mas espero verdadeiramente que, se Lula ganhar, ao menos revogue essas aberrações que são o teto de gastos e essa maldita reforma trabalhista do Temer (o vice do PT). Estou esperando, mas desconfiando; afinal, com Alckmin a tiracolo não sei nem se isso vai rolar.
Gabriela Loureiro de Bonis Simões (Rio de Janeiro, RJ)

*

Espero que Lula tire Bolsonaro, não reestabeleça o esquema asqueroso do PT com as construtoras e lute pelo fim das ditaduras (que ele tanto defende) na América Latina.
Rodrigo Negrão (São Paulo, SP)

Esquerda x direita

"Datafolha: Lula tem 23% dos seus eleitores de direita, e Bolsonaro, 29% de esquerda" (Política, 6/6). Em 2018, infelizmente, votei em Bolsonaro. Hoje voto em Lula. Minha avaliação do atual governo é "péssimo". Prefiro Lula de volta a mais quatro anos de Bolsonaro.
André Artur Garcia Feitosa (Ribeirão Preto, SP)

Influenciadores

Ruy Castro citou que o Brasil tem 500 mil influenciadores. Tenho certeza de que não sou um deles, pois sou um (des)influenciador de mim mesmo. Já tentei me influenciar a parar de tomar café com açúcar, comer carne vermelha, ler o mesmo livro duas ou mais vezes e, o principal atualmente, deixar de ser assinante da **Folha** —após mais de 25 anos. Mas aí lembro de Ruy Castro, Janio de Freitas, Tati Bernardi, Antonio Prata, Juca Kfouri, Tostão, Thiago Amparo e Gregório Duvivier —apesar de Magnoli e Hélio Beltrão.
Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

Aborto

"Cai parcela dos que querem proibir aborto em qualquer situação" (Saúde, 4/6). O que o Brasil precisa entender é que o nosso sistema de saúde não está preparado para atender o aumento de casos que virá com a descriminalização. O mais racional é investir em prevenção e, principalmente, em educação nas escolas para evitar que o sexo seja inconsequente.
Antonia de Fátima Parente de Araújo, médica (São Paulo, SP)

Anitta e Rouanet

"Anitta diz que nunca usou Lei Rouanet e revela origem de sua tatuagem no ânus" (Ilustrada, 6/6). Anitta denuncia que já recebeu oferta de desvio de verbas. Ministério Público, por favor, providências!
Ary Oliveira (Guaratinguetá, SP)

*

Por ela agir assim com os corruptos e os corruptores, ganhou o meu respeito! Se o exemplo não começar por cada um de nós, a cultura de se apropriar do dinheiro do povo (ou não) nunca vai cessar.
Celso Garcia (São Paulo, SP)

*

E a tatuagem da Anitta deixa o bolsonarismo em desespero. Uma tatuagem fez mais pelo país do que o genocida do Planalto.
Valdeci Gomes (Guarabira, PB)

Tribunal

Para o leitor Renato Khair (Painel do Leitor, 6/6), o presidente é um monstro que está promovendo no Brasil o holocausto 2.0, bem como conflitos étnicos a exemplo dos que ocorreram na Bósnia e ainda ocorrem na África negra. Ele transformou a Amazônia num novo Saara, o corona é exclusividade do Brasil e foi criado pelo presidente e homossexuais são levados para uma espécie de Gulag, como na URSS. Só quem pensa assim para defender a instalação por aqui de um tribunal nos moldes do de Nuremberg.
Geraldo Silva (Belo Horizonte, MG)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Supera

Argumento central nas eleições de 2018, o "golpe de 2016", como o PT chama o impeachment de Dilma Rousseff, desapareceu da prévia do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Há quatro anos, o termo ou suas variações apareceram 32 vezes no plano de Fernando Haddad. Nas diretrizes de 2022, a palavra não é citada nenhuma vez em 18 páginas. Lula fechou aliança com Geraldo Alckmin (PSB), que defendeu a cassação, e tem feito acenos ao MDB, maior beneficiário dela.

CASCA... Marcado pela moderação, o documento de Lula deixou de fora dois temas de potencial explosivo, que chegaram a ser discutidos pelo PT. Um, como mostrou o Painel, era retomar a ideia de uma Constituinte, que apareceu em 2018, mas foi abandonada na época após pressão.

...DE BANANA A outra ideia era revogar o artigo 142 da Constituição, frequentemente invocado por bolsonaristas para justificar uma intervenção das Forças Armadas na política. Prevaleceu, no entanto, a visão de que o PT estaria exposto a críticas de radicalismo caso levasse adiante os dois temas, e que seria mais sensato excluí-los do documento.

DEIXA ESTAR O plano de Lula promete revogar o teto de gastos e a reforma trabalhista, mas ignorou outra mudança liberal implementada nos últimos anos, a independência do Banco Central. "Não está no nosso radar rediscutir o tema", diz o economista Guilherme Mello, ligado ao PT.

MASCATE Já a abertura comercial recebe breve menção no documento. Segundo Mello, foram priorizados temas que afetam diretamente a vida das pessoas, como inflação e pobreza. "Lula foi um caixeiro-viajante em seu governo, o presidente que mais viajou buscando espaços comerciais. Vai haver uma estratégia muito forte de retomada da participação do Brasil no mundo", diz.

PAZ Divididos em diversos estados, PT e PSB sacramentaram no domingo (5) união no Maranhão. Os petistas indicaram o ex-secretário da Educação Felipe Camarão como vice na chapa do governador Carlos Brandão (PSB), que deve disputar a reeleição.

LUZES O deputado federal Kim Kataguiri e o ex-estadual Arthur do Val, da União Brasil, são as estrelas de um documentário que o MBL lança sobre o desenvolvimento do estado de SP. Com o título de "São Paulo Brasil", aborda a Semana de Arte Moderna de 22, o boom industrial e a Revolução de 32.

TERRA NOSTRA As histórias das famílias de Kataguiri e Do Val são o fio condutor da produção, que terá pré-estreia em 9/7. Ambos começaram o ano envolvidos em polêmicas, com Do Val sendo cassado pela divulgação de áudios sexistas.

TRAVA-LÍNGUA A frase "Sem pandemia, sem corrupção e com Deus no coração, seremos uma grande nação", dita por Jair Bolsonaro em inserções de TV do PL, tem sido criticada por alguns aliados. Eles reclamam de ser muito longa, de difícil absorção, e da presença de palavras negativas como "pandemia" e "corrupção".

ABAFA Na avaliação de um deles, não há motivo para relembrar a pandemia, que pode aumentar a rejeição de Bolsonaro no eleitorado feminino, por exemplo. A campanha do presidente vive um racha na comunicação entre aliados do centrão e o vereador Carlos Bolsonaro, responsável pelas redes sociais do pai.

TÔ AQUI José Aníbal decidiu apresentar formalmente seu nome ao PSDB para disputar o Senado de SP. Ele é atualmente suplente de José Serra, que está encerrando o mandato e não buscará a reeleição. O partido, porém, tende a oferecer a vaga para alguma legenda coligada.

PAPEL PASSADO Pré-candidato do Novo ao governo de SP, Vinicius Poit registrou em cartório o compromisso de não usar o fundo eleitoral a que teria direito. Ele deve cobrar seus adversários a fazer o mesmo em anúncio nesta terça (7).

MINA 1 A juíza Marcia Oshiro rejeitou denúncia contra Marcus Vinicius Vannucchi, ex-corregedor da Secretaria da Fazenda do Estado de SP, por lavagem, corrupção e organização criminosa. Ele foi preso em 2019 sob suspeita de cobrar propina de fiscais investigados na secretaria.

MINA 2 Na casa de sua ex-mulher foram encontrados US$ 180 mil e € 1.300 em um "bunker". Para a juíza, o Ministério Público não conseguiu mostrar a origem ilícita do dinheiro.

VISITA À FOLHA 1 O deputado federal André Janones (MG), pré-candidato à Presidência pelo Avante, esteve no jornal nesta segunda-feira (6). Acompanhavam-no Guilherme Ítalo Costa Queiroz, coordenador da campanha, e Pedro Blank, assessor de imprensa.

VISITA À FOLHA 2 Emmanuel Colombié, diretor do escritório da Repórteres Sem Fronteiras na América Latina, esteve no jornal nesta segunda-feira (6). Acompanhava-o André Marsiglia, consultor jurídico.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.872 exemplares (abril de 2022)

PT defende rever reformas e tenta driblar polêmicas em prévia de plano de Lula

Documento a ser debatido com aliados destaca atuação do partido no combate à corrupção e foge de controvérsias para ampliar apoio

Catia Seabra

SÃO PAULO A coordenação da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou nesta segunda-feira (6) aos partidos aliados as diretrizes para a elaboração do plano de governo da chapa Lula-Alckmin.

Com 90 parágrafos, o documento define os governos petistas como inovadores no combate à corrupção, reforça o papel do Estado na economia, enaltece o Bolsa Família e propõe a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista implementada pelo ex-presidente Michel Temer, além da revisão do regime fiscal.

O texto defende ainda o fortalecimento dos sindicatos sem a volta do imposto sindical, a construção de um novo sistema de negociação coletiva e uma "especial atenção aos trabalhadores informais e de aplicativos".

"O trabalho estará no centro de nosso projeto de desenvolvimento. Defendemos a revogação da reforma trabalhista feita no governo Temer e a construção de uma nova legislação trabalhista, a partir da negociação tripartite", afirma o documento prévio do programa de Lula.

Seguindo orientação de Lula, essa minuta de programa contorna temas controversos, em uma tentativa de ampliação de arco de apoio para a disputa eleitoral. Busca também contemplar os partidos que integram a aliança em apoio à chapa Lula-Alckmin.

Ao falar em reforma tributária e taxação de renda, não cita, explicitamente, a tributação de distribuição de dividendos. Embora proponha a revogação da reforma trabalhista, afirma que essa será fruto de uma negociação com empresários. Outro aceno é assumir o compromisso de crescimento com estabilidade.

Elaborado sob a coordenação do ex-ministro Aloizio Mercadante, o documento defende o papel do Estado como indutor do fortalecimento econômico, prega o uso dos bancos públicos como instrumento de desenvolvimento e manifesta oposição à privatização da Eletrobras e dos Correios.

"A Petrobras será colocada de novo a serviço do povo brasileiro e não dos grandes acionistas estrangeiros, ampliando nossa capacidade de produzir os derivados de petróleo necessários para o povo brasileiro, expandindo a oferta de gás natural e a integração com a petroquímica, fertilizantes e biocombustíveis", diz o texto, acrescentando que "o pré-sal será novamente um passaporte para o futuro".

No último parágrafo, o documento sinaliza com a proposta de regulação da mídia. Sem aprofundar, o texto afirma que "a liberdade de expressão não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição, que até hoje não foram regulamentados".

"Paralelamente, é dever do Estado universalizar o acesso à internet e atuar junto às plataformas digitais no sentido de efetivar a neutralidade, garantir proteção de dados e coibir a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio", conclui.

Não é a primeira vez que o tema entra na agenda petista. Em fevereiro, o próprio Lula defendeu a regulamentação da mídia digital como forma de combate a fake news. Sob sua gestão, a Secretaria de Comunicação Social do governo chegou a apresentar um projeto de marco regulatório da comunicação eletrônica, engavetado no governo Dilma.

Coordenador da equipe de programa de governo, Mercadante afirma haver uma preocupação legítima para que ele não engesse o debate e permita ampliações. No mês passado, após apresentar aos presidentes de partidos um esboço desse documento, Mercadante ouviu ponderações para que não trouxesse pautas polêmicas ao debate.

A própria presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann, recomendou que fosse enxuto. Após adaptações, Mercadante afirma que o texto foi concebido para que "se apresente com algumas ideias-força e propostas de impacto".

"É este o desafio. Mas o programa que vale é o que vai para o discurso do candidato, para as ruas e para os programas de TV", diz ele.

Esse esqueleto do programa de governo de Lula será aberto, a partir desta semana, a contribuições em uma plataforma digital. A orientação é para que esse plano de governo seja sintético, com cerca de 60 páginas.

Essas diretrizes, que antes serão debatidos com partidos aliados, propõem a urgente ampliação e renovação do Bolsa Família, como garantia de "renda compatível com as atuais necessidades da população". No governo Jair Bolsonaro, o programa passou a se chamar Auxílio Brasil.

Defende ainda "uma reforma tributária solidária, justa e sustentável, que simplifique tributos e distribua renda".

"Essa reforma será construída na perspectiva do desenvolvimento, "simplificando" e reduzindo a tributação do consumo, corrigindo a injustiça tributária ao elevar a taxação de renda sobre os muito ricos, preservando o financiamento do Estado de bem-estar social", diz o documento.

Ao falar sobre o papel das Forças Armadas, o documento afirma que é preciso "superar o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas".

"Cumprindo estritamente o que está definido pela Constituição, as Forças Armadas atuarão na defesa do território nacional, do espaço aéreo e do mar territorial. A partir de diretrizes dos Poderes da República, colaborarão na cooperação com organismos multilaterais e na modernização do complexo industrial e tecnológico e defesa", diz o documento, propondo diálogo.

No momento em que o presidente Bolsonaro lança dúvidas sobre o processo eleitoral, o texto ressalta como inarredável o compromisso de respeito ao resultado das urnas.

Em outra vacina contra ataques de bolsonaristas, o documento diz que "os governos do PT e partidos aliados instituíram, de forma inédita no Brasil, uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de promoção da transparência e da integridade pública".

Cita como exemplo a criação da Controladoria-Geral da União e fortalecimento da Polícia Federal, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e a Receita Federal.

Sem menção direta à Operação Lava Jato, que levou à prisão do ex-presidente, o programa do petista promete "assegurar que os instrumentos de combate à corrupção sejam restabelecidos, respeitando o devido processo legal, de modo a impedir a violação dos direitos e garantias fundamentais e a manipulação política".

"Faremos com que o combate à corrupção se destine àquilo que deve ser: instrumento de controle das políticas públicas para que os serviços e recursos públicos cheguem aonde precisam chegar."

Também sem detalhamento, as reformas política e do Estado estão entre as propostas. "Vamos recolocar os pobres e os trabalhadores no orçamento. Para isso, é preciso revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal brasileiro, que é disfuncional e perdeu totalmente sua credibilidade", pontua o texto.

O documento defende ainda "a continuidade das políticas de cotas sociais e raciais na educação superior e nos concursos públicos federais, bem como sua ampliação para outras políticas públicas".

Na área de segurança, diz que o "país precisa de uma nova política sobre drogas que combata o poderoso núcleo financeiro das organizações criminosas, os poderes locais armados, o tráfico e as milícias e que dê a devida atenção de saúde pública ao tema, com medidas educativas, de prevenção e apoio".

Leia mais na pág. A6

Diagnosticado com Covid, Lula participa por vídeo do ato de lançamento da iniciativa Quilombo nos Parlamentos, em São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

O QUE DIZ O PLANO DE GOVERNO DO PT

Revogação de reformas
'Defendemos a revogação da reforma trabalhista feita no governo Temer e a construção de uma nova legislação trabalhista'

Petrobras
'A Petrobras será colocada de novo a serviço do povo brasileiro e não dos grandes acionistas estrangeiros, ampliando nossa capacidade de produzir os derivados de petróleo necessários para o povo brasileiro'

Mídia
'A liberdade de expressão não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição, que até hoje não foram regulamentados'

Trabalho
Retomaremos a política de valorização do salário mínimo visando a recuperação do poder de compra de trabalhadores e dos beneficiários de políticas previdenciárias e assistenciais, essencial para dinamizar a economia, em especial dos pequenos municípios'

Remuneramos conteúdos de mais de 100 veículos jornalísticos por meio do Google Destaques.

Para ajudar as pessoas a encontrarem notícias de diversas fontes.

O Google apoia o jornalismo com um dos maiores programas de licenciamento de notícias do Brasil.

Saiba mais
g.co/GoogleDestaques100

Rascunho de programa de governo traz o museu de grandes novidades do PT

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Documentos preliminares de projetos de governo para apreciação de aliados são, por definição, peças destinadas ao espancamento retórico. Como não significam nada real, esses rascunhos servem para a correção de rumos e a orientação do marketing eleitoral dos candidatos.

O texto petista revelado pela **Folha** tem como virtude apontar como questão central da eleição de outubro os impactos da crise econômica na vida cotidiana: inflação, perda de renda, subemprego, volta da fome.

A resistência das franjas mais desassistidas da população em voltar a apoiar o presidente Jair Bolsonaro (PL), como mostra pesquisa do Datafolha, é um testemunho desta leitura.

Isso dito, os 90 pontos divulgados pelo PT a seus companheiros na nova candidatura de Luiz Inácio Lula da da Silva à Presidência trazem ode inequívoca ao passado —com a sugestão não exatamente criativa do recurso a instrumentos obsoletos.

Nesse sentido, a famosa Carta ao Povo Brasileiro, pela qual Lula beijou a cruz do mercado e antecipou a política econômica que marcou seu primeiro mandato (2003-2006), soa até mais atual.

No corrente texto, ícones petistas como pré-sal e Bolsa-Família estrelam, como se fosse 2010, e o PT do não dá as cartas. É preciso acabar com "o Estado neoliberal", embora não se fale do caos sob Dilma Rousseff (PT).

Quer revogar a reforma trabalhista de Michel Temer (MDB), até aí seu direito, só que esquece de dizer o que colocaria no lugar. No máximo, a surrada menção aos Cristos desse novo Evangelho, os trabalhadores da selva dos aplicativos.

Também diz não a privatizações, quase retomando o Petróleo é Nosso. Aqui o caldo adensa porque defender o que os governos do PT fizeram com a Petrobras está longe de ser republicano.

Se não houve malfeito, falta explicar por que a estatal e o erário receberam de volta R$ 6,5 bilhões em acordos de leniência com envolvidos na corrupção que emergiu na Lava Jato —ação caída em desgraça tanto pelos abusos quanto pela conveniência, que vai do PT a Bolsonaro.

O texto questiona também a venda da Eletrobras, o que gera questões de mercado pertinentes caso o processo esteja concluído, e promete proteger Correios e bancos públicos. Se o padrão for o mesmo aplicado por todos os governos desde a redemocratização, o centrão terá muito a agradecer.

Da prateleira do nacionalismo vem também a promessa de investimentos em infraestrutura, algo natural em qualquer país em desenvolvimento. Resta saber, contudo, de onde virá o dinheiro: o atual nível de recursos aplicados pelo Estado está em cerca de 2% do Produto Interno Bruto, um dos menores da história.

Seguindo a lógica dos parágrafos, a solução é enterrar o teto de gastos, outra obra de Temer vista como palavrão por Lula. Como não é explicado o que será feito com a implosão de expectativas que tal medida traria sem uma alternativa coerente, resta especular.

O velho método de prometer justiça fiscal, tributária e previdenciária só não veio com o selo reformas porque isso pega mal na esquerda.

O mesmo se diz com outro fetiche que remonta à mentalidade desenvolvimentista que domina o PT, a prioridade dada no papel à reindustrialização. Num mundo abalroado pela disrupção de cadeias globais de comércio pela pandemia e pela Guerra da Ucrânia, é evidente que o tema tem de ser pensado.

Mas aqui tudo o que se vê é um aceno à fórmula dos campeões nacionais, que deu no que deu por aqui. Inserção internacional, que implica decisões políticas, e compreensão das mudanças na globalização sob as égides digital e da Guerra Fria 2.0 entre China e EUA não passam nem perto do debate. Restam menções, sete delas, à ideia de fomento estatal.

Do ponto de vista macro, institucional, o texto traz platitudes corretas sobre foco em políticas para a Amazônia e outras biomas, recuperação do desmonte bolsonaristas em áreas como saúde e educação, proteção de populações vulneráveis e combate à intolerância. Tudo correto, bonito, mas protocolar.

Também é notável, pela realpolitik aplicada, a ausência de citação ao caro tema da queda de Dilma, apoiada por aliados como o hoje candidato a vice Geraldo Alckmin (PSB, ex-PSDB).

A política externa, que vive a relativa boa notícia de ser inexistente depois da tragédia da era Ernesto Araújo no Itamaraty, voltaria a ser "altiva e ativa".

Se o multilateralismo merece uma chance após seu fracasso, parece difícil que isso será alcançado dando choques elétricos no Mercosul ou na Unasul. Mais curiosa é a citação ao Brics — qual seria mesmo o papel da Rússia de Vladimir Putin no grande plano do seu amigo PT para o mundo em 2023? Mas isso é digressão acadêmica em termos eleitorais.

A peça não repete os recentes ataques de Lula às Forças Armadas. Cita o óbvio, o que se faz necessário em tempos de golpismos explícitos: elas devem respeitar a Constituição.

Simbolicamente, fecha o acervo o tema da liberdade de expressão. Aqui, o DNA intervencionista nem se disfarça e remete aos tempos do Conselho Federal de Jornalismo proposto por Lula. Ela "não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição, que até hoje não foram regulamentados, de modo a garantir princípios como a pluralidade".

Ante a complexa crise e a ausência programática no deserto radioativo deixado por Bolsonaro, o rascunho petista é um começo de discussão. Mas por ora está mais para um museu de grandes novidades.

[...]

Os 90 pontos divulgados pelo PT a seus companheiros na nova candidatura de Luiz Inácio Lula da da Silva à Presidência trazem ode inequívoca ao passado — com a sugestão não exatamente criativa do recurso a instrumentos obsoletos para lidar com a realidade atual

Quilombo nos Parlamentos reúne ativistas e candidatos

Lançamento da iniciativa teve discurso virtual de Lula e críticas a Bolsonaro

Victoria Azevedo

SÃO PAULO A iniciativa Quilombo nos Parlamentos, que pretende aumentar a representatividade negra no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas estaduais, foi lançada nesta segunda (6) em evento que contou com a presença virtual do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Lula inicialmente participaria presencialmente, mas testou positivo para a Covid-19 neste domingo (5).

São mais de cem pré-candidaturas ligadas ao movimento negro de várias partes do país, numa articulação da Coalizão Negra por Direitos, rede com mais de 250 organizações deste campo, que faz sua estreia na política institucional.

Até o momento, são 67 pré-candidatos a deputado estadual, 31 a deputado federal, 2 distritais e 1 ao Senado, numa aliança suprapartidária que envolve as legendas PT, PSOL, PC do B, PSB, PDT e Rede Sustentabilidade.

Ao longo do evento, diversas lideranças e pré-candidatos ressaltaram a importância da representatividade negra nos espaços de poder e de elaboração de políticas públicas, elogiaram a iniciativa da coalizão e criticaram o racismo no Brasil e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

O ex-presidente Lula discursou por quase 15 minutos por vídeo. Exaltou conquistas do movimento negro, criticou o racismo no Brasil, afirmou que a população negra foi historicamente marginalizada no país e que é preciso que ela ocupe não só cargos na política, como também no Judiciário e no Ministério Público.

"Queremos negros nos concursos em todas as repartições públicas. O nosso país tem que ser resultado da nossa cor. E negros e negras não são minoria, são maioria."

Lula criticou Bolsonaro, sem citá-lo nominalmente, e disse que o "racismo é uma doença que tomou conta do fascismo que governa" o país.

Participaram também do evento os pré-candidatos Douglas Belchior (PT-SP), Vilma Reis (PT-BA) e Carmem Silva (PSB-SP), a advogada Sheila de Carvalho, o ator Antonio Pitanga, a filósofa Sueli Carneiro, o ativista Hélio Santos e a diretora do Instituto Marielle Franco, Anielle Franco.

Anielle lembrou a história de sua irmã, a vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018. "Quero celebrar as mulheres negras enquanto elas estão vivas. Não basta elegermos, temos que cuidar. Que a gente tenha muitas mulheres e homens negros eleitos, mas que a gente não deixe de vigiar e de cuidar dos nossos e das nossas."

A ativista Mônica Oliveira disse que o evento é a continuidade de um processo longo do movimento negro, que é quem "empurra a esquerda para a esquerda".

A advogada trans Robeyoncé Lima, pré-candidata à Câmara pelo PSOL em Pernambuco, afirmou que é "preciso fazer política em primeira pessoa". "Não vamos admitir política feita sem nossos corpos e nosso protagonismo", disse.

Simone Nascimento, da coordenação nacional do Movimento Negro Unificado, afirmou que sua pré-candidatura coletiva à Assembleia Legislativa paulista é para levar "saberes coletivos e seculares das mulheres negras" à assembleia, que é "um espaço tão hostil às mulheres".

O evento ocorreu na Ocupação 9 de Julho, em São Paulo.

Evento na Ocupação 9 de Julho, em SP, marcou lançamento da iniciativa Quilombo nos Parlamentos Rubens Cavallari/Folhapress

Covid de Lula expõe dilema de siglas ante o vírus

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA Embora seja um tema de preocupação do comando de campanha dos principais presidenciáveis, os pré-candidatos não pretendem interromper agendas ou alterar protocolos sanitários por causa do risco de contaminação pela Covid-19.

O tema voltou ao debate eleitoral no domingo (5), quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou que contraiu o coronavírus, assim como sua esposa, a socióloga Rosângela da Silva, a Janja.

As coordenações de campanha dizem seguir os protocolos sanitários dos estados, mas nos eventos não há, regularmente, exigência de comprovante de vacinação.

A preocupação com a Covid tem sido, desde 2020, uma constante entre críticos do presidente Jair Bolsonaro (PL), que buscam se opor em público ao comportamento de desdém do mandatário com a pandemia.

No domingo (5), o Brasil registrou 12 mortes por Covid e 4.591 casos da doença. A média móvel de infecções, com isso, chegou a 29.342 por dia, alta de 103% em comparação ao dado de duas semanas atrás.

Com o diagnóstico confirmado, Lula adiou participação presencial em compromissos nesta semana. Segundo sua assessoria de imprensa, as pessoas que tiveram contato com ele foram avisadas do diagnóstico e se testaram.

É a segunda vez que o ex-presidente recebe o diagnóstico de Covid. Em dezembro de 2020, ele viajou para Cuba e foi diagnosticado ao chegar ao país.

Devido à circulação do vírus, o ex-presidente tem sido desaconselhado, por questões médicas e de segurança, a manter pouco contato com os apoiadores. Em resposta, costuma dizer que não vai deixar de cumprimentar as pessoas que esperam duas horas para vê-lo.

"A pré-campanha, como toda a sociedade brasileira, terá que analisar a situação conforme ela evolui e seguindo as orientações das autoridades sanitárias. Estamos acompanhando o aumento de casos, vendo se serão necessárias tomar mais medidas e seguindo as orientações das autoridades", disse o petista, por meio de sua assessoria de imprensa.

Nos últimos eventos que contaram com a presença de Lula em São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília não foi cobrada a obrigatoriedade do uso de máscara. Normalmente nesses eventos, Lula e as demais autoridades que ficam no palco não usam máscaras.

A assessoria de Lula afirma também que o petista faz testes para detecção da Covid "regularmente", sem especificar a periodicidade, e que ele tomou as quatro doses da vacina. Além disso, diz que o aumento de casos da Covid "tem sido uma realidade faz tempo".

A reportagem procurou integrantes da pré-campanha de Bolsonaro para comentar que medidas o presidente toma como precaução, mas não houve resposta.

Desde o auge da crise sanitária, o presidente, que contraiu o vírus em 2020, não deixou de participar de atos com apoiadores e de promover aglomerações. Ele também diz não ter se vacinado.

O presidente do PDT, Carlos Lupi, afirma que a pré-campanha de Ciro Gomes continua exigindo uso de máscara e comprovante de vacinação em eventos fechados.

Segundo Lupi, a pré-campanha monitora os casos de Covid mas não prevê, por ora, mudar protocolos ou adiar compromissos. "Claro, estamos preocupados. A estratégia é exigir comprovante de vacinação de todos e o uso de máscaras. Se a situação agravar, poderemos suspender tudo", diz.

Ciro teve Covid no começo de maio e teve de cancelar compromissos da pré-campanha. Na ocasião, ficou afastado das atividades. Em 2020, o ex-ministro também chegou a receber diagnóstico positivo para a Covid.

O ex-ministro participou de agendas em São Paulo na semana passada e terá compromissos no Rio Grande do Sul nesta semana.

A assessoria de imprensa do PDT afirma que as máscaras são "tiradas apenas nas horas das falas". No entanto, em fotos e vídeos publicados nas redes sociais o pedetista nem sempre aparece usando o acessório de proteção durante as suas agendas.

A campanha da pré-candidata Simone Tebet (MDB) informou que ela e toda a sua equipe vão fazer testes para detectar a Covid-19 todos os dias, como principal medida preventiva durante o novo período de pico da pandemia do coronavírus.

A equipe da senadora também adiantou que vai cumprir as medidas sanitárias contra a doença que forem determinadas pelas autoridades locais em cada cidade que será visitada durante o período de campanha.

Questionada se pretendem realizar eventos em locais fechados e com grande número de participantes, a campanha da pré-candidata disse apenas que vai seguir as medidas determinadas pelas autoridades, incluindo eventuais orientações específicas para atos de campanha.

A campanha de Tebet também informou que ela vai receber a quarta dose da vacina nesta semana e que toda a sua equipe está vacinada.

Na última semana, a União Brasil lançou a pré-candidatura do deputado Luciano Bivar à Presidência da República, em um auditório fechado em Brasília. A equipe do deputado não exigiu comprovante de vacinação dos presentes ou o uso de máscaras. Tanto Bivar como as outras mais de dez pessoas que estavam com ele no palco não usaram máscara.

Victoria Azevedo, Catia Seabra, Julia Chaib e Renato Machado

Lula e Bolsonaro têm eleitores de ideologia contrária à suas

Petista ganha 23% de votos de direita, e atual presidente, 29% da esquerda

Joelmir Tavares

SÃO PAULO A classificação ideológica do eleitorado do ex-presidente Luiz Inácio da Silva (PT), a partir dos critérios do Datafolha, mostra que 23% dos que querem votar nele são identificados com pensamentos de direita em comportamento e economia, embora a grande maioria (60%) esteja à esquerda.

Fenômeno semelhante ocorre com Jair Bolsonaro (PL), mas com sinais trocados. Apesar de o presidente de perfil conservador ter 54% dos eleitores situados à direita, segmento em que goza de apoio significativo, uma fatia de 29% se posiciona à esquerda no espectro ideológico.

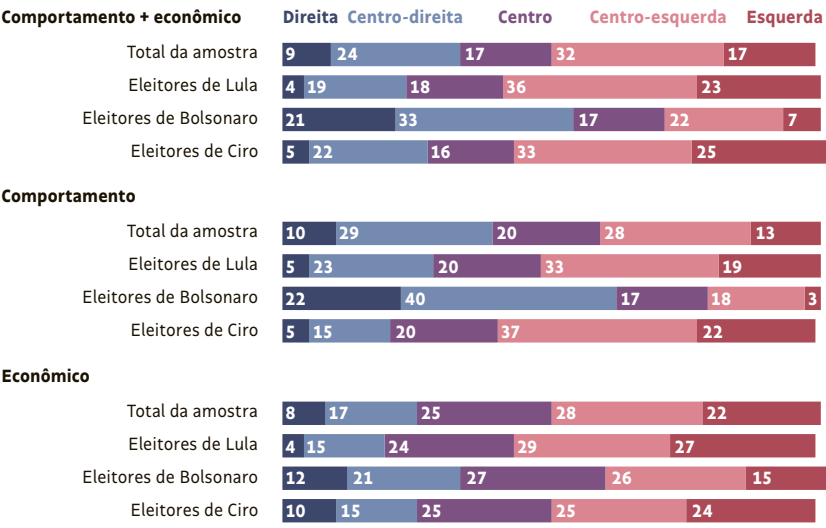
A pesquisa do Datafolha, publicada no último sábado (4), revelou que o Brasil que irá às urnas em outubro deste ano está mais identificado com ideias de esquerda do que cinco anos atrás, quando foi feito o levantamento anterior. O percentual atinge agora 49%, o maior da série histórica, iniciada em 2013.

A direita, por sua vez, registrou queda e alcançou seu menor resultado, 34%. Uma parte de 17% dos entrevistados se localiza ao centro. O questionário que serve de base para o mapeamento abrange perguntas no campo de comportamento e na área do pensamento econômico.

O instituto ouviu 2.556 pessoas acima dos 16 anos em 181 cidades de todo o país nos últimos dias 25 e 26. Contratado pela **Folha**, o levantamento está registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o número BR-05166/2022 e possui margem de erro geral de 2 pontos percentuais, para mais ou menos.

A classificação ideológica é feita conforme a pontuação alcançada pelas respostas do entrevistado em questões sobre temas que separam as duas visões de mundo —como drogas, armas, criminalidade, migração, homossexualidade, leis trabalhistas, papel do Estado e impostos.

Posicionamento ideológico de eleitores de Lula, Bolsonaro e Ciro Gomes

Comparativo de grupos
Resposta estimulada e única em %*

*Valores arredondados
Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 25 e 26 de maio. A margem de erro máxima é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos nos resultados gerais e de 3 a 7 pontos para mais ou para menos nos recortes.

Considerando a avaliação mais ampla, com os critérios de comportamento e economia, Lula tem 4% de eleitores identificados com a direita e 19% com a centro-direita. Outros 18% estão ao centro, enquanto 36% se alinham com ideias de centro-esquerda e 23%, de esquerda. Os valores foram arredondados.

A retórica da campanha do petista acena à pluralidade, o que está traduzido no nome dado à coligação, "Vamos Juntos pelo Brasil". O plano é montar uma frente ampla em torno do PT, principal partido de esquerda no país. As seis siglas confirmadas na aliança até aqui pendem todas para a esquerda.

Já os cidadãos que declaram voto em Bolsonaro tendem, por óbvio, ao lado destro: 21% se posicionam à direita e 33% à centro-direita. Uma parcela de 17% aparece ao centro, enquanto 22% têm aproximação com ideias de centro-esquerda e 7% possuem perfil considerado de esquerda.

A vilanização do campo oposto ao seu é uma das marcas da conduta do mandatário desde a campanha eleitoral de 2018, com ataques que se estenderam ao longo do governo e compõem a base do discurso de sua tentativa de reeleição. Lula lidera as intenções de voto com 48%, ante 27% do rival.

Terceiro colocado no Datafolha, com 7%, Ciro Gomes (PDT) tem seu eleitorado com característica semelhante ao do ex-presidente petista: 5% são identificados com a direita, 22% com a centro-direita, 16% com o centro, 33% com a centro-esquerda e 25% com a esquerda.

Quando observada a classificação dentro de cada um dos dois segmentos que formam o quadro, é possível notar que eleitores com voto declarado em Bolsonaro estão situados mais à direita no aspecto de valores do que nas convicções econômicas.

Enquanto em comportamento as posições de direita entre os bolsonaristas somam 62%, em economia elas correspondem a 33% do grupo.

Simpatizantes de Lula, por sua vez, têm uma distribuição mais igualitária nas duas vertentes que integram o levantamento. Em comportamento, 52% dos eleitores do petista estão alinhados com a esquerda e, em economia, são 56%.

Respostas dos seguidores de ambos os presidenciáveis às perguntas do levantamento explicam as variações.

Por exemplo: enquanto 79% dos entrevistados na média afirmam que a homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade, entre apoiadores de Bolsonaro o índice cai a 67%. Dos eleitores do presidente, 24% acham que a homossexualidade deve ser desencorajada, ante 16% no público geral.

Na seara econômica, a verve de direita se comprova só em parte das respostas. A opinião de que a vida estará melhor quanto menos a pessoa depender do governo, de tom mais liberal, é aprovada por 71% dos eleitores de Bolsonaro, ante 58% na média geral.

Já a ideia de que é bom o governo atuar com força na economia para evitar abusos das empresas, típica da esquerda, é endossada por 54% dos bolsonaristas —a média é de 50%. E uma fatia de 40% acha que, quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor (índice que chega a 44% no público geral da pesquisa).

Os resultados dos eleitores de Bolsonaro nesse debate são até mais à esquerda do que os demonstrados por seguidores do ex-presidente. Entre os que escolhem votar no petista, 49% defendem a atuação mais vigorosa do governo, e 46% acreditam que o governo ajuda mais quando se mete menos.

Mesmo entre eleitores de Lula, há respostas bem menos progressistas do que o senso comum poderia supor. A parcela de apoiadores do petista que consideram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores representa 78%, bem próxima dos 84% entre os que pretendem votar em Bolsonaro (e à média geral nesse quesito é de 79%).

Para 61% do eleitorado lulista, adolescentes que cometem crimes (juridicamente, atos infracionais) devem ser punidos como adultos, e não reeducados. Embora seja posição majoritária (próxima à média de 65%), a parcela é inferior à registrada entre os eleitores do candidato adversário, de 75%.

Diferenças mais sensíveis também podem ser notadas, como na pergunta sobre Estado versus mercado.

Ala majoritária (81%) dos simpatizantes do ex-presidente acha que o governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer. Entre bolsonaristas, 57% pensam assim. Na contagem geral, a imagem do Estado como indutor do desenvolvimento é referendada por 72% dos entrevistados.

O Datafolha cruzou ainda os índices de intenção de voto nos dois favoritos da corrida presidencial com a categorização por orientação ideológica dos entrevistados.

Como esperado, Lula dispara dentro do estrato localizado à esquerda, ao passo que Bolsonaro dobra de patamar no flanco da direita.

Os 48% de preferência que o petista alcança no cômputo geral viram 59% entre os eleitores identificados com a esquerda e recuam para 33% entre aqueles de direita. Os 27% de Bolsonaro no eleitorado médio se transformam em 43% se observada apenas a direita e minguam para 16% na esquerda.

Sobre o postulante em que o entrevistado não votaria de jeito nenhum, nota-se que Lula é menos rejeitado pelo polo antagonista do que Bolsonaro. O ex-presidente, que na média é repelido por 33%, sofre rejeição de 51% na direita; o atual, recusado por 54% em geral, vai a 68% entre identificados com a esquerda.

As margens de erro nos recortes da pesquisa são superiores aos 2 pontos percentuais para mais ou para menos dos resultados gerais. Elas podem variar, por causa do tamanho das amostras, entre 3 e 7 pontos, mas o instituto diz que isso não afeta a compreensão de tendências.

PGR descarta investigar presidente por ataque a urna eletrônica

Marcelo Rocha

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) opinou nesta segunda-feira (6) contra um pedido para que Jair Bolsonaro (PL) seja investigado por um de seus recentes ataques às urnas eletrônicas.

Em solenidade no Palácio do Planalto realizada no final de abril, o presidente questionou a confiabilidade do sistema eletrônico de votação e afirmou que a apuração é feita em uma "sala secreta do TSE" (Tribunal Superior Eleitoral).

"Dá para acreditar nisso? Sala secreta, onde meia dúzia de técnicos diz que 'quem ganhou foi esse'. Uma sugestão é que nesse mesmo duto seja feita uma ramificação, um pouco à direita, porque temos um computador também das Forças Armadas para contar os votos", disse.

Bolsonaro defendeu, mais uma vez, a atuação das Forças Armadas no processo eleitoral. Elas ficariam encarregadas de checar a contagem dos votos realizada pela Justiça Eleitoral.

Em julho de 2021, após ataque do presidente ao sistema eleitoral, o TSE disse não existir apuração em "sala secreta". "A apuração dos resultados é feita automaticamente pela urna eletrônica logo após o encerramento da votação."

O pedido de apuração foi apresentado ao Supremo Tribunal Federal pelo deputado federal Professor Israel Batista (PSB-DF). O caso está sob a responsabilidade da ministra Rosa Weber.

O presidente Jair Bolsonaro em evento no Palácio do Planalto Gabriela Bilo - 25.mai.22/Folhapress

A vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, analisou os argumentos do parlamentar e afirmou que as declarações feitas pelo presidente "estão amparadas pelo princípio da liberdade de expressão", previsto na Constituição, e que não são "penalmente sancionáveis".

"As falas presidenciais não constituem mais do que atos característicos de meras críticas ou opiniões sobre o processo eleitoral brasileiro e a necessidade, na ótica do chefe do Poder Executivo da União, de aperfeiçoamento do sistema eletrônico de votação", disse a representante da PGR.

Lindôra afirmou que, respeitado posicionamento do próprio STF, os "discursos ideológicos do presidente da República estão escudados" pela liberdade de expressão.

"A penalização de expressão não é a via adequada para a reação aos conteúdos dos quais se discorda", disse a procuradora-geral, destacando que para o enquadramento penal é preciso ir "muito além do impulso da discordância e da reprovabilidade", disse.

O deputado Batista afirmou em seu pedido que Bolsonaro cometeu crime de peculato em razão de "fartos indícios de que ele pode ter aplicado recursos públicos, em benefício próprio ou alheio, e de seu discurso político-eleitoreiro, dispondo da Presidência da República, de suas verbas, bens e/ou instalações, em prol do incentivo de atos antidemocráticos e discurso de ódio contra as instituições democráticas".

Mencionou ainda os delitos de prevaricação, de interrupção do processo eleitoral e de tentativa de impedir ou restringir o exercício dos Poderes.

Posteriormente, o deputado acrescentou ao pedido o relato de que o presidente reincidiu nas mesmas práticas em encontro ocorrido no dia 16 de maio com empresários paulistas, ao comentar que "as urnas eletrônicas seriam fraudáveis, assentando, ainda, que as Forças Armadas apontaram mais de 600 vulnerabilidades no sistema de votação".

Após a manifestação da PGR, o integrante do PSB afirmou em nota que pretende reiterar os argumentos sobre as falas de Bolsonaro por "colocar em prova a efetividade e segurança do sistema eletrônico de votação, configurando-se em crime contra a democracia. Portanto, tal suposição não pode ser vista de forma neutra, como analisado pela Procuradoria-Geral da República".

Bolsonaro promete criar três ministérios caso seja reeleito

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira (6) que pretende criar mais três ministérios se for reeleito. Ele mencionou a possibilidade de recriar as pastas da Segurança Pública, da Indústria e Comércio e da Pesca.

"Pretendemos, em havendo reeleição, dividir melhor os ministérios, criar no máximo mais três para que possamos melhor administrar nosso país. Pela extensão do nosso país, se justifica isso aí", afirmou ele em entrevista ao canal Agromais, do grupo Bandeirantes.

O governo tem hoje 23 ministérios, 7 a mais do que os 15 prometidos na campanha eleitoral de 2018. Sob a gestão de Michel Temer (MDB), seu antecessor, eram 29 pastas.

Bolsonaro afirmou que considera "positivo o reestabelecimento" dos ministérios da Segurança Pública e da Indústria e Comércio e que "até a questão da Pesca pode ser estudada".

A medida deve ficar para ano que vem, caso ele seja reeleito. "Agora não porque dependeria de criação de cargos e não temos margem, manobra para isso aí", afirmou.

Bolsonaro voltou a a atacar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em especial os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso –este último deixou a corte no início de 2022. Disse que "prefere deixar em aberto" sua participação em debates e deu a entender que os ministros podem tentar evitar que ele vá para o segundo turno do pleito.

"Em havendo segundo turno –espero que haja: ministros Fachin, Barroso e Alexandre de Moraes, pelo que se vê nas ruas comigo é impossível não ter segundo turno e é quase impossível não ganhar no primeiro", afirmou.

política

Kassio pauta o julgamento de bolsonarista na 2ª turma

Supremo avaliará a suspensão de cassação do deputado Fernando Francischini

José Marques

BRASÍLIA A poucas horas de o STF (Supremo Tribunal Federal) iniciar um julgamento que questionava sua decisão de restituir o mandato do deputado estadual Fernando Francischini (União Brasil-PR), o ministro Kassio Nunes Marques pautou o caso para análise da Segunda Turma da corte nesta terça (7).

Kassio é o presidente da turma, que tem cinco ministros, e levou sua decisão a referendo desses ministros. A sessão começa às 14h.

À meia-noite desta terça, porém, se inicia uma sessão que dura até as 23h59, em plataforma virtual, de outro processo que questiona a mesma decisão de Kassio no caso Francischini.

Nesse chamado "plenário virtual", os 11 ministros decidem. Esse julgamento foi pautado no sábado (4) pelo presidente da corte, Luiz Fux, a pedido de Cármen Lúcia.

A ministra é relatora do processo do Supremo que contesta a decisão de Kassio, apresentada por Pedro Paulo Bazana (PSD). Ele foi eleito como suplente da Assembleia Legislativa do Paraná e assumiu o mandato após a cassação de Francischini.

Caso a Segunda Turma decida a respeito do tema, há possibilidade de o julgamento no plenário virtual não ter mais validade. Além de Kassio, integram a turma os ministros André Mendonça, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Edson Fachin.

Além da perda de objeto, há possibilidade, tanto em plenário virtual quanto na Segunda Turma, de um pedido de vista (mais tempo para análise) interromper o julgamento ou de algum ministro solicitar destaque e enviar o caso para o plenário físico.

Kassio suspendeu na quinta-feira passada (2) a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que cassou o mandato de Francischini.

Aliado de Jair Bolsonaro (PL), o deputado estadual foi cassado em outubro passado devido à publicação de vídeo, no dia das eleições de 2018, no qual afirmou que as urnas eletrônicas haviam sido fraudadas para impedir a votação no então candidato a presidente da República.

Na noite desta segunda-feira (6), o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet Branco, recorreu da decisão de Kassio sobre o caso.

Em manifestação enviada ao Supremo, o representante da PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral) rechaçou a tese de que houve "alteração de jurisprudência no curso do processo eleitoral de 2018", reforçando argumentos enviados anteriormente ao TSE por ocasião da análise de um recurso de Francischini.

O ministro Kassio Nunes Marques preside sessão da 2ª turma do STF Nelson Jr. - 8.mar.22/STF

STF julga decisão de olho em ponto de erosão democrática

ANÁLISE

Eloísa Machado de Almeida
Professora e coordenadora do Supremo em Pauta FGV Direito SP

O ministro Kassio Nunes Marques concedeu medida liminar para suspender decisão do Tribunal Superior Eleitoral que cassou mandato do deputado Fernando Francischini por uso indevido dos meios de comunicação e abuso de autoridade nas eleições realizadas em 2018.

Os fatos da ação se referem a uma live na qual o então candidato afirmava que as urnas tinham sido fraudadas. Concedeu também medida liminar para suspender a cassação do deputado José Valdevan por abuso de poder econômico.

Ambos deputados beneficiados pelas decisões compõem a base aliada do presidente Jair Bolsonaro, reforçando a percepção de que a posição de Kassio no Supremo Tribunal Federal estaria alinhada aos interesses do presidente que o indicou.

Há uma série de outras considerações sobre as duas decisões do ministro, desde aspectos processuais e de seu conteúdo até dinâmicas institucionais e entre os Poderes que merecem atenção.

Elas revelam uma possível conturbada relação entre TSE e STF na definição das regras eleitorais neste ano; indicam que o abuso de poderes monocráticos pode seguir minando a autoridade do tribunal e que os ataques vindos do presidente Bolsonaro à Justiça podem ter encontrado eco dentro do tribunal.

Processualmente, seguidas excepcionalidades precisaram ser adotadas para permitir a avaliação do caso pelo ministro Kassio.

A exceção à livre distribuição entre ministros do STF dos casos (por alegada prevenção em razão da relatoria de Kassio em outra ação similar), a excepcionalidade da concessão da liminar e a excepcionalidade na avaliação probatória foram todas reconhecidas juntas para que, ao final, fosse dada a decisão.

O seu conteúdo, por sua vez, contraria a interpretação que o TSE tem feito sobre a ilicitude eleitoral da divulgação de fake news contra a integridade das eleições, tema que também tem sido objeto de atenção do Supremo sob a perspectiva penal.

Na decisão relativa ao deputado Francischini, o ministro Kassio não viu gravidade no ato para fins de aplicação da sanção eleitoral.

Na prática, a decisão dele sinaliza que discursos e pronunciamentos contra a integridade das urnas e das eleições estariam permitidos pela legislação eleitoral —não só em relação a atos passados, mas também para as futuras eleições de 2022.

Sua posição se alinha, de certa forma, ao voto que não viu crime contra o estado democrático de direito nas falas do deputado Daniel Silveira, julgamento em que ficou vencido.

Kassio considerou, também, que haveria violação à regra da anterioridade ao aplicar uma interpretação que seria "nova" ao equivaler redes sociais a meios de comunicação para fins eleitorais, ainda que o tema seja disciplinado no TSE, pelo menos, desde 2015.

Esses pontos foram questionados em ação proposta contra a decisão do ministro Kassio, que está sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

A ação aponta que houve fraude na distribuição das ações ao ministro Kassio, permitindo que os deputados cassados escolhessem o ministro que julgaria os seus pedidos (retirando de Cármen Lúcia e passando a Kassio), e que a decisão de Kassio seria teratológica e, portanto, ilegal.

Assim, nesta terça-feira (7), para além do mérito da decisão, os ministros do Supremo Tribunal Federal julgarão se Kassio poderia ter atuado no caso.

No contexto mais amplo, o Supremo revisará não só ato de um dos seus ministros, mas também uma decisão do TSE adotada por colegiado que conta três ministros do STF: Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso.

Em razão desse arranjo institucional, onde membros do STF compõem também o TSE, sempre foi perceptível uma certa conjugação de entendimentos entre as duas cortes.

Essa conjugação ficou mais evidente nos últimos anos, diante de esforços institucionais feitos pelo TSE e pelo STF para combater discursos falsos que colocam dúvidas sobre a integridade das urnas eletrônicas e das eleições. Agora, a decisão monocrática do ministro Kassio desafia esses esforços.

Não é de hoje que o abuso de poderes monocráticos se mostra como um entrave a uma atuação mais segura e consistente do Supremo.

Decisões individuais excepcionais, bloqueios oportunistas de pauta de julgamentos, pedidos de vista por prazo indeterminado sempre foram vistos como atos que enfraqueciam a resposta do tribunal.

Por isso, não à toa, quando o Supremo se viu atacado e ameaçado pelo presidente da República e seus seguidores, passou a decidir mais colegiadamente, liberando rapidamente liminares para serem referendadas ou aguardando para decidi-las em plenário.

O tribunal sabe que agindo coletivamente é mais forte e suas decisões, mais seguras. Foi assim que o tribunal se comportou no julgamento de ações sobre atos do presidente relativos à Covid-19.

É no contexto que estamos, de ataques constantes à Justiça Eleitoral e ao próprio Supremo, que as decisões monocráticas de Kassio apresentam um desafio adicional: elas rompem não só a união do tribunal em sua própria autodefesa, mas rompem também a linha de defesa que tem sido criada pelo STF e pelo Tribunal Superior Eleitoral para garantir a integridade das eleições e o respeito ao seu resultado.

Para um ponto de erosão democrática que atua por dentro do tribunal, a colegialidade será a resposta.

Federações nos estados têm cisões e 'casamentos de fachada'

João Pedro Pitombo

SALVADOR A criação das federações partidárias que passarão a valer a partir nas eleições deste ano uniu adversários locais no mesmo campo político, começa a enfrentar dissidências e pode resultar "casamentos de fachada" em parte dos estados.

O prazo para o registro de federações partidárias se encerrou no dia 31 de maio, com a criação de três federações. No campo da esquerda PT, PC do B e PV estarão amarrados pelos próximos quatro anos, assim como o PSOL e a Rede. Na centro-direita, se uniram o PSDB e Cidadania.

Nas federações partidárias, as legendas que se associam são obrigadas a atuar de forma unitária ao menos nos quatro anos seguintes às eleições, nos níveis federal, estadual e municipal, sob pena de sofrer punições. É um modelo diferente das coligações, que foram vetadas em eleições proporcionais.

O novo mecanismo deve ajudar os partidos a superar a cláusula de barreira, que estabelece percentual mínimo de votos e de deputados eleitos para manter o acesso à propaganda partidária e ao fundo eleitoral.

Batizada com o nome "Brasil da Esperança", a federação entre PT, PC do B e PV enfrenta imbróglios na montagem de palanques estaduais em Pernambuco, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal.

Os principais focos de atrito se dão entre PT e o PV, partido que na última legislatura se alinhou a siglas de centro-direita em estados como a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

A adesão à federação e o apoio à pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022 fez com que parte dos filiados deixasse o partido. Uma parcela que permaneceu no PV ainda assim flerta com candidatos de outros partidos nos estados.

"Há um esforço grande para que não haja ruído na nossa caminhada até a eleição. A gente torce para que os presidentes dos partidos nos estados tentem negociar, a gente só vai intervir onde tiver problema", diz o presidente nacional do PV, José Luiz Penna.

Em São Paulo, por exemplo, ao menos 12 prefeitos do PV anunciaram apoio à reeleição do governador Rodrigo Garcia (PSDB) em detrimento da pré-candidatura do ex-prefeito Fernando Haddad (PT).

O comando do partido alega que são prefeitos ligados a deputados que deixaram a legenda na janela partidária e tendem a não permanecer nas próximas eleições municipais.

O Tocantins é outro estado com potencial de conflito. O PV local, liderado pela família Lélis, é próximo ao governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e deve apoiar, mesmo que informalmente, a sua reeleição. O PT, por sua vez, lançou ao governo o ex-deputado Paulo Mourão.

O cenário é parecido em Mato Grosso, onde o vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa (PV), desistiu de concorrer ao governo após o PT decidir ter candidato próprio ao cargo. Stopa saiu de cena atirando.

"Eu já estava de saco cheio. Nós fizemos um acordo com a federação, que poderiam aparecer dez nomes, vinte nomes e o melhor nome seria escolhido candidato. O que não pode é companheiro criticar companheiro, ficar com essa mesquinharia", disse em entrevista à imprensa.

O imbróglio agora se voltou para a vaga ao Senado: o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), trabalha para emplacar sua mulher, Márcia Pinheiro (PV), mas esbarra no PT, que lançou a professora Enelinda Scalla.

Já no Maranhão, a federação uniu sob o mesmo guarda-chuva adversários históricos no estado: o PC do B, que já abrigou o ex-governador Flávio Dino (PSB), estará unido ao PV, partido ligado à família Sarney, que fez oposição ferrenha ao então governador.

"Não tenho restrição a Flávio Dino, mas é preciso diálogo. Estamos vivendo um novo momento no Maranhão, sem aquela dicotomia entre Sarneys e anti-Sarneys. É um projeto uma nova geração", diz o deputado estadual Adriano Sarney (PV).

A união, contudo, enfrenta conflitos. O PV critica a influência do PSB nos rumos da federação, com pressão pela escolha do nome do ex-secretário Felipe Camarão (PT) como candidato a vice do governador Carlos Brandão (PSB).

Em Pernambuco, a disputa é entre PT e PC do B e se dá em torno do Senado. A vice-governadora Luciana Santos (PC do B) pleiteia concorrer na chapa de Danilo Cabral (PSB), mas o PT indicou a deputada estadual Teresa Leitão. Procurada, Luciana Santos disse que a situação está em debate interno.

A federação entre PSDB e Cidadania também enfrenta divergências no campo nacional. Enquanto os tucanos ainda não definiram se terão candidatura própria ao Planalto, o Cidadania já definiu o seu apoio à pré-candidatura de Simone Tebet (MDB).

Nos estados, a decisão de unir os partidos também gerou baixas. A principal delas foi a desfiliação do governador da Paraíba João Azevêdo, que trocou o Cidadania pelo PSB e vai disputar contra o PSDB, que concorre com o deputado Pedro Cunha Lima.

Com a aprovação da federação pelo Tribunal Superior Eleitoral, os estados do Amazonas e do Distrito Federal passaram a ser centro de discórdia entre os partidos. O Cidadania apoiará candidatos tucanos em dez estados, mas esperam reciprocidade.

No Amazonas, o Cidadania passou a abrigar o ex-governador Amazonino Mendes, que lidera as pesquisas de intenção de voto para o governo. Entre os tucanos, contudo, o senador Plínio Valério também se movimenta para concorrer ao governo.

O caso do Distrito Federal é semelhante: o senador Izalci Lucas (PSDB) é pré-candidato a governador. Mas a deputada federal Paula Belmonte (Cidadania) negocia disputar o Senado em outra chapa, que seria liderada pelo senador Reguffe (União Brasil).

Nos dois casos, a disputa entre os pré-candidatos tem sido marcada por rusgas e com poucas chances de um denominador comum sem intervenção dos diretórios nacionais dos partidos.

O PSDB indicou que deve ceder no Amazonas: o presidente nacional do partido, Bruno Araújo, enviou uma carta a Plínio Valério afirmando que o partido não terá candidato próprio no estado. O senador disse que não acompanhará o partido nas eleições local e nacional.

"Vejo o Amazonino como retrocesso. E, nacionalmente, o PSDB ser coadjuvante do MDB é coisa de quem não compreende o verdadeiro tamanho do PSDB", afirmou o senador.

Os tucanos, contudo, não abrem mão da candidatura no Distrito Federal. Mas a deputada Paula Belmonte indica outro caminho e afirma que pode concorrer ao governo caso Reguffe decida disputar o Senado.

Também há rusgas na federação firmada entre o PSOL e a Rede Sustentabilidade, começando pela eleição nacional. Enquanto o PSOL vai unificado no apoio a Lula, a Rede liberou seus filiados a apoiar o petista ou Ciro Gomes (PDT).

Em Minas Gerais e Espírito Santo, a parceria entre os dois partidos ficará apenas no papel, em uma espécie de "casamento de fachada".

O PSOL de Minas Gerais lançou ao governo a professora Lorene Figueiredo, mas a Rede deve dar apoio informal à candidatura de Alexandre Kalil (PSD), ex-prefeito de Belo Horizonte.

No Espírito Santo, o cenário é o contrário: a Rede vai lançar para o governo o ex-prefeito de Serra, Audifax Barcelos. O PSOL, contudo, não vê a parceria com bons olhos, já que o pré-candidato da Rede negocia o apoio de legendas da centro-direita.

Porta-voz da Rede, a ex-senadora Heloísa Helena diz que os dois casos estão devidamente respaldados pelo Estatuto da Federação e pela Resolução Política pactuada na estruturação da parceria.

Lula fará o que diz

Se a economia reagir da maneira previsível, não venham reclamar: ele avisou

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP

Um esboço do possível programa de governo de Lula veio a público. Segundo o esboço, não haverá mais privatizações (inclusive a da Eletrobras pode ser barrada), a Petrobras será colocada "a serviço do povo brasileiro" (leia-se: política de preços baixos), o governo vai interferir no câmbio, fará política agressiva de industrialização, derrubará a reforma trabalhista e o teto de gastos.

Se essas forem bandeiras com as quais você concorda, Lula é seu candidato. Há inclusive quem vá votar nele mesmo discordando dessa parte. Só não se engane: é isso que ele vai fazer, e não uma reedição de seu primeiro mandato sonhada por moderados.

É verdade que há muita indefinição na qual cabem os sonhos de todo mundo. O diabo mora nos detalhes. Taxar os mais ricos, por exemplo: dependendo de como for feito, pode ser bom ou desastroso para a economia do país.

Há mil maneiras de se buscar o objetivo da industrialização, inclusive criar no Brasil um ambiente de negócios competitivo e com segurança jurídica para o investidor. Todo o entorno de Lula e os demais pontos de seu programa (como ingerência na Petrobras), contudo, não permitem essa leitura liberal e otimista.

Também é verdade que, do outro lado, vemos a distância entre discurso e prática: o teto de gastos, sob Bolsonaro, é para inglês ver. A cada nova necessidade (inclusive eleitoral), o governo encontra mais um pretexto para quebrá-lo com apoio do Congresso.

Isso não quer dizer que abrir mão de toda e qualquer restrição aos gastos não possa piorar as coisas ainda mais. Um teto capenga ainda traz mais confiança —ou menos desespero— do que a ausência de teto somada à ideologia de que o gasto público é sempre virtuoso.

Por fim, um governo liberal exigiria assessores, ministros e conselheiros liberais. Onde eles estão? Os economistas às vezes apontados como interlocutores —Persio Arida, André Lara Resende— negam que tenha havido qualquer colaboração. Lula se cerca, de fato, com pessoas de viés ideológico muito distante desse, como Aloízio Mercadante e Gleisi Hoffmann. De onde viria a agenda liberal-pragmática de um novo governo? Não faltam novos Mantegas, mas quem indicará um possível novo Palocci?

Os pontos desse esboço têm sido repetidos consistentemente pela campanha e pelo próprio Lula, são o que as pessoas mais próximas a ele sempre defenderam e estão em perfeita continuidade com a política de seu segundo mandato, depois intensificada no governo Dilma. O mínimo que podemos fazer é acreditar que é isso mesmo que ele vai fazer.

Nem tudo ali é ruim. A volta do meio ambiente à agenda, proteção de comunidades indígenas; são pontos importantes. Mas sem uma economia funcional, capaz de gerar valor e empurrar o Brasil para frente, serão de pouca valia (e os primeiros a ser sacrificados para atender a demandas de curto prazo).

Um país com a dívida fora de controle, gastando em projetos megalomaníacos de investimento escolhidos por critérios políticos, tentando manipular o câmbio, usando estatais para manter preços controlados, mercado trabalhista travado e litigioso, "muito ricos" usados como bode expiatório.

É a receita perfeita para inflação ainda mais alta, recessão, desemprego e fuga de capitais. Quem mais sofrerá com isso é a base de nossa pirâmide social. E o caldo estará perfeito para novos e piores populismos.

Isso tudo, claro, depende de dois grandes "ses": se Lula vencer, e se realmente implementar esse programa. Se for isso mesmo e a economia reagir da maneira previsível, não venham reclamar: ele avisou.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

PF é acionada após desaparecimento de jornalista e indigenista no Amazonas

Dom Phillips, do jornal inglês Guardian, e Bruno Pereira, da Funai, não são vistos desde domingo (5)

João Gabriel e Fabio Serapião

O jornalista Dom Phillips (à esq.) e o indigenista Bruno Pereira, que estão desaparecidos @domphillips no Twitter e Daniel Marenco/Ag. O Globo

BRASÍLIA A Polícia Federal foi acionada para investigar o desaparecimento do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal Guardian, e do indigenista Bruno Pereira, membro da ONG Unijava e servidor em licença da Funai (Fundação Nacional do Índio), que viajam pelo Vale do Javari, no Amazonas.

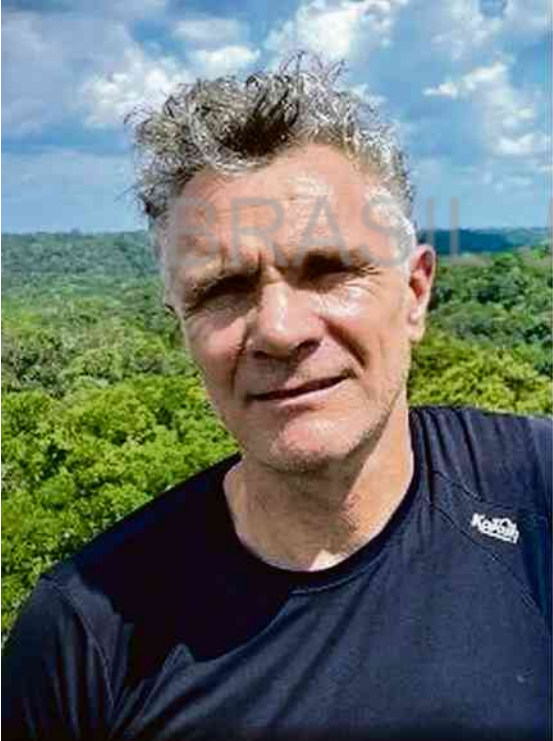
Segundo a Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari) e o Opi (Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato), o último registro que se tem dos dois aconteceu na manhã do domingo (5), na comunidade de São Rafael. As entidades afirmam que o indigenista vinha sofrendo ameaças.

"Tenho um filho de três anos e um de dois, só penso nesse momento que ele retorne bem, por causa dos meninos. Ele tem também uma filha de 16 anos. Ele precisa voltar para casa", afirmou à **Folha** Beatriz de Almeida Matos, antropóloga e companheira de Bruno.

"Eu conheço bem a região, sei que podem acontecer vários acidentes, mas estou apreensiva por causa das ameaças que ele sofria. Quero que todo o esforço possível seja feito para encontrar ele e o Dom. É importante rapidez", completa ela, que também atuou com povos indígenas na região por muitos anos.

Segundo a Univaja e o Opi, Bruno e Dom retornavam do lago Jaburu, onde visitaram uma base da Funai, em direção a Atalaia do Norte, e pararam em São Rafael para uma reunião com um morador conhecido como "Churrasco" —conversaram com a esposa dele, já que ele não se encontrava no local.

"Depois partiram rumo a Atalaia do Norte, viagem que dura aproximadamente duas horas. Assim, deveriam ter chegado por volta de 8h, 9h da manhã na cidade, o que não ocorreu", diz um comunicado das instituições.

"Enfatizamos que na semana do desaparecimento, conforme relatos dos colaboradores da Univaja, a equipe recebeu ameaças em campo. A ameaça não foi a primeira, outras já vinham sendo feitas a demais membros da equipe técnica da Univaja", continua a nota.

As buscas no local já começaram. Nesta segunda-feira (6), o procurador-geral da República, Augusto Aras, se reuniu com o ministro da Justiça, Anderson Gustavo Torres para tratar do assunto.

Estão sendo feitas "varreduras no trecho entre a comunidade São Rafael e o município de Atalaia do Norte (AM), onde teria ocorrido o desaparecimento", diz nota da PGR.

Também nesta segunda houve uma reunião entre integrantes do MPF (Ministério Público Federal) do Amazonas, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Polícia Civil, Funai, Univaja e Marinha para tratar dos detalhes logísticos da operação daqui em diante.

"Desde que tomou conhecimento, o MJSP [Ministério da Segurança e Segurança Pública] iniciou operações na região amazônica do Vale do Javari juntamente com a Marinha do Brasil", afirmou a pasta nas redes sociais. O ministro Anderson Torres declarou, também nas redes, apoio às buscas.

A Univaja já realiza incursões para buscar os desaparecidos desde o domingo. Segundo relatos obtidos por essas expedições, os dois foram vistos pela última vez na comunidade de São Gabriel, indo em direção a Atalaia do Norte.

> Tenho um filho de três anos e um de dois, só penso nesse momento que ele retorne bem, por causa dos meninos. Ele tem também uma filha de 16 anos. Ele precisa voltar para casa
>
> **Beatriz de Almeida Matos**
> antropóloga e companheira de Bruno Pereira

N 200 km
RR
Atalaia do Norte
Manaus
rio Ituí
Terra Indígena Vale do Javari
AM
AC

A Funai destacou três servidores e mais dois agentes da Força Nacional para o caso, e pretende aumentar o contingente. O MPF informou que instaurou um procedimento administrativo para apuração do caso e que a Marinha irá comandar as buscas na região por meio do Comando de Operações Navais.

"Uma equipe de Busca e Salvamento (SAR), subordinada à Capitania Fluvial de Tabatinga foi direcionada ao local da ocorrência", afirmou a Marinha.

A Polícia Federal disse que as diligências serão "divulgadas oportunamente". Com a Polícia Civil, vai auxiliar o trabalho de inquérito, entrevistando pessoas da região em busca de informações sobre o paradeiro da dupla.

Policiais militares irão reforçar as buscas, segundo o governo estadual. "Estamos com uma equipe de busca em Atalaia do Norte, com integrantes da Polícia Militar e Polícia Civil. Estamos em reunião para planejar o envio de uma equipe especializada para Atalaia do Norte para auxiliar nas buscas", afirmou o secretário de Segurança do Amazonas, general Carlos Alberto Mansur.

Há cerca de um mês, a Univaja recebeu uma carta que teria sido enviada por pescadores com ameaças de morte nominais a Bruno e também a Beto Marubo, coordenador da união.

O documento, revelado pelo jornal O Globo e ao qual a **Folha** teve acesso, fala em acerto de contas: "Sei que quem é contra nós é o Beto Índio e Bruno da Funai, quem manda os índios irem para área prender nossos motores e tomar nosso peixe".

A carta continua ainda ameaçando que "se continuar desse jeito vai ser pior", e diz esse é o único aviso que os pescadores darão.

Bruno fez carreira na Funai, sobretudo naquela região, mas estava de licença não remunerada desde o final de 2019.

Pessoas que o conheciam disseram à **Folha**, sob condição de anonimato, que ele decidiu se afastar da entidade após ser exonerado do cargo que ocupava, a coordenação-geral de Índios Isolados e de Recém-Contatados, onde esteve por 14 meses.

Em 2019, ele chefiou a maior expedição para contato com os isolados em 20 anos. Seus colegas dizem que ele estava insatisfeito com as dificuldades que tinha para atuar, que sofria pressão de superiores, e que por isso decidiu ir atuar diretamente com a Univaja.

Questionada, a fundação afirmou que acompanha o caso e colabora com as buscas. "Embora o indigenista Bruno da Cunha Araújo Pereira integre o quadro de servidores da Funai, ele não estava na região em missão institucional, dado que se encontra de licença para tratar de interesses particulares", afirmou a entidade em nota.

As ameaças que ele sofreu recentemente não são novidades, segundo as pessoas que o conheciam. Ele sempre atuou em ações de fiscalização e repressão a atividades ilegais nas terras indígenas da região.

A base da Funai da qual ele retornava, a de Itui, já foi alvo de ataques a tiros, em 2018. Em 2019, um funcionário da frente de proteção Etnoambiental Vale do Javari, da qual Bruno também já fez parte, foi assassinado na cidade de Tabatinga, no Amazonas.

A sensação de quem atua com a questão indigenista é de que a violência vem escalando em todo o Brasil de forma especial neste ano. Exemplo disso são os casos relacionados aos yanomamis, em Roraima, e os ataques registrados no Pará.

"Dom Phillips, um excelente jornalista, colaborador regular do Guardian e um grande amigo, está desaparecido no Vale do Javari, no Amazonas, após ameaças de morte ao seu colega indigenista, Bruno Pereira, que também está desaparecido", afirmou Jonathan Watts, editor do Guardian.

Na tarde desta segunda, o ex-presidente e atual pré-candidato ao Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se pronunciou sobre o caso. "Esperam que sejam encontrados logo, estejam bem e em segurança", afirmou o petista em redes sociais.

A ONG Human Rights Watch disse que é extremamente importante que as autoridades brasileiras dediquem "todos os recursos disponíveis e necessários para a realização imediata das buscas, a fim de garantir, o quanto antes, a segurança dos dois".

"Exigimos do governo brasileiro que atue fortemente para garantir a segurança dos profissionais da imprensa, brasileiros e estrangeiros, que atuam naquela região e que têm sofrido diversas ameaças ao seu trabalho nessa área de conflito", afirmou uma nota conjunta da Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira no Brasil (ACIE) e a Associação dos Correspondentes Estrangeiros (ACE).

Jornalismo reage a ataques e sigilos no governo Bolsonaro

Organizações de imprensa veem risco de escalada da violência nas eleições

Géssica Brandino

SÃO PAULO Ao longo do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), jornalistas e veículos de comunicação têm enfrentado uma ofensiva constante que fere o direito à liberdade de expressão e a liberdade de imprensa no país.

A escalada teve início ainda na campanha eleitoral de 2018 e seguiu sem trégua no decorrer da gestão bolsonarista.

O comportamento tem sido denunciado por organizações que trabalham na defesa da liberdade de expressão e do jornalismo. Elas reforçam o efeito em cascata nas agressões a partir de tais declarações e o clima de risco para profissionais na cobertura eleitoral.

Segundo a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Bolsonaro foi responsável pela maioria das agressões a profissionais da imprensa em 2021, com 147 das 430 ofensivas denunciadas no período, a maioria episódios de censura (140 casos) e de tentativas de desqualificar a informação (131 casos). Em relação a 2018, quando foram registrados 135 casos, o aumento foi de 218%.

Os dados são coletados anualmente a partir de denúncias feitas à federação e sindicatos e de notícias publicadas em veículos de comunicação.

Quase todos os episódios de censura registrados (98%) foram praticados por dirigentes da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), diz o relatório, que aponta na mesma empresa do governo federal outros três casos de violência contra a organização dos trabalhadores e uma ameaça.

A diretora-executiva da ONG Artigo 19, Denise Dora, diz que o Brasil foi o terceiro país em que a liberdade de expressão foi mais reduzida no mundo de 2011 a 2021, atrás de Hong Kong e Afeganistão, dado que deve constar no próximo relatório global da organização.

No levantamento de 2020, o retrocesso já aparecia, com o país registrando 52 pontos na escala de liberdade de expressão usada pela organização, a

Escalada de ataques contra jornalistas e veículos de comunicação

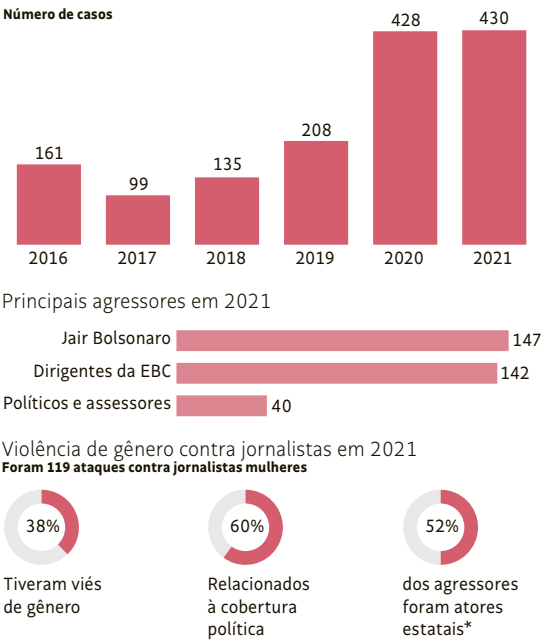
Principais agressores em 2021

Violência de gênero contra jornalistas em 2021
Foram 119 ataques contra jornalistas mulheres

38% Tiveram viés de gênero

60% Relacionados à cobertura política

52% dos agressores foram atores estatais*

* Dentre as 112 agressões com autores identificáveis
Fontes: Relatório 2021 da Fenaj e Abraji

menor pontuação desde 2010, o que colocou o Brasil no rol de democracias em crise.

Outro levantamento, feito pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) com apoio do Fundo Global de Defesa da Mídia, da Unesco, observou casos de violência cometidos contra mulheres jornalistas e ataques de gênero. Em 2021, foram 119.

A maioria desses ataques (60%) estava associada a publicações de teor político e mais da metade dos 94 agressores identificados eram atores estatais, como membros do Executivo e parlamentares. Bolsonaro lidera o ranking ao lado do deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), com oito ataques cada um.

A advogada Letícia Kleim, assistente jurídica e coordenadora do programa de proteção para jornalistas da Abraji, diz que, ao adotar discursos estigmatizantes, o presidente estimula a agressão.

"Ele pessoalmente não faz isso, mas os seguidores se empenham em outras formas de ataques ainda mais graves, como as agressões físicas, as ameaças, perseguições e tudo isso a gente têm visto muito como reflexo dessa postura do governo", afirma Kleim.

> "Em todos os governos é possível apontar casos em que a LAI [Lei de Acesso à informação] foi de alguma forma desobedecida, mas no governo atual a gente vê um movimento de ataque. Uma forma ativa e constante de tentar minar o acesso à informação
>
> **Marina Atoji**
> gerente de projetos da ONG Transparência Brasil

Representante no Brasil da ONG americana CPJ (Comitê para a Proteção dos Jornalistas), Renata Neder diz que historicamente o que se vê como padrão no Brasil é que a maior parte dos jornalistas ameaçados, atacados e agredidos atua em cidades pequenas.

"Muitos jornalistas são frequentemente atacados e agredidos e esses casos não têm visibilidade, mas podem estar ganhando força em um cenário em que as autoridades do país atacam abertamente a imprensa e os jornalistas."

Especialistas chamam atenção para a tentativa do governo de minar a transparência.

Diretora-executiva da Open Knowledge Brasil, Fernanda Campagnucci diz que, embora a estrutura estatal criada nos dez anos da LAI (Lei de Acesso à informação) resista, a posição institucional da alta administração tem afetado a implementação de políticas. Ela cita entre os exemplos o adiamento do Censo do IBGE.

"Tem uma política ativa de desacreditar as instituições e mais do que desacreditar, de desinvestir ou de retirar investimento e promover o sucateamento mesmo dessas estruturas.", afirma Campagnucci.

Outra preocupação é como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) tem sido usada pelo governo para omitir informações de interesse público.

Exemplo disso foi a remoção de dados detalhados do Censo Escolar e do Enem pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

O professor da FGV Ebape (Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas) Gregory Michener diz que o primeiro erro foi não colocar a LGPD sob responsabilidade da CGU (Controladoria Geral da União), que monitora a LAI na administração pública federal, o que faz com que a lei seja aplicada mais pelo aspecto da privacidade do que da transparência.

A LGPD é de responsabilidade da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), que tem seus diretores nomeados pelo Executivo.

"O problema com populistas em geral, não somente Bolsonaro, mas [o ex-presidente dos EUA Donald] Trump, entre outros, é que eles não gostam de transparência que constranja a sua própria atuação", diz Michener, que também afirma que é preciso reconhecer avanços na gestão Bolsonaro, como submeter as entidades do Sistema S, como Sesc, Sesi e Senai, à LAI.

Para a gerente de projetos da ONG Transparência Brasil, Marina Atoji, o governo vem se notabilizando por dificultar o acesso a informações de interesse público, seja pela aplicação de sigilos, usando a LAI contra ela mesma, ou por meio de decretos.

Só neste ano, o sigilo foi aplicado para impedir o acesso a informações sobre estoques do Ministério da Saúde, visitas dos filhos do presidente ao Planalto e a viagem de Bolsonaro à Rússia, em fevereiro.

"Em todos os governos é possível apontar casos em que a LAI foi de alguma forma desobedecida, mas no governo atual a gente vê um movimento de ataque. Uma forma ativa e constante de tentar minar o acesso à informação", afirma Atoji.

Em junho de 2020, quando o governo federal ameaçou restringir o acesso aos números da pandemia de Covid-19, veículos de comunicação, entre eles a **Folha**, formaram um consórcio para garantir a divulgação dos dados.

O projeto reuniu mais de 200 pessoas desde o seu início e cerca de 20 jornalistas de seis empresas trabalham diariamente na coleta de informações das 26 secretarias de saúde estaduais e também do Distrito Federal.

"O jornalismo reagiu, somou forças e vem trabalhando desde então para que não falte aos brasileiros o relato fiel e preciso sobre a pandemia", afirma Flávia Faria, editora do Deltafolha.

Assim como o consórcio, especialistas destacam que a fiscalização do poder feita pelo jornalismo profissional e o trabalho de agências de checagem e de comunicadores em municípios de cidades pequenas é essencial para a democracia.

Denise Dora, da Artigo 19, cita o exemplo do consórcio de mídias comunitárias, com grupos que traduziram informações sobre vacinação contra Covid-19 para línguas dos povos originários, combatendo falas do presidente contra a aplicação do imunizante.

"Teve uma mobilização de reação desde a mídia profissional nacional até a comunicação popular que não permitiu que a estratégia do governo tivesse sucesso", afirma.

Consórcio integrado pela Folha promove ação para valorizar acesso à informação

SÃO PAULO O consórcio de veículos de imprensa formado por **Folha**, UOL, G1, O Globo, Extra e Estado de S. Paulo realiza nesta terça (7), Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, uma ação em conjunto com empresas de comunicação pela valorização do acesso à informação e a defesa da integridade dos jornalistas.

Também participam da iniciativa TV Globo, GloboNews, Valor Econômico e as rádios CBN e Rádio Eldorado.

De acordo com o mais recente relatório da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), em 2021 foram registrados 430 casos de ataques à liberdade de imprensa no país, o que inclui episódios de censura (33%). O presidente Jair Bolsonaro (PL) lidera a lista de ofensivas, com 147 ataques.

"A liberdade de imprensa está sob ataque. Defendê-la é dever de todos os que zelam pela jovem democracia brasileira", afirma Sérgio Dávila, diretor de Redação da **Folha**.

Além de reportagens sobre o assunto, todos os jornais impressos e sites do consórcio publicam nesta terça um anúncio e uma tarja preta com o texto "Dia Nacional da Liberdade de Imprensa. Uma campanha em defesa do jornalismo profissional".

O texto do anúncio destaca a importância do jornalismo profissional para a sociedade. "O jornalismo precisa ser livre. Livre para informar, investigar e mostrar tudo o que acontece para que você forme a sua opinião. Quem defende o jornalismo defende a liberdade e fortalece a democracia."

Também estão previstas ações na TV, spots nas rádios e publicações nas redes sociais.

Marília critica PSB e diz que repetirá Arraes e Lula com frente ampla

João Pedro Pitombo

SALVADOR Pré-candidata ao governo de Pernambuco, Marília Arraes (Solidariedade) disse nesta segunda-feira (6) que os governos do PSB estão destruindo o estado e que concorrerá em uma frente ampla, repetindo seu avô Miguel Arraes (1916-2005) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em sabatina à **Folha** e ao UOL, a deputada federal minimizou a falta de apoio formal de Lula, que subirá no palanque do deputado federal Danilo Cabral (PSB) após a consolidação da aliança nacional entre os dois partidos.

Disse entender as articulações nacionais que levaram Lula a apoiar Cabral em Pernambuco, que o apoio do petista a seu adversário não será obstáculo para sua candidatura e que, por ela, todos os candidatos em Pernambuco apoiariam o ex-presidente.

"É um artifício do PSB para tentar deixar de discutir as tragédias cotidianas de Pernambuco", afirmou a deputada.

Marília deixou o PT em março deste ano em meio a embates com a cúpula local do partido. Filiou-se ao Solidariedade, que nacionalmente também está aliado a Lula, para concorrer ao governo do estado.

A pré-candidata ao governo de Pernambuco Marília Arraes (Solidariedade) Reprodução/UOL

Ela tentou concorrer ao cargo em 2018, mas sua candidatura foi vetada pelo PT após acordo em que o PSB ficou neutro na eleição presidencial.

Mesmo fora do PT, ela evitou criticar seu antigo partido. Disse que tem respeito pela militância petista e que espera ter o apoio de setores da legenda. Afirmou ainda que a aliança como PSB foi determinante para que ela deixasse o PT.

Afirmou que pretende comandar uma frente ampla, com apoio de setores de centro e centro-direita. Lembrou que o PSB adotou um discurso antipetista e tratou o PT como "um partido de gângsteres" na eleição municipal de 2020 no Recife, quando ela perdeu para o primo João Campos (PSB) no segundo turno.

Para este ano, disse que está preparada e com o "couro curtido" para possíveis ataques do PSB e que o grupo do governador Paulo Câmara (PSB) joga sujo contra adversários.

"Provavelmente vão inventar mais alguma mentira, tentar me atacar de alguma maneira. Estão desesperados porque o candidato deles [Danilo Cabral] não cresce", disse.

Sobre as chuvas que deixaram 128 mortos nas últimas semanas em Pernambuco, a pré-candidata disse que esta foi uma "tragédia anunciada" e que os estragos resultaram de anos de abandono das gestões do PSB no estado. Citou como exemplo as fortes chuvas que atingiram o estado em 2010 e disse que o então governo de Pernambuco não apoiou as vítimas das cheias. Na época, o governador do estado era Eduardo Campos, do PSB, morto em um acidente aéreo em 2014.

"Essa deveria ser uma política de estado, e não uma política que mudasse de acordo com o governo. E não foi feito. [...] É um problema estrutural da cidade do Recife, onde a periferia é composta por morros", disse a deputada, defendendo políticas de prevenção que integrem as cidades da região metropolitana.

Marília prometeu investimentos em infraestrutura e habitação para evitar novos desastres, criticou a gestão da saúde no estado, cobrou a conclusão dos hospitais de Petrolina e Serra Talhada e defendeu a interiorização do atendimento da rede estadual, para evitar que pacientes tenham que se deslocar até o Recife para realizar procedimentos.

Também disse que irá atuar para garantir educação profissional e inclusão digital para os jovens. Afirmou ainda que a geração de empregos será uma prioridade e prometeu fomentar arranjos produtivos locais, de acordo com a vocação econômica de cada região, para desenvolver o interior do estado.

A pré-candidata também prometeu paridade de gênero no seu secretariado e a ampliação da diversidade racial no primeiro e segundo escalão do governo.

A sabatina foi conduzida por Fabíola Cidral e pelos jornalistas Carlos Madeiro, do UOL, e José Matheus Santos, da **Folha**.

+ Sabatinas com pré-candidatos ao Governo de PE

8.jun - 10h
- **Miguel Coelho** (União Brasil)

8.jun - 16h
- **Danilo Cabral** (PSB)

9.jun - 10h
- **Raquel Lyra** (PSDB)

10.jun - 10h
- **Anderson Ferreira** (PL)

10.jun - 16h
- **João Arnaldo** (PSOL)

mundo

O premiê do Reino Unido, Boris Johnson, deixa a residência oficial pela porta dos fundos nesta segunda, antes de votação de desconfiança Toby Melville/Reuters

Boris escapa de voto de desconfiança, mas não se livra de desgaste no cargo

Às voltas com escândalo do 'partygate', premiê do Reino Unido tem oposição de 40% de seu partido

SÃO PAULO Após meses de fritura com a revelação do escândalo conhecido como "partygate", o premiê do Reino Unido, Boris Johnson, conseguiu nesta segunda-feira (6) um importante alívio na maior crise de seu mandato. O político conseguiu vencer o voto de desconfiança que sua própria legenda, o Partido Conservador, convocou contra ele, e vai se manter no cargo de primeiro-ministro.

Boris precisava do voto de 180 dos 359 parlamentares da sigla para permanecer no cargo —caso contrário, seria iniciado um processo de semanas para eleger um novo chefe de governo britânico. A votação nesta segunda terminou com 211 votos favoráveis ao premiê (59% dos assentos), contra 148 contrários.

"Acho que é um resultado convincente, um resultado decisivo. E o que significa é que, como governo, podemos seguir em frente e nos concentrar nas coisas que realmente importam para as pessoas", disse o primeiro-ministro após a divulgação do resultado. Ele afirmou que não pretende antecipar eleições, manobra que poderia ser usada para reforçar sua autoridade.

A moção de desconfiança foi pautada após 54 correligionários —15% da bancada conservadora— enviarem cartas solicitando a votação ao chamado Comitê 1922. A última necessária para completar a lista chegou na noite de domingo (5), quando Boris foi notificado, segundo Graham Brady, que preside o órgão.

Ao menos 40 parlamentares já haviam pedido publicamente a saída de Boris nas últimas semanas, mas os últimos solicitantes, explicou Brady, enviaram suas cartas apenas nos últimos dias, porque insistiam que a votação fosse realizada somente após as celebrações do Jubileu de Platina de Elizabeth 2ª, organizadas de quinta (2) a domingo —em evento na sexta, Boris chegou a ser vaiado pelo público.

A rainha, no discurso de encerramento das celebrações pelos seus 70 anos de reinado, pediu que o sentimento de união prevalecesse no país.

O gabinete do premiê, por meio de um porta-voz, havia dito que a votação desta segunda era uma oportunidade para Boris apresentar seus argumentos aos parlamentares e uma chance de "encerrar meses de especulação".

Após a divulgação do resultado, o secretário de Educação, Nadhim Zahawi, afirmou em entrevista que Boris teve uma vitória substancial. "O importante é lembrar que só conseguimos entregar um bom governo se estivermos unidos. Espero que tenhamos resolvido isso e que possamos nos concentrar em fazer um bom governo", afirmou.

A vitória, por si só, não significa que Boris está salvo, apesar de dar sinais de alívio. Sua antecessora, Theresa May, também enfrentou e venceu um voto de desconfiança em dezembro de 2018, mas, pressionada pelas dificuldades de levar a cabo a retirada do Reino Unido da União Europeia, renunciou ao cargo seis meses depois, no processo que levou o atual premiê ao poder.

Boris entrou na mira de seus correligionários após participar de uma série de festas em Downing Street, a sede do governo do Reino Unido, em períodos nos quais a Inglaterra passava por restrições para conter a pandemia de Covid. O escândalo ficou conhecido como "partygate" e foi alvo de investigações da polícia de Londres e do próprio governo —cujo relatório apontou "falhas de liderança e de julgamento" de diferentes autoridades e um comportamento "difícil de justificar".

O caso foi ganhando corpo ao longo dos últimos meses conforme se intercalavam revelações baseadas em fotos dos eventos com pedidos de desculpas de Boris —ao Parlamento, à própria rainha, aos ingleses. Ao ser questionado no Parlamento em dezembro sobre os relatos de uma festa em Downing Street, o premiê disse ter certeza que "as regras foram seguidas o tempo todo".

Com o agravamento da crise, em janeiro ele pediu perdão pela primeira vez por participar de um dos encontros durante o lockdown. À época, disse ter acreditado que se tratava de um evento de trabalho —já que o jardim da residência oficial funciona, segundo ele, como extensão do escritório.

Depois, se desculpou também com Elizabeth 2ª por causa de uma das festas de sua equipe, realizada na véspera do funeral do marido dela, o príncipe Philip. Segundo o jornal britânico Telegraph, funcionários do gabinete quebraram regras do confinamento, beberam álcool em abundância e dançaram até tarde em uma despedida.

O premiê e a esposa chegaram a ser multados por uma festa de aniversário dele. A polícia britânica emitiu mais de 126 punições do tipo em conexão com os eventos na sede da administração britânica. Apesar desse desenrolar, Boris sempre negou a possibilidade de renunciar ao posto.

A oposição esperava fazer valer o código parlamentar, segundo o qual enganar conscientemente os legisladores é uma ofensa que deve resultar em renúncia. Angela Rayner, vice-líder do Partido Trabalhista, acusou no final do mês passado o premiê de mentir. "Boris Johnson afirmou repetidamente que não sabia nada sobre desrespeitos à lei —agora não há dúvidas de que ele mentiu", afirmou. "Ele fez as regras e então as quebrou."

Os pedidos de renúncia vieram também de membros do próprio partido. O ex-líder do Partido Conservador Mark Harper, por exemplo, escreveu nas redes sociais que não achava mais que o político fosse "digno do cargo que ocupa" depois da última revelação de fotos dos eventos, obtidas pelo canal ITV News. As imagens, supostamente feitas durante uma reunião em homenagem ao ex-diretor de comunicações Lee Cain, mostram Boris fazendo um brinde enquanto segura uma taça.

A situação econômica do país também prejudicou o premiê. O Reino Unido enfrenta uma crise do custo de vida impulsionada pelo aumento da inflação, que, em abril, atingiu seu nível mais alto em mais de 40 anos.

Derrotas do Partido Conservador nas eleições regionais indicaram o ponto que o desgaste político vinha alcançando —ainda que o revés estivesse mais no campo simbólico, já que os milhares de assentos em conselhos municipais e distritais não têm impacto direto na política nacional.

Com Reuters e AFP

Acho que é um resultado convincente, um resultado decisivo. E o que significa é que, como governo, podemos seguir em frente e nos concentrar nas coisas que realmente importam para as pessoas

Boris Johnson
premiê britânico, após vencer votação de desconfiança

+ Como funciona o voto de desconfiança

Como o processo é aberto?
Para que o primeiro-ministro perca o cargo, pelo menos 15% dos parlamentares do Partido Conservador devem se manifestar por carta a um órgão conhecido como Comitê 1922 dizendo que não apoiam mais o político. O número foi atingido na noite de domingo. Nesta segunda, os parlamentares conservadores votaram de forma secreta para decidir se Boris se manteria ou não no cargo. Para retirá-lo do poder, seria preciso de mais da metade dos votos dos conservadores, o que hoje representa 180 cédulas. Boris obteve 211 votos a seu favor.

Por que essa decisão cabe aos parlamentares conservadores?
Como os conservadores controlam o Parlamento, cabe a eles a escolha do primeiro-ministro até que uma futura eleição eventualmente mude a correlação de forças no Legislativo.

O que acontece agora que Boris conseguiu maioria a seu favor?
Ele continua como primeiro-ministro e está livre de enfrentar uma nova moção de desconfiança por um ano pelas regras atuais —que podem ser revistas pelo partido. Isso não significa, porém, que seus problemas acabaram, e há precedentes ruins para Boris na história recente do país. Sua antecessora, Theresa May, é um exemplo. Ela enfrentou e venceu um voto de desconfiança em dezembro de 2018, mas, pressionada pelas dificuldades de levar a cabo a retirada do Reino Unido da UE, renunciou ao cargo seis meses depois, o que levou Boris ao poder.

Cancelamento de voos afeta milhares de turistas britânicos

Philip Georgiadis

LONDRES | FINANCIAL TIMES Milhares de turistas britânicos ficaram retidos em países do exterior depois de problemas operacionais em série afetarem companhias aéreas e aeroportos. A situação piorou entre sábado e domingo, no final do feriado do Jubileu de Platina da rainha Elizabeth 2ª.

As empresas cancelaram quase 500 voos que tinham o Reino Unido como origem ou destino nas festividades de quatro dias. Dezenas de suspensões foram feitas em cima da hora, segundo a empresa de dados Cirium.

A companhia low cost EasyJet fez muitos desses cancelamentos e confirmou o acréscimo de outros 37 voos à lista nesta segunda-feira (6). Os passageiros, segundo o comunicado, foram informados antes de chegarem ao aeroporto. A empresa acrescentou que espera nos próximos dias "níveis semelhantes de cancelamentos antecipados, de cerca de 30 voos por dia".

A companhia aérea disse que a grande maioria de seus voos operava normalmente e culpou "o atual ambiente operacional desafiador" pela interrupção, citando que não há problemas de falta de tripulação para a alta temporada de verão no hemisfério Norte.

Ao todo, cerca de 15 mil passageiros foram atingidos por mudanças de última hora somente neste domingo (5). Segundo a consultoria de viagens PC Agency, podem ser necessários três dias para que os atrasos sejam compensados e todos consigam voltar.

Muitos dos que tiveram voos cancelados são funcionários de escolas e alunos que fariam provas nesta semana. Michael Norman, que tinha uma viagem de Faro, no sul de Portugal, para Manchester no domingo, disse que a EasyJet não informou aos passageiros sobre o cancelamento até que estivessem no portão de embarque.

Ele afirma que gastou 750 libras (R$ 4.500) em hospedagem e novos voos, depois de ouvir da empresa que ele seria realocado no "próximo voo disponível", sobre o qual não havia informação de data ou hora. "Não temos ideia de nada, é como se tivessem me abandonado. Eles não deveriam levar as pessoas para viajar de férias se não podem levá-las de volta."

Os passageiros sofreram com dez dias de interrupções, atrasos e cancelamentos em muitos aeroportos do Reino Unido, em um momento em que a indústria da aviação luta para enfrentar um crescimento na demanda por viagens.

Os problemas se espalharam ainda por outras partes da Europa, incluindo Holanda, Irlanda e Suécia. Nos EUA, o problema persiste há mais de um ano, com picos tendo sido registrados no começo deste ano, quando a uma onda de mau tempo se somou a alta dos casos de Covid ligados à variante ômicron, impactando as tripulações.

Na segunda, o aeroporto de Heathrow, em Londres, informou que deve recrutar mais mil funcionários e que no próximo dia 14 de junho o terminal 4 reabrirá pela primeira vez em dois anos para ajudar a liberar espaço em outras áreas.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Cazaquistão descarta o antigo ditador e gera alarme a Putin

Nazarbaiev perde status em referendo que também é vitória para o Kremlin

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Mais de cem dias após o início da Guerra da Ucrânia, parece um fato remoto a intervenção russa para estabilizar um vizinho na Ásia Central, o Cazaquistão. Mas ela ocorreu em janeiro, pouco antes da invasão promovida por Vladimir Putin.

Um novo capítulo daquela crise se encerrou no domingo (5), com 68% dos eleitores cazaques indo às urnas para aprovar por 77% mudanças constitucionais em referendo.

Na superfície e algo além dela, é uma vitória de Putin. Em janeiro, ele apoiou com o envio inédito de forças da sua mini-Otan, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, a repressão do governo local a uma insurreição.

Os motivos da crise são múltiplos. Ela começou com um problema pedestre, o aumento do preço do gás usado por taxistas, e ganhou ares de convulsão institucional com apoio de elementos estrangeiros. Seja como for, no seu centro havia a disputa de poder entre o ex-ditador Nursultan Nazarbaiev e seu sucessor, Kassim-Jomart Tokaiev.

Em 2019, o presidente recebeu o poder em uma transição negociada —a família e o grupo político do homem que governou o mais rico país da região por três décadas permanecia incrustada na vida econômica cazaque.

Além disso, Nazarbaiev, hoje com 81 anos, recebia o título de "pai da nação", simbólico mas nem tanto, dizendo muito sobre seu poder nos bastidores da política local.

O arranjo colapsou na virada do ano e, em janeiro, Putin interveio em favor de Tokaiev —após anos de apoio ao antecessor, em nome da estabilidade na sua vital fronteira centro-asiática.

Cerca de 230 pessoas morreram nos protestos, mas os russos conseguiram restabelecer rapidamente a ordem, comandando uma equipe multinacional no país vizinho.

Moscou criou uma novidade geopolítica e foi aplaudida até por Pequim, que dividia com o Kremlin a disputa pela influência no grande produtor de gás natural e urânio, para não falar nos centros de mineração de bitcoins.

Os campos de ação dos aliados na Guerra Fria 2.0 pareciam estabelecidos. Em pouco mais de um mês, o Kremlin voltaria ao papel de vilão mundial em grande estilo.

De toda maneira, o líder russo está em posição de força na região, tendo trabalhado para salvar outro governo local, no Quirguistão, em 2020.

O referendo proposto por Tokaiev prevê a redução do poder do presidente e o aumento do papel do Parlamento, além de diversas medidas sanitárias para isolar parentes do mandatário da vida partidária e da economia do país.

Como foi feito em ambiente controlado, o referendo tem elementos de uma "revolução colorida", o termo para movimentos pró-democracia usualmente estimulados pelo Ocidente nas fronteiras ex-soviéticas, mas sem ameaçar o status quo pró-Kremlin.

Dado o histórico, apenas o tempo dirá se seu viés liberalizante das 56 emendas à Constituição cazaque é real ou apenas um verniz autocrático.

Mais importante, o movimento consolida o fim da era Nazarbaiev ao ignorar o posto ocupado pelo ex-ditador, que nunca mais foi visto, aliás. Aí a vitória de Putin começa a ganhar nuances e até um sinal de alerta para o presidente russo.

Quando enfim resolveu mudar a Constituição russa em seu favor, promovendo um referendo em 2020, Putin abriu uma caixa de Pandora de especulações acerca de seu futuro. A mais recorrente dizia que, apesar de manter a opção de buscar mais duas reeleições e tentar ficar na cadeira até os 83 anos, em 2036, o líder poderia namorar uma saída Nazarbaiev.

A brevidade do arranjo no Cazaquistão é um aviso a Putin de que não há exatamente segurança em tal ideia.

Claro, o país asiático não é a Rússia, muito maior e mais complexa, mas o movimento em matilhas rivais das elites por lá não difere tanto do que acontece no vizinho ao norte.

A Guerra da Ucrânia tem levado a Rússia a uma encruzilhada política. Putin recrudesceu seu controle sobre o país, calando o dissenso —um processo que já estava em curso desde o fim do período ilusório de liberdades da Copa de 2018, sediada pelos russos.

Há sinais aqui e ali de descontentamento, mas por ora as duríssimas sanções ocidentais são lidas pela elite como um ataque generalizado ao país. Isso reforçou a posição de Putin, que cimentou seu poder sobre os grupos que se movimentam abaixo dele na economia e na política de forma inaudita nas suas duas décadas no Kremlin.

O quanto isso vai durar, ou se a Rússia pode descambar para uma ditadura, são questões em aberto. O presidente russo tem quase 70 anos e rumores crescentes acerca de problemas de saúde. Qualquer solução de transição mais à frente, se houver, parece acabar de perder a opção Nazarbaiev na visão de Putin. E isso pode ter consequências sobre o processo, quando ocorrer.

Bombeiros apagam incêndio em depósito bombardeado em Donetsk, no leste ucraniano Alexander Ermotchenko/Reuters

Relatos apontam morte de brasileiro, e família aguarda notícias; embaixada aciona Itamaraty

Caue Fonseca

PORTO ALEGRE A embaixada do Brasil na Ucrânia acionou o Ministério das Relações Exteriores após receber relatos dando conta da morte do brasileiro André Hack Bahi, 43, que está desde março lutando ao lado do Exército de Kiev contra as forças russas que invadiram o país vizinho há mais de cem dias.

Ainda não há confirmação oficial do óbito, que seria o primeiro de um brasileiro na guerra no Leste Europeu. Em nota, o Itamaraty afirmou no fim da tarde desta segunda (6) que "não possui, no presente momento, confirmação sobre eventual falecimento de cidadão brasileiro em território ucraniano em decorrência do conflito naquele país".

Segundo o órgão, "a embaixada em Kiev segue buscando mais informações sobre o caso e permanecerá à disposição para prestar a assistência cabível". A pasta ainda ressaltou que "continua a desaconselhar enfaticamente deslocamentos de brasileiros à Ucrânia, enquanto não houver condições de segurança."

O voluntário brasileiro André Hack Bahi, 43, que lutava na Ucrânia Arquivo Pessoal

Queremos vitória, mas não a qualquer custo, diz Zelenski a tropas

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, visitou soldados da linha de frente no Donbass. "Todos vocês merecem a vitória, mas não a qualquer custo", afirmou. Em Severodonetsk, as forças de Moscou devem intensificar sua ofensiva, segundo o governador regional, Serhii Haidai.

Tatiane Hack Bahi, irmã de André, afirma que a morte foi comunicada por outro combatente, identificado como Português. Segundo os relatos até aqui, os dois estariam atuando como socorristas em Severodonetsk, no leste do país, no final da última semana, quando o local em que estavam foi atacado em meio a um bombardeio. Português, então, teria avisado André Kirvaitis, outro brasileiro em combate na Ucrânia, que por sua vez repassou o relato aos familiares no domingo (5).

Nesta segunda, Kirvaitis publicou um vídeo em que fala dos três meses passou com Bahi e agradece ao colega por ter salvado sua vida durante um ataque a Irpin, cidade próxima a Kiev. "Mais um soldado anônimo que, como outros, deu a vida em combate pela liberdade e pela paz. Eu não vou deixar ser esquecido", escreveu Kirvaitis.

A **Folha** tentou contato com Kirvaitis pelas redes sociais, mas não obteve resposta. Segundo Tatiane, a família entrou em contato com a embaixada do Brasil na Ucrânia e ainda não recebeu retorno.

"A última vez que troquei mensagens [com o irmão] foi em 18 de maio, mas ele mandou mensagens em grupos depois disso. Em 3 de junho, suspeitamos que poderia ter acontecido algo porque era aniversário da nossa mãe e ele não entrou em contato. Mas ainda temos esperança", diz.

Bahi nasceu em Porto Alegre e cresceu em Eldorado do Sul, na região metropolitana da capital gaúcha. Esteve na Costa do Marfim atuando pela Legião Estrangeira da França, agrupamento militar no qual atuam estrangeiros.

"Sobre lutar na Ucrânia, ele nos comunicou como uma decisão já tomada. Não havia nada que nossa opinião pudesse mudar. Ele embarcou para lá como voluntário assim que os conflitos começaram", afirma Tatiane. Segundo ela, Bahi tem quatro filhos.

103º dia de incursões da Rússia na Ucrânia

Fonte: Graphic News e BBC

Rússia se tornou novo norte da Ásia, afirma analista

Ex-consultor do governo Obama diz que Guerra da Ucrânia acelerou aproximação de Moscou com países da região

ENTREVISTA
PARAG KHANNA

Mayara Paixão

GUARULHOS O indiano Parag Khanna, que por anos atuou como consultor de política externa do governo dos Estados Unidos, engrossa a lista dos que acreditam que a Guerra da Ucrânia poderia ter sido freada antes de começar. A península da Crimeia e o Donbass poderiam ter sido cedidos à Rússia, enquanto a Ucrânia seria prontamente aceita em blocos do Ocidente, como a Otan e a União Europeia, diz.

Kiev não aceita essa hipótese, mas, segundo Khanna, 44, "sem acordos territoriais, não haverá paz". O especialista afirma que o conflito ajudou a consolidar Moscou como uma espécie de "norte da Ásia".

Khanna, que conversou por videochamada com a Folha de Singapura, hoje dirige a FutureMap, consultoria de estratégia baseada em dados que fundou. Na terça (7), às 9h (horário de Brasília), participa de um debate virtual promovido pelo Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Para acompanhar, é preciso se inscrever (bit.ly/3tkVWPn).

*

Parag Khanna, 44
Nascido na Índia, é doutor em relações internacionais pela London School of Economics. Atuou como consultor do Conselho Nacional de Inteligência dos EUA e das forças do país no Iraque e no Afeganistão. É autor, entre outros, de "The Future is Asian" e "Move: The Forces Uprooting".

Quais as principais consequências da Guerra da Ucrânia para os países asiáticos? Uma das coisas que os asiáticos entenderam e têm tirado proveito já há algum tempo é que a Rússia está se tornando um país asiático. O combustível, os alimentos e os recursos russos fluem para a Ásia, especialmente agora que a Europa quer se tornar mais autossuficiente, evitando a dependência da Rússia e impondo sanções a Moscou. A Rússia não tem outra opção a não ser exportar, importar e negociar com a Ásia: tornou-se o norte do continente, algo que já vinha acontecendo nos últimos 20 anos e foi acelerado pela guerra.

Num recente artigo publicado na National Interest, o sr. afirma que a Crimeia e o Donbass deveriam ter sido cedidos à Rússia e que a Ucrânia deveria ter sido aceita na UE e na Otan para evitar a guerra. O que acredita que os dois lados e o Ocidente devem fazer para interromper o conflito? Até que tenhamos um acordo territorial, não haverá paz, tampouco estabilidade. Minha opinião é a de que devemos focar esse acordo —que poderia ter sido feito em 2014, oito anos atrás, porque já era claro que a Rússia não devolveria a Crimeia e continuaria com milícias no Donbass para controlar as fronteiras.

Se olharmos para o número de vítimas, de refugiados e de danos econômicos, faz mais sentido para a Ucrânia concordar com a atual realidade geográfica em vez de fingir que pode revidar e vencer.

Quais as possíveis consequências da crescente movimentação da China no Pacífico? Esse é um cenário relativo, não linear, porque a China está ficando muito mais forte e influente do que era no passado, mas os EUA também seguem muito importantes. A Ásia é multipolar e seguirá multipolar, mesmo com uma China cada vez mais poderosa.

Joe Biden também parece priorizar o Pacífico. Como avalia as atuais políticas do governo americano para a Ásia? O giro para a Ásia teve início com Barack Obama, cerca de uma década atrás, mas faltavam ali estratégias militares e econômicas. Hoje são três as diferenças. 1) Há uma estratégia econômica, acordos comerciais e esforços para afastar as cadeias de suprimentos da Ásia. 2) Do lado militar, temos o Quad [EUA, Índia, Austrália e Japão], e esses países estão determinados a manter uma colaboração de longo prazo. 3) A própria China, porque, há dez anos, muitas nações poderiam acreditar que a China seguiria numa direção positiva —hoje, ninguém confia em Pequim, todos têm suspeitas.

Isso torna mais provável que uma coalizão de países que desejam limitar a influência chinesa tenha sucesso.

Outro tema que o sr. trabalha é a mudança climática e, nesse sentido, diz que o fenômeno vai acelerar migrações Sul-Norte dentro dos países e entre eles. Quais serão as consequências? Inevitavelmente, vai haver um movimento de pessoas mudando do sul para o norte, mas a maioria das pessoas não vai se mudar, e sim buscar adaptações onde vive —o que se aplica à América do Sul, mas também à Ásia, particularmente à Índia. De um modo geral, as geografias do norte ainda estão em melhor situação, porque há mais espaço, maior abastecimento de água doce e melhor governança, o que leva a maior produtividade.

Os governos estão desenvolvendo políticas para assegurar que refugiados climáticos tenham o suporte que precisam? O principal é reduzir a burocracia, facilitando o reassentamento das pessoas e dando a elas direitos. Também deve-se construir infraestrutura adequada, especialmente moradias acessíveis.

Há 14 anos, em entrevista à Folha, o sr. disse que o Brasil não tinha ambição suficiente para se tornar uma superpotência. Como vê a diplomacia brasileira atual? O Brasil segue um país muito influente, é um ator-chave em muitos contextos. Mas não acho que seja visto como um líder na diplomacia. Porque a equação da mudança climática e da diplomacia tem sido ineficaz — na verdade, por parte de todos. O Brasil poderia ter sido um na diplomacia climática.

Mas mesmo que o Brasil tenha perdido um pouco de credibilidade no cenário global, isso não significa que não deva focar suas relações de influência. Ele deveria continuar a priorizá-las.

Patrícia de Melo Moreira - 2.jun.22/AFP

PORTUGAL EXIBE JOIAS DA MONARQUIA COM OURO DO BRASIL

Após 226 anos do início das obras, a ala poente do Palácio da Ajuda, última residência dos reis de Portugal, foi aberta ao público com o novíssimo Museu do Tesouro Real. A instalação abriga uma coleção com mais de mil peças, que incluem joias raras da coroa portuguesa, além de moedas, prataria artística —e grande quantidade de ouro e diamantes do Brasil. Este é o nome, inclusive, de uma das 11 áreas temáticas da exposição. Um painel destaca a abundância das jazidas de Minas Gerais e seus "diamantes em enorme e inédita quantidade". Não por acaso, das 22 mil pedras da exposição, 18 mil são diamantes. O texto da seção brasileira menciona que a corrida do ouro trouxe exploradores e aventureiros à região, mas não faz alusões à mão de obra de africanos e indígenas escravizados nas minas de extração. Diretor do Palácio Nacional da Ajuda, o historiador José Alberto Ribeiro diz que as referências à escravidão foram incluídas apenas no catálogo da exposição, que ainda não está disponível. "A exposição é puramente para mostrar as joias do tesouro real e contar sua história", afirma.

Presidente do México confirma ausência na Cúpula das Américas

WASHINGTON E CIDADE DO MÉXICO | REUTERS E AFP O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, confirmou nesta segunda (6) que não comparecerá à Cúpula das Américas, encontro que reunirá líderes do continente nesta semana em Los Angeles (EUA). A ausência se deve à decisão do governo americano de não convidar para o evento representantes de Cuba, Nicarágua e Venezuela, ditaduras tratadas como párias por Washington.

AMLO impõe um revés para o governo de Joe Biden, que atuou para evitar o fracasso diplomático da cúpula. Como fez com o presidente Jair Bolsonaro (PL), que irá ao evento, o democrata despachou um representante para convencer o presidente mexicano, mas teve a negativa nesta segunda.

O México estará representado na Cúpula pelo ministro das Relações Exteriores, Marcelo Ebrard. AMLO, por sua vez, terá um encontro com Biden na Casa Branca em julho.

"Não vou à Cúpula porque nem todos os países das Américas estão convidados. Acredito na necessidade de se mudar uma política que se impõe há séculos: da exclusão", disse o esquerdista.

Autoridades americanas alegam ter convidado somente líderes de governos que respeitam a democracia. O porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, disse em entrevista coletiva que os EUA compreendem a posição do vizinho ao sul, mas completou: "Um dos elementos-chave dessa cúpula é a governança democrática, e esses países [Cuba, Venezuela e Nicarágua] não são exemplos, para dizer o mínimo, de governança democrática".

> Não vou à Cúpula porque nem todos os países das Américas estão convidados. Acredito na necessidade de se mudar uma política que se impõe há séculos: da exclusão
>
> **Andrés Manuel López Obrador**
> presidente do México

O senador democrata Robert Menendez afirmou que AMLO pode prejudicar a relação com Washington ao "ficar ao lado de ditadores e déspotas".

O desgaste diplomático pode se refletir nos debates da cúpula e em seus resultados práticos. Nesta segunda, o presidente chileno, Gabriel Boric, mesmo confirmado na programação, criticou a posição dos EUA. No Canadá, onde se encontrou com o premiê Justin Trudeau, ele afirmou que dirá na cúpula que Washington errou, ao "reforçar uma postura [de intolerância] que esses países adotam internamente".

Em resposta à exclusão de Cuba, o chanceler do país, Bruno Rodríguez, afirmou que o encontro é um "fracasso neoliberal que isola e desconecta" os EUA do continente. Antes, os presidentes de Honduras, Xiomara Castro, aliada de AMLO, e da Guatemala, Alejandro Giammattei, cuja gestão já recebeu críticas da Casa Branca, anunciaram que não iriam ao encontro nem mesmo se fossem convidados.

Outro que não comparecerá ao encontro é o uruguaio Luis Lacalle Pou. O direitista, porém, cancelou a viagem depois de informar nesta segunda que está com Covid.

Bolsonaro tem participação confirmada e, ainda pelo acordo costurado pelos EUA, fará uma reunião com Biden à margem do evento. O encontro com o democrata é considerado uma oportunidade do brasileiro para tentar romper a imagem de isolamento e de pária internacional.

A reunião ocorrerá um ano e meio após Biden chegar ao poder em Washington. Nesse período, os dois presidentes nunca se falaram diretamente. Depois de Los Angeles, Bolsonaro deve esticar a viagem até Orlando, na Flórida, para inaugurar um vice-consulado do Brasil e encontrar apoiadores.

A nona edição da Cúpula das Américas, a ser realizada de segunda (6) até sexta (10), foi pensada por Washington para simbolizar o retorno da liderança dos EUA em assuntos da América Latina.

Nesta segunda, eram esperadas as chegadas a Los Angeles dos presidentes do Panamá, Laurentino Cortizo, e do Chile, Gabriel Boric. Bolsonaro deve viajar na quinta (9).

Estarão em pauta na cúpula temas como o crescimento econômico e a crise climática.

O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro durante anúncio de medidas para tentar reduzir preço dos combustíveis Gabriela Biló/Folhapress

Bolsonaro anuncia corte de tributos da gasolina em pacote de até R$ 50 bi

Governo poderá repassar recursos aos estados em troca de eles zerarem ICMS sobre combustíveis

BRASÍLIA Segundo colocado nas pesquisas a menos de quatro meses das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) decidiu reagir e anunciou um amplo pacote de até R$ 50 bilhões em medidas para tentar reduzir o preço dos combustíveis, cuja alta é vista por membros de sua campanha como o principal obstáculo à reeleição.

Três meses após zerar as alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel e o gás de cozinha até dezembro, Bolsonaro anunciou a ampliação do alcance da medida e vai desonerar tributos federais também sobre a gasolina e o etanol. Segundo o presidente, serão zeradas as alíquotas de PIS/Cofins e Cide.

Pressionado pelo Congresso, o presidente também anunciou que o governo se dispõe a ressarcir com recursos da União estados que aceitarem zerar as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim do ano.

Os impactos das medidas não foram detalhados durante pronunciamento. Questionado pelos jornalistas, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o custo total deve ficar acima de R$ 25 bilhões e abaixo de R$ 50 bilhões. Fontes do governo, por sua vez, afirmam que o custo deve ficar próximo dos R$ 50 bilhões.

Para abrir caminho à transferência de recursos, o governo buscará a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar que a despesa fique fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação. A articulação pela PEC foi antecipada pela **Folha**.

A PEC surgiu como alternativa ao decreto de calamidade pública, que voltou a ser defendido pela ala política do governo, mas enfrentava resistência de técnicos da área econômica.

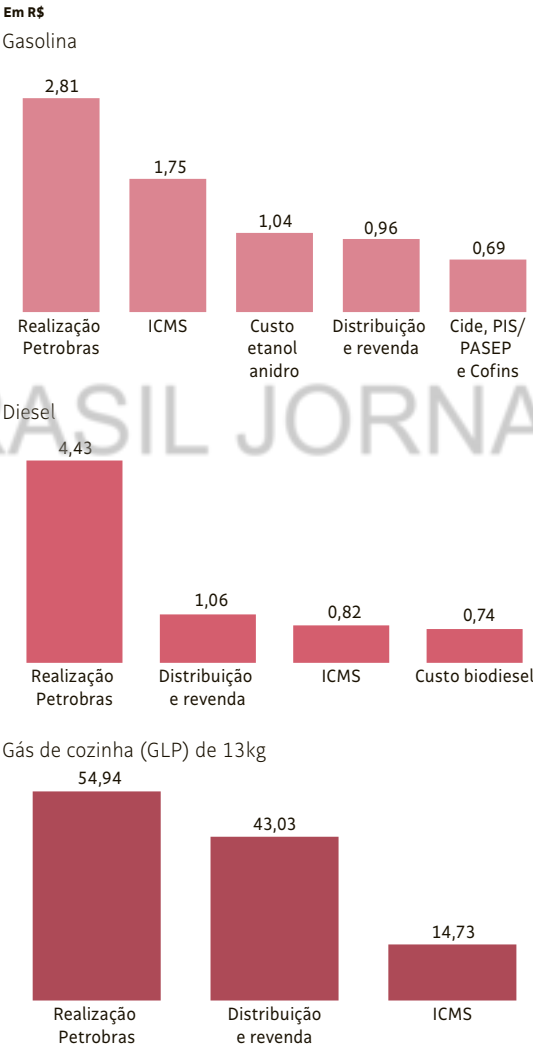
"Em havendo entendimento por parte dos senhores senadores, em se aprovando o projeto de lei complementar [sobre o ICMS] e em se promulgando de forma bastante rápida uma emenda à Constituição, isso se faria valer imediatamente na ponta da linha para os consumidores. Então essa diminuição de carga tributária para enfrentarmos esse problema fora do Brasil, que tem reflexo para todos nós aqui dentro", afirmou o presidente.

Fontes ouvidas pela reportagem afirmam que só a desoneração de PIS/Cofins sobre gasolina deve drenar dos cofres federais R$ 12 bilhões, enquanto a da Cide, R$ 1,5 bilhão, considerando a validade da medida no segundo semestre. Já a redução dos tributos sobre o etanol teria um impacto de R$ 3,34 bilhões.

O projeto de lei complementar citado por Bolsonaro é o que tramita no Senado e busca estabelecer um teto de 17% a 18% na alíquota de ICMS sobre combustíveis e energia. Os estados, que hoje cobram alíquotas de 12% a 25% sobre o diesel, têm resistido à proposta e tentavam negociar mudanças.

Dentro do governo, fala-se em um valor de até R$ 25 bilhões para indenizar os estados pela perda de arrecadação no ICMS, caso eles aceitem a

Composição de preços dos combustíveis

Em R$

Fonte: Petrobras. Período de coleta de 22 de maio de 2022 a 28 de maio de 2022

redução adicional de tributos até o fim do ano. A cifra corresponde ao que seria a arrecadação dos estados com o teto previsto no projeto.

"Nós zeramos o PIS/Cofins desde o ano passado e, desde que os senhores governadores entendam que possam também zerar o ICMS, nós, o governo federal, nós ressarciremos aos senhores governadores o que deixarão de arrecadar", disse Bolsonaro.

Governadores ouvidos pela **Folha** reclamam que a maioria deles cobra uma faixa superior a 17% do tributo sobre o combustível e, mesmo com a compensação prevista, teriam grandes perdas.

Além disso, dizem que a compensação não foi detalhada e está condicionada primeiro, à aprovação do projeto de lei no Senado, e, depois, à aprovação de uma PEC que ainda não foi apresentada. Governadores dizem que, portanto, não há ainda garantia da compensação.

Inicialmente contrário ao aumento de gastos para tentar reduzir os combustíveis, Guedes destacou que o governo busca ajudar a população. "É um esforço cooperativo entre os entes federativos. Estamos transferindo recursos aos estados para que eles possam transferir uma parte da alta de arrecadação deles para a população", disse.

Segundo o ministro, serão usadas receitas extraordinárias que ainda não estão no Orçamento, como os recursos obtidos com a privatização da Eletrobras e dividendos a serem pagos pela Petrobras.

+ As medidas anunciadas pelo governo

Diesel e gás Já estão zerados PIS/Cofins. Governo propõe que governadores zerem ICMS, e a União compensaria a perda de arrecadação

Gasolina e etanol Projeto no Congresso cria teto de 17% para o ICMS. Além disso, o governo federal se dispõe a zerar os tributos federais (PIS/Cofins e Cide)

O anúncio ocorreu após uma reunião de mais de duas horas no Palácio do Planalto, a última após um dia intenso de encontros. Guedes esteve na manhã com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator do projeto sobre o ICMS.

Já no período da tarde, técnicos da Economia estiveram na sede do Ministério de Minas e Energia para dar continuidade às discussões sobre possíveis medidas.

Ao final, todas as autoridades compareceram ao anúncio, com exceção dos presidentes das duas Casas, que demoraram a chegar e deixaram Bolsonaro com dois lugares vazios em seu entorno. O desconforto do presidente e seus ministros ficou visível.

"Quero saber se o Lira e o Pacheco vêm", indagou Bolsonaro, deflagrando nos bastidores uma busca pelas autoridades, que chegaram cerca de cinco minutos depois.

A desoneração do ICMS vinha sendo definida por integrantes do governo como um "tiro de canhão" nos preços, que agora recebe o reforço da desoneração de tributos federais sobre a gasolina.

A mudança na Constituição é considerada a via mais segura para assegurar a transferência dos recursos aos estados fora do teto de gastos sem abrir margem a questionamentos e sem esbarrar em restrições da lei eleitoral.

O anúncio ocorre após forte pressão sobre Guedes para oferecer uma saída ao problema. Segundo políticos próximos ao presidente, se não houvesse uma solução para os combustíveis, poderia haver nova ofensiva para retirá-lo do cargo. Há a leitura de que a letargia na Economia seria capaz de comprometer o projeto de reeleição de Bolsonaro.

Em sua fala, o presidente da Câmara cobrou do Senado a aprovação da medida. Pacheco, por sua vez, disse esperar "muito brevemente" uma definição a respeito do relatório de Bezerra. **Marianna Holanda, Idiana Tomazelli, Renato Machado, Danielle Brant e Julia Chaib**

Governo bloqueia R$ 8,7 bi e põe em xeque reajuste de servidor

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo bloqueou a execução de R$ 8,7 bilhões do Orçamento de 2022 para não descumprir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas federais acima da inflação.

A medida atinge principalmente os ministérios da Ciência, da Educação e da Saúde e inclui também a verba de R$ 1,7 bilhão originalmente destinada a reajuste de servidores —reforçando a dificuldade de conceder aumentos ao funcionalismo diante das limitações fiscais.

De acordo com o Ministério da Economia, a reserva de R$ 1,7 bilhão prevista no Orçamento para a reestruturação de carreiras está sendo usada para diminuir a necessidade total de bloqueio de recursos. Caso ela permanecesse intocada, o congelamento teria que ser ainda maior.

O bloqueio dos recursos para os reajustes é feito em um momento decisivo sobre o assunto. O governo tem cerca de um mês para dar algum aumento para os funcionários públicos, graças à limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (que impede elevação de gasto com pessoal nos últimos 180 dias do mandato).

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sinalizou que poderia dar aumentos privilegiados para policiais, o que gerou uma onda de mobilizações de servidores federais por reajustes.

Após muitas idas e vindas, Bolsonaro sinalizou recentemente que pode recuar de sua ideia de conceder aumentos extras para os profissionais da segurança. O ministro Paulo Guedes (Economia) disse publicamente que o único reajuste possível é o de 5% para todos. E, nas últimas semanas, o governo tem admitido nos bastidores que nem isso pode acabar saindo.

No caso da pasta da Ciência, houve corte de R$ 2,5 bilhões dos R$ 6,8 bilhões anteriormente previsto nas chamadas verbas discricionárias (as que o governo pode adiar, diferentemente das obrigatórias). A tesourada equivale a 36% do total.

Na Educação, a tesourada foi de R$ 1,6 bilhão de um total de R$ 22,2 bilhões em discricionárias (7,2% do total). Já a Saúde recebeu um corte de R$ 1,2 bilhão de um total de R$ 17,4 bilhões (também 7,2% do total).

Também passaram por cortes os ministérios da Defesa (equivalente a 6,2% das discricionárias), do Turismo (5,6%), das Comunicações (5,6%) e das Relações Exteriores (5,6%).

Também estão na lista a Presidência da República (5,65) e o Banco Central (5,6%). Completam a lista as pastas da Justiça (4,2%), Desenvolvimento Regional (3,8%), Mulher (3,7%), Minas e Energia (3,4%), Infraestrutura (2,6%) e Cidadania (2,1%).

Apesar de a redução ser chamada oficialmente de bloqueio —o que dá uma conotação temporária à medida—, na prática integrantes do governo chamam a iniciativa de corte.

Isso porque, diferentemente de outros anos, em 2022 o grande problema na execução orçamentária é o teto de gastos (não a meta de resultado do Tesouro). Portanto, nesse cenário, o crescimento de outras despesas leva a um corte de fato —mesmo que as receitas cresçam.

As despesas em elevação neste ano são principalmente oriundas de sentenças judiciais e subsídios ao financiamento agrícola.

No mês passado, o governo detalhou a necessidade de cortes por meio do relatório bimestral de receitas e despesas. A maior pressão vem das RPVs (requisições de pequeno valor), condenações sofridas pela União no valor de até 60 salários mínimos, e das sentenças judiciais. O valor subiu R$ 4,8 bilhões.

Embora o Congresso Nacional tenha aprovado no ano passado um subteto para os precatórios, que alcança também essas RPVs, esse limite é aplicado na elaboração do Orçamento.

Caso a projeção da despesa com sentenças suba no decorrer do ano, como foi o caso agora, o governo precisa suprir essa necessidade com um corte em outros gastos não obrigatórios. Não é possível cortar os outros precatórios já contabilizados no subteto.

Também foi preciso ampliar em R$ 2,3 bilhões a previsão de recursos do Plano Safra, que financia os produtores das lavouras. A verba bancará a reabertura das operações do período 2021/2022 (R$ 1,1 bilhão) e o lançamento do Plano 2022/2023, em julho (R$ 1,2 bilhão).

Os técnicos também mapearam a necessidade de aumentar em R$ 2 bilhões a verba para o Proagro, programa de garantia para financiamentos no setor rural.

Há ainda um aumento de R$ 1,9 bilhão na previsão de despesas com o pagamento do abono salarial —espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada e que ganham até dois salários mínimos— e de R$ 0,9 bilhão no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Algumas despesas, como benefícios previdenciários e gastos com pessoal, tiveram recuo, de forma que o saldo do impacto no Orçamento foi de R$ 8,2 bilhões.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Promessa de campanha

As recentes promessas de Bolsonaro de restabelecer o Ministério da Indústria, que foi anexado à Economia no início de seu governo, são vistas no setor como uma tentativa do presidente de agradar os industriais em ano eleitoral. Mas a avaliação é a de que a reconstrução da pasta nem será vista como um diferencial. Empresários do setor afirmam que a pressão para remontar o órgão vai ser forte já no início do próximo governo, seja quem for o presidente.

POLÍTICA INDUSTRIAL O setor vai argumentar que a experiência recente deixou claro que a indústria é importante demais para ficar sob o guarda-chuva de outro ministério. O próprio Bolsonaro disse nesta segunda (6) que a medida ficaria para o ano que vem, caso seja reeleito, mas a indústria também já tinha, há meses, a visão de que neste ano não haveria tempo hábil.

ANDAIME Construtoras associadas ao SindusCon-SP (sindicato da construção civil) começaram a se organizar para fazer pedidos de importação do aço. O movimento vem se acelerando após a redução do imposto para dois tipos de vergalhão que vêm de fora.

CANTEIRO Segundo Odair Senra, presidente do SindusCon-SP, a alta nos preços de insumos como o aço e o cimento desde o ano passado têm gerado desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, o que torna o mercado internacional mais atrativo diante da recente redução do tributo.

FRONTEIRA No mês passado, logo após a decisão do governo de cortar a alíquota, a CBIC, outra entidade do setor, em parceria com uma cooperativa de construção de Santa Catarina, iniciou um movimento para fazer compras conjuntas de aço da Turquia. O SindusCon-SP afirma que a produção brasileira dos aços longos é concentrada e falta concorrência, o que pressiona os preços no país.

XADREZ Marco Vinholi, presidente do PSDB-SP e ex-secretário de Desenvolvimento Regional de João Doria, foi nomeado pelo novo governador, Rodrigo Garcia, para o posto de representante do governo estadual no conselho regional do Sesi. A nomeação acontece em meio às expectativas de que Vinholi venha a assumir o comando do Sebrae-SP com a ajuda de Garcia.

PLANEJAMENTO Procurada pelo Painel S.A., a assessoria do governador Rodrigo Garcia não informou o motivo da escolha para o conselho regional do Sesi. Vinholi também não comentou. Ele entra no lugar do José Osmar Medina de Abreu Pestana.

DESTINO Patrícia Ellen, ex-secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do governo Doria, assumiu a presidência da operação brasileira da Systemiq, consultoria global com operações em Reino Unido, Holanda, Alemanha, Indonésia e Brasil. Ela vai atuar em revisão estratégica e transição de grandes negócios para economia de baixo carbono.

VITRINE Administradoras de shoppings relatam alta na taxa de ocupação de lojas depois do arrefecimento da pandemia. Segundo Glauco Humai, presidente da Abrasce (associação do setor), este ano é visto com otimismo e cautela.

SAÍDA Ele afirma que a taxa de vacância está em 6,5% —o índice chegou à casa dos 10% na pandemia. Quando a Covid chegou ao Brasil, muitos lojistas projetaram um cenário de migração para lojas de rua, previsão que depois foi acentuada pela alta no preço dos aluguéis nos shoppings.

ESCADA ROLANTE "A gente sabia que era momentâneo, e que a retomada da abertura dos shoppings, da economia e da circulação de pessoas fariam com que os lojistas voltassem", afirma. Os resultados positivos, segundo Humai, devem desacelerar ao longo de 2022 e voltar a ter força no fim do ano, devido a Copa, eleições e Black Friday.

CORAÇÃO PARTIDO O desânimo para gastar com presente no Dia dos Namorados parece ter diminuído, mas bem pouco, segundo pesquisa da ACSP (associação comercial). Os que não pretendem comprar presente são cerca de 49% neste ano, ante quase 52% em 2021.

SURPRESA Pouco mais de 35% vão presentear na data, patamar que segue abaixo do pré-pandemia, quando girava entre 60% e 70%. Já o monitoramento da FecomercioSP mostra que as vendas do conjunto de atividades tradicionalmente mais sensíveis à ocasião devem cair 2,3% no comparativo anual. Só o segmento de lojas de vestuário, tecidos e calçados deve ter avanço expressivo, com alta de 18,5% ante igual período de 2021.

com Paulo Ricardo Martins e Gilmara Santos

INDICADORES

JUROS

Mai., em % ao mês

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria venceu em 15.jun

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.jun. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.jun. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Liminares caem, e assembleia destrava privatização da Eletrobras

Subsidiária da estatal consegue autorização de detentores de títulos para participar de aporte de R$ 1,5 bi na Madeira Energia

Alexa Salomão

SÃO PAULO Após breve batalha judicial que poderia, no limite, inviabilizar a privatização da Eletrobras, sua subsidiária Furnas realizou, na manhã desta segunda-feira (6), a assembleia de debenturistas (detentores de debêntures, títulos emitidos por uma empresa) que permite um investimento de R$ 1,5 bilhão na Madeira Energia, controladora da usina de Santo Antônio.

A assembleia fora suspensa por duas liminares no fim de semana, mas a AGU (Advocacia-Geral da União) conseguiu derrubá-las nesta segunda.

As liminares que barravam a assembleia haviam sido concedidas pela juíza de plantão Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na madrugada do domingo (5). Apesar de serem processos diferentes, ambos foram movidos pela Asef-fu (Associação dos Empregados de Furnas).

Furnas precisava de autorização de detentores de debêntures emitida em 2019, para poder participar de um aporte de R$ 1,5 bilhão na Madeira Energia. A operação garante recursos para cobrir uma derrota arbitral da empresa.

O prospecto da privatização da Eletrobras determina que Furnas precisaria do sinal verde de seus debenturistas até esta segunda. Caso contrário, a privatização da Eletrobras seria suspensa.

Furnas é sócia da Madeira Energia, com 43% de participação. Concluída essa operação, ela assumirá o controle da empresa, chegando a 70% de participação.

Foram necessárias duas assembleias de debenturistas para Furnas receber sinal verde para a capitalização. A primeira formou quórum para a avaliação da primeira série da emissão. Agora, foi avaliada a segunda série.

A **Folha** apurou que o Bradesco detinha 100% da primeira série, o que facilitou a realização da assembleia inicial. A segunda série de debêntures, no entanto, estava pulverizada em 2.700 investidores, a maioria clientes do segmento chamado private bank, de alta renda, em diferentes instituições, mas concentrados em três.

Do total, 24% das debêntures estavam com clientes private do Bradesco, cerca de 20% com os do Itaú e mais 20% com clientes private da XP.

A assembleia foi instalada com quórum de 50,75%, às 11h05, e encerrada às 11h37. O pleito de Furnas teve 46,73% votos a favor, 3,46%, contra e 0,5% abstenções. O quórum mínimo previsto era de 30%.

"Os votos foram fechados e realizados com antecipação", diz Ricardo Rocha de Castro, diretor-presidente da Caefe (Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear), que pediu a palavra e fez uma apresentação na assembleia contra o aporte, além de apresentar os argumentos por escrito.

As liminares foram derrubadas, mas os processos permanecem, com os advogados estudando alternativas.

No processo apresentado pelo escritório Souza Neto e Tartarini Advogados, os funcionários alegam que a convocação da assembleia não respeita o período de antecedência mínima de oito dias e viola o próprio acordo de acionistas, uma vez que Furnas já realizou o depósito para um primeiro aporte de R$ 681,4 milhões em 2 de junho, antes de obter aval de todos os investidores.

Na primeira assembleia, em 30 de maio, foi obtido aval dos detentores da primeira série. Pelo acordo, teria de esperar o aval dos demais debenturistas na assembleia desta segunda.

Para derrubar a liminar desse processo, a argumentação foi que Furnas não chegou a fazer o aporte, mas apenas sinalizou que o fará para atender o prazo final da demanda arbitral. O prazo-limite era 1º de junho. Furnas notificou o agente fiduciário sobre essa necessidade ainda em 1º de junho, pedindo que esperasse a assembleia desta segunda.

Questionada na assembleia sobre essa questão, a Furnas também declarou, segundo relatos à reportagem, que teria parecer atestando que essa operação anterior à segunda assembleia não feria o contrato com os debenturistas.

Esse processo também questionou o quórum exigido para a segunda assembleia (30%) e o atendimento às regras mínimas de compliance (normas para evitar fraudes ou crimes) e governança da empresa.

O escritório dessa ação se prepara para informar esse tema à SEC (órgão regulador do mercado de capitais dos EUA). Como a Eletrobras tem ADRs (recibos de ações) nos Estados Unidos, deve informações ao regulador americano.

Na outra ação, apresentada pelo Advocacia Garcez, os funcionários apresentam um argumento adicional para suspender a assembleia: conflito de interesse na participação do Banco Bradesco no processo.

Segundo essa outra ação, ao mesmo tempo que o banco representa 23% dos debenturistas, foi contratado por Furnas, por valores que podem chegar a R$ 7 milhões, para encontrar os debenturistas e orientá-los na assembleia, segundo advogados que apresentaram o caso.

A defesa de Furnas argumenta que, quando é preciso autorização de debenturistas, é de praxe procurar o banco que conduziu a emissão. No caso em questão, o banco foi o Bradesco BBI, que também aderiu à oferta. Sendo assim, não procederia o argumento de conflito de interesse.

Eletrobras e Furnas afirmaram que estão se manifestando por comunicados a mercado. O Bradesco disse que não comenta a privatização.

Colaborou Idiana Tomazelli

+ PAPÉIS DA EMPRESA TÊM LEVA QUEDA EM DIA DE PERDAS NA BOLSA

A Bolsa brasileira aprofundou nesta segunda-feira (6) a trajetória de queda da última semana, que ficou no vermelho após três fechamentos semanais com ganhos. O mercado acionário doméstico fraquejou nesta segunda mesmo com a ligeira melhora no apetite global por aplicações de risco, em grande parte estimulada pela redução de restrições sanitárias contra a Covid na China. O índice de referência Ibovespa caiu 0,82%, a 110.185 pontos. O dólar comercial subiu 0,37%, cotado a R$ 4,7960 na venda. Entre os papéis mais negociados na Bolsa, Vale e Petrobras ganharam 0,10% e 0,07%, nessa ordem. A Eletrobras cedeu 0,14%. A Magazine Luiza perdeu 5,29%.

Vender a Petrobras é muito difícil, e processo levaria até quatro anos, afirma Bolsonaro

SÃO PAULO E BRASÍLIA | REUTERS O presidente Jair Bolsonaro avaliou nesta segunda (6) como "muito difícil" uma privatização da Petrobras e estimou que o processo de venda da companhia poderia levar até quatro anos. Bolsonaro também afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, ficará no governo no caso de reeleição, mas admitiu que há pressão pela troca do ministro.

Em entrevista ao canal Terraviva, o presidente também disse que a eventual venda da estatal dependeria de uma modelagem correta, e apontou que não ser possível simplesmente repassar a companhia a quem pagar mais.

"A privatização da Petrobras é muito difícil. Eu conversei com o ministro de Minas e Energia [Adolfo Sachsida], ele tem essa intenção, deu o pontapé inicial, mas dificilmente vai para a frente isso", disse o presidente na entrevista.

"Correndo tudo certo, levaria uns quatro anos. E você tem que modular isso aí, não pode simplesmente quem pagar mais vai levar. Você tem hoje um dia um monopólio estatal aqui dentro, ia ter um outro monopólio privado aí fora", acrescentou.

Na semana passada, o CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) aprovou recomendação da qualificação da Petrobras para estudos de avaliação para a privatização.

Em um primeiro passo, segundo o secretário especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), Bruno Leal, a resolução do órgão recomenda ao presidente da República a qualificação, para que o processo possa caminhar.

Se o presidente acatar a recomendação do CPPI, explicou Leal, haverá a edição de um decreto sobre o assunto.

O ministro Minas e Energia tem defendido a privatização da Petrobras. Ele assumiu o posto em meio à insatisfação de Bolsonaro com os recentes aumentos nos preços dos combustíveis anunciados pela estatal e, dias depois de chegar ao cargo, foi anunciada uma nova mudança no comando da petroleira, que depende de trâmites dentro da empresa.

Na entrevista, Bolsonaro reiterou afirmações de que a Petrobras tem um lucro exagerado e reclamou do que chamou de "burocracia enorme" para fazer mudanças na estatal.

"A Petrobras tem uma ganância enorme, o lucro da Petrobras é algo exagerado", disse o presidente.

"A Petrobras, estamos tentando mudar. Mudou o ministro das Minas e Energia e quer mudar agora toda a Petrobras. Mas há uma dificuldade, reunião de conselho, uma burocracia enorme e demora isso daí. Espero que até lá não haja um novo aumento de combustível, porque eu não tenho participação no aumento do preço do combustível. Por mim, não aumentaria."

Bolsonaro também afirmou que a estatal é "refém dos minoritários" e que os lucros da Petrobras estão ajudando a pagar a aposentadoria de pessoas fora do Brasil às custas do sacrifício da população brasileira afetada pela alta nos preços dos combustíveis.

No início de maio, a Petrobras aprovou distribuição de dividendos de R$ 48,5 bilhões. Embora minoritários também recebam, a União como acionista majoritária leva a maior parte da remuneração.

> **A privatização da Petrobras é muito difícil. Eu conversei com o ministro de Minas e Energia [Adolfo Sachsida], ele tem essa intenção, deu o pontapé inicial, mas dificilmente vai para a frente isso**
>
> **Jair Bolsonaro**
> em entrevista

Mercado eleva projeção do PIB para 1,20%, e a da inflação, para 8,89%

Pesquisa Focus ficou um mês sem ser divulgada em razão da greve dos funcionários do BC

Nathalia Garcia

BRASÍLIA Após mais de um mês sem divulgação da pesquisa Focus pelo Banco Central, a projeção mediana dos economistas para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2022 saltou de 0,70% para 1,20%. Já o prognóstico de expansão de 2023 recuou de 1% para 0,76%.

O boletim parcial divulgado nesta segunda (6) mostrou também que as estimativas dos analistas do mercado para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em um cenário inflacionário desafiador, passaram de 7,89% para 8,89% em 2022 e subiram de 4,10% para 4,39% em 2023. A mediana considera todas as projeções feitas nos últimos 30 dias até 3 de junho.

Considerando apenas as informações prestadas nos últimos cinco dias no sistema do Banco Central, a mediana das estimativas dos economistas para a inflação de 2022 chega a 9% e a 4,5% no próximo ano. A projeção do PIB, por sua vez, mostra crescimento de 1,5% neste ano e de 0,47% em 2023.

O BC não divulgava a pesquisa Focus desde 2 de maio, quando interrompeu a publicação semanal devido à greve dos servidores da autoridade monetária.

Os funcionários voltaram a cruzar os braços em 3 de maio por reajuste salarial de 27% e reestruturação de carreira, após trégua de duas semanas, e a paralisação segue por tempo indeterminado.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse em audiência pública na Câmara dos Deputados, na semana passada, ver a projeção do mercado para o PIB no ano chegar em torno de 2%. A divulgação dos últimos dados desencadeou uma série de revisões altistas nos prognósticos em relação à atividade econômica neste ano.

Na quinta-feira (2), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que o PIB brasileiro cresceu 1% no primeiro trimestre de 2022, puxado pela volta dos serviços. Apesar de positivo, o desempenho do PIB no período ficou ligeiramente abaixo das expectativas dos economistas (1,2%). Segundo analistas, a economia deve desacelerar ao longo do ano.

Quanto à inflação, em um contexto de deterioração sucessiva das expectativas, o mercado coloca o IPCA cada vez mais distante do objetivo de 3,5% perseguido pelo BC neste ano, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Isso representaria o segundo estouro consecutivo da meta, que é estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Em 2021, o IPCA somou 10,06%, o maior desde 2015. Os dados de maio serão divulgados pelo IBGE na quinta-feira (9).

A inflação de 2023 também já tem sido colocada acima do centro da meta de 3,25% — com intervalo de tolerância de 1,75% a 4,75% no próximo ano.

A expectativa dos analistas do mercado financeiro para a taxa básica de juros (Selic) ao fim deste ano continua em 13,25%, mesmo patamar divulgado no último levantamento. Houve ajuste para cima na projeção para o nível dos juros ao fim de 2023 a 9,75%, contra 9,25% anteriormente.

Para o próximo encontro do Copom (Comitê de Política Monetária), nos dias 14 e 15 junho, o colegiado do BC sinalizou uma provável alta de juros menor do que 1 ponto percentual. No dia 4 de maio, a autoridade monetária elevou a Selic a 12,75% ao ano.

A pesquisa Focus traz estimativas de economistas de mais de cem instituições financeiras sobre diversos indicadores, como atividade econômica, taxa básica de juros, inflação e câmbio. O relatório semanal é uma das referências na tomada de decisão do colegiado do BC.

Festa junina mais cara

Inflação acumulada por alimentos em 12 meses, até maio, em %

Fonte: IPCA-15/IBGE

Festa junina volta mais cara; tomate do hot dog sobe 80%

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Nem o retorno das tradicionais festas juninas, após dois anos de pandemia de Covid-19, escapa da disparada da inflação no país. O motivo é a alta dos preços de alimentos usados no preparo de receitas típicas dos arraiás.

Em uma cesta com 35 alimentos e bebidas medidos pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15), 34 ficaram mais caros no acumulado de 12 meses até maio.

O tomate, que pode ser aproveitado em lanches como o cachorro-quente, teve a maior disparada no período: 80,48%.

Açúcar refinado (36,28%), açúcar cristal (34,70%), óleo de soja (33,80%), mandioca (31,26%) e cebola (30,34%), ingredientes de receitas diversas, vêm na sequência.

Leite longa vida (28,04%), farinha de trigo (25,39%), fubá de milho (24,67%), maçã (24,28%) e maionese (23,98%) tampouco escaparam da alta.

Outros alimentos associados ao cardápio do período festivo, como milho em grão (23,55%) e bolo (18,49%), também avançaram.

A carestia ainda alcançou bebidas consumidas nas festas. O refrigerante e a água mineral subiram 11,70%, enquanto a cerveja aumentou 9,11%, de acordo com o IPCA-15.

Da amostra com 35 produtos analisados, o arroz (usado no preparo do arroz-doce) foi o único que registrou queda em 12 meses. O alimento recuou 10,80% até maio, após ter disparado na fase inicial da pandemia.

O IPCA-15, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), subiu 12,20% em termos gerais no mesmo período.

Segundo analistas, o consumidor tende a encontrar pratos juninos mais caros devido a uma combinação de fatores neste ano.

Um deles é a alta dos custos de produção de alimentos, desde o campo até as cidades. Insumos passaram a custar mais na pandemia, e o gasto com o transporte da comida subiu em meio à disparada dos combustíveis no Brasil.

O clima também pressionou parte dos preços nos últimos meses, já que fenômenos extremos danificaram plantações. Houve seca no Sul, além de fortes chuvas no Sudeste e no Nordeste. Com a oferta reduzida, parte dos preços aumentou.

Por fim, commodities agrícolas, incluindo milho, soja e trigo, tiveram valorização no mercado internacional, o que contribuiu para as pressões ao longo das cadeias produtivas.

"É uma inflação deflagrada", diz o economista Jackson Bittencourt, coordenador do curso de economia da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

Ele acrescenta que a Guerra da Ucrânia também teve impacto na subida de commodities como o trigo, matéria-prima para pães, massas e bolos.

"Vivemos um momento de inflação alta. Assim, é até natural que os alimentos acompanhem a elevação dos preços", aponta o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos.

Após as restrições forçadas pela pandemia, o ano de 2022 marca a retomada de festas juninas que costumam atrair multidões.

O Ministério do Turismo afirma que os eventos devem movimentar cerca de R$ 2 bilhões nos principais destinos do país no período. Municípios do Nordeste como Campina Grande (PB) e Caruaru (PE) fazem parte dessa lista.

"Os dois grandes eventos do Nordeste são o Carnaval e o São João. O retorno dos festejos é fundamental para a economia local", afirma o economista Werton Oliveira, da consultoria Ekonomy, de João Pessoa (PB).

Ele também associa o avanço no preço de alimentos típicos das festas juninas a fatores como o clima adverso, a alta nos custos de produção e a valorização das commodities.

Na visão de economistas, a tendência é que os preços dos alimentos permaneçam pressionados ao longo deste ano, mas com avanços menos intensos do que os vistos nos últimos meses.

"A política monetária [com aumento de juros] deve ter mais efeitos sobre a inflação no segundo semestre. Assim, a perspectiva é que a inflação de modo geral desacelere", diz Mercadante, da Rio Bravo.

O economista, porém, avalia que ainda há riscos no caso dos alimentos. "A gente pode ter novas incertezas com eventuais choques de oferta devido ao clima e à Guerra da Ucrânia."

Bittencourt, da PUC-PR, vai na mesma linha. Segundo ele, riscos continuam no radar, mas é possível que a carestia da comida desacelere.

"A tendência é que os preços comecem a subir com menos intensidade."

Quais as previsões dos economistas ouvidos pelo Banco Central

PIB

Expectativa do mercado para o crescimento da economia em 2022, em %

Inflação

Expectativa do mercado para o IPCA de 2022, em %

Selic

Expectativa do mercado para taxa básica de juros de 2022, em %

Fonte: Banco Central (Pesquisa Focus)

+ Dia dos Namorados deve ter vendas menores e busca por lembrancinhas

As vendas do Dia dos Namorados não devem ficar imunes à inflação. Em 2022, o comércio varejista tende a registrar uma queda de 2,6% nos negócios da data, indica projeção divulgada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). O Dia dos Namorados é a sexta data comemorativa mais importante do varejo em termos de movimentação financeira.

Consumidores russos começam a sentir maior aperto das sanções econômicas

GUERRA DA UCRÂNIA

Polina Ivanova

LONDRES | FINANCIAL TIMES Natalia Klyueva começou sua busca por um novo emprego em Moscou em fevereiro —pouco antes da invasão da Ucrânia pela Rússia e da onda de sanções dos países ocidentais como retaliação. Três meses depois, Klyueva, 46, está descobrindo que seus 20 anos de experiência em vendas de alto nível pouco significam em um mundo corporativo transformado pela guerra.

"Não há demanda. Para ser honesta, estou horrorizada", disse Klyueva, descrevendo os negócios na Rússia como "congelados", enquanto as empresas ocidentais "escorreram" do país. "Tenho dois filhos, tenho empréstimos a pagar, obras inacabadas... e estou sentada em casa, cozinhando o borscht como uma idiota."

Sua experiência da mudança no mercado de trabalho é um indicador da forma como as sanções e os embargos das empresas ocidentais lentamente vão se infiltrando na economia russa —produzindo o fechamento de lojas e a interrupção das cadeias de suprimentos—, apesar dos esforços do presidente Vladimir Putin para proteger o país dos efeitos da guerra na Ucrânia.

Em um país onde uma grande proporção de trabalhadores é empregada pelo Estado e com a recente aprovação de aumentos nas aposentadorias e no salário mínimo, a maioria dos russos não experimentou mudanças drásticas na vida cotidiana. As receitas flutuantes das exportações de petróleo e gás também deram ao Kremlin meios para oferecer incentivos ao setor privado para licenciar, em vez de demitir trabalhadores. O desemprego permaneceu em cerca de 4%, evitando os picos observados antes na pandemia. E a inflação, que atingiu uma alta de 17,8% em duas décadas em abril, começou a desacelerar.

"Os preços dos mantimentos subiram, sim, mas em geral não mudou muita coisa", disse Tatiana Mikhailova, economista e acadêmica que vive na capital. Se você não ligar o noticiário da televisão, "pode facilmente ter a impressão de que nada está acontecendo", disse ela, acrescentando que isso faz a situação parecer "absurda".

Ainda assim, uma série de indicadores oferecem um termômetro das mudanças que começam a surgir.

Uma delas são as vagas de emprego oferecidas. Embora os números do desemprego tenham permanecido amplamente estáveis, a plataforma de recrutamento online HeadHunter descobriu que o número de empregos anunciados caiu 28% em abril, em comparação com o mês de fevereiro anterior à guerra. Os anúncios de empregos em marketing, relações públicas, recursos humanos, gestão de empresas e bancos caíram entre 40% e 55%.

"Há muita gente altamente qualificada no mercado agora. A competição por um cargo está disparada", disse Klyueva.

Economistas preveem uma disputa mais difícil por empregos. O número de pessoas em licença aumentou de 44 mil no início de março para 138 mil em meados de maio, segundo autoridades, e o número de trabalhadores em regime de meio período também cresceu.

A mudança talvez seja mais visível nos bairros comerciais e shopping centers da Rússia. Em Moscou, as lojas que vendem marcas estrangeiras representam cerca de 40% do espaço de varejo em grandes shoppings, de acordo com a consultoria imobiliária comercial ILM. Muitas dessas lojas fecharam depois que as marcas cortaram os laços com a Rússia. Cerca de 15% a 20% das lojas nos shoppings de Moscou estão fechadas, de acordo com a Knight Frank Russia.

Até o fim do ano, até 20% de todos os escritórios de Moscou também poderão ficar desocupados, disse a ILM, principalmente devido à saída de empresas ocidentais.

Esses efeitos não são tão aparentes em todo o país. Mara Kanakina, uma estilista pessoal de Volgogrado, no sul da Rússia, disse que ficou chocada quando visitou Moscou na semana passada. "Andei pela rua Stoleshnikov", disse Kanakina, referindo-se a uma das ruas centrais mais elegantes da capital, "e quase tudo estava fechado."

Como empresária independente, Kanakina também foi afetada pela escassez de peças ou suprimentos importados. Ela comprava roupas e acessórios de estilistas estrangeiros e marcas ocidentais para clientes em toda a Rússia, mas no dia da invasão "a Europa inteira fechou", disse ela.

Os fornecedores pararam de negociar com clientes russos. Os cartões de crédito Visa e Mastercard deixaram o país, o que significa que Kanakina não poderia fazer transações internacionais com cartão. A logística de entrega desmoronou. "Eu bati tanto a cabeça na parede que abri um buraco nela", disse.

Agora ela conta com intermediários em países como Geórgia e Cazaquistão para encomendar e receber itens de marcas ocidentais, e se autodenomina a "fada das sanções".

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.

CNPJ/ME Nº 07.594.978/0001-78 - NIRE 35.300.477.570

Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 27 de Abril de 2022

1. Data, Horário e Local: No dia 27 de abril de 2022, às 14h00min, de modo parcialmente digital, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481”), com componente presencial na sede social da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. (“Companhia”), na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, n.º 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100. **2. Convocação**: Edital de Convocação publicado nos dias 25, 26 e 27 de março de 2022 no jornal Folha de São Paulo (fls. B5, B5 e A22, respectivamente), de forma física e digital, nos termos dos artigos 289 e 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e disponibilizado na sede da Companhia e *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) e da Companhia. **3. Publicações**: O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram publicados no jornal Folha de São Paulo, no caderno Mercado 2, às fls. 1 a 6 da edição do dia 17 de março de 2022, de forma física e digital, e disponibilizados nos *websites* da CVM e de relações com investidores da Companhia em 15 de março de 2022, sendo dispensada pelos acionistas a publicação dos anúncios prévios em virtude do disposto no artigo 133, § 5º, da Lei das S.A. Os documentos acima, bem como o Edital de Convocação e a Proposta da Administração, foram, também, colocados à disposição dos acionistas em 25 de março de 2022 na sede da Companhia e divulgados nos *websites* da CVM, da B3 e de relações com investidores da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **4. Presença**: Presentes acionistas representando 85,7% do capital social total e votante da Companhia em Assembleia Geral Ordinária e 85,9% do capital social total e votante da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, conforme **(i)** assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, **(ii)** boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação editada pela CVM e **(iii)** presenças registradas no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, nos termos do artigo 21-V, incisos I, II e III, da ICVM 481. Presentes, ainda, o representante da administração da Companhia, Sr. Thiago Lima Borges; o coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia, Sr. Edward Ruiz e a Sra. Natacha Santos, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia responsáveis pelas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. **5. Mesa**: Nos termos do artigo 7º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Helson de Castro, que convidou a Sra. Fernanda Montorfano para secretariá-lo. **6. Ordem do Dia**: Deliberar, em **Assembleia Geral Ordinária** sobre a seguinte ordem do dia **(i)** tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** fixar o limite global da remuneração anual dos Administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**, deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** rerratificar a remuneração anual global da Administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** aprovar a reforma do estatuto social da Companhia para (a) alterar o parágrafo 1º do artigo 14, a fim de modificar a data base para atualização anual dos valores de alçadas do Conselho de Administração pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA; e (b) alterar o parágrafo 3º do artigo 14 para ajustar as alçadas da Diretoria; e **(iii)** consolidar o estatuto social da Companhia. **7. Deliberações**: Os acionistas dispensaram a leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração, do Mapa de Votação Consolidado e dos demais documentos e informações relativos à ordem do dia. Os acionistas autorizaram, ainda, a lavratura da ata na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das S.A. Em seguida, após exame e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **7.1.** Em **Assembleia Geral Ordinária**: **7.1.1.** Aprovar, por maioria de votos, sendo 430.544.198 votos a favor, 45.977 votos contrários e 71.550.112 abstenções, as quais incluem as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração. **7.1.2.** Aprovar, por unanimidade de votos, sendo 502.140.287 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta da administração para destinação do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$633.016.239,37, à conta de prejuízos acumulados. **7.1.3.** Aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024: **(i) Daniel Rizardi Sorrentino**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 27.115.686-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 220.617.998-92, domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Cidade Jardim, 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000 com 488.183.428 votos a favor, 11.459.896 votos contrários e 1.686.930 abstenções; **(ii) Diogo Ferraz de Andrade Corona**, brasileiro, administrador, solteiro, maior, portador da cédula de identidade RG nº 43.952.971-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 212.613.988-31, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100 com 491.985.401 votos a favor, 8.467.956 votos contrários e 1.686.930 abstenções; **(iii) Edgard Gomes Corona**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 5.886.057-5, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física sob o nº 000.846.408-12, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1.294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100 com 492.920.776 votos a favor, 7.532.581 votos contrários e 1.686.930 abstenções; **(iv) Leonardo Lujan Gonzalez** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 43.610.754-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 337.549.098-43, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Cidade Jardim, nº 803, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000 com 491.759.583 votos a favor, 8.693.774 votos contrários e 1.686.930 abstenções; **(v) Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 24.651.877-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 282.996.318-07, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Cidade Jardim, nº 803, 8º Andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000 com 491.893.201 votos a favor, 8.467.956 votos contrários e 1.686.930 abstenções; **(vi) Ricardo Lerner Castro**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 33.572.100-X SSP-SP, e inscrito no CPF sob o nº 341.306.688-97, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.300, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04538-132 com 492.708.211 votos a favor, 7.745.146 votos contrários e 1.686.930 abstenções; **(vii) Soraya Teixeira Lopes Corona**, brasileira, casada, jornalista, portadora da cédula de identidade RG nº 15.853.094-9 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 025.073.718-38, domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1294, 2º andar, Bela Vista, CEP 01310-100 com 491.985.401 votos a favor, 8.467.956 votos contrários e 1.686.930 abstenções; e **(viii) Wolfgang Stephan Schwerdtle**, alemão, administrador de empresas, casado, portador da cédula de identidade RNE nº G017681-3 CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF sob o nº 236.803.718-70, domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Cidade Jardim, nº 803, 7º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 01453-000 com 500.288.680 votos a favor, 164.677 votos contrários e 1.686.930 abstenções. 7.1.3.1. Os acionistas aprovaram, ainda, por maioria de votos válidos, com 452.729.718 votos a favor, 4.159.792 votos contrários e 45.250.777 abstenções, a eleição do Sr. **Daniel Rizardi Sorrentino** para presidente do Conselho de Administração. 7.1.3.2. Os acionistas aprovaram, ainda, por maioria de votos válidos, com 440.482.004 votos a favor, 7.350.985 votos contrários e 54.307.298 abstenções, o enquadramento dos Srs. **Ricardo Lerner Castro** e **Wolfgang Stephan Schwerdtle** como membros independentes do Conselho de Administração, haja vista atenderem aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, considerando (i) as declarações encaminhadas ao Conselho de Administração por tais candidatos atestando o referido enquadramento e (ii) a manifestação do Conselho de Administração da Companhia, inserida na proposta da administração. 7.1.3.3. Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros: Srs. (i) Daniel Rizardi Sorrentino, (ii) Diogo Ferraz de Andrade Corona, (iii) Edgard Gomes Corona, (iv) Leonardo Lujan Gonzalez, (v) Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz (vi) Ricardo Lerner Castro, (vii) a Sra. Soraya Teixeira Lopes Corona e (viii) Wolfgang Stephan Schwerdtle. Com base nas informações recebidas pela Administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, §4º, da Lei das S.A. e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/02, que, assinada, fica arquivada na sede da Companhia. Dessa forma, fica consignado que os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse nesta data, mediante assinatura dos termos de posse, na forma da legislação aplicável, acompanhados da declaração de desimpedimento prevista em lei. Ainda, a Administração consignou que todos os membros indicados são aderentes à Política de Indicação para membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária da Companhia. **7.1.4.** Aprovar, por maioria de votos, sendo 500.247.396 votos a favor, 259.177 votos contrários e 1.633.714 abstenções, a fixação do valor de até R$ 17.296.510,48 (dezessete milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e dez reais e quarenta e oito centavos) como limite global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, os quais podem ser suportados diretamente pela Companhia ou por uma de suas controladas. **7.1.5.** Fica consignado que não foi atingido quórum mínimo necessário para instalação do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **7.2.** Em **Assembleia Geral Extraordinária**: **7.2.1.** Aprovar, por maioria de votos, sendo 501.848.373 votos a favor, 45.977 votos contrários e 1.633.714 abstenções, a rerratificação da remuneração anual global da Administração da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R$16.124.000,00 (dezesseis milhões, cento e vinte e quatro mil reais) para R$ 17.368.807,82 (dezessete milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sete reais e oitenta e dois centavos). **7.2.2.** Aprovar, por unanimidade de votos, sendo 501.894.350 votos a favor, 0 votos contrários e 1.633.714 abstenções, a reforma do estatuto social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração para (a) alterar o parágrafo 1º do artigo 14, a fim de modificar a data base para atualização anual dos valores de alçada do Conselho de Administração pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, e (b) alterar o parágrafo 3º do artigo 14 para ajustar as alçadas da Diretoria. Dessa forma, em razão da aprovação da matéria, o artigo 14 passa a vigorar nos termos abaixo: ***Artigo 14.*** *Além das matérias previstas em lei, são de competência exclusiva do Conselho de Administração da Companhia as seguintes:* ***Parágrafo Primeiro.*** *Os valores relacionados nas alíneas deste Artigo 14 deverão ser atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) a partir de 22 de junho de 2021.* ***Parágrafo Terceiro****. No que tange às Subsidiárias da Companhia, será competência da Diretoria deliberar sobre as matérias dispostas nos incisos (d), (g), (j), (n), (p), (q), (r), (t), (y), (kk) e (ll), quando os valores envolvidos forem inferiores aos previstos nos respectivos incisos e/ou quando a matéria a ser deliberada estiver incluída nas exceções previstas nos respectivos incisos, se aplicável. No caso do inciso (t), será competência da Diretoria deliberar pela contratação de empréstimo caso o Índice Financeiro esteja sendo cumprido.* **7.2.3.** Aprovar, por unanimidade de votos, sendo 503.528.064 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a consolidação do estatuto social nos termos do Anexo I da presente ata. **8. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 21-V, §1º, da ICVM 481, os acionistas cujo boletim de voto à distância foi considerado válido pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. Mesa: Helson de Castro - Presidente; Fernanda Montorfano - Secretária. Acionistas Presentes na AGOE: Ana Carolina Ferraz de Andrade, ASCESE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, Camila Corona de Godoy Bueno, Canada Pension Plan Investment Board, CHROMO HERCULES FIA IE, CHROMO TRAFALGAR FIA IE, COUGAR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, Diogo Ferraz de Andrade Bueno, DYNA III FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - INVESTIDOR NO EXTERIOR, DYNAMO BRASIL I LLC, DYNAMO BRASIL III LLC, DYNAMO BRASIL IX LLC, DYNAMO BRASIL V LLC, DYNAMO BRASIL VI LLC, DYNAMO BRASIL VIII LLC, DYNAMO BRASIL XIV LLC, DYNAMO BRASIL XV LP, Edgard Gomes Corona, FITGOMES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, NATIXIS AM FUNDS, NOVASTAR INVESTMENT PTE. LTD., Pátria Private Equity Co-Investimento Smartfit - FIP Multiestratégia, Pátria Private Equity Co-Investimento Smartfit Partners Fund - FIP Multiestratégia Acionistas Votando via BVD na AGO: sesorías Profesionales Abaco Limitada, BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, Canada Pension Plan Investment Board, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V., Elbe Investments LLC, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTE, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, GOVERNMENT OF SINGAPORE, GUERDAU PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EMAÇÕES 04, INTERNATIONAL MONETARY FUND, Inversiones Cegedé S.A., Inversiones Crux Limitada, Inversiones Juan Quince Trece SpA, Inversiones Marcela O2 Limitada, INVESTEC GLOBAL STRATEGY FUND, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP BRASILPREV FIFE ESG 100 PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇ, JGP COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO , JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, JGP ESG INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP PREVIDENCIÁRIO ESG ICATU MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP PREVIDENCIARIO ITAU MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JPG ESG PREVIDENCIÁRIO XP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, Runners Investment SpA, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, Stefan Michael Hofmann, STICHTING PGGM DEPOSITARY, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC - LATIN AMERICA, TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA, TORK LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, TORK PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES FIFE, TRUSTEES OF BOSTON UNIVERSITY, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF. Acionistas Votando via BVD na AGE: Asesorías Profesionales Abaco Limitada, BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC, CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, Canada Pension Plan Investment Board, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, DELA DEPOSITARY ASSET MANAGEMENT B.V., Elbe Investments LLC, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTE, GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE, GOVERNMENT OF SINGAPORE, GUERDAU PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EMAÇÕES 04, INTERNATIONAL MONETARY FUND, Inversiones Cegedé S.A., Inversiones Crux Limitada, Inversiones Juan Quince Trece SpA, Inversiones Marcela O2 Limitada, INVESTEC GLOBAL STRATEGY FUND, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, JGP B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP BRASILPREV FIFE ESG 100 PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇ, JGP COMPOUNDERS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO , JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP EQUITY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, JGP ESG INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP ESG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP PREVIDENCIÁRIO ESG ICATU MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JGP PREVIDENCIARIO ITAU MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, JPG ESG PREVIDENCIÁRIO XP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, NORGES BANK, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND, NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS EX CHIN, NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, Runners Investment SpA, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND, STATE ST GL ADV TRUST COMPANY INV FF TAX EX RET PLANS, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO, Stefan Michael Hofmann, STICHTING PGGM DEPOSITARY, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA, THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC - LATIN AMERICA, TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA, TORK MASTER FIA, TORK PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES FIFE, TRUSTEES OF BOSTON UNIVERSITY, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF. São Paulo, 27 de abril de 2022. Mesa: **Helson de Castro -** Presidente. **Fernanda Montorfano** - Secretária. JUCESP nº 255.052/22-4 em 20/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração: Artigo 1º.** Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida por este Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado”, “Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) e pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”). **Parágrafo Único**. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro na cidade e Estado de São Paulo, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir, transferir e encerrar filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: **(a)** a exploração, direta ou indiretamente, inclusive por meio de franquias, de atividades esportivas em geral, inclusive academias de ginástica, atletismo, musculação, natação, dança, yoga, pilates e outras modalidades de atividades ligadas a fitness, bem como atividades complementares, incluindo salões de beleza, salões de massagem e salões de estética; **(b)** a prestação de serviços de gestão e administração de academias de ginástica; **(c)** o licenciamento de marcas e patentes, inclusive para material e vestuário esportivos e de nutrição; **(d)** o desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis relacionados às atividades da Companhia; **(e)** a realização de eventos esportivos; **(f)** o exercício de outros serviços, negócios ou atividades afins, complementares ou correlatos ao seu objeto social; e **(g)** a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista, acionista ou qualquer outra modalidade de participação societária. **Capítulo II - Capital Social e Ações**: **Artigo 4º.** O capital social da Companhia é de R$2.970.442.883,60 (dois bilhões, novecentos e setenta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 586.242.289 (quinhentos e oitenta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil e duzentas e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro**. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo**. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo Terceiro**. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente. **Parágrafo Quarto**. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das S.A. e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Quinto**. Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia. **Artigo 4°-A**. Independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, o Conselho de Administração da Companhia está autorizado a deliberar e aprovar aumentos do capital social da Companhia, observado que o total de ações emitidas em todos os aumentos de capital assim aprovados pelo Conselho de Administração não deverá ultrapassar o limite de 420.000.000 (quatrocentos e vinte milhões) de novas ações ordinárias emitidas utilizando tal limite. Competirá ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, preço, prazo e forma de subscrição e integralização, bem como deliberar sobre o exercício do direito de preferência, observadas as normas legais e estatutárias. **Parágrafo Primeiro**. O limite do capital autorizado previsto no caput deverá ser ajustado automaticamente, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, na eventualidade de o número das ações de emissão da Companhia sofrer alteração em razão de desdobramentos, bonificações ou grupamentos, de forma a refletir o desdobramento, bonificação e/ou grupamento. **Parágrafo Segundo**. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de exercício pelos antigos acionistas de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, cuja colocação seja feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (c) para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Parágrafo Terceiro abaixo. **Parágrafo Terceiro**. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá aprovar a outorga pela Companhia de opção de compra de ações a seus administradores, executivos e empregados, assim como aos administradores, executivos e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia e, ainda, a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, sem direito de preferência para os acionistas. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 5º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam deliberadas as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A., e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, sendo permitida a realização simultânea de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único**. A Assembleia Geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar, desde que seja no mesmo Município da sede e seja indicado com clareza nos anúncios de convocação. Sem prejuízo, a Assembleia Geral poderá ser realizada por meio digital, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis. **Artigo 7º.** Além das hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Diretor Presidente, ou na ausência de ambos, pelo acionista eleito pela maioria dos acionistas presentes na Assembleia Geral, que, por sua vez, deverá indicar o Secretário. **Parágrafo Único**. Exceto se maior quórum for previsto na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação aplicável, as deliberações nas Assembleias Gerais de Acionistas serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos presentes, não se computando as abstenções, os votos nulos ou em branco. **Artigo 8º.** Além das matérias previstas em lei e ao longo deste Estatuto Social, são de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes: **(a)** ressalvado o disposto no Artigo 4°-A, qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações e a fixação do respectivo preço de emissão, em ofertas públicas, privadas ou de outra forma; **(b)** redução do capital social da Companhia; **(c)** fusão, cisão ou incorporação da Companhia, incorporação de ações em que a Companhia seja parte ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Companhia, bem como a decisão de se proceder à transformação, ou a decisão de suspender qualquer de referidos processos; **(d)** eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando aplicável, da Companhia, alterações das competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo o número de membros que os compõem ou a criação de novas diretorias estatutárias, respeitado o disposto no Artigo 14, item “(f)” deste Estatuto Social; **(e)** qualquer alteração e/ou reforma do estatuto social da Companhia; **(f)** requerimento de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou procedimentos análogos em outras jurisdições, assim como sua liquidação, dissolução ou extinção, bem como a decisão de suspender qualquer dos referidos processos; **(g)** aprovação de distribuição ou retenção de lucros, pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, salvo o dividendo mínimo ou obrigatório previsto neste Estatuto Social; **(h)** dissolução, liquidação ou extinção da Companhia, bem como eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; **(i)** cancelamento de registro de companhia aberta, mudança ou conversão de categoria de companhia aberta da Companhia; **(j)** aprovação da remuneração global da administração da Companhia, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; **(k)** aprovação de qualquer matéria que outorgue aos acionistas da Companhia direito de retirada conforme previsão legal ou estatutária, mediante reembolso de suas ações; **(l)** participação em grupo de sociedades; **(m)** aprovação de planos de opção de compra de ações ou plano de outorga de ações de emissão da Companhia a qualquer administrador ou funcionário da Companhia e/ou Subsidiária; **(n)** realização de resgate de ações de emissão da Companhia; e **(o)** a aprovação da celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado. **Parágrafo Primeiro**. A competência para aprovar as matérias listadas acima quando envolverem as Subsidiárias da Companhia, conforme aplicável, será do Conselho de Administração da Companhia, exceto se expressamente referido acima que tal competência é da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas na forma do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão assinadas pelos integrantes da mesa e pelo menos por acionistas suficientes à formação da maioria, observando-se a legislação e a regulamentação aplicáveis. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 9º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 26 abaixo. **Parágrafo Segundo.** Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Seção I - Conselho de Administração: Artigo 10.** O Conselho de Administração será composto por 8 (oito) membros todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. **Parágrafo Segundo**. Quando em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Parágrafo Terceiro**. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Quarto.** No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração eleito pela maioria dos Conselheiros presentes. **Parágrafo Quinto**. No caso de ausência temporária de qualquer Conselheiro, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Sexto**. Em caso de vacância de cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre a referida substituição, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de vacância. **Artigo 11.** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por qualquer de seus membros e deverão ocorrer ordinariamente uma vez a cada 3 (três) meses, ou extraordinariamente sempre que necessário, e serão convocadas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita enviada aos Conselheiros, aceitando-se e-mail com confirmação de recebimento, com indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso. A presença de todos os membros do Conselho de Administração permitirá a realização de Reuniões do Conselho de Administração independentemente da convocação aqui prevista. **Artigo 12.** As reuniões do Conselho de Administração somente poderão instalar-se validamente, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos seus membros e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, três membros. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer dos seus membros, que será eleito pela maioria dos Conselheiros presentes, secretariado por quem os Conselheiros indicarem. **Parágrafo Único**. Será considerado presente à reunião o Conselheiro que possa dela participar à distância, por meio de comunicação adequada, incluindo, mas a tanto não se limitando, por meio de áudio ou vídeo conferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas, manifestando seu voto. Referido Conselheiro deverá, em até 3 (três) dias úteis subsequentes à realização da reunião, confirmar o voto emitido por meio de carta registrada, e-mail com confirmação de recebimento ou qualquer outro meio que evidencie o recebimento do voto pela Companhia, comunicações estas que deverão ser endereçadas ao Presidente do Conselho de Administração. **Artigo 13.** As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração acerca das matérias previstas em lei e no Artigo 14 abaixo serão tomadas pelo voto (favorável) de, no mínimo, a maioria simples dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro**. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de “Atas do Conselho de Administração” da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 12 acima, deverão igualmente constar no livro de “Atas do Conselho de Administração” da Companhia, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo Segundo**. Deverão ser publicadas e arquivadas no registro de comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 14.** Além das matérias previstas em lei, são de competência exclusiva do Conselho de Administração da Companhia as seguintes: **(a)** fixação consolidada da orientação geral dos negócios da Companhia e das suas controladas, aprovando previamente suas políticas de gestão administrativa, de pessoal e financeira, incluindo as políticas obrigatórias pelo Regulamento do Novo Mercado; **(b)** convocação da Assembleia Geral da Companhia, nos casos previstos na Lei da Sociedade por Ações, neste Estatuto Social e sempre que julgar conveniente e oportuno; **(c)** alteração do endereço da sede da Companhia, desde que se mantenha na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **(d)** aumento do capital social de qualquer de suas Subsidiárias em montante superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se já tiver sido especificamente aprovado em orçamento anual da Subsidiária, ou a emissão de todo e qualquer valor mobiliário, ou título conversível ou permutável em valor mobiliário, pelas Subsidiárias e fixação do respectivo preço da emissão, em ofertas públicas, privadas ou de outra forma; **(e)** realização de permuta de ações ou dação em pagamento mediante a utilização de ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; **(f)** quaisquer operações envolvendo fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações em que suas Subsidiárias sejam parte, bem como a decisão de se proceder à transformação, ou a decisão de suspender qualquer desses processos; **(g)** alteração do número de membros que compõem o Conselho de Administração e a Diretoria de qualquer de suas Subsidiárias e/ou a criação de novas diretorias, estatutárias ou não de qualquer de suas Subsidiárias, incluindo a eleição ou destituição dos seus membros, exceto no caso de os membros serem Diretores da Companhia; **(h)** alteração do número de membros que compõem a Diretoria da Companhia observado o disposto no Estatuto Social, eleição ou destituição dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a criação de novas diretorias não-estatutárias; **(i)** fiscalização da gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **(j)** alteração do Estatuto Social das suas Subsidiárias, exceto nos casos em que houver alteração (1) do capital social, (2) do endereço das respectivas sedes e/ou (3) do objeto social, nesse último caso, exclusivamente caso a alteração do objeto social seja para um propósito diferente do objeto social da Companhia; **(k)** requerimento, pelas suas Subsidiárias, de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou procedimentos análogos em outras jurisdições, assim como a liquidação, dissolução ou extinção da referida Subsidiária, e ainda a decisão de suspender qualquer desses processos; **(l)** adoção de deliberação acerca de qualquer matéria que, em decorrência de previsão legal ou do Estatuto Social, quando for o caso, outorgue ao acionista respectivo o direito de retirar-se das suas Subsidiárias, mediante reembolso de suas ações; **(m)** distribuição de dividendos por qualquer de suas Subsidiárias, inclusive intermediários, ou alteração da política de distribuição de dividendos; **(n)** aprovação da remuneração anual dos membros da Diretoria Estatutária de qualquer de suas Subsidiárias, quando a remuneração bruta anual por Diretor, incluindo plano de incentivo de longo prazo, remuneração variável e demais benefícios, sem encargos for superior ao valor de R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e dos membros do Conselho de Administração de qualquer de suas Subsidiárias, se aplicável; **(o)** alterações nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração de qualquer de suas Subsidiárias; **(p)** aprovação para celebração de contratos de qualquer natureza que, individualmente ou em uma série de operações correlatas, impliquem obrigações para a Companhia ou para qualquer de suas Subsidiárias em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) da receita líquida da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social imediatamente anterior à celebração do contrato, exceto se especificamente previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento Anual da Companhia; **(q)** investimentos ou despesas de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias que, individualmente ou em uma série de operações correlatas, excedam o montante de 4% (quatro por cento) da receita líquida da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social imediatamente anterior ao investimento ou assunção de despesa, exceto se especificamente previstos no Plano de Negócios ou no Orçamento Anual da Companhia; **(r)** aquisição pela Companhia ou por qualquer de suas Subsidiárias de participação societária ou outro tipo de investimento em outras sociedades em montante superior a 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) da receita líquida da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social imediatamente anterior à aquisição ou investimento, bem como a autorização para qualquer tipo de associação ou celebração de acordos de acionistas ou de voto envolvendo a Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias, desde que tal aquisição ou associação seja com sociedade que possua objeto social diretamente relacionado ao objeto social da Companhia; **(s)** emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações; **(t)** contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia e suas Subsidiárias nas seguintes situações: (i) envolver valor superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), em uma operação ou uma série de operações correlatas dentro de um mesmo exercício social, ou (ii) qualquer que seja o valor, quando o Índice Financeiro da Companhia não estiver sendo observado. Para fins de esclarecimento, a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia não será necessária quando o Índice Financeiro da Companhia vigente no momento da contratação estiver sendo observado, a menos que o valor indicado no item (i) seja atingido; **(u)** qualquer constituição de Ônus sobre ativos da própria Companhia ou de suas Subsidiárias, ou prestação de aval, fiança ou outra modalidade de garantia, para garantir obrigações de terceiros que não sejam suas Subsidiárias, observado os limites previstos no item (t) acima. Para fins de esclarecimento, a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária quando a operação for realizada pela Companhia para garantir obrigações de suas Subsidiárias, independentemente do valor envolvido; **(v)** alienação ou aquisição de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia ou de suas Subsidiárias, incluindo, sem limitação, no caso de programa de recompra de ações de emissão da Companhia ou de suas Subsidiárias, observada a regulação da CVM sobre o assunto, observado o disposto no Artigo 8º, inciso (o), deste Estatuto Social; **(w)** alienação, transferência, oneração, locação de bens ou direitos de propriedade intelectual da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias que representem, em conjunto e dentro do mesmo exercício social, valor superior a 5% (cinco por cento) da receita líquida consolidada da Companhia dos últimos 4 (quatro) trimestres com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes disponíveis da Companhia; exceto (1) caso esteja previsto no Orçamento Anual; (2) transações envolvendo equipamentos destinados às academias da Companhia e das Subsidiárias; e (3) por eventual alienação/cessão fiduciária, que será regida pelo item (r) acima), observado, em qualquer caso, o disposto no Artigo 8º, inciso (o), deste Estatuto Social; **(x)** qualquer transação em que a Companhia, direta ou indiretamente, incluindo, mas não se limitando, por meio de suas Subsidiárias, realize a alienação de seus ativos em um montante superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), observado o disposto no Artigo 8º, inciso (o), deste Estatuto Social; **(y)** constituição de novas Subsidiárias, por ou com participação direta ou indireta da Companhia, ou Sociedades de Propósito Específico - SPEs, salvo se tais sociedades possuírem objeto social diretamente relacionado ao objeto social da Companhia ou empreendimentos cuja criação esteja prevista no Orçamento Anual, observado o disposto no Artigo 8º, inciso (o), deste Estatuto Social; **(z)** participação das suas Subsidiárias em grupo de sociedades; **(aa)** deliberação envolvendo a abertura de capital da Companhia e suas Subsidiárias; **(bb)** escolha ou substituição dos auditores independentes da Companhia; **(cc)** manifestação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; **(dd)** apreciação das informações financeiras trimestrais da Companhia; **(ee)** apresentação de propostas para destinação dos lucros da Companhia, inclusive propostas de orçamento de capital; **(ff)** a proposta a ser apresentada à deliberação da Assembleia Geral para a fixação da remuneração e das políticas de benefícios de todo e qualquer administrador da Companhia, incluindo os membros de qualquer órgão consultivo ou técnico criado na forma do disposto no artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações ou pelo Estatuto Social da Companhia e membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(gg)** celebração de contrato envolvendo, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias, e de outro, qualquer parte relacionada, nos termos e hipóteses previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da Companhia, observado o disposto no Artigo 8º, inciso (o), deste Estatuto Social; **(hh)** aprovação do Orçamento Anual consolidado da Companhia, que contemplará o planejamento comercial e operacional da Companhia e de suas Subsidiárias de forma consolidada. Caso em determinado exercício não seja aprovado o Orçamento Anual da Companhia proposto pelo Diretor Presidente, ficará automaticamente aprovado um orçamento (i) equivalente àquele previsto no 5YP (conforme definido abaixo) para o exercício respectivo, se houver, com uma variação de 10% (dez por cento) para cima ou para baixo em relação ao EBITDA, investimento, abertura de unidades e endividamento; ou (ii) com aumento de 15% (quinze por cento) sobre o EBITDA apurado no exercício anterior e, pelo menos, a manutenção dos valores referentes a investimento, abertura de unidades e endividamento, sendo que o Diretor Presidente deverá necessariamente escolher, a seu exclusivo critério, um dos parâmetros estabelecidos nos itens (i) e (ii) acima; **(ii)** aprovação de plano quinquenal de negócios da Companhia e de suas Subsidiárias (“5YP”) e suas respectivas revisões, o qual deverá ser revisado pelo Conselho de Administração a cada 30 (trinta) meses; **(jj)** doação de recursos de qualquer valor a partidos políticos (caso venha a ser permitido nos termos da legislação em vigor) ou entidades de classes ou associações de qualquer natureza ou doação de quaisquer recursos, bens ou direitos da Companhia ou de suas Subsidiárias a quaisquer terceiros, observada a vedação à prática de atos de liberalidade; **(kk)** contratação e/ou demissão de qualquer Diretor, estatutário ou não, da Companhia ou das Subsidiárias cuja remuneração bruta anual, incluindo plano de incentivo de longo prazo, remuneração variável e demais benefícios, sem encargos seja superior ao valor de R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); **(ll)** definição e alteração de plano de bônus, plano de incentivo de longo prazo, e demais benefícios, que tenham ou não natureza de salário, para Diretores, estatutários ou não, da Companhia desde que não esteja previsto no Orçamento Anual da Companhia; **(mm)** aquisição de imóveis pela Companhia e/ou por suas Subsidiárias; **(nn)** aumento de capital social da Companhia dentro do limite de capital autorizado; **(oo)** estabelecimento da distribuição da remuneração individual dos administradores; **(pp)** manifestação, favorável ou contrária, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis; **(qq)** emissão de opinião sobre oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; **(rr)** aprovação de políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia; **(ss)** aprovação do orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; **(tt)** aprovação das atribuições da área de auditoria interna; **(uu)** outorga de opção de compra de ações a qualquer administrador ou funcionário da Companhia ou de suas Subsidiárias, dentro do limite aprovado em Assembleia Geral; **(vv)** aprovação de programas de remuneração baseada em ações a qualquer administrador ou empregado da Companhia, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos aprovados pela Assembleia Geral, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento; e **(ww)** aprovação de outros planos de remuneração baseado em ações, exceto plano de opção de compra de ações e plano de outorga de ações de emissão da Companhia, cuja aprovação caberá à Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro**. Os valores relacionados nas alíneas deste Artigo 14 deverão ser atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) a partir de 22 de junho de 2021. **Parágrafo Segundo**. O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento. **Parágrafo Terceiro**. No que tange às Subsidiárias da Companhia, será competência da Diretoria deliberar sobre as matérias dispostas nos incisos (d), (g), (j), (n), (p), (q), (r), (t), (y), (kk) e (ll), quando os valores envolvidos forem inferiores aos previstos nos respectivos incisos e/ou quando a matéria a ser deliberada estiver incluída nas exceções previstas nos respectivos incisos, se aplicável. No caso do inciso (t), será competência da Diretoria deliberar pela contratação de empréstimo caso o Índice Financeiro esteja sendo cumprido. **Seção II - Diretoria: Artigo 15.** A diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, coincidentes com os dos Conselheiros da Companhia, permitida a reeleição, e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor sem designação específica. **Parágrafo Primeiro**. Findos os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo**. Um Diretor poderá cumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro**. Compete ao Diretor Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (ii) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração; e (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria. **Parágrafo Quarto**. Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) organizar e supervisionar as atividades administrativas das áreas de finanças da Companhia; (ii) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; e (iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia. **Parágrafo Quinto**. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no Exterior; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3. **Parágrafo Sexto**. O Diretor sem designação específica terá as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de suas eleições, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes. **Artigo 16**. As reuniões de Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, a pedido de qualquer diretor, sempre que o interesse social assim exigir. **Parágrafo Primeiro**. No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo**. Ocorrendo vaga na Diretoria, compete ao Conselho de Administração a referida substituição, que será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da vacância. **Parágrafo Terceiro**. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo em caso de licença por períodos mais longos concedida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Quarto**. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Quinto**. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de “Atas das Reuniões de Diretoria” da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Primeiro deste Artigo, deverão igualmente constar no livro de “Atas das Reuniões de Diretoria” da Companhia, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, em qualquer caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 17.** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou dos que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 16, Parágrafo Quarto deste Estatuto Social, e desde que obtidos os votos favoráveis do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro. **Artigo 18.** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Companhia que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** A Diretoria terá as seguintes atribuições: **(i)** cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; **(ii)** submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; **(iii)** requerer a convocação de reuniões do Conselho de Administração quando tiverem matérias a propor para deliberação; **(iv)** elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; **(v)** deliberar sobre abertura, transferência e encerramento de filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou no exterior, bem como a alteração do objeto das filiais; e **(vi)** exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo**. A abertura, transferência e encerramento de filiais, agências, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, bem como a alteração do objeto das filiais, poderá ser deliberada por quaisquer 2 (dois) Diretores da Companhia em conjunto, independentemente de convocação ou realização de Reunião de Diretoria. **Artigo 19.** Companhia será devidamente representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais: **(a)** pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro; ou **(b)** pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro, em conjunto com 1 (um) bastante procurador; ou **(c)** por 1 (um) procurador com poderes específicos para a prática do ato. **Parágrafo Único**. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro, devendo o instrumento de procuração especificar os poderes por meio dele conferidos e, com exceção daquelas (i) para fins judiciais e para representação da Companhia perante o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI e (ii) para fins de cumprimento de cláusula contratual, que poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. **Seção III - Conselho Fiscal: Artigo 20.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 21.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, os quais terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Primeiro**. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas de reuniões do Conselho Fiscal, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 26 abaixo. **Parágrafo Segundo**. Quanto às normas de eleição, requisitos, impedimentos, investidura, obrigações, deveres e responsabilidade, aplicam-se ao Conselho Fiscal as disposições dos artigos 161 a 165 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo V - Exercício Social e Lucros: Artigo 22.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com as regras aplicáveis, devendo ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Segundo**. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro**. Por proposta da administração, até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será alocado para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, de suas controladas e das sociedades nas quais a Companhia participa, sendo certo que o saldo da reserva prevista neste Parágrafo somado ao saldo das demais reservas de lucros (exceto a reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. **Parágrafo Quarto**. Na hipótese de atingimento do limite previsto no Parágrafo Terceiro acima, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social. **Parágrafo Quinto**. Atendidas as destinações mencionadas no Parágrafo Segundo e no Parágrafo Terceiro deste Artigo, a Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Sexto**. O saldo remanescente, após atendidas as disposições acima, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Sétimo**. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes semestrais, trimestrais ou em periodicidade inferior, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Parágrafo Oitavo**. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VI - Dissolução, Liquidação e Extinção: Artigo 23.** A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando- lhes os poderes e a remuneração. **Capítulo VII - Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado: Artigo 24.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Artigo 25.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VIII - Arbitragem: Artigo 26.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo IX - Disposições Finais: Artigo 27.** A Companhia deverá observar, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas, devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas. **Artigo 28.** A Companhia disponibilizará em sua sede social, aos acionistas, os contratos celebrados com Partes Relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão. **Artigo 29.** Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 30.** Este Estatuto Social será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 31.** Este Estatuto Social somente terá eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Prestes a implementar 5G, Brasil ainda tem 22 de milhões de pessoas sem 4G

Acesso é mais escasso no Norte e no Nordeste, onde há estados com menos de 80% de conectados

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Em vias de implementar o 5G nas capitais, o Brasil tem 89 municípios ainda sem cobertura 4G, segundo dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). A quarta geração de internet móvel, usada em celulares, chegou ao país em 2012.

Enquanto a velocidade do 5G permitirá a popularização de carros autônomos e cirurgias remotas, a do 4G possibilita atividades rotineiras para parte do Brasil. A tecnologia impulsionou, por exemplo, as entregas e corridas por app, negócios que mudaram o cotidiano das pessoas nos últimos dez anos, e o ensino a distância.

As 89 cidades correspondem a 1,6% dos 5.565 municípios brasileiros, mas mais de 22 milhões de pessoas podem estar sem 4G, já que mesmo as cidades conectadas à rede têm desertos de cobertura.

O estado com a menor porção de moradores cobertos é o Piauí, onde apenas 72,25% têm 4G. O acesso é mais escasso na parte Norte e Nordeste do país, únicas regiões com estados onde menos de 80% da população é conectada à tecnologia.

No extremo norte do Brasil, Evandro Silva, 32, espera a quarta geração chegar. Ele mora em Uiramutã, cidade de Roraima que fica na terra indígena Raposa Serra do Sol e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana. Das cidades sem 4G, é a com a menor proporção de moradores conectados em qualquer tipo de rede móvel.

Ainda assim, é viável abrir ali uma assistência de celulares, negócio de Silva. Quase sem concorrência, ele recebe na sua loja cerca de 40 clientes por semana.

Segundo o Censo mais recente do IBGE, em 2010, viviam ali 8.375 pessoas —88,1% delas indígenas, a maior proporção do Brasil. Hoje, a estimativa é que a cidade tenha 11.014 habitantes espalhados em 8.113 km², área cinco vezes maior que a da capital paulista.

Parte está em aldeias de várias etnias, como a macuxi e a ingarikó, afastadas do centro da cidade. "Aqui as comunidades são contadas por pai de família. Algumas têm 30, 40 pais de família, mas as maiores têm mais de 80", afirma Silva.

Ele diz que o acesso a bancos e cursos online, uma demanda da população, fica prejudicado no 3G. Ele lembra quando a cidade não tinha sequer fornecimento de luz 24 horas por dia, na sua infância, e percebe como o acesso a esses serviços mudou a população.

"Ficou mais fácil se formar aqui dentro do que sair para estudar", afirma. Ele mesmo está fazendo o curso de licenciatura em educação física a distância e se depara com a precariedade da internet. O mais recente foi há duas semanas, quando tentava, em vão, enviar um trabalho.

"Foi quando a gente descobriu que uma das fibras ópticas que ligam Roraima com o Amazonas tinha se rompido. Caiu tudo. Wi-fi, sinal de 3G", conta ele, que atrasou a entrega e precisou pagar uma taxa para enviar a avaliação.

Atividades mais simples, como o comércio eletrônico, também ficam prejudicadas.

"Com 3G você não baixa nem vídeo às vezes. No 4G as pessoas das comunidades poderiam vender seus produtos, publicar em grupos, divulgar o seu trabalho com artesanato e comida típica —tem a farinha, o caxiri", diz ele.

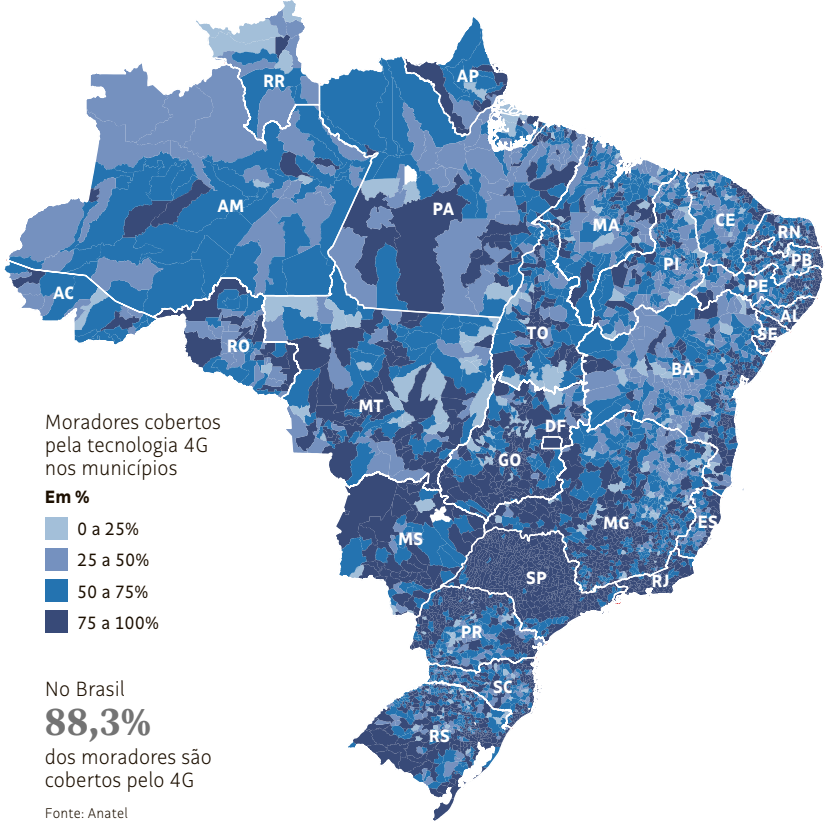
A situação da cidade deve mudar nos próximos anos.

O edital do 5G exigiu das empresas vencedoras do leilão o compromisso de instalar a geração anterior em localidades ainda sem acesso, como rodovias. As operadoras que levaram a faixa de 2,3 GHz, por exemplo, precisarão cobrir 95% das áreas urbanas dos municípios sem 4G.

Quando a quarta geração chegou ao país, a meta era bem menos robusta: seria preciso instalar a tecnologia em todos os municípios brasileiros com mais de 30 mil habitantes, que somavam 1.180 cidades.

"As contrapartidas do 5G ainda são insuficientes considerando a demanda brasileira", afirma Flávia Lefèvre, advogada e integrante da Coalizão Direitos na Rede. Para ela, o maior problema está na qualidade do sinal que chega a grande parte dos brasileiros.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, havia quase 5,1 antenas para cada 10 mil habitantes em 2020, segundo o Mapa da Desigualdade de 2021. A distribuição, porém, é desigual.

Mais de 22 milhões de brasileiros não têm 4G

> "Com 3G você não baixa nem vídeo às vezes. No 4G as pessoas das comunidades poderiam vender seus produtos, publicar em grupos, divulgar o seu trabalho com artesanato e comida típica
>
> **Evandro Silva**
> morador de Uiramutã (RR), cidade que fica na terra indígena Raposa Serra do Sol e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana

Enquanto o Itaim Bibi, vizinho do Parque Ibirapuera, tem 49,8 antenas para cada 10 mil habitantes, o Jardim Helena, no extremo leste de São Paulo, atende a mesma quantidade de pessoas com apenas uma. Embora a concentração acompanhe o fluxo de pessoas que se dirigem ao centro durante o dia, ao voltar para casa a população da periferia tem acesso a uma internet precária. Em Uiramutã, há três antenas.

O celular é o principal dispositivo que o brasileiro usa para entrar na internet. Foram 58% os que acessaram a rede exclusivamente pelo aparelho em 2020, segundo a TIC Domicílios. A pesquisa, feita pelo Cetic (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação), aponta ainda que a taxa chegou a 90% entre os que estudaram até a educação infantil ou são das classes D e E.

"É óbvio que o mercado não ia atender as demandas por infraestrutura em um país pobre como o Brasil", diz Lefèvre, que não vê com bons olhos a manutenção do serviço pela iniciativa privada. "A obrigação de universalizar o serviço e atender a população não é da empresa, é do Estado."

Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, a associação das telefonias, diz que as empresas expandiram além do obrigatório até o momento que era viável economicamente. "O que não é viável teria que ter política pública, que não houve."

A receita do negócio, diz, é o fluxo de dados consumidos; a despesa, o investimento de infraestrutura e pessoal.

"Se o fluxo de dados medido não é suficiente para rentabilizar e compensar as despesas, não tem como fazer o investimento, porque nós temos acionistas para prestar contas."

Além da questão econômica, ele vê outro entrave para a universalização: as leis de antenas das cidades. Formuladas quando se discutiam os malefícios que o sinal poderia causar à saúde —debate hoje enterrado—, muitas delas prejudicam a modernização, segundo Ferrari.

A lei que regulava até janeiro a instalação de antenas em São Paulo, por exemplo, exigia ruas de dez metros de largura em frente à estrutura. "Quanto mais vulnerável, mais periférica e mais carente a população do bairro, mais difícil é cumprir o gabarito", diz. A nova lei de antenas da cidade derrubou essas exigências.

De olho no compromisso de abrangência que o leilão do 5G estabeleceu, cidades têm se movimentado para ficar nos primeiros lugares da fila de instalação do 4G. Um exemplo é Teresópolis (RJ), que aprovou lei que flexibiliza as normas para instalar antenas.

O foco, diz o secretário de Ciência e Tecnologia da cidade, Vinicius Oberg, é a conectividade da área rural. O município tem um cinturão verde que abastece parte do estado.

Há uma demanda reprimida de instalação de antenas, diz Luciano Stutz, presidente da Abrintel (Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações). "Só as operadoras associadas tinham 1.800 pedidos para implementação de infraestrutura em São Paulo."

Ao contrário da advogada Flávia Lefèvre, ele acha que as políticas públicas devem ser estruturadas a partir da demanda. "Um especialista privado constrói, mantém e atualiza a rede de conectividade, e o governo estimula o lado do consumo, provendo formas de acesso a esses consumidores que quer incentivar e incluir", diz. "Toda vez que a política pública de conectividade se deu pelo investimento na oferta (...) acabou a iniciativa abandonada, sem manutenção ou na obsolescência."

Em comum, ambos acreditam que a prioridade hoje deve ser universalização do 4G.

"O 4G é mais do que suficiente para utilizar serviços públicos e desenvolver atividades de ensino", afirma Lefèvre. O Ministério das Comunicações diz que o 5G "promoverá significativa ampliação da cobertura 4G no Brasil", especialmente em rodovias, povoados, assentamentos e aglomerados urbanos isolados.

"Isso resultará na 'interiorização' das redes 4G, reduzindo a desigualdade de infraestrutura e de acesso à internet nos municípios. Assim, populações que residem em áreas afastadas de cidades passarão a contar com o serviço."

F VEJA A COBERTURA DO 4G EM SUA CIDADE
folha.com/6ys9w7k0

Musk volta a dizer que pode desistir de acordo para compra do Twitter

BENGALURU (ÍNDIA) | REUTERS Elon Musk disse que pode desistir do acordo de US$ 44 bilhões (R$ 210,9 bilhões) para a aquisição do Twitter caso a rede social não forneça dados solicitados sobre spam e contas falsas, disse o bilionário em uma carta à empresa nesta segunda (6).

O texto disse que o Twitter está em uma "clara violação material" de suas obrigações e que Musk se reserva todos os direitos de rescindir o acordo de fusão.

Essa é a primeira vez que o dono da Tesla ameaçou desistir do acordo via documento por escrito, em vez de fazê-lo através de publicações na própria rede social.

Anteriormente, ele havia suspendido temporariamente o acordo, à espera de dados do Twitter sobre a proporção de contas falsas na plataforma de mídia social.

"Musk acredita que o Twitter está se recusando de forma transparente a cumprir suas obrigações sob o acordo de fusão, o que está causando mais suspeitas de que a empresa está retendo os dados solicitados", segundo a carta.

O bilionário questionou a precisão dos registros públicos do Twitter sobre contas de spam representarem menos de 5% da base de usuários e alegou que o percentual deve ser ao menos de 20%.

Ele disse que precisa dos dados para realizar uma análise própria dos usuários do Twitter, já que não acredita nas "metodologias de teste negligentes" da empresa.

"Musk tem claramente direito aos dados solicitados para permitir que ele se prepare para a transição dos negócios do Twitter para sua propriedade e para facilitar o financiamento da transação", disseram seus advogados na carta.

Com fortuna avaliada pela Forbes em US$ 219 bilhões, Musk é a pessoa mais rica do mundo

APPLE ANUNCIA NOVO MACBOOK AIR E VERSÃO ATUALIZADA DO CARPLAY
Visitantes no evento anual WWDC22 em Cupertino, na Califórnia; processador de notebook é 35% mais rápido que o anterior, e sistema para carros passa a mostrar informações como velocidade e autonomia de combustível Justin Sullivan/Getty Images/AFP

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Embrapa desenvolve milho e trigo transgênicos e mira o Egito

Em vista do potencial de produção de trigo no cerrado, a Embrapa Trigo está selecionando plantas que tenham aptidão para uma adaptação às condições de produção da região. Em parceria com a Bioceres, busca por uma variedade transgênica com maior tolerância a estresse hídrico. A Embrapa já tem variedades, sem transgenia, bastante adaptadas e produtivas na região.

O objetivo agora é avaliar o comportamento das plantas e realizar a seleção no ambiente do cerrado, afirma Jorge Lemainski, chefe-geral da Embrapa Trigo.

Com a liberação da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), a empresa iniciou, em campo experimental, essa seleção com a Embrapa Cerrado e com a Embrapa Agroenergia.

A produção brasileira de trigo está concentrada no Sul, onde as condições climáticas são bastante diferentes das do Brasil central. Neste ano, o país deverá produzir 8,1 milhões de toneladas de trigo, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Desse volume, 91% sairão do Sul.

Lemaisnki acredita, porém, que o volume a ser produzido possa ser ainda maior, ficando em 8,5 milhões e 9 milhões de toneladas. Além da necessidade do abastecimento interno, o Brasil está colocando boa parte do trigo nacional em outros 12 países.

Neste ano, as exportações já superam 3 milhões de toneladas. O consumo nacional é de 12,8 milhões de toneladas.

A Embrapa aposta na autossuficiência do trigo devido à regularidade das chuvas no cerrado brasileiro e à área disponível para o avanço da cultura. São pelo menos 2,7 milhões de hectares à disposição. Para isso, são necessárias variedades específicas.

Com a autorização da CTNBio, em março, a Embrapa iniciou a fase de experimentos do trigo transgênico no campo. "Se vai funcionar, é o que veremos", diz o chefe-geral da Embrapa Trigo.

Se sim, ainda haverá todo o processo de produção de sementes, antes de o produto chegar comercialmente ao mercado. No momento, estamos em fase de pesquisa, afirma ele.

A aceitação do trigo transgênico pelos consumidores sempre foi um dos motivos de preocupação das empresas do setor. Pesquisa da Indexsa, encomendada pela Abimapi (associação das indústrias de produtos derivados de trigo), porém, mostrou que 72% dos consumidores não teriam restrições ao uso da farinha transgênica na produção de pães e outros derivados.

O desenvolvimento do trigo no cerrado chamou a atenção dos egípcios, os principais importadores mundiais do cereal. Eles consomem 21 milhões de toneladas do produto por ano e importam metade desse volume, segundo o Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

A produção de trigo no Egito ocorre durante a primavera, mas eles querem desenvolver mais uma safra no verão, com base nos experimentos brasileiros em áreas mais secas.

Se as variedades brasileiras se adaptassem, os produtores do Egito importariam sementes do Brasil e elevariam a área de produção irrigada em até sete vezes, diz Lemainski.

Além de elevar a produção, os egípcios diminuiriam a dependência externa, até então concentrada na Ucrânia e na Rússia, dois países com dificuldades de fornecimento do cereal atualmente.

> "A Embrapa entra com o cérebro e a infraestrutura, enquanto o setor privado vem com a agilidade em levar soluções para o setor produtivo
>
> **Celso Moretti,** Embrapa

A CTNBio aprovou também na quinta-feira (2) o uso comercial do milho geneticamente modificado para resistência a insetos da Embrapa Milho e Sorgo, em parceria com a Helix, empresa ligada ao grupo Agroceres.

A nova tecnologia combate uma das principais pragas do milho, a lagarta-do-cartucho, e a broca-da-cana.

A nova tecnologia é resultado de uma parceria público-privada 100% nacional. Para Frederico Ozanan Machado Durães, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo, essa parceria é um processo estratégico e vai gerar um potencial muito grande para a agricultura nacional e para o produtor.

Celso Moretti, presidente da Embrapa, diz que esses eventos mostram que a empresa não deixou de lado a busca do desenvolvimento pela ciência.

Essas parceiras público-privadas são uma combinação perfeita, segundo ele.

"A Embrapa entra com o cérebro e a infraestrutura, enquanto o setor privado vem com a agilidade em levar soluções para o setor produtivo."

Em 2019, só 6% das pesquisas eram com parcerias privadas. Neste ano, o percentual é de 25%, e deve atingir 40% no próximo, diz o presidente da entidade.

Encontra-se aberto na DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO CENTRO SUL, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022, destinado à contratação de Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar, para atendimento de 57 (Cinquenta e sete) unidades escolares, subdivididas em 02 (dois) lotes, circunscritas a esta DIRETORIA, tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 06/07/2022 às 09:00 horas, OC 08026300001 2022OC00026 através do sítio www.bec.sp.gov.br. As informações também estarão disponíveis no sítio http: www.enegociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARIVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Taquarivaí torna público que fará realizar, na sede da Prefeitura, licitação na modalidade: **Tomada de Preço nº. 04/2022, 09h00min do dia 24 de junho de 2022** visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE **PAVIMENTAÇÃO** EM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, GUIAS ESXTRUSADAS E **DRENAGEM** EM GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA JOAQUIM VICENTE DE CARVALHO (TRECHO DE ACESSO DO BAIRRO E TRECHO DE ACESSO AO CRAS) E RUA LÚCIA RIBEIRO - BAIRRO DAS FORMIGAS - TAQUARIVAÍ/SP.

RUBENS CARLOS SOUTO DE BARROS
Prefeito Municipal

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 002439/2022 – **ÓRGÃO:** Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP – **MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO NO LOTEAMENTO CHÁCARA DAS ÁGUAS NO DISTRITO DE TRÊS PONTES, CONFORME EDITAL, ANEXOS E MINUTA DE CONTRATO**. **COMUNICADO**: A presidente da Comissão de Julgamento de Licitações, respeitosamente comunica que a sessão pública de abertura do certame supracitado, prevista para o dia 07/06/2022 está temporariamente **SUSPENSA**. **NOVA DATA DE ABERTURA: A SER DEFINIDA –** Edital Retificado, estará disponível em momento oportuno na Divisão de Suprimentos, das 9h00 às 16h00 ou através do site: https://saaeamparo.sp.gov.br/categoria/tomada-de-precos INFORMAÇÕES: Tel. (19) 3808-8400, ramais 237 e/ou 261 com Tauan ou Marli

Amparo, 06 de junho de 2022.
MARLI ROLEDO MAIORAL
Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO

Estado de São Paulo

TOMADA DE PREÇOS 05/2022

O Município de Saltinho/SP, com Paço Municipal à Avenida 07 de setembro, 1733, Centro, Saltinho/SP, telefone (19) 3439-7800, e-mail licitacoes@saltinho.sp.gov.br, torna público, para conhecimento de interessados, que se acha aberta a Tomada de Preços 05/2022, que objetiva a contratação de empresa de engenharia com personalidade jurídica devidamente constituída, para executar obras e serviços de infraestrutura urbana (recapeamento asfáltico e sinalização viária de um trecho da Avenida 07 de setembro, entre a Rua Joaquim Mendes Pereira e a Rua Arthur Montebello), por empreitada e preço global, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Consultas e download do edital completo e dos respectivos anexos devem ser feitas no endereço eletrônico www.saltinho.sp.gov.br, a partir de 08/06/2022. Será exigido cadastramento prévio. Os envelopes com a documentação de habilitação e a proposta financeira deverão ser protocolizados até às 8:50 horas do dia 27/06/2022 sendo que a abertura dos mesmos será neste mesmo dia às 9:00 horas (horário de Brasília/DF). Saltinho/SP, 07/06/2022.

Hélio Franzol Bernardino
Prefeito Municipal

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Aviso de abertura de Credenciamento. **Chamamento Público 001/2022 - Proc. 20/2022.** Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para a prestação de serviços de TELEMEDICINA EM AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES E PRONTO-ATENDIMENTO (AME DIGITAL) COM VISTAS A OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS VIA METODOLOGIA LEAN (telemedicina) para os 42 municípios consorciados ao CIVAP, pelo prazo de 12 meses, prorrogável. Regência: Leis nº 8.666/1993 e demais aplicáveis à matéria. Critério: Preço tabelado (unitário) de serviço. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as declarações exigidas no Edital serão recebidos a partir desta publicação. Íntegra do edital disponível no site www.civap.com.br. Informações: licita@civap.combr ou (18) 3323-2368.

Aviso de abertura de Credenciamento. **Chamamento Público 002/2022 - Proc. 21/2022.** Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para a prestação de serviços em TELECARDIOLOGIA MEDIANTE A INTEROPERABILIDADE DE DADOS E METODOLOGIA LEAN (telemedicina) para os 42 municípios consorciados ao CIVAP, pelo prazo de 12 meses, prorrogável. Regência: Leis nº 8.666/1993 e demais aplicáveis à matéria. Critério: Preço tabelado (unitário) de serviço. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as declarações exigidas no Edital serão recebidos a partir desta publicação. Íntegra do edital disponível no site www.civap.com.br. Informações: licita@civap.combr ou (18) 3323-2368.

Assis, 06 de junho de 2022.
Oscar Gozzi - Presidente

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

AVISO DE LICITAÇÕES:

Concorrência nº 16/22 P.A. nº 25914/22

Obj.: Contratação de empresa para registro de preço para execução de pequenos reparos em calçadas neste município.Recebimento e abertura dos envelopes dia 12/07/22 às 09:30 horas. Edital disponível no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 06 de junho de 2022.
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

EDITAL RESUMIDO Nº 054/2022 – MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 042/2022 – OBJETO: registro de preços para eventual contratação de clínica especializada em tratamento de dependência química, para atendimento às demandas judiciais das internações compulsórias que por ventura vierem a ser requeridas ao município, num período de até 12 meses, conforme Termo de Referência que faz parte integrante deste edital. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 23/06/2022 às 08h00 - **INFORMAÇÕES:** Setor de Licitação - fone: (16) 3253-1826 – horário: das 07h30 às 17h00, ou através do site: www.taquaritinga.sp.gov.br e/ou www.bbmnetlicitacoes.com.br. Taquaritinga, 06 de junho de 2022. Vanderlei José Marsico - Prefeito Municipal

Edital de Desagravo Público

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV-SP, reunido na 538ª Sessão Plenária, realizada em 17/3/2022, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV nº 1138/2016 (Código de Ética do Médico Veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da médica veterinária Valéria Raquel de Araujo – CRMV-SP nº 08.942-VP, responsável técnica pela Clínica Veterinária Itapema, devidamente registrada no CRMV-SP sob o nº 40.216, localizado em Guarujá/SP, tendo em vista ter sido ofendida em rede social (facebook), de forma infundada sem base fática, especificamente em relação a fatos ocorridos em 01 de fevereiro de 2022, conforme voto apresentado pelo Conselheiro Relator Professor Doutor Silvio Arruda Vasconcellos.

EDITAL AVISO DE CRÉDITO PROCESSO TRABALHISTA COLETIVO SIPETROL/PETROSUL - O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTRADO DE SÃO PAULO, por seu presidente, convoca através deste edital os substituídos que constam da Ação Trabalhista Coletiva em face de **Petrosul Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda**. sob os nºs. 0056600-75.2006.5.15.0135 e 0243300-26.2009.5.15.0016, para que entrem em contato com o Sindicato, através dos Advogados Dr. Sergio Batista de Jesus, Dr. José Maria dos Santos ou Dr. Fabrício dos Santos, pelo telefone (11) 2409.5135, nos horários de atendimento das 09:00 às 11:45 hs e das 14:00 às 17:00 hs, de segunda à sexta-feira, email: dadvocacia@uol.com.br, para fins de recebimento de créditos a quem de direito. São Paulo, 07 de junho de 2022. **Antonio Eudimar de Oliveira** - Presidente.

"PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA

TERMO DE ANULAÇÃO

Fica ANULADA a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3738/2021,** que tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE PARA REPARO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EM PRÓPRIOS PÚBLICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO". Salto de Pirapora, 25 de abril de 2022. **Matheus Marum de Campos - Prefeito Municipal"**

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Quatá, o Pregão Presencial nº. 030/2022, do tipo menor preço, para aquisição de implementos agrícolas. A abertura dos envelopes será no dia 24/06/2022, às 09h00m. O Edital Completo estará à disposição dos interessados de segunda à sexta feira, das 09h00m às 11h00m e das 13h às 17h, na Rua General Marcondes Salgado, nº 332, centro, CEP 19780-000, Município de Quatá-SP, pelo site oficial do município www.quata.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3366-9500.

Marcelo de Souza Pecchio - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 52/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 141/2022. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28 DE JUNHO DE 2022. CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizados das **14:00 às 14:15 horas; a partir desse horário, inicia-se a abertura das propostas e lances. LOCAL**: Sala de reuniões da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA – SP** Rua Julio Cantadori, n.º 405, tipo **EMPREITADA GLOBAL**, **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, e atenderá os anseios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006, **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM LÂMPADAS DE LED EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos. Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Sandovalina, torna público, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 09/2022, do tipo Menor Preço por empreitada global, objetivando contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção do espaço saúde em terreno localizado no residencial manacá na cidade de sandovalina, nos termos do convênio nº 100932/2022, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, mediante a Secretaria de Desenvolvimento Regional, que será realizada no dia 23/06/2022 a partir das 14hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 06 de junho de 2022.
FRANCISCO MENDES DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 64/2022 DA TOMADA DE PREÇOS N° 05/2022, EDITAL DE LICITAÇÃO N° 29/2022, PROCESSO LICITATÓRIO N° 79/2022, CUJO OBJETO É Contratação de Empresa, para Realizar reforma do ESF II- situado na Av. Benedita Camargo, 1492, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA E A CONTRATADA A EMPRESA MAYRELIS CONSTRUÇÕES LTDA**, PELO VALOR TOTAL DE** R$148.432,61, (Cento e quarenta e oito mil e quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos), COM PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DE 02/06/20222.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2022 - PROCESSO Nº. 1.566/2022 – A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto Reforma da Praça do Jardim Residencial Itália neste Município, para a empresa CONSTRUCAO E URBANIZACAO OLIVEIRA LTDA - CNPJ/MF nº. 26.131.026/0001-62, perfazendo-se o valor total de R$ 360.588,42 (Trezentos e sessenta mil e quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos); consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório no dia 03 de Junho de 2022. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

CONVOCAÇÃO DAS EMPRESAS CLASSIFICADAS PARA A FASE DE HABILITAÇÃO
PROCESSO Nº 105/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI CONVOCA AS EMPRESAS CLASSIFICADAS NA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, RELIZADA NO DIA 04 DE MAIO DE 2022, APÓS A FASE DE RECURSOS, PARA A SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO. Abertura dia: 15 de junho de 2022 às 09 horas 00 minuto. O Edital estarará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 07 de junho de 2022. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 06 de junho de 2022.
JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, a **TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022,** visando a **contratação de empresa especializada para execução de obra, em regime de empreitada global, para revitalização do Lago Municipal, localizado na Esplanada do Lago "Carlos Rodrigues Serra" nº 160, bairro Vila Serra, Jaboticabal/SP**. O **ENCERRAMENTO** dar-se-á no dia **23 de junho de 2022 às 09h00**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br** Jaboticabal, 06 de junho de 2022.

EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 402/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 76/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00726 - PARA AQUISIÇÃO DE: LÂMINA DEBRIDADORA** . O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 20/6/2022 - às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **7/6/2022,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br,** mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.** SÃO PAULO, 6 JUNHO 2022.

daem - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

CHAMADA PÚBLICA 01/2022 – EDITAL 18/2022

Chamada Pública para credenciamento para seleção de Empresa de Serviço de Compromisso e Energia – ESCO, para celebrar termos de compromisso a fim de representar a Autarquia em Chamadas Públicas em regime de contrato de risco junto às Concessionárias e Permissionárias de energia elétrica, no exercício de 2022/2023. Início em 07/06/2022 e término até às 14 horas do dia 21/06/2022. O edital completo bem como maiores informações poderão ser obtidos pelo telefone (14) 3402-8510, no site: daem.com.br ou pelo e-mail dacompra@terra.com.br ou lcitacaodaem@gmail.com. Marília, 06 de junho de 2022. João Augusto de Oliveira Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2022; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022, Adjudicado e homologado o processo licitatório que tem como objeto a aquisição de 01 aparelho de ultrassonografia visando atender a demanda da Diretoria de Saúde de Itatinga, referente ao convênio da proposta de nº 14476.316000/1210-04, em favor de: PAULO CAMARGO ULTRA-SOM, SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.134.634/0001-01, com sede na Rua Valdemiro Cunha, 400, Forquilinha São José- SC, CEP: 88.106-520. Data da assinatura: 20/05/2022. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 101.350,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

CONTRATO Nº 69/2022; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2022; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022, OBJETO: aquisição de 01 aparelho de ultrassonografia visando atender a demanda da Diretoria de Saúde de Itatinga, referente ao convênio da proposta de nº 14476.316000/1210-04, em favor de: PAULO CAMARGO ULTRA-SOM, SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.134.634/0001-01, com sede na Rua Valdemiro Cunha, 400, Forquilinha São José- SC, CEP: 88.106-520. Data da assinatura: 20/05/2022. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 101.350,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022 – PROCESSO Nº 133/2022

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, Prefeito Municipal de Fernandópolis, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os interessados que HOMOLOGA o parecer da Comissão Permanente de Licitações, para a "Contratação de empresa especializada para execução de reforma de vários prédios públicos, conforme Termo de Referência, com fornecimento de material e mão de obra; conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma Físico Financeiro e Projetos", o Lote 01 em favor da empresa - Construtora Construcerto Eireli Fernandópolis-SP., 06 de junho de 2.022.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, VÊM PUBLICAR A RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NO DIA 14/05/2022 NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO REFERENTE À ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 04/2022 , EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 25/2022, PROCESSO LICITATÓRIO 67/2022, ONDE SE LÊ R$ 147.890,67 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e noventa reais e sessenta e sete centavos), LEIA-SE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, VÊM PUBLICAR A RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NO DIA 14/05/2022 NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO REFERENTE A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 04/2022 , EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 25/2022, PROCESSO LICITATÓRIO 67/2022, ONDE SE LÊ R$ 147.890,67 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL OITOCENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS), LEIA-SE R$ 147.903,42 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL NOVECENTOS E TRÊS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 113/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DO EDITAL. **ENCERRAMENTO/ABERTURA:** 24/06/2022 ÀS 09:00 HORAS. **LOCAL:** Rua Prudente de Moraes, nº 575 - Fundos. **OBS:** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 06 de junho de 2022
Maria Marta Justi
Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 111/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA OS PARQUES INFANTIS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GUARARAPES/SP. **ENCERRAMENTO/ABERTURA:** 22/06/2022 ÀS 09:00 HORAS. **LOCAL:** Rua Prudente de Moraes, nº 575 - Fundos. **OBS:** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 06 de maio de 2022
Maria Marta Justi
Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 107/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA OS SEGMENTOS CRECHE, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, DA REDE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO VII DO EDITAL. **ENCERRAMENTO/ABERTURA:** 23/06/2022 ÀS 09:00 HORAS. **LOCAL:** Rua Prudente de Moraes, nº 575 - Fundos. **OBS:** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolin Telles, nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 06 de junho de 2022
Maria Marta Justi
Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/22 - Processo Nº 2689/2022 - RETIFICADO

Objeto: Implantação de registro de preços para aquisição de kits material escolar, destinados aos alunos da rede municipal de ensino do Município de Jandira, em atendimento à Secretaria de Educação. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **21/06/2022** às **09h00min.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Magali Mereu de Rossi - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, nº 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que se encontra reaberto nesta municipalidade Processo de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Sob nº 13/2022, cujo objeto é Aquisição de 01 (um) Veiculo Tipo SUV, 0 Km, Convênio com o Governo Federal através do Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. O Critério de julgamento das propostas será o menor preço por item. A apresentação dos envelopes e a abertura do Pregão será às 10h00min. do dia 21/06/2022, na Prefeitura Municipal de Juquitiba. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Jorge Victor Vieira, nº 63, Centro, Juquitiba, ou solicitar via email: licitacao@juquitiba.sp.gov.br.

Juquitiba, 06 de junho de 2022.
Ayres Scorsatto - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARAL

Aviso de Licitação

Órgão Licitante: Município de Taquaral. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 14/2022, do tipo "menor taxa administrativa". Processo Licitatório nº 69/2022. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE "CARTÃO ALIMENTAÇÃO" AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAQUARAL. **Credenciamento: das 08h00 às 08h30min do dia 23/06/2022. Início da Sessão: 09h00 do mesmo dia**, na Prefeitura Municipal de Taquaral, na Rua Cafezal, n° 530. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.taquaral.sp.gov.br ou pelo e-mail licita@taquaral.sp.gov.br.

Taquaral-SP, 06 de junho de 2022.
Paulo Sérgio Cardoso de Oliveira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 38/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2022. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28 DE JUNHO DE 2022.. CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizados das **8:30 às 9:00 horas; a partir desse horário, inicia-se a abertura das propostas e lances. LOCAL**: Sala de reuniões da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA – SP** Rua Julio Cantadori, n.º 405, tipo **EMPREITADA GLOBAL**, **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, e atenderá os anseios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006, **OBJETO:** Contratação de Empresa, para Executar Melhoria das Galerias de Águas Pluviais,no prolongamento da Avenida Julia Sales, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos. Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DO QUARTO ADITAMENTO AO CONTRATO N° 22/2018
Tomada de Preços n°05/2018

OBJETO: Prorrogação de prazo de Contrato de prestação de serviços de assistência técnica – preventiva e corretiva- em Computadores, Impressoras, Relógios de Ponto, Rede de Computadores e Servidores, Instalações e Configurações de Banco de Dados utilizados pelo município e Suporte de Sistemas Específicos. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de ÓleoCONTRATADO: MICROMAP INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA- EPPVALOR: 3.300,00 (Tres Mil e Trezentos Reais) mensais, perfazendo o valor total de R$ 39.600,00(Trinta e nove Mil e Seissentos Reais). DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 03 de junho de 2022Vigência: 1(um) ano, para vencer em 06.06.2022.

Óleo, 06 de junho de 2022.
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO PREÇOS Nº 023/2022 - PROCESSO Nº 037/2022

Objeto: Pregão Presencial – Registro de Preços, do tipo menor preço, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição de diversos materiais descartáveis para o atendimento das Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino do Município de Laranjal Paulista/SP, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos - Entrega dos envelopes, credenciamento e abertura: Os envelopes PROPOSTA (01) e HABILITAÇÃO (02) e credenciamentos, deverão ser entregues e protocolados **até às 9:00 horas do dia 22.06.2022**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital na íntegra, através do site www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações), bem como obter maiores informações na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sita. à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200 - Laranjal Paulista-SP, em horário normal de expediente, através dos telefones: 0xx15.3283.83.31, 0xx15.3283.83.38 ou e-mail: licitação@laranjalpaulista.sp.gov.br. Laranjal Paulista, 06 de Junho de 2.022-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.23

"PUBLICAÇÃO DE ERRATA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 002/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 549/2022

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA (situado na Rodovia João Leme dos Santos, S/N, Salto de Pirapora/SP), COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA"**

Na publicação da data de 04/06/2022, onde se lê: "acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2022"**, leia-se: "acha-se reaberta na Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022".** Salto de Pirapora, 06 de junho de 2022. **Matheus Marum de Campos - Prefeito Municipal"**

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5465/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 - EDITAL Nº 23/2022 - A Prefeitura do Município de Mirandópolis avisa aos interessados que fará realizar no dia 27 de junho de 2.022, às 08h30, licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento de alunos no transporte escolar urbano e rural, com a utilização de monitores, em consonância com o disposto no Convênio celebrado entre o Município de Mirandópolis e a Secretaria de Estado da Educação nos termos do Decreto Estadual nº 48.631, de 11 de maio de 2004 e suas resoluções posteriores. Recebimento das propostas: a partir das 12h00 do dia 09 de junho de 2.022. Abertura das propostas: 08h30 do dia 27 de junho de 2.022. Recebimento dos lances: 09h00 do dia 27 de junho de 2.022. Referência de tempo: horário de Brasília – DF. Local: http://bll.org.br/. O Edital completo será fornecido aos interessados, por meio eletrônico sem custo algum, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br, ou através do site da BLL: http://bll.org.br/. Informações complementares a respeito da presente licitação, serão obtidos através dos e-mails comprasmirandopolis@gmail.com ou licitacao@mirandopolis.sp.gov.br. Mirandópolis/SP, 06 de junho de 2.022. Ademiro Olegário dos Santos - Prefeito

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 404/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 359/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00741 - PARA AQUISIÇÃO DE: FIO MICROGUIA E CATETER PARA ANGIOGRAFIA .** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 20/6/2022 - às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **7/6/2022,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br,** mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.** SÃO PAULO, 6 JUNHO 2022.

A Liquidante do MONTEPIO MFM – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL (CNPJ Nº 92.809.326/0001-82), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), convoca os credores de Privilégio Geral (Beneficiários e Participantes) a se apresentarem para fins de recebimento do primeiro rateio de parte do patrimônio remanescente da massa liquidanda.
Em cumprimento ao art. 83 da Instrução SUSEP n° 93/2018, encontra-se expirado o prazo para apresentação de declarações de crédito retardatárias, estando aptos ao atendimento da presente convocação somente os credores que chegaram a estar regularmente habilitados nas mencionadas categorias do Quadro Geral de Credores até a data de 03 de janeiro de 2022.
A apresentação deve se dar em até 60 dias, contados a partir desta publicação, por meio de: encaminhamento de mensagem eletrônica para contato@montepiomfm.com.br ou; contato telefônico para 51 99916-2619 ou; atendimento presencial previamente agendado através dos canais citados.
Maiores informações podem ser obtidas através do site www.montepiomfm.com.br ou do e-mail contato@montepiomfm.com.br

Tribunal de Justiça de Pernambuco

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0129.2022.CPL.PE.0079.TJPE.FERM-PJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI **Nº 00013600-40.2022.8.17.8017.**

OBJETO: Serviços Contínuos de Operação de Central Telefônica (telefonistas). **Recebimento de propostas até: 22/06/2022, às 10h. Início da disputa: 22/06/2022, às 10:40h (horários de Brasília)**. A disputa se dará no site www.peintegrado.pe.gov.br. Edital, Anexos e outras informações podem ser obtidos também no site www.tjpe.jus.br ou através do nosso e-mail: licita@tjpe.jus.br

Recife, 07/06/2022
Alex José da Silva
Pregoeiro - CPL/OSE.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 407/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 5008/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC0075 - PARA AQUISIÇÃO DE: ENDOPRÓTESE ORTOPÉDICA PARA TUMORES ÓSSEOS .** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 21/6/2022 - às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **8/6/2022,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br,** mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.** SÃO PAULO, 6 JUNHO 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERÂMICA, DE REFRATÁRIOS, DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E DO MOBILIÁRIO DE MOGI GUAÇU E REGIÃO - Edital de Convocação - Pelo presente edital, convoco os associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Cerâmica, de Refratários, da Construção Civil, de Montagem Industrial e do Mobiliário de Mogi Guaçu, com base Territorial nas cidades de Aguaí, Águas de Lindóia, Águas da Prata, Artur Nogueira, Conchal, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Holambra, Itapira, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Santo Antonio do Jardim, Santo Antonio da Posse, São João da Boa Vista e Serra Negra, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 13 de Junho de 2022, às 17:30 horas, na Travessa Américo Luiz Caveanha, 90, Centro, Mogi Guaçu-SP., em primeira convocação, para deliberarem a seguinte **ordem do dia: 1)** Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; **2)** Leitura, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e Financeiro referente ao exercício de 2021, com o parecer do Conselho Fiscal. Se na hora acima aprazada não houver quorum, a assembleia se realizará em segunda convocação, no mesmo dia e local, trinta minutos após, com qualquer número de presentes. Mogi Guaçu, 06 de Junho de 2022. **Jair Silvestre -** Presidente.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

A V I S O

PROCESSO SEI-270042/001268/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/22
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR COM REBOQUE
DATA DE ABERTURA: 22/06/2022, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 22/06/2022, às 09h30min

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site: **www.compras.rj.gov.br** ou **www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes**, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 - Centro - RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3084 / 2333-3085 ou pelo e-mail: **pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br.**

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 403/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 3220/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00747 - PARA AQUISIÇÃO DE: MOLA PARA EMBOLIZAÇÃO.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 20/6/2022 - às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **7/6/2022,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br,** mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.** SÃO PAULO, 6 JUNHO 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato de N. 31/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO **CONTRATADA:** RICARDO ADRIANO SCOTTE 29911638871, inscrita no CNPJ nº14.443.814/0001-05 e, com sede na Rua José Ragozo, Jardim Melita, São Manoel/SP. **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento e rastreamento veicular, satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web para gestão da frota de veículos com identificação manual do condutor, incluso 21 veículos. Competindo-lhe assumira responsabilidade pelos serviços constantes do Termo de Referência, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável conforme termos da lei. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação n°11/2022- Proc. 38/2022. VALOR: R$17.599,68(Dezessete mil e quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e oito Centavos). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01 de junho de 2022.

ÓLEO 06 DE JUNHO DE 2022
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

Extrato de Contrato
Contrato N. 34/2022

CONTRATANTE**:** Prefeitura Municipal de Óleo CONTRATADA: RAFAELA VIDOTO MUNIZ REPEKER LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº45.184.416/0001-45, com sede na Rua Porto Alegre, n°523, Parque das Abelhas, cidade Manduri-SP, CEP: 18.780-000**.** OBJETO: CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRIBUIR COM AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO E TRATAMENTO EM SAÚDE BUCAL DO SUS NA ESFERA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DESSA FORMA INTEGRAREMOS AÇÕES FAZENDO COM QUE OCORRA AMPLIAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DE PREVENÇÃO E DE CUIDADOS DO QUE SE EXIGE O PROGRAMA SORRIA SÃO PAULO, PELO PRAZO DE 12 MESES. **FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL, N° 07/2022 – Proc. 32/2022 – Lei federal n. 8.666/93** VALOR: R$37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de junho de 2022.

ÓLEO 06 DE JUNHO DE 2022
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

Leilão do aeroporto de Congonhas é agendado para o dia 18 de agosto

André Romani

SÃO PAULO | REUTERS A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) disse nesta segunda-feira (6) que o leilão de concessão da 7ª rodada de aeroportos, que inclui o terminal de Congonhas, na capital paulista, e mais 14 ativos, foi agendado para 18 de agosto.

A autarquia aprovara mais cedo as minutas do edital e dos contratos da rodada, segundo comunicado em seu site. O TCU (Tribunal de Contas da União) havia dado o aval para os termos do certame na semana passada.

O leilão ocorrerá na B3, em São Paulo, segundo a Anac.

A rodada será dividida em três blocos, com o maior sendo formado pelos aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). O lance mínimo é de R$ 740,1 milhões e o valor estimado de investimentos em todo o contrato de concessão é de R$ 11,6 bilhões.

Outro lote será formado pelos terminais de Belém (PA) e Macapá (AP), com contribuição mínima de R$ 56,9 milhões e investimentos estimados em R$ 1,9 bilhão.

Um terceiro lote, chamado de "aviação geral", será integrado pelos aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ). Nesse caso, o lance mínimo é de R$ 141,4 milhões, e o valor total de investimentos projetado, em R$ 1,7 bilhão.

As concessões atingem um total de 15,8% dos passageiros domésticos movimentados no mercado brasileiro de transporte aéreo, disse a Anac.

A sétima rodada continha inicialmente também o aeroporto de Santos Dumont, retirado após reclamações do governo do Rio. O terminal deve ser licitado no ano que vem junto com o terminal do Galeão, também no Rio de Janeiro.

Passageiros no aeroporto de Congonhas, que será leiloado em bloco com lance mínimo de R$ 740 mi Rahel Patrasso - 23.mar.22/Xinhua

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR QUE O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 38/2022, TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2022, REALIZADO NO DIA 03 DE JUNHO 2022 ÀS 08:30 NA SALA DE REUNIÕES DO PAÇO MUNICIPAL CUJO OBJETO É Contratação de Empresa, para Executar Melhoria das Galerias de Águas Pluviais,no prolongamento da Avenida Julia Sales, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos **FOI DESERTO DEVIDO AO NÃO COMPARECIMENTO DE LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME.**

AVISO DE LICITAÇÃO O DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA (DEAGUA) torna público que o Pregão Presencial nº 07/2022 – Edital nº 08/2022 – Processo Licitatório nº 28/2022 – tipo menor preço por item – Objeto: Aquisição de 30.000 kg (30,0 t) de sal grosso ou moído (cloreto de sódio) para produção de cloro utilizado no tratamento de água – será realizado na Estação de Tratamento de Água "Manoel Joaquim de Almeida", localizada na Avenida 35-A, nº 288, bairro Reynaldo Stein, no município de Guaíra/SP. **Data de Abertura e Credenciamento: 23/06/2022 às 09h00min.** Disponibilizamos o EDITAL, franco de pagamento, na Sede Administrativa do DEAGUA, localizada na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP, das 09h às 16h e/ou no site www.deagua.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@deagua.com.br ou pelo Tel. (17) 3330-1500, das 09h às 16h. Guaíra/SP, 06 de junho de 2022. José Mauro Caputi Júnior – Diretor.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES CONVÊNIO, COZINHAS INDUSTRIAIS, RESTAURANTES INDUSTRIAIS, EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES ESCOLARES TERCEIRIZADAS (MERENDA ESCOLAR TERCEIRIZADA) DE OSASCO, BARUERI, CARAPICUÍBA, JANDIRA, ITAPEVI E SANTANA DO PARNAÍBA - Aditamento do Edital de Convocação - Eleições Sindicais - O Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Empregados nas Empresas de Refeições Escolares Terceirizadas (Merenda Escolar Terceirizada) de Osasco, Barueri, Carapicuíba, Jandira, Itapevi e Santana do Parnaíba, por seu Diretor-Presidente e pelo Coordenador Eleitoral, no exercício de sua atribuição prevista no § único, do art. 40, do Estatuto Social, e em aditamento ao edital de convocação afixado na sede social do sindicato e publicado no jornal "Folha de S. Paulo", do dia 08/05/2022, pág. A20, pelo presente edital de aditamento divulga os horários e locais de votação para as eleições que realizar-se-ão nos dias 22, 23, 24 e 25 de junho de 2022, em 1º escrutínio, e nos dias 06 e 07 de julho de 2022, se necessário, em caso de 2º escrutínio, cuja coleta de votos será realizada por meio de mesas coletoras fixas e itinerante, a saber: **Mesa Coletora nº 01**, fixa na sede social sito à Rua Campos Sales, nº 303 - 6º andar - sala 603 - Centro - Barueri/SP - CEP 06401-000; **Mesa Coletora nº 02**, fixa na subsede social sito à Rua Silvério Sasso, nº 79 - Vila Yara - Osasco/SP - CEP 06026-050 e **Mesa Coletora nº 03**, itinerante para a coleta de votos nas empresas que possuem associados na base territorial. As mesas coletoras funcionarão no horário das 09:00 às 17:00 horas. O presente edital deverá ser afixado na sede e subsede do Sindicato. Barueri, 06 de junho de 2022. **Augusto Henrique Piffer Lima**, Coordenador Eleitoral; **Luis Paulo Rocha**, Presidente.

PREFEITURA DE REGISTRO

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 316/2022
EDITAL Nº 081/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES COM OPERADOR/MOTORISTA.
Início do cadastro das propostas: **08/06/2022**, às **09h00min.**
Término cadastro das propostas: **22/06/2022**, às **08h59min.**
Abertura das propostas: **22/06/2022**, às **09h00min.**
Início da disputa de preços: **22/06/2022**, às **09h15min.**
Local: www.bnc.org.br.
Formalização de consultas e maiores informações: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1093, ou ainda, através do e-mail **licitacao2@registro.sp.gov.br.**
O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro (www.registro.sp.gov.br), opção "VEJA MAIS" - "LICITAÇÕES"; ou ainda pelo Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br).

Registro, 06 de junho de 2022
ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO E 1ª ALTERAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 006/2022

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra reaberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 006/2022, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos com base na Lei Federal 12.305/2010 e Decreto Municipal 2.335/2015, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 11 de julho de 2022 às 09:00 horas. O novo Edital completo poderá ser consultado e adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br a partir do dia 08 de junho de 2022. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9707, com Esther, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Edson, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9825, com Renato ou pelo endereço eletrônico: aline_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 06 de junho de 2022.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO E 1ª ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra-se reaberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022, cujo objeto é o registro de preços de locação de máquinas e equipamentos, com operador combustível, conforme demais especificações descritas no Edital. A nova data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 23 de junho de 2022, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br). O novo Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 08 de junho de 2022. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9707, com Esther, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Edson, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, ou pelo endereço eletrônico: luciano_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 06 de junho de 2022.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

EXTRATO DE CONTRATO - CONCORRÊNCIA 013/2021

Contrato nº: 066/2022. Contratante: Município de Jaguariúna. Contratada: Legacy Tech Soluções Urbanas LTDA – CNPJ 26.641.330/0001-50. Objeto: execução da ampliação da rede de distribuição de energia elétrica primária e secundária; implantação e modernização compreendendo serviço de retirada, e instalação de conjunto IP (Iluminação Pública), com fornecimento dos materiais e mão de obra – Contrato de Financiamento nº 0526.795-19 – FINISA – LOTE II. Vigência do Contrato: 06 (seis) meses contados da data de assinatura do Contrato. Valor global: R$ 1.686.063,20.
Secretaria de Gabinete, 06 de junho de 2022.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 – "HABILITAÇÃO" e 02- "PROPOSTA". Processo nº 26/2022. TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA 7 DE SETEMBRO (CONVÊNIO 101353/2021) - DO CRUZAMENTO COM A RUA ANTÔNIO CARNIATO À RUA 15 DE NOVEMBRO. ATA SESSÃO Nº 01 DE 06/06/2022. Às 08:00 horas, do dia 6 de junho de 2022, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAI, situada na PÇ EXP. ROMANO DE OLIVEIRA, 44, nesta cidade e comarca de TAGUAI, Estado de São Paulo, reuniram-se, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação: Bárbara T. de Mello e Geraldo L. B. Boranga, identificados e qualificados nos autos, a fim de procederem ao julgamento dos envelopes nº 01 - "Habilitação". A seguinte empresa protocolou, tempestivamente, os envelopes "Habilitação" e "Proposta Comercial": OBRAS E SERVICOS FATOR SA CNPJ: 42.133.195/0001-98, representada pelo senhor JOSÉ ROBERTO GUELFI. Em posse dos "envelopes", o Presidente solicitou aos membros da Comissão Permanente de Licitação e ao representante da empresa que rubricassem os "envelopes habilitação e proposta comercial" e conferissem sua inviolabilidade. Aberta a palavra não houve manifestação. Prosseguindo os trabalhos, efetuou-se a abertura do "Envelope Habilitação" e a apresentação dos documentos relativos ao CRC, cujo conteúdo foi colocado à disposição de todos os presentes. Após a abertura do envelope Habilitação, passou-se à conferência individual dos documentos onde foi encontrada a seguinte situação: os documentos referentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista foram apresentados de acordo com o exigido pelo edital. Após esta conferência, a Comissão Permanente de Licitação passou a verificar a situação da empresa quanto aos índices econômicos, capital social e aptidão quanto às construções já realizadas pela mesma, obtendo-se o seguinte resultado: EMPRESA: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98. Índices econômicos: LG= 2,63 (favorável), LC=2,63 (favorável) e GE 0,38 (favorável). Capital Social: R$ 6.000.000,00 (favorável). CAT apresentada: 2620130001616 (favorável). Após a conferência dos dados apresentados pela licitante, a Comissão Permanente de Licitação decidiu habilitar a empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA. Usando da prerrogativa constante do item 15 e 16 do Edital a empresa acima habilitada apresentou, por seu representante legal o Sr. José Roberto Guelfi, inscrito no RG nº 16.524.296-6 e no CPF nº 025.795.588-70, Declaração de Desistência de Interposição de Recurso referente aos procedimentos e decisões adotadas pela Comissão Permanente de Licitação. Ante tal declaração a comissão decidiu por dar continuidade ao certame licitatório passando a executar os procedimentos relativos ao julgamento da Proposta. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope nº 02 - "Proposta de Preço". A empresa, OBRAS E SERVICOS FATOR SA única credenciada, foi representada nesta sessão. Em ato contínuo verificou-se inviolabilidade do envelope contendo a proposta e em seguida, após a abertura do envelope, a Comissão passou a realizar a conferência da proposta apresentada verificando se foi apresentada conforme o Anexo XIV do edital e conferindo-se o cálculo. Constatou-se que a proposta apresentada estava correta. Como resultado desta conferência obteve-se o seguinte: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 266.377,73. *A: apresentada conforme Anexo XIV está com o cálculo correto. Diante do exposto ficou decidido que a proposta apresentada pela empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA é válida. Com a única proposta apresentada válida passou-se a verificar a exequibilidade da mesma. **1º Passo:** Valor orçado pela Administração: R$ 266.651,39 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos). **2º Passo:** Valor da proposta apresentada: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 266.377,73. **3º Passo: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 266.377,73.** Valor orçado pela Administração: **R$ 266.651,39 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos). 4º Passo:** 70% do valor orçado pela administração = R$ 266.651,39 = R$ 186.655,97. **5º Passo:** Proposta inexequível: não há. **6º Passo:** Proposta exequível: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 266.377,73. **7º Passo:** Proposta vencedora: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 266.377,73. Ocorrências: Nenhuma ocorrência foi registrada. Ante o exposto, a empresa OBRAS E SERVICOS FATOR S, inscrita sob o CNPJ nº 42.133.195/0001-98, foi declarada **vencedora** do certame com valor global de R$ 266.377,73 (duzentos e sessenta e seis mil reais trezentos e setenta sete reais e setenta e três centavos). Sendo assim, abre-se o prazo regimental de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a Lei 8.666/93, para eventuais interposições de recursos contra a decisão da Comissão de Licitação. Nada mais havendo tratar foi encerrada a sessão à qual vai assinada pelos membros da Comissão e pelo representante da empresa. Assinam. Bárbara T. Mello, Geraldo L B Boranga e José Roberto Guelfi.
Geraldo L B Boranga
Presidente da Comissão de Licitação

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 – "HABILITAÇÃO" e 02- "PROPOSTA". Processo nº 28/2022. TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS RUAS: MAURILIO R. DE CAMARGO, EMILIO GARBELOTTI, SALVADOR DOMINGUES DE CAMPOS E 7 DE SETEMBRO (CONVÊNIO 101653/2021). ATA SESSÃO Nº 01 DE 06/06/2022. Às 10:00 horas, do dia 06 de junho de 2022, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAI, situada na PÇ EXP. ROMANO DE OLIVEIRA, 44, nesta cidade e comarca de TAGUAI, Estado de São Paulo, reuniram-se, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação: Bárbara T. de Mello e Geraldo L. B. Boranga, identificados e qualificados nos autos, a fim de procederem ao julgamento dos envelopes nº 01 - "Habilitação". A seguinte empresa protocolou, tempestivamente, os envelopes "Habilitação" e "Proposta Comercial": OBRAS E SERVICOS FATOR SA CNPJ: 42.133.195/0001-98, representada pelo senhor JOSÉ ROBERTO GUELFI. Em posse dos "envelopes", o Presidente solicitou aos membros da Comissão Permanente de Licitação e ao representante da empresa que rubricassem os "envelopes habilitação e proposta comercial" e conferissem sua inviolabilidade. Aberta a palavra não houve manifestação. Prosseguindo os trabalhos, efetuou-se a abertura do "Envelope Habilitação" e a apresentação dos documentos relativos ao CRC, cujo conteúdo foi colocado à disposição de todos os presentes. Após a abertura do envelope Habilitação, passou-se à conferência individual dos documentos onde foi encontrada a seguinte situação: os documentos referentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista foram apresentados de acordo com o exigido pelo edital. Após esta conferência, a Comissão Permanente de Licitação passou a verificar a situação da empresa quanto aos índices econômicos, capital social e aptidão quanto às construções já realizadas pela mesma, obtendo-se o seguinte resultado: EMPRESA: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98. Índices econômicos: LG= 2,63 (favorável), LC=2,63 (favorável) e GE 0,38 (favorável). Capital Social: R$ 6.000.000,00 (favorável). CAT apresentada: 2620130001616 (favorável). Após a conferência dos dados apresentados pela licitante, a Comissão Permanente de Licitação decidiu habilitar a empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA. Usando da prerrogativa constante do item 15 e 16 do Edital a empresa acima habilitada apresentou, por seu representante legal o Sr. José Roberto Guelfi, inscrito no RG nº 16.524.296-6 e no CPF nº 025.795.588-70, Declaração de Desistência de Interposição de Recurso referente aos procedimentos e decisões adotadas pela Comissão Permanente de Licitação. Ante tal declaração a comissão decidiu por dar continuidade ao certame licitatório passando a executar os procedimentos relativos ao julgamento da Proposta. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope nº 02 - "Proposta de Preço". A empresa, OBRAS E SERVICOS FATOR SA única credenciada, foi representada nesta sessão. Em ato contínuo verificou-se inviolabilidade do envelope contendo a proposta e em seguida, após a abertura do envelope, a Comissão passou a realizar a conferência da proposta apresentada verificando se foi apresentada conforme o Anexo XIV do edital e conferindo-se o cálculo. Constatou-se que a proposta apresentada estava correta. Como resultado desta conferência obteve-se o seguinte: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98, valor da proposta apresentada: R$ 591.199,23. *A: apresentada conforme Anexo XIV está com o cálculo correto. Diante do exposto ficou decidido que a proposta apresentada pela empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA é válida. Com a única proposta apresentada válida passou-se a verificar a exequibilidade da mesma. 1º Passo: Valor orçado pela Administração: R$ 591.805,69 (quinhentos e noventa e um mil oitocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos). 2º Passo: Valor da proposta apresentada: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98, valor da proposta apresentada: R$ 591.199,23. 3º Passo: Valor da Proposta: R$ 591.199,23 (quinhentos e noventa e um mil cento e noventa e nove reais e vinte e três centavos). Valor orçado pela Administração: R$ 591.805,69 (quinhentos e noventa e um mil oitocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos). 4º Passo: 70% do valor orçado pela administração = R$ 591.805,69 = R$ 414.263,98. 5º Passo: Proposta inexequível: não há. 6º Passo: Proposta exequível: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98, valor da proposta apresentada: R$ 591.199,23. 7º Passo: Proposta vencedora: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98, valor da proposta apresentada: R$ 591.199,23. Ocorrências: Nenhuma ocorrência foi registrada. Ante o exposto, a empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA, inscrita sob o CNPJ nº 42.133.195/0001-98, foi declarada vencedora do certame com valor global de R$ 591.199,23 (quinhentos e noventa e um mil cento e noventa e nove reais e vinte e três centavos). Sendo assim, abre-se o prazo regimental de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a Lei 8.666/93, para eventuais interposições de recursos contra a decisão da Comissão de Licitação. Nada mais havendo tratar foi encerrada a sessão à qual vai assinada pelos membros da Comissão e pelo representante da empresa. Assinam. Bárbara T Mello, Geraldo L B Boranga e José Roberto Guelfi.
GERALDO L B BORANGA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 – "HABILITAÇÃO" e 02- "PROPOSTA". Processo nº 40/2022.TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS RUAS: DONA BENI E ARCH NGELO GABRIEL (CONVÊNIO 101654/2021). ATA SESSÃO Nº 01 DE 06/06/2022. Às 14:00 horas, do dia 6 de junho de 2022, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAI, situada na PÇ EXP. ROMANO DE OLIVEIRA, 44, nesta cidade e comarca de TAGUAI, Estado de São Paulo, reuniram-se, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação: Bárbara T. de Mello e Geraldo L. B. Boranga, identificados e qualificados nos autos, a fim de procederem ao julgamento dos envelopes nº 01 - "Habilitação". A seguinte empresa protocolou, tempestivamente, os envelopes "Habilitação" e "Proposta Comercial": OBRAS E SERVICOS FATOR SA CNPJ: 42.133.195/0001-98, representada pelo senhor JOSÉ ROBERTO GUELFI. Em posse dos "envelopes", o Presidente solicitou aos membros da Comissão Permanente de Licitação e ao representante da empresa que rubricassem os "envelopes habilitação e proposta comercial" e conferissem sua inviolabilidade. Aberta a palavra não houve manifestação. Prosseguindo os trabalhos, efetuou-se a abertura do "Envelope Habilitação" e a apresentação dos documentos relativos ao CRC, cujo conteúdo foi colocado à disposição de todos os presentes. Após a abertura do envelope Habilitação, passou-se à conferência individual dos documentos onde foi encontrada a seguinte situação: os documentos referentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista foram apresentados de acordo com o exigido pelo edital. Após esta conferência, a Comissão Permanente de Licitação passou a verificar a situação da empresa quanto aos índices econômicos, capital social e aptidão quanto às construções já realizadas pela mesma, obtendo-se o seguinte resultado: EMPRESA: OBRAS E SERVICOS FATOR SA, CNPJ: 42.133.195/0001-98. Índices econômicos: LG= 2,63 (favorável), LC=2,63 (favorável) e GE 0,38 (favorável). Capital Social: R$ 6.000.000,00 (favorável). CAT apresentada: 2620130001616 (favorável). Após a conferência dos dados apresentados pela licitante, a Comissão Permanente de Licitação decidiu habilitar a empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA. Usando da prerrogativa constante do item 15 e 16 do Edital a empresa acima habilitada apresentou, por seu representante legal o Sr. José Roberto Guelfi, inscrito no RG nº 16.524.296-6 e no CPF nº 025.795.588-70, Declaração de Desistência de Interposição de Recurso referente aos procedimentos e decisões adotadas pela Comissão Permanente de Licitação. Ante tal declaração a comissão decidiu por dar continuidade ao certame licitatório passando a executar os procedimentos relativos ao julgamento da Proposta. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope nº 02 - "Proposta de Preço". A empresa, OBRAS E SERVICOS FATOR SA única credenciada, foi representada nesta sessão. Em ato contínuo verificou-se inviolabilidade do envelope contendo a proposta e em seguida, após a abertura do envelope, a Comissão passou a realizar a conferência da proposta apresentada verificando se foi apresentada conforme o Anexo XIV do edital e conferindo-se o cálculo. Constatou-se que a proposta apresentada estava correta. Como resultado desta conferência obteve-se o seguinte: Empresa: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 281.911,91. *A: apresentada conforme Anexo XIV está com o cálculo correto. Diante do exposto ficou decidido que a proposta apresentada pela empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA é válida. Com a única proposta apresentada válida passou-se a verificar a exequibilidade dela. 1º Passo: Valor orçado pela Administração: R$ 282.201,50 (duzentos e oitenta e dois mil duzentos e um reais e cinquenta centavos). 2º Passo: Valor da proposta apresentada: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 281.911,91. 3º Passo: Valor da Proposta: R$ 281.911,91 (duzentos e oitenta e um mil novecentos e onze reais e noventa e um centavos). Valor orçado pela Administração: R$ 282.201,50 (duzentos e oitenta e dois mil duzentos e um reais e cinquenta centavos). 4º Passo: 70% do valor orçado pela administração = R$ 282.201,50= R$ 197.541,05. 5º Passo: Proposta inexequível: não há. 6º Passo: Proposta exequível: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 281.911,91. 7º Passo: Proposta vencedora: OBRAS E SERVICOS FATOR AS, CNPJ: 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 281.911,91. Ocorrências: Nenhuma ocorrência foi registrada. Ante o exposto, a empresa OBRAS E SERVICOS FATOR SA, inscrita sob o CNPJ nº 42.133.195/0001-98, foi declarada vencedora do certame com valor global de R$ 281.911,91 (duzentos e oitenta e um mil novecentos e onze reais e noventa e um centavos). Sendo assim, abre-se o prazo regimental de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a Lei 8.666/93, para eventuais interposições de recursos contra a decisão da Comissão de Licitação. Nada mais havendo tratar foi encerrada a sessão à qual vai assinada pelos membros da Comissão e pelo representante da empresa. Assinam. Bárbara T. Mello, Geraldo L B Boranga e José Roberto Guelfi.
GERALDO L B BORANGA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de São Carlos

CONVITE N° 14/2022 PROCESSO Nº 3145/2022 COMUNICADO DE REABERTURA OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DE TERRENO; DEMOLIÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO; DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE GUIAS/SARJETAS, NA RUA JULIANO PAROLLO, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS COMUNICAMOS, pelo presente, a **REABERTURA** do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **14h00** do dia **20/06/2022**. São Carlos, 06 de junho de 2022 **Hicaro L. Alonso**
Presidente

PREFEITURA DE Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 41/2022, PROCESSO: 297/2022, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇOS DE FILTROS AUTOMOTIVOS. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 04/07/2022 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30-min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.
JOSE LUIZ EROLES FREIRE,
Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 45/2022, PROCESSO: 315/2022, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 23/06/2022 as 9h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30-min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.
JOSE LUIZ EROLES FREIRE,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 37/2022, PROCESSO: 282/2022, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 24/06/2022 as 9h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.
JOSE LUIZ EROLES FREIRE,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 40/2022, PROCESSO: 290/2022, OBJETO RESUMIDO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 01/07/2022 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30-min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.
JOSE LUIZ EROLES FREIRE,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 39/2022, PROCESSO: 289/2022, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAIS DE HIGIENE. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 05/07/2022 as 09h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30-min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.
JOSE LUIZ EROLES FREIRE,
Prefeito Municipal.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA"

Acha-se aberta na Fundação **Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva",** no Grupo de Licitações e Contratos da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 554 / 3º andar, São Paulo (SP), tels (11) 3293-3329/3293-3336, a **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022** - Processo ITESP nº **ITESP-PRC-2022/00321,** objetivando a contratação de empresa para **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMARA FRIGORIFICA, NO ASSENTAMENTO SUMARÉ I, LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE SUMARÉ/SP,** com **início da sessão previsto às 10h do dia 22/06/2022.**

ATENÇÃO:
O EDITAL E SEUS ANEXOS DEVERÃO SER RETIRADOS NO SITE: WWW.ITESP.SP.GOV.BR/LICITAÇÕES.
REGINALDO ROQUE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220710

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220710, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 7102022, até o dia 23/06/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Junho de 2022. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

SILVEIRA LEILÕES
EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 20/junho/2022, às 15:00h | 2º Público Leilão: 21/junho/2022 às 15:00h

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula Jucesp n.º 843, Avenida Rotary, n.º 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **ÁGUA BRANCA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., CNPJ: 03.581.798/0001-09**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, em consonância com os artigos 26 e 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, alterada pelas Leis Federais n.ºs 10.931/04, 13.043/14 e 13.465/17, o **IMÓVEL**: **LOTE DE TERRENO Nº 10 DA QUADRA E, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL MONTE VERDE**, situado na cidade de Garça/SP, localizado no alinhamento direito da Rua H, distante 62,10m de confluência com o alinhamento esquerdo da Rua A, medindo 7,50m de frente confrontando com a Rua H; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 09; 7,50m nos fundos confrontando com os lotes 35 e 36; e 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 11, encerrando a área de 150,00m2. Matricula n.º 22.272 do CRI de Garça/SP. CCM: 0063017000. Consolidação da propriedade 20/05/2022. **VALORES: 1º LEILÃO: R$ 126.801,39. 2º LEILÃO: R$ 70.374,04**. O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado existindo uma construção residencial com aproximadamente 134,34m2, que recebeu o nº 125, para Rua Marcos Moretti, não averbada na matrícula imobiliária. O arrematante arcará com ás custas e despesas para regularização de eventuais áreas construtivas, obtenção do habite-se, CND/INSS e custas com averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Garça, bem como com as despesas necessárias para promover a desocupação do imóvel. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Paulo Ronaldo Rodrigues, CPF: 145.880.638-39 e Vilma Soares de Barros Rodrigues, CPF: 170.378.848-63,** intimados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: Fone: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE SÃO SEBASTIAO DA GRAMA - SERSSGRAMA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO - O Sindicato dos Empregados Rurais de São Sebastiao da Grama - SERSSGRAMA, inscrito no CNPJ nº 11.221.759/0001-10, com sede a Rua Moacir Gomes Nabo, 211, Jardim Santa Mônica, São Sebastião da Grama/SP, pelo presente instrumento, em cumprimento ao art. 235º, I, da Portaria/MTP nº 671 de 08 de novembro de 2021, vem através do Subscritor, **JOSE OSVALDO MALAQUIAS**, brasileiro, casado, trabalhador rural, portador da Cédula de Identidade RG nº 14525097-0 e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.518-80, **CONVOCAR,** a categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados, que prestam serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, sob dependência deste e mediante remuneração, no Município de SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA, no Estado de São Paulo, para Assembleia Geral Extraordinária de Ratificação da Fundação da Entidade, **A SER REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2022, na Rua Moacir Gomes Nabo, 211, Jardim Santa Mônica, São Sebastião da Grama/SP, com início previsto em primeira convocação às 10hs e em segunda e última convocação às 10:30hs, com qualquer número de participantes,** para a seguinte deliberação da ordem do dia: 1)Ratificação da Fundação do SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE SÃO SEBASTIAO DA GRAMA - SERSSGRAMA, para representar a categoria Profissional dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados, que prestam serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, sob dependência deste e mediante remuneração, nos termos do art. 1º, I, alínea a, do Decreto-Lei nº 1.166/1971, na base territorial do Munícipio de São Sebastião da Grama/SP. 2) Ratificação da Estatuto Social; 3) Ratificação da Eleição e Posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes; e 4) Autorização à Diretoria requerer o Registro Sindical, junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em decorrência da pandemia, durante a Assembleia Geral Extraordinária serão observados os protocolos de prevenção da COVID-19. São Sebastião da Grama/SP, 06 de junho de 2022. **Jose Osvaldo Malaquias -** Presidente.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 089/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
OBJETO: Aquisição de leite em pó e alimento para nutrição enteral. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 22 de junho de 2022, às 08:30 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 090/2022 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2022
OBJETO: Aquisição de tiras de reagente para detecção de glicemia. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 22 de junho de 2022, às 14:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações a Prefeitura.

EDITAL Nº 091/2022 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2022
OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante, sabão líquido e estopa para uso nos veículos da frota municipal. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 23 de junho de 2022, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações a Prefeitura.

EDITAL Nº 092/2022 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2022
OBJETO: Aquisição de peças e acessórios de reposição originais de mecânica leve destinados aos veículos, tipo vans pertencentes da frota do município da Estância Turística de Barra Bonita. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 24 de junho de 2022, às 08:30 horas, no Departamento de Compras e Licitações a Prefeitura.

Republicação do Edital nº 030/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022
OBJETO: Outorga de concessão administrativa onerosa de uso do imóvel a pessoa jurídica de direito privado, que deverá destiná-lo à implantação, funcionamento, exploração e manutenção do HOTEL TURÍSTICO MUNICIPAL ARY FRANCISCO MAIA, localizado na Praça Belmonte, entre as Ruas Winifrida, Vereador Irio Color Bombonatti e do Porto, no Centro desta cidade, com área de 1.437,23 metros quadrados de terreno e de 2.309,13 metros quadrados de área construída. Encerramento: Entrega dos envelopes documentação e proposta: Até o dia 08 de julho de 2022 às 9:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia 08 de julho de 2022, às 9:15 horas.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra Bonita, 06 de junho de 2022. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMNISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, às seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2022 – Registro de preço para aquisição de areia fina e areia grossa, destinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 21 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 21 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 05 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2022 – Contratação de serviço de emissora de rádio para divulgação do Torneio de Futebol Amador e Campeonato de Futsal Feminino e Campeonato Categorias de Base Regional Sub 9,11,13 e 15 através do Convênio Plataforma + Brasil n° 919077/2021.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h do dia 21 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 21 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2022 – Aquisição de materiais esportivos para serem utilizados no Torneio de Futebol Amador, Campeonato de Futsal Feminino e Campeonato Categorias de base Regional Sub 9,11,13 e 15 através do Convênio Plataforma + Brasil n° 919077/2021.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 22 de junho de 2022
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 22 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2022 – Contratação de empresa especializada em arbitragem para realização de jogos de futebol e futsal que serão realizados pela Secretaria Municipal de Esportes através do Convênio Plataforma + Brasil n° 919077/2021.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h do dia 22 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 22 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2022 – Aquisição de Squeezes e camisetas que serão utilizados no Torneio de Futebol Amador, Campeonato de Futsal Feminino e Campeonato Categoria de Base Regional Sub 9,11,13 e 15 da Secretaria Municipal de Esportes através do convênio Plataforma + Brasil n° 919077/2021.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 23 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 23 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2022 – Aquisição de medalhas e troféus que serão utilizados no Torneio de Futebol Amador, Campeonato de Futsal Feminino e Campeonato Categorias de Base Regional Sub 9,11,13 e 15 Através do Convênio Plataforma + Brasil n° 919077/2021.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h do dia 23 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 23 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 048/2022 – Contratação de empresa para confecção de banners, faixas e folhetos para divulgação do Torneio de Futebol Amador, Campeonato de Futsal Feminino e Campeonato Categorias de Base Regional Sub 9,11,13 e 15 através do Convênio Plataforma + Brasil n° 919077/2021.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 24 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 24 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2022 – Aquisição de medicamentos veterinários, destinado ao Centro de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 27 de junho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 27 de junho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral n° 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.

Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 06 de junho de 2022.
ÉLCIO RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.° 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 406/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 1675/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 53210153055 2022OC00780 - PARA AQUISIÇÃO DE: DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CEREBRAL PARA ANGIOPLASTIA .** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 21/6 /2022 - às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **8/6/2022,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br,** mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.** SÃO PAULO, 6 JUNHO 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 73/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 127/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 65/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2022 - S.R.P. Nº. 29/2022 - EDITAL Nº. 73/2022 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor valor por item para REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 23 de junho de 2022, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico, disponível para qualquer cidadão, bem como a cópia do Edital e anexos estará disponível aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 06 de junho de 2022. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2022 DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022, EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 25/2022, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2022, CUJO OBJETO É Contratação de Empresa, para Realizar Revitalização do Paço Municipal " Dr Joao Roque Franceschi situado Av Julio Cantadori, 405, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA E A CONTRATADA A EMPRESA ADAMI & MARQUES LTDA-ME, **PELO VALOR TOTAL DE** R$ 147.903,42 (cento e quarenta e sete mil novecentos e três reais e quarenta e dois centavos), COM PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DE 16/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE

- Edital - CONCORRÊNCIA Nº 004/2022 – Registro de preços para contratação de empresa para os serviços de capina manual e mecanizada, limpeza de bueiros, destocamento de arvores, poda de arvores e supressão de arvores – Encerramento: 10:00 horas do dia 12.07.2022. – O edital estará disponível a partir do dia 09.06.2022 no site da Prefeitura de Mairinque, ou poderá ser solicitado por e-mail jose.pinheiro@mairinque.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2022-PROCESSO Nº74/2022

OBJETO:A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento às Leis Federais nº8.666/93 e 10.520/02,torna público que realizará abertura de processo licitatório no dia 22/06/2022,às 09:00 horas,na sala de reuniões do Departamento de Licitações,situada a Av.São Paulo,nº1113,centro,visando a contratação de empresa para a locação de máquina copiadora com inclusão de assistência técnica,manutenção preventiva e corretiva,fornecimento de todas as peças,partes ou componentes necessários,bem como de todo o suprimento,exceto papéis e grampos.DIA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS:22/06/2022 das 08:30 às 09:00 horas. A cópia completa deste edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site oficial www.parapua.sp.gov.br.Não será enviado o edital e anexos por via postal,e-mail ou similar.Gilmar Martin Martins-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO 43/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2022. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24 DE JUNHO DE 2022. CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizados das **14:00 às 14:15 horas; a partir desse horário, inicia-se a abertura das propostas e lances. LOCAL**: Sala de reuniões da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA – SP** Rua Julio Cantadori, n.º 405, tipo **EMPREITADA GLOBAL**, **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, e atenderá os anseios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006, **OBJETO:** contratação de empresa especializada em Pavimentação e Recapeamento Asfáltico em concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). Locais: Rua do Bosque-, via publica do município, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos. Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.318/2022 – PEC.01325/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUVA DE PROCEDIMENTOS - Abertura do Pregão em 22/06/2022 às 09:00 horas

PE.322/2022 – PEC.01326/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MESA DE REUNIÃO E MESA EM "L" - Abertura do Pregão em 22/06/2022 às 09:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**,Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20212616

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20212616, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 26162021, até o dia 23/06/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 01 de Junho de 2022. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O TERCEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 36/2019, SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, E CONTRATADA A EMPRESA GRABOSKI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CUJO OBJETO PRINCIPAL É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NO ÂMBITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO-EDUCACIONAL TUDO CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONTIDA NO EDITAL E ANEXOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019, OS QUAIS PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE PROCEDIMENTO. CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO O presente aditivo contratual tem por objetivo aditamento de prazo por um período de 12 (doze) meses com início no dia 01 de junho de 2022 até dia 31 de maio de 2023, conforme clausula 4º do Contrato Administrativo 36/2019 e também do valor antes pactuado entre as partes de R$ 49.340,76 (quarenta e nove mil trezentos e quarenta reais e setenta e seis centavos) e após o valor corrigido pelo índice do INPC/IBGE de 12,47 % relativo ao período dos últimos 12 meses o valor passou a ser de R$ 55.493,55 (cinqüenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e cinqüenta e cinco centavos) conforme Clausula 3° do item 3.2 do Contrato Administrativo n° 36/2019. **CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL** O aditamento contratual tem como amparo legal o art. 57, inci. II da Lei 8.666/1993 **CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas do objeto da presente licitação serão atendidas com recursos orçamentários consignados no orçamento vigente sob a classificação abaixo: **02.08.01/12.3 61.0004.2004/3.3.90.39/ Ficha 147. CLAUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n°36/2019. Tupi Paulista-SP, 31 de maio de 2022.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220116

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220116, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Nutrição. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1162022, até o dia 23/06/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Junho de 2022. ISABEL MARIA SILVA BRAGA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220747

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220747 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 7472022, até o dia 23/06/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Junho de 2022. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO - CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº 06/2022 - Processo nº 29/2022
ABERTURA DOS ENVELOPES "PROPOSTA"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA, torna público, para conhecimento de todos e para conhecimento das empresas participantes da Tomada de Preços nº 06/2022 - Processo nº 29/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE VAPOR DE SÓDIO/VAPOR DE MERCÚRIO POR LUMINÁRIAS DE TECNOLOGIA LED, NO MUNICÍPIO DE FARTURA/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE CONVÊNIO 101938/2021, DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS E TERMO DE REFERÊNCIA, que a sessão de continuação será realizada no dia 08/06/2022, às 13h30min, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Fartura-SP. Informações: Setor de Licitações da Prefeitura - Praça Deocleciano Ribeiro 444, Fartura-SP. Telefone (14) 3308-9332 / 3308-9303 - Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br.
Prefeitura Municipal de Fartura, em 06 de junho de 2022.
LUCIANO PERES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO - **ALTERAÇÃO DE EDITAL PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE EDITAL PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO COMUNICADO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1203/2022 OBJETO:** ***CONSTRUÇÃO DO PORTAL, REVITALIZAÇÃO PAISAGÍSTICA E CALÇADAS CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 000135/2021.ONDE SE LÊ:*** *"Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de licitação, que será atendida por pelo menos 60 (sessenta) atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante;"* ***LÊ-SE:*** *"Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de licitação, que será atendida por pelo menos 03 (três) atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante;"* ***ONDE SE LÊ:*** *" Cadastramento: Até o dia 08 de junho de 2.022".* ***LÊ-SE:*** *"Cadastramento: Até o dia 20 de junho de 2.022"* ***ONDE SE LÊ:*** *" Recebimento do envelope 01 e 02 (Habilitação e Proposta) Até dia 15 de junho de 2.022, Horário: às 14 horas".* ***LÊ-SE:*** *"Recebimento do envelope 01 e 02 (Habilitação e Proposta) Até dia 23 de junho de 2.022, Horário: às 14 horas".* ***ONDE SE LÊ:*** *" Abertura dos Envelopes: Data: 15 de junho de 2.022, Horário: às 14 horas"* ***LÊ-SE:*** *"Abertura dos Envelopes: Data: 23 de junho de 2.022, Horário: às 14 horas"* Pardinho, 06 de junho de 2.022. **MARINA ESTEVES SOUZA DIRETORA DE LICITAÇÕES**

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2022 – Tomada de Preços nº 01/2022 - ORGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. **Processo 2158/2022. MODALIDADE: Tomada de Preços. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para Perfuração de um poço tubular profundo, explorando as formações Bauru e Serra Geral, próximo ao Ribeirão dos Índios, às coordenadas 22º09'06.28" Sul e 49º58'38.40" Oeste, com fornecimento de equipamentos, insumos e mão de obra, conforme Planilha de Custos, Memorial Descritivo e Projetos anexos. **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 1767/2021 e de acordo com a classificação efetuada pela Comissão Permanente de Licitações, HOMOLOGA E ADJUDICA em 06/06/2022, os objetos licitados à empresa CONSTRUTORA CARVALHO ROSA LTDA ME, localizada na Rua Assad Haddad, nº 415, sala 01, Parque das Indústrias – CEP: 17.519-700, em Marília - SP. Marília, 06 de junho de 2022. João Augusto de Oliveira Filho - Presidente – DAEM.

Prefeitura da Estância Turística de Salto
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1689/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de insumos, compreendendo: algicida, clarificante e cloro granulado, utilizados no tratamento da piscina do Ginásio Municipal de Esportes João Sebastião Ferraro, a cargo da Secretaria de Esportes e Lazer, a empresa:
- Sanigran Ltda, no valor global da contratação de R$ 74.999,52 (Setenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).
Salto/SP, 06 de junho de 2022.
Valdir Libero - Secretário de Esportes e Lazer

Prefeitura da Estância Turística de Salto
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3375/2022
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para aquisição de mobiliário de natureza permanente, compreendendo: mesas, cadeiras, armários e ventiladores, destinados ao Posto de Coleta do Censo que será realizado no município, a cargo da Secretaria de Administração, as empresas:
- Guilherme Augusto de Godoy ME, para os lotes 01,02 e 03, no valor global da contratação de R$ 15.348,32 (Quinze mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos)
- M. de L. Trindade da Silva Moveis, para o lote 05, no valor global da contratação de R$ 3.080,00 (Três mil e oitenta reais).
- Go Vendas Eletrônicas Ltda – para o lote 06, no valor global da contratação de R$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais)
Salto/SP, 03 de junho de 2022.
Michel Hulmann - Secretário de Administração

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE) torna público o resultado do sorteio realizado em 03/06/2022, às 15 horas, destinado ao primeiro rodízio entre as pessoas jurídicas credenciadas, conforme determina o item 7.2.5 do Edital de Credenciamento nº 1/2022. Resultado: Pesquisa Convencional Qualitativa (QUALI) - EP A DISTÂNCIA, EP PRESENCIAL, DG A DISTÂNCIA, DG PRESENCIAL, ETNO PRESENCIAL: Instituto Paraná de Pesquisas e Análise de Consumidor Ltda. – EPP – 1; APPC Análise Pesquisa Publicidade Consultoria e Marketing Ltda. – 2; Quaest Pesquisas, Consultoria e Projetos Ltda. – 3; e Aartedamarca Consultoria de Comunicação Ltda. – 4. Pesquisa Convencional Quantitativa (QUANTI) - TELEFONE/VOZ, PESSOAL INTERCEPT, PESSOAL DOMICILIAR: Datafolha Instituto de Pesquisa Ltda. – 1; Quaest Pesquisas, Consultoria e Projetos Ltda. – 2; Instituto Paraná de Pesquisas e Análise de Consumidor Ltda. – EPP – 3; Inteligência em Pesquisa e Consultoria Ltda. – 4; e APPC Análise Pesquisa Publicidade Consultoria e Marketing Ltda. – 5. Pesquisa Convencional Híbrida (QUALI E QUANTI) – deverão atender simultaneamente as técnicas de abordagens dos grupos QUALI e QUANTI: APPC Análise Pesquisa Publicidade Consultoria e Marketing Ltda. – 1; Quaest Pesquisas, Consultoria e Projetos Ltda. – 2; e Instituto Paraná de Pesquisas e Análise de Consumidor Ltda. – EPP – 3. Soluções em Pesquisas Tecnológicas, Digitais, Interativas e Instantâneas (Soluções TEC-DII) - URA ATIVA: Talk Communications do Brasil S/A – 1; e Orbis Instituto de Pesquisa de Mercado Ltda. – 2. Soluções em Pesquisas Tecnológicas, Digitais, Interativas e Instantâneas (Soluções TEC-DII) – ONLINE/PAINEL DE RESPONDENTES: Nervera Serviços de Informática Ltda. – ME –1; e Quaest Pesquisas, Consultoria e Projetos Ltda. – 2. **A ata completa está disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Atasorteio030622.pdf**

MUNICIPIO DE NARANDIBA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, nº 540, Vila Rica, o processo licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022**, o qual será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR O PROJETO DE DRENAGEM DO DISTRITO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA – CONFORME CONVÊNIO 101590/2022 COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NO MUNICÍPIO DE NARANDIBA.** Fica estabelecido a abertura dos envelopes para dia **23/06/2022**, às **09:30 horas**, e o Edital completo será fornecido na Prefeitura Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, podendo ser solicitado via e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br, www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3992-9082.
Narandiba, 06 de junho de 2022
Itamar dos Santos Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista, através do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, TORNA PÚBLICO aos interessados que encontra-se aberto processo licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2022, Edital-Retificado nº 034/2022, Processo nº 163/2022**, que tem por objeto: Registro de preços para contratação de serviços de fretamento de veículos, sendo Ônibus, Micro ônibus e Vans, para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de deslocamento eventual de pessoas, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. DATA/HORA/LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 08/07/2022, às 08h30min, na Sala de Licitações, sito à Paço Municipal Ari Bigardi, Praça da Matriz, nº 75, Centro, na cidade de Vargem Grande Paulista- -SP. A pasta contendo o Edital e os respectivos anexos desta licitação poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico www.vargemgrandepaulista.sp.gov.br, mediante o preenchimento do cadastro no Portal da Transparência. Maiores informações através dos fones: (11) 4158-8800 ramal 261. Em, 06 de Junho de 2022 – Luís Henrique Laroca – Departamento de Licitações e Contratos Administrativos.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais que fabriquem o produto ou similares: **Blink Solução de desanonimização de transações de criptomoedas**: solução Cognyte dedicada a extrair inteligência acionável de transações de criptomoedas. O BLINK permite que os analistas identifiquem transações ilícitas e sigam o rastro de dinheiro no blockchain, mas também revelem diretamente as identidades dos criadores de transações. BLINK é uma solução com patente pendente para desanonimizar as transações de Criptoativos, sem a necessidade de realizar atividades forenses ou rastrear o dinheiro de/para corretoras de criptomoedas. O BLINK aplica uma variedade de técnicas analíticas avançadas para dados fundidos do blockchain, fontes abertas (OSINT) e interceptação legal. Essas múltiplas fontes de inteligência, juntamente com algoritmos de correlação com patente pendente, permitem a desanonimização direta de transações de criptomoeda realizadas por alvos de interceptação legal; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Não Similaridade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Não Similaridade. São Paulo, 07 de Junho de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 07/22 – Processo nº 582/22, tendo como objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Realização de Exames Laboratoriais", foi adjudicado pela autoridade competente, Sr. Daniel Vieira em favor da empresa: LABORATORIO CARDENAS LTDA. **Data:** 19/05/2022.

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 07/22 – Processo nº 582/22, tendo como objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Realização de Exames Laboratoriais", foi homologado pela autoridade competente, Sr. Daniel Vieira em favor da empresa AGUIA EMPRESARIAL EIRELI. **Data:** 19/05/2022.

COMUNICADO DE RATIFICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que a Dispensa nº 51/22 – Processo nº 859/22, foi ratificada pelo Prefeito Municipal o Sr. Daniel Vieira em favor de JUMIRIM DIESEL LIMITADA para: "Aquisição de material e serviço para manutenção do veículo – Citroen Jumper, placa EGI - 0020" Valor: R$ 11.091,03. **Data:** 25/05/2022

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 68/2022 Processo nº 859/22 – Dispensa nº 51/22. **Contratado:** JUMIRIM DIESEL LIMITADA. **Data da assinatura:** 25 de maio de 2022. **Valor do Contrato:** R$ 11.091,03. **Objeto:** "Aquisição de material e serviço para manutenção do veículo – Citroen Jumper, placa EGI - 0020". **Prazo:** 25/05/2022 a 25/07/2022.
Jumirim, 06 de junho de 2022.
Daniel Vieira - Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 041/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 041/2022. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de Serviços de Saúde dos Grupos, A, E e B, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 20/06/2022 as 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 06 de Junho de 2.022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

A boa reforma trabalhista de 2017

Reforma deu maior segurança jurídica e permitiu mais contratações

Cecilia Machado
Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

A regulação trabalhista —o conjunto de regras, normas e jurisprudências que definem as possibilidades de escolha de trabalhadores e empregadores e que dita a estrutura de incentivos na relação entre eles— influencia o funcionamento do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que protege os trabalhadores da perda de emprego e de ações arbitrárias e abusivas dos empregadores, ela também dificulta a criação e a destruição de postos de trabalho, limitando a capacidade das empresas de se ajustar a novas demandas, adotar tecnologia, automatizar processos e se mover na direção de atividades ou setores nos quais sua presença é mais produtiva.

O recente desempenho do mercado de trabalho, que viu a taxa de desemprego recuar para 10,5%, o menor patamar desde 2016 e 0,6 ponto percentual abaixo da taxa de desemprego de 2019, levantou novos questionamentos sobre o papel da reforma trabalhista de 2017 nesse impressionante resultado, já que a regulação trabalhista participa, com o ciclo econômico, da determinação do emprego.

Ao todo, a reforma de 2017 fez mais de cem modificações na CLT, alterando o funcionamento do mercado de trabalho em três grandes eixos.

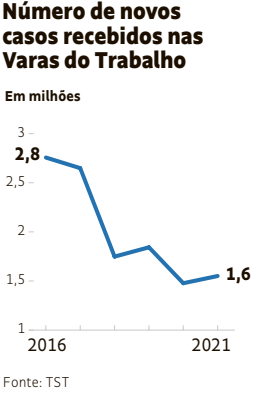
Primeiro, especificou como legítima uma série de práticas trabalhistas, a exemplo do banco de horas e do trabalho intermitente, reduzindo a incerteza sobre o que é permitido em uma relação trabalhista.

Segundo, reduziu os incentivos ao litígio ao permitir a transferência dos custos processuais para a parte perdedora.

E, terceiro, diminuiu a discricionariedade dos juízes nas suas decisões, priorizando o que foi negociado entre as partes em detrimento do que está na lei.

O efeito de primeira ordem da reforma é evidente na redução do número de disputas trabalhistas que se seguiram após 2017. De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, o número de novos casos nas Varas do Trabalho (1ª instância) se reduziu de 2,64 milhões, em 2017, para 1,78 milhão, em 2018, uma queda de mais de 30%, mantendo-se em torno desse patamar nos anos seguintes, inclusive durante e após a pandemia.

Número de novos casos recebidos nas Varas do Trabalho

Fonte: TST

Estudo de Corbi, Ferreira, Narita e Souza (2022) mostra que os custos desse litígio são expressivos: cerca de 72% das decisões da Justiça do Trabalho são a favor dos trabalhadores, com valor da causa em torno de nove salários. E que, em empresas que recebem decisão judicial menos favorável, as taxas de crescimento de emprego e de salários em novas contrações são menores, além de serem maiores as chances de essas empresas precisarem fechar as portas.

O estudo estima que a redução do litígio, e dos custos inerentes a ele, tal qual produzido pela reforma, diminua o desemprego em 2,1 pontos percentuais.

Ao contrário do que argumentam os que querem revogá-la, a reforma trabalhista de 2017 criou um ambiente de maior segurança jurídica, que desonera as empresas dos custos de ações na Justiça do Trabalho e as permite contratar mais trabalhadores, em grande círculo virtuoso que aumenta a produtividade e o crescimento de longo prazo da economia.

Mas nem tudo são louros. Em 2021, o STF julgou como inconstitucionais os dispositivos da reforma que exigiam a cobrança de honorários periciais e sucumbenciais do beneficiário da Justiça gratuita, ignorando mais uma vez que a estrutura de incentivos que foi recolocada estimula o litígio. Não custa nada lembrar que, na Justiça do Trabalho, a recorribilidade a instâncias superiores chega a 53%. E que a taxa de resolução de conflitos em instâncias inferiores é baixa: 1 a cada 3 casos iniciados nas Varas do Trabalho chega ao Tribunal Superior do Trabalho. O tempo que um caso ganha sua primeira decisão é substancial, levando em média dois anos e um mês para alcançar uma sentença ("Justiça em Números", 2021).

A pandemia trouxe uma nova organização das atividades na economia e um novo paradigma para a relações trabalhistas —com mais flexibilidade, maior uso de tecnologia e com trabalho exercido de forma remota— que precisam ser acompanhados de uma regulação trabalhista à altura dos novos tempos. Ignorar os efeitos indiretos de uma regulação trabalhista que tudo quer e nada pode é continuar relegando os mais vulneráveis ao desemprego e à informalidade, colocando-os a margem de vários direitos obtidos apenas através da carteira assinada.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Helio Beltrão** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Egressas da prisão obtêm apoio de universidades

Treinamentos buscam tanto capacitação profissional como desenvolvimento de autonomia para buscar direitos

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO Universidades, secretarias estaduais e organizações não governamentais oferecem cursos, oficinas e oportunidades de emprego para egressos do sistema prisional, principalmente para mulheres, com o objetivo de diminuir os obstáculos encontrados por essa parcela que busca a ressocialização.

"É uma responsabilidade de todos nós que estamos na sociedade receber essas pessoas de volta e fazer algo para que essas pessoas saiam com novas possibilidades e oportunidades positivas, porque possibilidades negativas elas já têm", diz Karine Vieira, presidente do Instituto Responsa, que trabalha com a inserção de egressos no mercado de trabalho.

A UFABC (Universidade Federal do ABC), por exemplo, tem inscrições abertas para a segunda turma do curso gratuito Educação Libertas, voltado ao público feminino que deixou a prisão ou que tenha familiares que estão presos.

O objetivo da capacitação, segundo a universidade, é "estimular o desenvolvimento da autonomia e emancipação dessas pessoas por meio de ferramentas teóricas, reflexivas e práticas".

"Pensamos em um curso que permitisse às mulheres compreender e refletir sobre a condição que elas vivenciam. Mulheres que têm que lidar o tempo todo com o sistema punitivo, maioria das quais negras e pobres. Quais as consequências disso na trajetória delas", diz a professora Camila Nunes Dias, coordenadora do curso.

Em março, a coordenação do Libertas certificou a primeira turma de mulheres inscritas no curso. O programa contou com 60 inscrições, mas 30 concluíram. Por causa da pandemia, as aulas foram virtuais. Para a segunda turma, as aulas serão presenciais.

De acordo com a coordenadora, todas as aulas tinham textos indicados, com leitura, teoria e conceitos. Os docentes procuravam articular toda a reflexão teórica com a experiência das mulheres participantes do curso.

"Tivemos oficinas de escrita e oficinas jurídicas, que visam dar a essas mulheres uma base para que elas possam buscar seus direitos nos diversos órgãos da Justiça, as burocracias enormes as quais elas estão sujeitas, ou seus filhos ou companheiros presos. Muitas vezes elas não têm muita noção do que precisam fazer, aonde precisam ir."

Professoras e egressas que participaram de curso da Universidade Federal do ABC Arquivo pessoal

Ainda segundo a coordenadora, muitas participantes do curso relataram perceber também o racismo que elas vivenciam no dia a dia, a partir das reflexões despertadas durante as aulas.

Natália, 35, moradora da zona leste de SP, foi uma das participantes. Casada e mãe de cinco filhos, busca uma nova oportunidade. Ela teve receio com o início do curso por causa das experiências que teve anteriormente.

"No começo, não me interessei muito porque sempre tive problemas com escola, nunca fui aceita pelos professores. Então eu ia ser só mais uma na sala de aula. Mas eu tive a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas, que me ajudam, ainda me ligam para saber como estou, como está minha família", diz.

Outro assunto bastante abordado foi com relação à violência doméstica. Segundo Miriam Duarte, coordenadora do Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), uma das entidades que auxiliaram na concepção da formação, em muitas casas a mulher nem tem a noção de que está sendo vítima.

"O marido gritar, falar que ela é feia, que é isso, que é aquilo. São tão maltratadas que elas vão normalizando as coisas, achando que a vida é isso mesmo, e não consegue perceber que aquilo é uma violência na vida dela."

Outras instituições de ensino espalhadas pelo país também reservam vagas em cursos ou oficinas para egressos do sistema prisional, ou disponibilizam vagas por meio da lei de cotas, como a Universidade Federal da Bahia.

Já a Secretaria da Administração Penitenciária do Ceará lançou uma oficina de design de sobrancelhas para 20 mulheres egressas, em uma capacitação de 80 horas de aula. De acordo com a pasta, além da parte técnica, o curso abrange conteúdos como postura profissional e comportamento ético.

Demitido por igreja por justa causa diz que foi alvo de homofobia; Justiça manda reintegrar

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Um ex-funcionário da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias está processando a instituição religiosa na Justiça do Trabalho por ter sido demitido por justa causa sob a acusação de ter cometido infidelidade conjugal e, com isso, ter violado o código de conduta previsto por seu empregador.

Para o empregado, porém, a decisão foi motivada por homofobia. Separado de fato (quando o casal não formaliza o divórcio) desde 2016, Frederico Jorge Cardoso Rocha, 61, tem, há cerca de dois anos, um relacionamento homoafetivo.

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias nega. "Um funcionário não é demitido devido à sua identidade ou preferência sexual", afirma, em nota. A entidade religiosa diz que todos os seus funcionários aceitam voluntariamente viver de acordo com os padrões da instituição, como fidelidade conjugal.

Rocha trabalhou para a igreja por 37 anos como comprador. Ele prospectava e negociava terrenos em toda a América Latina, onde novas capelas e templos seriam instalados.

Na sexta (3), a juíza substituta Caroline Ferreira Ferrari, da 15ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou a reintegração provisória de Rocha ao trabalho.

Pesaram para a concessão as condições de saúde do ex-funcionário —que tem uma cirurgia agendada para o dia 15— e o risco de um agravamento devido ao rompimento de vínculo com o plano de saúde em consequência da dispensa por justa causa.

Pelo tipo de demissão, cuja aplicação é prevista pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para faltas graves, Rocha ficou sem o direito à multa de 40% dos depósitos feitos no FGTS, ao aviso prévio e ao seguro-desemprego.

Perdeu também o plano de saúde. Como tinha mais de dez anos como segurado, ele poderia, caso a demissão tivesse sido sem justa causa, manter o plano de saúde, desde que assumisse o pagamento integral do benefício.

A reintegração provisória ao emprego, bem como a reinclusão do ex-funcionário no plano de saúde, terá de ser cumprida em 48 horas, sob pena de multa diária de R$ 500. A igreja pode recorrer.

No processo que move contra a igreja, Rocha pede a reversão da demissão e o pagamento dos salários e demais benefícios que deixaram de ser pagos desde o início de abril, quando foi dispensado. Se a demissão for mantida, ele vai querer o cancelamento da justa causa e a liberação das verbas trabalhistas decorrentes da dispensa comum, como a multa de 40% do FGTS.

Rocha tem convicção de que seu relacionamento —e não o divórcio não consumado— foi o motivo de sua demissão porque um membro da igreja procurou sua ex-mulher para perguntar se ele era, de fato, homossexual.

A apuração, explica o ex-funcionário, decorre de um procedimento interno da doutrina da igreja, que é a necessidade de os empregados terem uma credencial chamada de "recomendação para o templo", durante o qual há uma entrevista presencial realizada a cada dois anos.

Quando passou por esse procedimento, em fevereiro, Rocha diz ter sido informado de que a igreja havia recebido uma denúncia de que ele era homossexual e vivia um relacionamento homoafetivo.

Naquele momento, conta Rocha, ele negou o questionamento. Tinha medo de perder o emprego e considera que a igreja é "reconhecidamente homofóbica", segundo escreveu sua defesa na ação.

A igreja baseou a demissão, segundo o comunicado que apresentou ao ex-funcionário, em dois itens previstos para a justa causa, que são mau procedimento e insubordinação. No comunicado de dispensa, ele é informado de que violou "deveres de fidelidade conjugal".

A exigência da fidelidade conjugal é prevista em contrato a que todos os funcionários tiveram que assinar a partir de 2008.

Ele afirma que a separação judicial da ex-mulher nunca foi concretizada porque a manutenção do vínculo permitia que ela fosse sua dependente no plano de saúde.

Brasil abre 196.966 vagas formais de trabalho em abril, mostra Caged

O Brasil abriu 196.966 vagas formais de trabalho em abril, resultado acima da expectativa e que representa aceleração na criação de vagas em relação ao mês anterior, segundo o Caged. Em março, o país registrara abertura líquida de 88.145 empregos. A leitura de abril veio acima da criação de 170.655 postos projetada por analistas em pesquisa da Reuters e foi a melhor para o mês desde os 216.974 postos de trabalho criados em abril de 2012. No ano, o saldo acumulado é de 770.593 empregos formais.

Vista aérea da região central de São Paulo, que na década de 1950 recebeu maioria dos lançamentos de prédios residenciais Eduardo Knapp - 13.jan.22/Folhapress

Cidade de São Paulo construiu 1,2 milhão de apartamentos em 60 anos

Capital lançou 38 mil unidades em 1950, número subiu para 262,2 mil em 2010, diz levantamento

DELTAFOLHA

Mariana Zylberkan e Flávia Faria

SÃO PAULO Ao longo de seis décadas, o processo de verticalização na cidade de São Paulo levou à construção de 1,2 milhão de apartamentos e se acentuou entre os anos 1960 e 1970, quando a zona oeste passou a disputar com a região central a homogeneidade do mercado imobiliário.

Até os anos 1960, os lançamentos de unidades não saíam do eixo República-Consolação-Bela Vista. De 1950 a 1959, foram construídos 38 mil apartamentos, 72% deles na região central.

A partir de 1970, o foco das construções mudou. O início do adensamento de bairros disputados pelas construtoras, como Jardim Paulista, Perdizes, Itaim Bibi, na zona oeste, e Vila Mariana, na zona sul, coincidiu com o primeiro boom imobiliário da cidade.

De uma década para outra, o número de novos apartamentos triplicou. A cidade lançou 64,1 mil nos anos 1960, contra 193,1 mil nos anos 1970. Na década de 2010, esse número saltou para 262,2 mil.

Os números são de levantamento do Portal Loft, plataforma da startup imobiliária para divulgar dados do setor inaugurada neste mês, com base nas informações do IPTU. Foram considerados imóveis construídos de 1950 a 2019.

“A verticalização em São Paulo seguiu a demanda nas regiões onde se concentravam a oferta de empregos e o desenvolvimento do transporte público”, diz Rodger Campos, gerente de dados da Loft.

“A aglomeração dos empregos começou no centro, na praça da Sé, e se deslocou para as avenidas Paulista, Rebouças, Faria Lima e a região de Pinheiros. O mercado de trabalho demanda espaço para se alocar e as famílias também. A solução para isso é a verticalização”, afirma Campos.

Diferentemente de outras cidades do mundo, o adensamento em São Paulo não seguiu um projeto urbanístico, e o paliteiro urbano acabou acompanhando a construção das linhas do metrô e das grandes avenidas.

“A verticalização começou em direção à avenida Paulista, quando chegou perto da Barra Funda, esbarrou nos galpões industriais e seguiu em direção a Perdizes, Cerqueira César e Consolação”, explica o urbanista Kazuo Nakano, professor do Instituto das Cidades da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

Isso porque, explica Nakano, o investidor de incorporação imobiliária busca áreas onde há mais vantagens ao comprador para atrair lucro com maior aproveitamento da terra urbana. Isso se intensificou nos anos 1970, com a implantação do metrô na cidade.

“O processo de verticalização foi induzido pelo sistema de metrô com mais construções nas extremidades das linhas em um primeiro momento, porque era onde ainda havia terrenos desocupados”, afirma.

A relação entre meio de transporte e habitação é prevista pelo PDE (Plano Diretor Estratégico) de São Paulo, sancionado como lei municipal em 2014. O ordenamento de construções também é regrado pela Lei de Zoneamento, embora a verticalização da cidade tenha começado bem antes das leis.

Em processo de revisão, o PDE criou incentivos para a construção de unidades pequenas próximo a eixos de mobilidade urbana, como estações de metrô e corredores de ônibus. O intuito foi condensar mais pessoas em locais de fácil acesso de transporte como uma forma de reduzir o trânsito na cidade e também diminuir o processo de espraiamento da metrópole.

> “O processo de verticalização foi induzido pelo sistema de metrô com mais construções nas extremidades das linhas em um primeiro momento, porque era onde ainda havia terrenos desocupados
>
> **Kazuo Nakano**
> urbanista e professor do Instituto das Cidades da Unifesp

O gerente de dados da Loft explica que a proximidade a esses microcentros urbanos inseridos em cada bairro é um dos principais parâmetros para definir os valores dos imóveis, por exemplo.

“Os preços vão ser mais caros nos subcentros, porque oferta de emprego e de transporte são âncoras para definir precificação”, afirma.

Outros fatores, como políticas públicas habitacionais, também impulsionaram a inauguração de empreendimentos imobiliários. Nas periferias, principalmente na zona leste, as construções se tornaram mais frequentes a partir de 1990, quando se consolidou a entrega de conjuntos habitacionais populares da Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo).

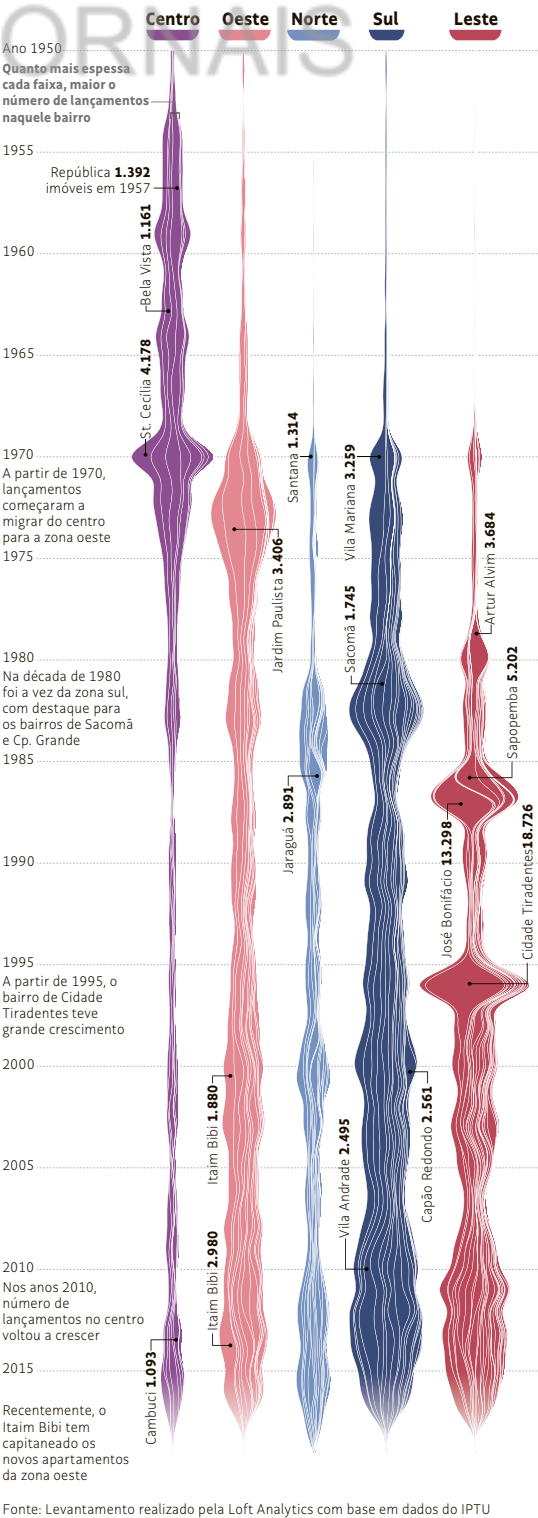
Em 1995, por exemplo, Cidade Tiradentes teve um salto de verticalização. O maior complexo da Cohab fica no bairro, com cerca de 40 mil unidades. Dez anos antes havia sido a vez de Sapopemba e Artur Alvim, de acordo com o estudo.

A construção desses conjuntos habitacionais, porém, deixou terrenos públicos abandonados nos arredores, que não foram aproveitados. Eles não se transformaram em áreas construídas, o que favoreceu o surgimento de ocupações irregulares, segundo Nakano.

Entre os anos 1980 e 1990, a construção de novas unidades habitacionais na cidade teve o primeiro resultado negativo desde 1950, quando foi registrada retração de 2% nos lançamentos, segundo o estudo da Loft.

O levantamento mostrou que, mais recentemente, a partir de 2010, o bairro mais disputado pelas construtoras foi a Vila Andrade, na zona sul, em decorrência do prolongamento da linha 5-lilás do metrô.

A primeira vez que o bairro apareceu no ranking dos dez com maior número de imóveis novos foi nos anos 1990, em oitavo lugar. Na década seguinte, foi para terceiro lugar, e na de 2010 ocupou o topo da lista, com 12,7 mil unidades entregues em dez anos.

Segundo o levantamento, a lista de bairros com maior número de unidades habitacionais entregues entre a década de 1950 e a de 2010 é encabeçada por Itaim Bibi, com 54,4 mil apartamentos residenciais, seguido por Vila Mariana (52,8 mil), Jardim Paulista (51,4 mil), Moema (39,7 mil) e Perdizes (38,8 mil).

Apesar da intensa atividade da construção civil na cidade, o déficit habitacional ainda é um problema escancarado na metrópole.

Como mostrou a **Folha**, a cidade tem hoje um déficit de 369 mil domicílios, de acordo com dados do PMH (Plano Municipal de Habitação). Estudo da consultoria econômica Econnit estima que, até 2030, o problema vá se agravar, e seriam necessárias 73 mil novas residências por ano para suprir a demanda por moradia na capital paulista.

De 2015 a 2019, porém, foram entregues menos de 20 mil por ano, de acordo com o levantamento da Loft.

Para o gerente de dados da startup, o déficit habitacional crônico é consequência de crescimento demográfico acelerado, que produz cidades inchadas do ponto de vista da moradia. “A cidade nasce em algum lugar e, a partir do momento que houve maior entrada de pessoas, uma parcela foi acomodada em favelas e áreas invadidas”, diz.

No mesmo período em que a cidade de São Paulo entregou 1,2 milhão de apartamentos residenciais, entre 1950 e 2019, a população da cidade mais que triplicou: foi de 3,5 milhões de habitantes para 11,2 milhões, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O equilíbrio entre verticalização e densidade habitacional, visto por urbanistas como a fórmula ideal para a construção de uma cidade mais justa, ainda está distante de ser alcançado.

Nakano afirma que, atualmente, o mercado imobiliário segue a tendência de investir em imóveis de alto padrão com condomínios aos moldes de clubes que ocupam mais terra urbana para habitar menos pessoas.

Além disso, segundo Nakano, para continuar o processo de expansão, o mercado imobiliário tem rumado para os polos metropolitanos, as cidades da Grande São Paulo, como Osasco, Guarulhos e Barueri.

Mesmo durante a atual crise econômica do país, o mercado da construção civil segue aquecido na cidade por causa do mercado financeiro, cada vez mais imbricado com o imobiliário em razão dos fundos de investimento. “É a financeirização da produção imobiliária e da moradia”, afirma Nakano.

Iniciada no centro, verticalização da cidade de São Paulo hoje se concentra nas zonas sul, leste e oeste

Número de novos apartamentos por bairro, segundo o ano de construção

Fonte: Levantamento realizado pela Loft Analytics com base em dados do IPTU

Homem morre em briga perto da cracolândia

Uma pessoa ficou ferida e foi levada para hospital no centro de São Paulo; uma terceira pessoa foi presa pela polícia

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Uma briga entre usuários de drogas deixou um homem morto no centro de São Paulo, na tarde desta segunda-feira (6). Segundo a Polícia Civil, o caso ocorreu no cruzamento entre a avenida Duque de Caxias e a alameda Barão de Limeira, nos Campos Elíseos —perto da área onde se concentram frequentadores da cracolândia.

Uma testemunha contou à polícia que Antônio Fernando Moura, 73, e um outro homem passaram a manhã discutindo. Os dois viviam nas ruas da capital.

Por volta das 14h20, eles brigaram. Com uma faca, Moura feriu o outro homem na altura do peito. Este revidou e, utilizando a mesma faca, esfaqueou Moura no pescoço e nas costas.

Moura morreu no local.

O outro homem foi levado para a Santa Casa, onde continuava internado na noite desta segunda. Ele teria sido submetido a uma cirurgia e não correria risco de morte. Procurado pela reportagem, o hospital disse que fornece informações acerca do estado de saúde de pacientes somente a familiares e responsáveis.

Até a noite desta segunda-feira, a polícia ainda tentava descobrir o motivo da briga e confirmar a identidade do agressor, que teria 31 anos.

Inicialmente, o delegado Severino Vasconcelos, titular do 77º DP (Santa Cecília), disse ter havido prisão de uma terceira pessoa, suspeita de envolvimento. Mais tarde, a polícia afirmou que, na verdade, não houve essa terceira prisão.

O local da briga fica a poucos metros do fluxo da rua Helvétia e de outros pontos em que usuários de drogas se espalharam após a megaoperação policial na praça Princesa Isabel no dia 11 de maio.

Após deixarem a praça, o fluxo chegou a ir para a rua Doutor Frederico Steidel, no outro lado da avenida São João, mas se fixou na rua Helvétia.

Na última quinta (2), a região foi local de nova operação para tentar acabar com a aglomeração. Na madrugada, houve tumulto e quebra-quebra na região. Frequentadores jogaram pedras e objetos em carros que passavam pelas avenidas Duque de Caxias e São João, quebraram vidros, chutaram portas de lojas e puseram fogo em sacos de lixo pelas ruas.

No dia 12 de maio, um homem morreu baleado na avenida Rio Branco, em meio a aglomeração de usuários de drogas. Raimundo Nonato Rodrigues Fonseca Júnior, 32, levou um tiro no peito durante um tumulto.

Prefeitura diz ter internado 22 de forma involuntária

SÃO PAULO O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse que 22 dependentes químicos que frequentam a cracolândia foram internados de forma involuntária desde 27 de abril. A informação foi divulgada pela rádio Bandeirantes nesta segunda-feira (6) e foi confirmada em nota pela gestão municipal.

À rádio, o prefeito afirmou que a "prefeitura e o governo de São Paulo estão custeando isso na busca da pessoa poder se desintoxicar e se livrar do crack". "É nessas situações onde os familiares solicitam e verificam que o familiar não tem outra alternativa a não ser tratamento médico", disse Nunes.

Questionado pela **Folha**, o prefeito disse que "a internação involuntária já ocorre desde a lei [promulgada] em 2019". "Só estamos dando mais acesso e informando os parentes dessa possibilidade", declarou.

Nunes não soube confirmar com precisão os números de internados. Chegou a falar em 28 internações, sendo seis em comunidades terapêuticas, o que não foi confirmado pelo comunicado oficial divulgado depois. "Essa foi a lista que a [secretaria de] Saúde me passou, vou confirmar com o [secretário de saúde Luiz Carlos] Zamarco", disse por mensagem de texto.

Na nota, a prefeitura não informou quantos dependentes continuam internados.

Os números se referem ao período atual desde 27 de abril, duas semanas antes da operação policial que esvaziou a praça Princesa Isabel, na região central, onde funcionava a cracolândia.

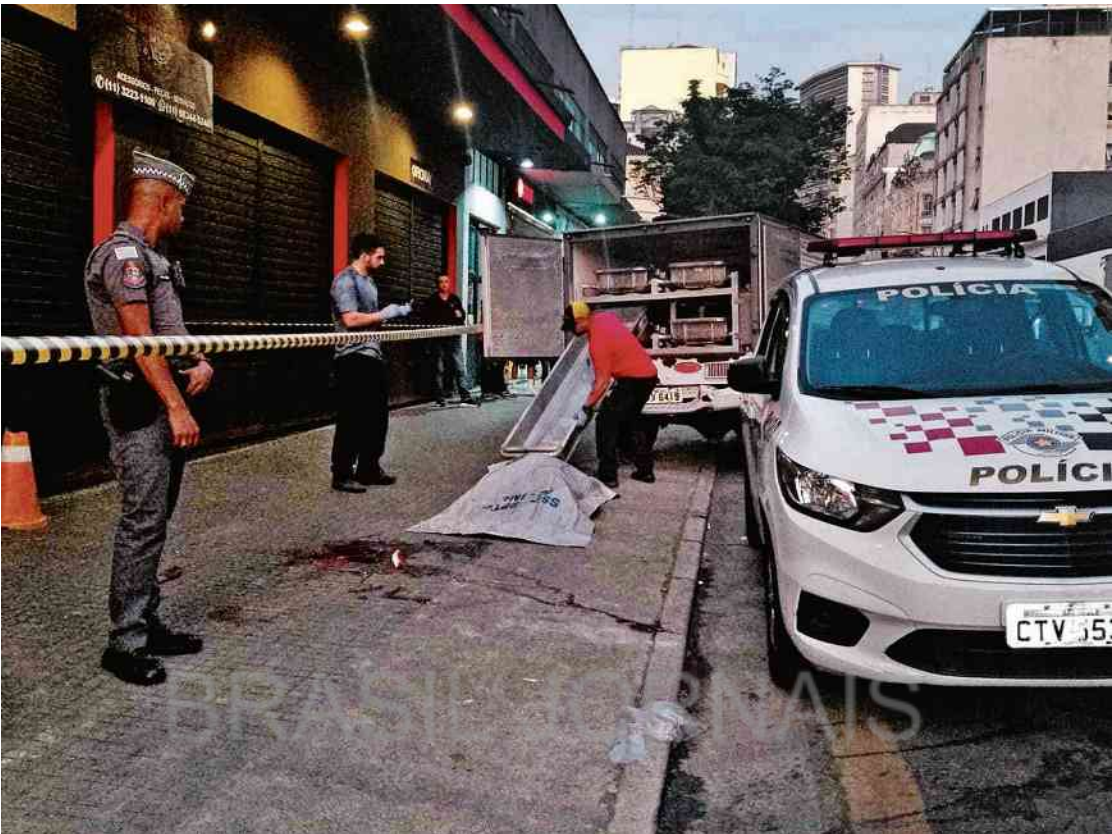
A adesão ao tratamento sem anuência dos pacientes ocorreu por sugestão da Polícia Civil, de acordo com o delegado do 77º DP (Campos Elíseos) Severino Vasconcelos, que coordena as operações para prender traficantes na cracolândia. "Na operação Caronte, temos um limite para atuação da Polícia Judiciária que está chegando ao fim. Depois, nos resta a atuação das áreas da saúde e social", disse sobre a operação de abril do ano passado.

Ele afirmou que tem previsão de encerrar logo o trabalho de repressão ao tráfico de drogas por meio de ações policiais no fluxo —como é chamada a aglomeração de usuários de drogas e traficantes.

Internações involuntárias são previstas desde 2019, quando o tema foi regulamentado por lei federal, e deve ser formalizada por um familiar ou responsável legal do paciente, durando, no máximo, 90 dias.

Na ausência do familiar, o pedido de internação involuntária deve ser feito por servidor público da área de saúde, da assistência social e de outros órgãos públicos.

Para o promotor de Saúde Pública Artur Pinto Filho, o período de 90 dias de internação não é suficiente para tratar o uso abusivo de drogas. "É preciso ter uma porta de saída qualificada, senão o paciente irá voltar para a cena de uso", diz. "É um modelo que já se mostrou ineficiente", completa.

Mariana Zylberkan e Carlos Petrocilo

Policiais recolhem corpo de homem morto na esquina da rua Barão de Limeira com Duque de Caxias Paulo Eduardo Dias/Folhapress)

Policiais lamentam a morte de Genivaldo, afirma defensor

Eliene Andrade

ARACAJU Glover Castro, advogado de defesa dos policiais rodoviários federais envolvidos na abordagem que matou asfixiado Genivaldo de Jesus Santos, 38, negro, na cidade sergipana de Umbaúba, disse à **Folha** que os agentes lamentam o ocorrido e que estão colaborando com as investigações.

Os policiais prestaram depoimento na sede da Polícia Federal em Aracaju, nesta segunda-feira (6). As oitivas devem seguir na terça.

"Eles lamentam todo o ocorrido, são pessoas que têm uma carreira na Polícia Rodoviária Federal, têm famílias. Ninguém imaginava chegar a esse ponto, mas não posso dar mais detalhes sobre isso", afirmou o advogado.

Nem o defensor nem o núcleo de comunicação da PRF de Aracaju deram detalhes do teor dos depoimentos dos policiais. Procurada, a Polícia Federal também não respondeu.

"As coisas estão evoluindo bastante e acredito que no máximo em 30 dias do ocorrido a gente feche esse inquérito", disse o advogado.

> São pessoas que têm uma carreira na PRF, têm famílias. Ninguém imaginava chegar a esse ponto, mas não posso dar mais detalhes
>
> **Glover Castro**
> advogado de defesa dos policiais

Por parte da família de Genivaldo, o advogado de defesa protocolou nesta segunda um pedido de prisão preventiva dos agentes.

Foram afastados os policiais Paulo Rodolpho Lima Nascimento e William de Barros Noia. Um terceiro policial também afastado, Kleber Nascimento Freitas, não participou da abordagem a Genivaldo.

O defensor dos policiais disse não identificar razão para as prisões. "Não há motivos para uma prisão cautelar, pois ela só pode ser decretada se for necessária. Os envolvidos vão falar o que aconteceu, e os órgãos responsáveis pela representação da prisão preventiva ainda não pediram. Para mim, não há necessidade", disse Castro.

Na última sexta-feira (3), o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que casos como o da morte de Genivaldo de Jesus Santos acontecem, que os policiais erraram, mas que não tiveram intenção de matar.

"Não é a primeira vez que morre alguém com gás lacrimogêneo no Brasil. Se pesquisar um pouquinho, até nas Forças Armadas já morreu gente. [...] Eles queriam matar? Eu acho que não. Lamento. Erraram? Erraram. A Justiça vai decidir. Acontece, lamentavelmente", disse o presidente em entrevista à imprensa em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Genivaldo tinha 38 anos, era negro e tinha esquizofrenia. Deixou esposa, mãe, 11 irmãos, um filho de 7 anos e um enteado.

Os estudos do filho eram uma prioridade de Genivaldo, que queria que a criança tivesse as oportunidades que ele não teve na infância e na juventude. Costumava dizer que queria fazer do filho um doutor.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Pintora transmutou dor em força criativa

DEBORAH PAIVA (1950-2022)

Eduardo Sombini

SÃO PAULO Deborah Paiva começou a se dedicar à pintura aos 38, inspirada por Kiefer.

Nascida em Campo Grande em 1950, ela se mudou para São Paulo criança e cursou história na USP. Apesar de nunca ter lecionado a disciplina, sempre esteve imersa no universo da docência. Primeiro, como sócia de uma escola. Depois, como professora de pintura.

Suas telas dos anos 1990 e 2000, abstratas, eram "matéricas", como ela definiu em uma palestra no MAC (Museu de Arte Contemporânea), muito mais orientadas por uma preocupação formal que temática.

Deborah aplicava tinta na tela e usava um estilete ou uma vassourinha de vaso sanitário para criar ranhuras. Ela pintava esculpindo, sintetizou um curador.

Tudo mudou em 2010. Sua filha, Juliana, morreu de câncer aos 34 anos. "O trabalho da minha mãe ganhou volume e criatividade. Ela tinha muita dor, porque seu trabalho deslanchou nesse período", diz seu filho, o diretor de cinema Rodrigo Moreira, 48.

Essa foi a hora da virada. A abstração deu lugar a obras figurativas, que congelam momentos prosaicos do cotidiano de pessoas anônimas. A pintora encobre do olhar dos espectadores suas figuras humanas, que não têm rosto e olham para o infinito.

Sua dor, no entanto, não se transmutou em paralisia. Deborah continuou produzindo, expondo, dando aulas e se dedicando aos dois netos, João, hoje com 18 anos, e Pedro, 16.

A artista foi colaboradora frequente da Ilustríssima, desta **Folha**. Seus humanos com o rosto borrado povoaram inúmeras páginas do caderno.

Na pandemia, Deborah começou o tratamento contra um câncer de pulmão e teve que interromper as aulas e parar de usar tinta a óleo. Desenhava com guache e fez uma última exposição individual.

Rodrigo se lembra da mãe como uma pessoa forte e generosa. "A gente tinha uma casa em Boiçucanga. Era 1979 ou 1980. Não esqueço: estávamos eu, minha mãe e minha irmã, e tinha um atoleiro na estrada. Minha mãe, além de passar com o Gurgelzinho na lama, rebocou mais quatro carros."

A pintora foi sepultada no cemitério do Morumbi na quinta (2). Ela tinha 72 anos e deixa também Jeremias Moreira Filho, 79, diretor de cinema com quem foi casada por 50 anos.

LUIZ ALFREDO DE SOUZA ANDRADE Aos 83, casado com Maria Luiza Ribeiro Ratto. Segunda (6/6). Cemitério São Paulo Cardeal, Pinheiros, São Paulo (SP)

ANNA MARIA FRANCO BRISOLA
Aos 79, casada com Dirceu Brisola. Terça (7/6), às 9h. A despedida será no velório, Funeral Home, rua São Carlos do Pinhal, 376, Bela Vista, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

O esposo **PEDRO MAHLER**, os filhos **GISELA e GUILHERME,** genro, nora, netos e neta da QUERIDA

SARA NEUMAN MAHLER

comunicam com tristeza o seu falecimento. O sepultamento será realizado **HOJE, 07/06, às 12:00h** no Cemitério Israelita do Butantã - SP.

A esposa Lucia, os filhos Pedro e Carolina, a nora Norma, o genro Paulo e as netas Valentina e Luísa do inesquecível

JOSÉ PÍNDARO PEREIRA PLESE

Agradecem o conforto recebido e convidam para a missa de 7º dia que será celebrada na igreja Nossa Senhora de Fátima dia 08 de junho de 2022, às 9 horas – Av. Dr. Arnaldo 1831 - Sumaré.

Devemos acusar Freud de misoginia?

A crítica psicanalítica exige questionar cânones teóricos sem leviandade

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Há quem se queixe de que Freud teria sido um misógino defensor do patriarcado, heteronormativo, esquecendo que entre suas descobertas e o momento atual, um século se passou. Supor que Freud deveria chegar à atualidade sem qualquer anacronismo é tão fantasioso quanto defendê-lo de forma acrítica. Ninguém está isento das marcas do tempo, ainda mais se tiver o raro mérito de ser signatário de uma obra centenária, cujo motor é a autocrítica.

Coube ao inventor da psicanálise a ousadia de apontar a bissexualidade primária em todos nós, revelar a sexualidade infantil, separar radicalmente a sexualidade da reprodução e sustentar que não há coincidência entre genitália, identidade sexual e orientação sexual. Achou pouco? Imagine bancar uma teoria dessas no tempo em que mulheres usavam espartilho. Para dar proporção à coisa, cem anos depois as mais importantes autoridades de nosso país cantam em coro: "meninas vestem rosa e meninos vestem azul".

Freud, assim como Lacan, ora é visto como ultrapassado, liberando o crítico apressado de lidar com sua descoberta demolidora, ora é tido como intocável, revelando a idealização canhestra de alguns comentadores.

Para fazer jus ao debate necessário entre psicanálise e algumas das questões contemporâneas mais significativas, sugiro o lançamento de Pedro Ambra, "O ser sexual e seus outros: gênero, autorização e nomeação em Lacan" (Blucher, 2022). O livro, fruto de seu doutorado defendido pela USP e pela Université de Paris, recebeu declarações entusiastas vindas da banca franco-brasileira, culminando com o convite explícito de que o autor continuasse suas pesquisas na França.

A obra é um dos exemplos de como a produção psicanalítica brasileira não deve nada ao berço europeu e de como não se deve subestimar o peso da pata da colonialidade sobre os pesquisadores do hemisfério sul. Dedos cruzados para que a sangria que leva nossas melhores cabeças e corações para fora do país não se aplique ao caso.

Ambra faz parte de uma preciosa leva de autores, autoras e autorxs que busca apontar a insistência heteronormativa de alguns expoentes da psicanálise (como vimos na manifestação contrária à adoção de crianças por casais homossexuais na França). Passar o pente fino na obra freudolacaniana com rigor e crítica é imprescindível para que encontremos algum sentido em seguir com a psicanálise, cuja produção teórica sempre foi atravessada por emergências históricas (Grandes Guerras, manifestações de maio/68). Uma das emergências que nos é contemporânea e da qual teremos que dar conta diz respeito ao movimento pelos direitos LGBTQIA+.

Quando a onda de obscurantismo político tiver perdido o próximo round no Brasil —a luta é perene—, lembremos de celebrar também as produções de jovens pesquisadores/as brasileiros/as que na "balbúrdia" das universidades não se deixaram abater. Além disso, a geração que se graduou a partir de ações como Prouni já tem nos recompensado com trabalhos que entendem a pesquisa acadêmica com os necessários atravessamentos de raça, classe e gênero.

Mudando de assunto, mas nem tanto, aproveito para lembrar que nesta segunda-feira (6), às 16h, na Ocupação 9 de Julho, a Coalizão Negra por Direitos fez o lançamento nacional da iniciativa suprapartidária Quilombo nos Parlamentos, de fortalecimento de pré-candidaturas de pessoas ligadas ao movimento negro. Afinal, mais do que voltar a levantar a cabeça, é fundamental que saibamos para onde dirigir nosso olhar.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Governo incentiva garimpo ilegal, afirma novo cardeal

Para dom Leonardo Steiner, gestão federal colabora com a destruição ambiental

ENTREVISTA
DOM LEONARDO STEINER

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO O governo Jair Bolsonaro perde "o horizonte da ética nas relações" quando se alia ao garimpo ilegal e comete uma agressão "ao desacreditar a Justiça Eleitoral", diz à **Folha** dom Leonardo Steiner, novo cardeal brasileiro. E nada disso é boa notícia para a democracia.

Dom Leonardo, 71, é cauteloso com as palavras, mas suas críticas ao presidente não passam batidas.

No fim de maio, o papa Francisco anunciou a entrada no Colégio dos Cardeais do catarinense de Forquilhinha, onde também nasceram os irmãos Zilda Arns (fundadora da Pastoral da Criança) e dom Paulo Evaristo Arns. Dom Paulo Cezar Costa, arcebispo de Brasília, também está na lista. Os dois devem participar do conclave que escolherá o sucessor do pontífice.

Em entrevista por escrito, dom Leonardo, desde 2020 à frente da Arquidiocese de Manaus, defende povos indígenas, meio ambiente e a maior participação de católicos na vida partidária. "A política deve voltar a ser assunto nos bares, nas escolas, na universidade, na pastoral", afirma.

*

Dom Leonardo Steiner, 71, novo cardeal brasileiro Alan Marques - 18.fev.2015/Folhapress

O que significa a nova leva de cardeais indicados pelo papa, com muitos nomes fora do eixo europeu? Vai revelando o rosto católico da Igreja. Uma universalidade que deverá estar sempre mais presente. Demonstra o desejo de uma Igreja sempre mais inserida, mais colorida, assumindo as sementes da presença do Deus em encarnado nas diversas culturas.

Como a Igreja pode ser uma bússola em tempos tão polarizados? A bússola é o Evangelho que ela busca anunciar e viver. A polarização em si não é o problma. O problema está nas ideologias fechadas, combativas, não dialogantes. Uma ideologia que aparentemente defende uma posição, mas está defendendo interesses financeiros, dominadores, mercantilistas. Camufla no dizer o que está buscando como poder. Aparece como polarização, mas escamoteia os interesses de fundo, de dominação.

O sr. é uma voz da Igreja para questões amazônicas. Como vê a visão do governo Bolsonaro sobre garimpo ilegal? Deveria ser uma voz! Estou há pouco na Amazônia e devo me inserir na realidade para ser uma voz. Bispos, presbíteros, religiosos/as, os leigos e leigas têm ajudado a fazer ver questões gritantes como garimpo, violência, saúde, poluição.

O garimpo é a agressão do meio ambiente e, por isso, da casa dos povos indígenas, da nossa casa comum. O garimpo está destruindo as águas. O mercúrio é uma maldição! Para os donos do garimpo, não importa a vida dos outros, as pessoas, os povos. O que importa é o ouro, o dinheiro. Nada mais interessa.

O governo tem colaborado nessa destruição, pois poderia proteger, mas não fiscaliza, não protege, ataca as instituições. As atitudes e falas têm incentivado o garimpo e deixado comunidades indígenas desprotegidas. Perdeu-se o horizonte da ética nas relações e, por isso, a justiça.

A Igreja Católica vem perdendo fiéis e vive uma crise após tantas acusações de abuso sexual envolvendo seu clero. Como contornar esse quadro? É sempre melhor não contornar. Sábio é o que se senta, reflete, questiona, reza, pede ajuda à ciência e busca as causas, sem medo de ver a verdade. Diz são Paulo, mais ou menos assim: quando sou fraco, sou forte. Encontrar nas fragilidades as forças para caminhar. Isso vale para a evangelização, para a pertença à Igreja, também para o abuso contra menores.

Na evangelização, provavelmente faltou profundidade na catequese, na iniciação à vida cristã. Faltou a Palavra de Deus como itinerário da fé. A Igreja tem buscado caminhos, não para aumentar o número de fiéis, mas para demonstrar a beleza, a grandeza de ser cristão.

Por que o avanço evangélico no Brasil é tão forte, a ponto de ameaçar a maioria católica? Isso é uma questão para a Igreja? É uma questão na medida em que nos perguntamos o que estamos oferecendo aos fiéis. O que não se noticia é o número crescente no Brasil e no mundo dos que afirmam não ter religião. E o fenômeno tem um caminho: pessoas que vão para uma igreja, depois para outra e depois para outra, e acaba desacreditando na força do Evangelho deixando de participar em uma igreja.

> Se o Congresso deixa de ser a Casa do Povo para ser casa de interesses de bancadas [...], onde os pobres encontram guarida, são participantes da ação política?
>
> **dom Leonardo Steiner**
> novo cardeal brasileiro

Mais preocupante é que perdem a dimensão da verdade da religião. Entra numa espécie de indiferença religiosa. É que a fé é anterior à religião com seus ritos, dogmas, moral. Até que ponto estamos tentando despertar para a fé, e não para a religião? Há uma exigência de reflexão e diálogo, não de condenação e desprezo.

Evangélicos têm uma das frentes mais fortes do Congresso. Há uma bancada católica, mas pouco se fala dela. O sr. já defendeu a presença dos católicos na política. Como fazer isso acontecer? E continuo a incentivar. O cristão deve participar da política e da política partidária. Todos nós participamos da política, mas na Igreja Católica os ministros ordenados não se filiam a partidos nem defendem uma ideologia de partido.

Estamos numa situação difícil, pois se atacou a política de tal forma que virou sinônimo de corrupção, de conchavo.

Tenho a impressão de que, se a democracia funcionar mal, os lucros podem ser maiores. Depois de alcançar a democracia, tendo passado pela ditadura, a sociedade deixou de discutir e educar para a política. A política deve voltar a ser assunto nos bares, nas escolas, na universidade, na pastoral.

A Igreja foi muito presente na política brasileira até os anos 1980. Por que o espaço encolheu? Com a República, veio a realidade do Estado leigo. Mas isso não significou o silêncio da Igreja. Mesmo porque deputados, presidentes, senadores, governadores, prefeitos, vereadores na sua maioria eram ligados à Igreja Católica ou a [outras] igrejas.

Nesse sentido, continua presente. No tempo da ditadura, a Igreja era o espaço onde havia liberdade de discutir política, apesar de várias pessoas da Igreja terem sofrido perseguição. A Igreja foi acusada de se imiscuir na política. Teve o cuidado, pelo menos as históricas, de não usar a religião para eleger os seus membros e depois criar bancada.

O sr. já fez críticas públicas a Bolsonaro. Como avalia o governo dele até aqui? As observações —se desejar, as críticas, no sentido etimológico da palavra— se referem às ações de governo. Participei de uma sessão no Supremo Tribunal Federal em que se reafirmava a importância do Judiciário. Na ocasião foi-me oferecida a oportunidade de externar, em nome da presidência da CNBB, a importância do STF. O mais grave é destituir as instituições de seu valor.

O mesmo poderíamos dizer se o Congresso deixa de ser a Casa do Povo para ser casa de interesses de bancadas. Poderíamos até perguntar onde os pobres encontram guarida, são participantes da ação política?

A Igreja teve papel essencial no combate à ditadura militar. Hoje, Bolsonaro insiste num discurso de desmoralização das urnas eletrônicas. A Igreja e a CNBB vão se posicionar? O Tribunal Superior Eleitoral mostra com frequência a garantia das urnas eletrônicas. Se não houvesse essa manifestação, a CNBB já teria se manifestado. A maior agressão, no meu modo de ver, é desacreditar a Justiça Eleitoral.

Agredir a instituição responsável pela lisura da eleição. Os ministros demonstram equilíbrio, não se deixando levar pelos ataques. Permanecem na tranquilidade de quem sabe o que está fazendo pelo Brasil: garantir eleições limpas, preservar a democracia.

É importante que a Igreja marque posição contra algum candidato que considere nocivo ao país? As observações e críticas são manifestas antes das eleições. Ela não tem indicado candidatos e candidatas. Ela manifesta uma posição quando oferece orientações para votar bem, ser eticamente coerente.

Temas da ordem moral, como aborto e causas LGBTQIA+, têm polarizado a sociedade. O fundamento da moral é o amor deixado por Cristo: eu vos dou um novo mandamento. Um amor que ultrapassa a simpatia, as relações conflituosas. Um amor que não tem inimigos.

Todos somos filhos e filhas de Deus, independentemente de ações, contradições, expressões sexuais, belezas, deficiências físicas e de espírito. A vida humana deve ser cuidada desde o seu início. O início de uma vida significa um vir a ser filho ou filha de Deus. Talvez o tema de ordem moral hoje deveria ser a questão da guerra e dos pobres. Há quase desprezo pela vida humana.

No Sínodo da Amazônia, em 2019, ventilou-se a possibilidade da ordenação de mulheres no diaconato. Por que ela não foi para frente? As mulheres coordenam grande número de comunidades, e a elas foram confiados ministérios não ordenados. Em determinadas regiões, elas celebram o batismo.

A questão que se coloca, e que está sendo pesquisada e refletida, é se o diaconato para mulheres existiu na Igreja e se havia ordenação. Para encaminhar essa questão, o papa constituiu uma Comissão que deverá apresentar as suas conclusões.

667.106 mortes
50 óbitos registrados entre domingo e segunda-feira

31.182.645 casos
28.880 novas infecções em 24 horas no país

Clínicas têm regras diferentes para vacinar contra a Covid

Já existe local que aplica quarta dose para quem tem menos de 50 anos

Fábio Pescarini

Profissional de saúde aplica vacina contra Covid em UBS de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

SÃO PAULO Sem uma regulamentação, clínicas particulares têm adotado diversas formas para vacinar contra a Covid-19 na cidade de São Paulo. A imunização nesses locais foi iniciada na semana passada.

Nesta segunda-feira (6), a reportagem procurou 25 clínicas particulares de vacinas na capital paulista e em cidades da Grande São Paulo. Quatro delas confirmaram que estão comercializando o imunizante da AstraZeneca, importado dos EUA, com preços e regras diferentes.

As demais unidades disseram preferir esperar um pouco mais para ter o produto ou não disponibilizarão a vacina contra Covid por causa da concorrência com a rede pública.

Na unidade da Clivan na Pompéia, zona oeste da capital, a vacina contra a Covid custa R$ 290 e qualquer um, a partir de 18 anos, pode ser vacinado, inclusive com a segunda dose de reforço (ou quarta dose), que sábado (4) foi liberada pelo Ministério da Saúde para quem tem a partir de 50 anos —pessoas entre 18 e 49 anos ainda não estão incluídas nesta fase da vacinação de acordo com o PNI (Plano Nacional de Imunizações).

A vacina da AstraZeneca não é recomendada para menores de idade.

Segundo Vanice Costa, enfermeira responsável do local, a clínica segue, em parte, porém, o que prega o PNI: só aplica a terceira ou a quarta doses para quem foi vacinado com a dose anterior há ao menos quatro meses. Como na rede pública, é necessário levar comprovantes de identidade e de vacinação.

Desde sábado até o início da tarde desta segunda, a Clivan já havia vacinado 40 pessoas contra a Covid-19, que precisaram agendar horário. Segundo a clínica, todas tinham mais de 50 anos.

A enfermeira diz que um médico da clínica é comunicado sobre as pessoas que são imunizadas lá e que há um plantão 24 horas para atender em caso de algum efeito colateral. E esse é um dos motivos, na visão dela, que atraem pessoas que preferem trocar o serviço público pelo privado, além da comodidade de ser atendido com hora marcada.

"Não podemos fazer nada diferente do que diz a bula da vacina, neste caso, seguir o intervalo de quatro meses entre uma dose e outra e não vacinar menores de 18 anos", afirma a enfermeira.

Na Vila Andrade, zona sul, a mesma vacina custa R$ 420 em uma unidade da rede Santa Clara. E ao contrário da clínica da zona oeste, quem tem menos de 50 anos só toma a quarta dose se tiver atestado médico recomendando a imunização por causa de alguma comorbidade.

A gestora Marina Almeida conta que nesta segunda-feira a clínica recusou o agendamento para um homem de 48 anos que procurava reforçar a imunização antes de sua faixa etária ser liberada na rede pública, sem ter nenhum problema de saúde que justificasse.

Como cada frasco de vacina contra Covid tem dez doses e dura 48 horas depois de aberto, a Santa Clara só faz a imunização quando monta um grupo de interessados —nesta segunda-feira havia três inscritos.

O mesmo ocorre em duas unidades da Vacinarte, na Lapa (zona oeste) e no Tatuapé (zona leste). A clínica cobra R$ 300 a dose e exige atestado médico de qualquer pessoa a partir de 18 anos, independentemente da idade.

Na semana passada, a ABCVac (Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas), em um tira-dúvidas em seu site, publicou que, para tomar a quarta dose, pacientes que não estejam elegíveis nas orientações do PNI devem aguardar orientação médica.

Em nota nesta segunda, a associação disse que não compete a ela avaliar as indicações de aplicação, mas ao fabricante e às entidades científicas. E que, no cotidiano das clínicas, "algumas vacinas são realizadas com prescrição médica na modalidade off label e que, nestes casos, contam com a aprovação de entidades científicas".

"Nestas circunstâncias, se corresponsabilizam o médico prescritor, e o profissional responsável técnico pelo estabelecimento", diz a nota.

Na semana passada, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) afirmou à reportagem que não "regulamenta o uso off label" de medicamento, ou seja, prescrito por conta e risco de médico.

O Ministério da Saúde, por sua vez, afirma que avalia os efeitos do fim da emergência sanitária, decretada no mês passado, sobre a lei que instituiu a vacinação contra a Covid no país. "A pasta recomenda a não comercialização de vacinas Covid-19 até a conclusão da análise", disse.

Foi com o fim da emergência sanitária que a rede particular teve autorização para vender vacinas, inclusive farmácias —neste fim de semana, duas unidades da rede Drogaria São Paulo começaram a vacinar na capital paulista e dizem estar seguindo as mesmas regras da imunização da rede pública.

A SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações) publicou um documento na última quinta-feira (2) dizendo que o sistema privado deve disponibilizar a vacina contra a Covid-19 apenas para os grupos elencados no PNO (Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação).

"A oferta de vacina no sistema privado para as pessoas que têm recomendação, mas não podem ou não querem ser vacinadas no sistema público, pode contribuir para o desejável aumento da cobertura vacinal, sobretudo no que diz respeito às doses de reforço para os públicos definidos no PNO", publicou a associação.

A médica Isabella Ballalai, vice-presidente da entidade médica, diz, contudo, que é preciso haver uma normatização mínima da rede particular para evitar situações que possam aumentar ainda mais as dúvidas da população quanto à vacina.

"A gente viu isso em toda a pandemia, quando um governo falava uma coisa e um município dentro do mesmo estado fazia outra. Isso gerou insegurança e pessoas deixaram de se vacinar porque não estavam tranquilas", avalia.

A médica lembra que o Ministério da Saúde recomenda o que está regulamentado. E, em uma crítica à imunização fora de hora, comenta que nenhum país está vacinando com duas doses de reforço quem tem 18 anos, por exemplo. "Não há experiência lá fora para se embasar que isso valha a pena, que é seguro", diz.

> **"** A gente não acha que uma quarta dose em uma pessoa de 18 anos vá prejudicar a saúde dela, mas ainda não foi definido como necessário
>
> **Isabella Ballalai**
> médica

"A gente não acha que uma quarta dose em uma pessoa de 18 anos vá prejudicar a saúde dela, mas ainda não foi definido como necessário", completa a médica.

Ballalai contou já ter sido informada de paciente atrás da quinta dose da vacina — atualmente disponível apenas a idosos com alto grau de imunossupressão, maiores de 60 anos, e que tenham tomado a vacina anterior há ao menos quatro meses.

A associação, ela ressalta, foi contra a entrada de vacinas contra a Covid-19 na rede privada enquanto uma vacinação robusta e gratuita não fosse concluída.

Ballalai ainda alerta para a necessidade de as clínicas serem rígidas com controles. Ela reforça, por exemplo, a necessidade de se descontar o período que o frasco ficou fora da geladeira da validade de 48 horas depois de aberto.

Governo prevê vacinar idosos e profissionais da saúde anualmente

Raquel Lopes

BRASÍLIA O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que idosos, profissionais de saúde e pessoas com comorbidades devem fazer parte da campanha de vacinação contra a Covid em 2023. A pasta ainda está definindo como será o esquema vacinal contra a Covid-19 do próximo ano.

"Em 2023 não faltará vacina, o que precisa é definir qual é o público-alvo. A gente trabalha fortemente para ter essas respostas. Provavelmente idosos, profissionais de saúde, [pessoas com] comorbidades seguramente estarão incluídos, mas, se for necessário fazer uma campanha tão ampla, a gente faz", afirmou o ministro da Saúde.

Em entrevista à **Folha**, Queiroja já havia dito que a tendência é reduzir o tamanho do público-alvo e priorizar a vacina da AstraZeneca.

A declaração foi dada durante a ida do ministro da Saúde a um posto de saúde do Distrito Federal para tomar a segunda dose de reforço contra a Covid-19, que também é chamada de quarta dose da vacina.

Aos 56 anos, o ministro tomou duas doses da Coronavac na primeira fase da vacinação no Brasil. Depois, tomou uma dose de reforço, da Pfizer, e agora foi ao posto para receber o segundo reforço.

O ministro, com isso, segue a regra do ministério, que liberou a imunização extra para pessoas maiores de 50 anos no Brasil.

A quarta dose deve ser aplicada quatro meses após a terceira. Para isso, os municípios poderão usar os imunizantes da Pfizer, Janssen ou AstraZeneca, independentemente das vacinas que a pessoa tenha tomado antes.

Na ocasião, o ministro da Saúde afirmou ainda que entre quinta-feira e sexta-feira deverão sair os resultados dos exames dos casos suspeitos da varíola dos macacos.

No Brasil, há sete casos suspeitos da doença. Nenhum caso foi confirmado no país até o momento.

São dois casos em investigação em Rondônia, um em Mato Grosso do Sul, um no Rio Grande do Sul, um no Ceará, um em Santa Catarina e um em São Paulo.

saúde

equilíbrio

Nota técnica da Saúde contraria Queiroga e recomenda uso de máscaras

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O Ministério da Saúde contrariou o próprio chefe da pasta, Marcelo Queiroga, ao afirmar em nota técnica que medidas como o uso de máscaras e o distanciamento social devem ser encorajados diante do aumento de casos de Covid-19.

A orientação está no ofício que liberou a vacina contra a Covid para pessoas com 50 anos ou mais, publicado no sábado (4). O documento foi elaborado pela Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19.

"Além disso, medidas não farmacológicas (distanciamento e uso de máscaras) devem ser encorajadas no atual momento epidemiológico", diz o texto. A média móvel de novos casos por dia mais que dobrou na comparação com duas semanas atrás.

No sábado, Queiroga afirmou que não vê motivos para obrigar a população a usar máscara no momento atual. "Se você quer usar máscara, você use. As pessoas se sentem confortáveis usando máscara, podem usar. Não tem problema. Agora, nós entendemos que, no momento atual, não há motivo para obrigar o uso de máscaras", disse à TV Record.

Nesta segunda-feira (6), voltou a minimizar a importância das máscaras e afirmou, incorretamente, que o uso não tem benefícios comprovados.

"O uso obrigatório de máscara não tem benefício comprovado. O que funciona é as pessoas aderirem às políticas e isso é mais efetivo. Se você quer usar máscara, usa", disse em uma unidade básica de saúde em Brasília, ao tomar a quarta dose da vacina.

Na sexta (3), afirmou que "a obrigatoriedade do uso de máscaras é uma bobagem sem precedentes". Para ele, "a população é esclarecida e usa as máscaras se se sentir confortável com elas".

Na quinta (2), foi na mesma linha ao dizer que usar máscara ou não "é um direito de cada um". Em entrevista à **Folha**, o ministro afirmou que a máscara, "às vezes, serve até como posicionamento político".

A **Folha** perguntou ao Ministério da Saúde qual é a orientação sobre o uso de máscaras, mas não houve resposta até a publicação da reportagem.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto, afirma que, para não desagradar ao presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministério dá à população orientações ambíguas desde o início da pandemia.

Colaborou Raquel Lopes

Obesidade e estresse podem estar associados à puberdade precoce

Exposição a substâncias químicas também pode ser uma das causas das doenças; estudos sobre o tema não são conclusivos

Azeen Ghorayshi

THE NEW YORK TIMES Marcia Herman-Giddens percebeu pela primeira vez que alguma coisa estava mudando nas meninas quando era diretora da equipe de abuso infantil do Centro Médico da Universidade de Duke, em Durham, Carolina do Norte, no final dos anos 1980. Quando examinou meninas que haviam sofrido abuso, Herman-Giddes notou que muitas delas tinham começado a desenvolver seios aos 6 ou 7 anos de idade.

"Algo não parecia certo", comentou Herman-Giddes, hoje professora na Escola Gillings de Saúde Pública Global da Universidade da Carolina do Norte. Ela especulou se meninas que desenvolviam seios precocemente seriam mais propensas a sofrer abuso sexual, mas não encontrou dados que acompanhavam o início da puberdade em meninas nos Estados Unidos. Então decidiu colher esses dados.

Meninas estão desenvolvendo seios mais cedo Eleni Kalorkoti/The New York Times

Uma década mais tarde ela publicou um estudo de mais de 17 mil meninas examinadas em consultórios de pediatras em todo o país.

Os números revelaram que, na média, meninas em meados da década de 1990 começaram a desenvolver seios —normalmente o primeiro sinal da puberdade— por volta dos 10 anos de idade, mais de um ano antes da idade previamente registrada. O fenômeno era mais notável entre meninas negras, que tinham começado a desenvolver seios aos 9 anos, em média.

A comunidade médica ficou chocada com a descoberta, e muitos de seus membros colocaram em dúvida a tendência nova e inesperada flagrada por uma médica assistente desconhecida, recordou Herman-Giddens.

Mas o estudo acabou sendo um divisor de águas no entendimento médico da puberdade. Nas décadas passadas desde então, estudos feitos em dezenas de países confirmaram que a idade da puberdade nas meninas tem diminuído em três meses por década desde os anos 1970. Um padrão semelhante, mas menos acentuado, tem sido observado entre meninos.

É difícil definir o que é causa e o que é efeito, mas a puberdade precoce pode ter efeitos prejudiciais, especialmente para meninas.

As meninas que iniciam a puberdade mais cedo correm risco maior de depressão, ansiedade, abuso de substâncias e outros problemas psicológicos, se comparadas àquelas que chegam à puberdade mais tarde. Meninas que começam a menstruar mais cedo também podem correr risco aumentado de desenvolver câncer de mama ou útero na idade adulta.

Ninguém sabe qual fator de risco —ou, o que é mais provável, qual combinação de fatores— está levando à queda na idade inicial da puberdade, nem sabe explicar as diferenças nítidas de base racial e sexual. A obesidade parece desempenhar um papel, mas não pode por si só explicar a mudança.

Cientistas também estão pesquisando outras influências possíveis, entre elas o estresse e substâncias químicas encontradas em determinados plásticos. E, por razões que não estão claras, médicos em todo o mundo relataram um aumento nos casos de puberdade precoce durante a pandemia de coronavírus.

"Estamos assistindo a essas mudanças marcantes em todas as crianças e não sabemos como preveni-las", disse Anders Juul, endocrinologista pediátrico na Universidade de Copenhague e autor de dois estudos recentes sobre o fenômeno. "Não sabemos qual é a causa."

Por volta da época em que Herman-Giddens publicou seu estudo de referência, o grupo de pesquisas de Juul examinou o desenvolvimento de seios em um grupo de 1,1 mil meninas em Copenhague.

Diferentemente das crianças americanas, o grupo dinamarquês seguiu o padrão descrito tradicionalmente nos livros de medicina: as meninas começaram a desenvolver seios quando tinham 11 anos, em média.

"Fui entrevistado várias vezes sobre o boom da puberdade nos Estados Unidos, como o chamávamos", disse Juul. "E eu dizia: 'Isso não está acontecendo na Dinamarca'."

Na época, Juul sugeriu que o início precoce da puberdade nos EUA provavelmente era relacionado ao aumento da incidência de obesidade infantil, algo que não havia ocorrido na Dinamarca.

Desde os anos 1970 a obesidade é vinculada ao início precoce da menstruação. Numerosos estudos realizados desde então estabeleceram que meninas que têm sobrepeso ou são obesas tendiam a começar a menstruar mais jovens do que meninas de peso médio. "Acho que hoje em dia poucos questionam que a obesidade seja um fator importante que contribui para a puberdade precoce", disse Natalie Shaw, endocrinologista pediátrica do Instituto Nacional de Ciências da Saúde Ambiental e estudiosa dos efeitos da obesidade sobre a puberdade. Mesmo assim, ela acrescentou, muitas meninas que chegam à puberdade cedo não têm sobrepeso.

"A obesidade não explica tudo", disse Shaw. "Está acontecendo rapidamente demais."

Juul tornou-se um dos maiores proponentes de uma teoria alternativa: que a explicação está na exposição a substâncias químicas. Disse que as meninas que tinham desenvolvido seios mais cedo em seu estudo de 2009 apresentavam os maiores níveis de ftalatos em sua urina. Os ftalatos são substâncias usadas para aumentar a durabilidade de plásticos. São encontrados em tudo, desde pisos de vinil até embalagens de alimentos.

> "Estamos assistindo a essas mudanças marcantes em todas as crianças e não sabemos como preveni-las
>
> **Anders Juul**
> endocrinologista pediátrico na Universidade de Copenhague

Os ftalatos fazem parte de uma classe mais ampla de substâncias químicas conhecida como os desreguladores endócrinos, que podem afetar o comportamento de hormônios e que nas últimas décadas se generalizaram no ambiente. Mas as evidências de que estariam motivando a puberdade precoce não é clara.

Num artigo de revisão publicado no mês passado, Juul e uma equipe de pesquisadores analisaram centenas de estudos sobre desreguladores endócrinos e seus efeitos sobre a puberdade.

Os métodos empregados nos estudos variaram muito: alguns foram feitos com meninos, outros com meninas, e as crianças foram testadas para detectar muitas substâncias químicas diferentes em diferentes idades de exposição.

No final, a análise incluiu 23 estudos suficientemente similares para permitir comparações, mas não conseguiu comprovar um vínculo claro entre qualquer substância química individual e a idade da puberdade.

"A grande conclusão a tirar é que há poucas publicações e que faltam dados para explorar esta questão a fundo", disse Russ Hauser, epidemiologista ambiental na Escola Harvard T.H. Chan de Saúde Pública e co-autor da análise.

Essa escassez de dados levou muitos cientistas a encarar a teoria com ceticismo, disse Hauser, que publicou artigo recente sobre como os desreguladores endócrinos afetam a puberdade nos meninos. "Não temos dados suficientes para montar um argumento forte sobre uma classe específica de substâncias químicas".

Outros fatores também podem estar envolvidos na puberdade precoce, pelo menos entre meninas. O abuso sexual na primeira infância tem sido vinculado ao início precoce da puberdade. Mas é difícil determinar causalidade.

O estresse e trauma podem desencadear o desenvolvimento precoce, ou, como teorizou Herman-Giddes décadas atrás, meninas que se desenvolvem fisicamente mais cedo podem ser mais vulneráveis a ser abusadas.

Meninas cujas mães têm um histórico de transtornos do humor também parecem ter propensão a iniciar a puberdade mais cedo, assim como meninas que não vivem com seu pai biológico. Fatores de estilo de vida como falta de atividade física também têm sido ligados a mudanças no momento da puberdade.

E durante a pandemia endocrinologistas pediátricos em todo o mundo observaram mais casos de puberdade precoce entre meninas.

Tradução de Clara Allain

LEILÃO

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que no dia 10/06 às 19 hs Leilão Online de Moedas, Cédulas e Medalhas antigas.
Acesse www.filatelicabrasil.com.br

Anuncio

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que no dia 14/06 às 19 hs Leilão Online de Moedas, Cédulas e Medalhas antigas.
Acesse www.filatelicabrasil.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009557-95.2017.8.26.0196. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Franca, Estado de São Paulo, Dr(a). Julieta Maria Passeri de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) L A CHEHOUD, CNPJ 02.803.926/0001-40, e Luiz Aziz Chehoud, CPF 002.715.978-79, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 59.240,72 (maio de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 005.079.121. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL003702022 - 63639.2022

Objeto: UNIFORMES DE SEGURANÇA.

Data Final para apresentação de proposta: 09/06/22 até às 17:00h.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail:

(11) 3767-4487 - msumi@ipt.br - Departamento de Compras.

CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM nº 14.460

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022

1. DATA, HORA, LOCAL: Aos 12 (doze) dias do mês de maio de 2022, às 10:00 horas, na sede da **CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, Sala 01 - Parte, Vila Olímpia, CEP 04.552-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §1º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia, por estarem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração a saber: Elie Horn, Rogério Frota Melzi, Rafael Novellino, George Zausner, Fernando Goldsztein, João Cesar de Queiroz Tourinho, José Guimarães Monforte e Ricardo Cunha Sales, com participação por meio de videoconferência ou conferência telefônica, nos termos do art. 26, § 2º, do Estatuto Social. **3. MESA:** Presidente – Rogério Frota Melzi; Secretário – Miguel Maia Mickelberg. **4. ORDEM DO DIA: (i)** Análise e deliberação acerca da implementação e divulgação do Regimento Interno da Diretoria; **(ii)** Análise e deliberação acerca da alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração e; **(iii)** Análise e deliberação acerca da alteração da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Preservação de Sigilo e da Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Políticas"). **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, e após o exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: **5.1.** Em linha com a recomendação do Comitê de Governança e Sustentabilidade Socioambiental, e após os debates, os Srs. membros do Conselho de Administração deliberaram aprovar: **(i)** implementação e divulgação do Regimento Interno da Diretoria da Companhia; **(ii)** a alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** a alteração da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Preservação de Sigilo e da Política de Negociação de Valores Mobiliários. Ademais, os Srs. Conselheiros autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para a divulgação ao mercado dos referidos Regimentos Internos e Políticas. Os membros presentes do Conselho de Administração da Companhia declaram ter recebido, estar cientes e concordar com o inteiro teor das Políticas apresentadas e obrigam-se a observar, cumprir e zelar pelo cumprimento de todas as disposições nelas contidas, conforme Termos de Adesão por eles assinados na presente data. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Mesa: Rogério Frota Melzi - Presidente; Miguel Maia Mickelberg - Secretário. Conselheiros: Elie Horn, George Zausner, Rafael Novellino, Rogério Frota Melzi, Fernando Goldsztein, João Cesar de Queiroz Tourinho, José Guimarães Monforte e Ricardo Cunha Sales. *Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 12 de maio de 2022. **Mesa: ROGÉRIO FROTA MELZI** - Presidente; **MIGUEL MAIA MICKELBERG** - Secretário. JUCESP nº 280.557/22-0 em 02.06.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Caruana S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/ME nº 07.882.656/0001-24 – NIRE 35.300.328.973

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 19 de maio de 2022

Data, Hora e Local: Em 19/05/2022, às 10 horas, na sede social da Caruana S/A Participações e Empreendimentos, na Avenida do Café, nº 277, 4º andar, Torre A, Conjunto 402 – Parte, Vila Guarani, São Paulo-SP. **Convocação**: Dispensada a convocação prévia pela imprensa, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e consoante assinaturas no respectivo Livro de Presença de Acionistas. **Livro de Presença:** Instalou-se a presente Assembleia Geral Ordinária em primeira convocação, reunindo-se a totalidade dos acionistas, representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Sr. José Garcia Netto, Presidente e Fabio Kiyoshi Yakushiji, Secretário. **Ordem do Dia: a)** Leitura, apreciação, discussão e votação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Companhia, e do Parecer dos Auditores Independentes, relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Aprovação da proposta da Administração da Companhia a respeito da destinação do resultado do citado exercício social, bem como sobre distribuição de dividendos aos acionistas; **c)** Reeleição de membros da Diretoria; e **d)** Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. O Secretário atendendo a solicitação da Presidência procedeu à leitura da Ordem do Dia aos acionistas presentes. Ademais, ressaltou que o comunicado e anúncios de que trata o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 1976, tornaram-se desnecessários em termos de publicações, porquanto os documentos, citados no referido art. 133, foram publicados no prazo legal: **Deliberações por Unanimidade: 1.** Em atendimento ao assunto indicado na letra **"a"** da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram sem quaisquer restrições: o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras além do parecer dos auditores independentes relativamente ao Exercício Social encerrado em 31/12/2021, cujos documentos foram publicados no dia 19/04/2022, em observância do disposto no art. 289 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13. 818/2019 no Jornal: Folha de São Paulo, Pag.A17, na versão impressa da íntegra dos documentos e com divulgação simultânea, também da íntegra dos documentos na versão digital, no portal do referido jornal na internet no endereço eletrônico http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/2174 **2**. Em atendimento ao disposto no item **"b"** da Ordem do Dia, foi aprovada a seguinte proposta da destinação do resultado apurado no exercício findo de 31/12/2021: **b.1)** Em face do prejuízo apurado da ordem de R$ R$ 4.242.455,64 não houve destinação para Reserva Legal, bem como nenhuma distribuição de dividendos aos acionistas, sendo o citado prejuízo deduzido dos saldos das contas: i) Reserva Especial de Lucros o valor de R$ 2.416.486,94, e ii) Reserva Legal o valor de R$ 1.825.968,70, remanescendo na conta de Reserva Legal o valor de R$ 225.805,22. **3.** No tocante ao item **"c"**, da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade a reeleição dos membros da Diretoria (i) como Diretor Presidente, Sr. José Garcia Netto, portador da cédula de identidade RG nº 19.503.590 SSP/SP, e do CPF/MF sob nº 097.330.158-90; (**ii**) como Diretor, sem designação específica, Sr. Fábio Kiyoshi Yakushiji, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.070.925 SSP/SP, e do CPF/MF nº 023.116.708-32; e (iii) como Diretora, sem designação específica, a Sra. Paula Beatriz Garcia Cunha, portadora da cédula de identidade RG nº 30.794.269-7 SSP/SP e do CPF/MF nº 302.485.258-16. A Diretoria ora reeleita toma posse no cargo nesta data, permanecendo em suas funções até que os diretores eleitos na próxima AGO de 2025 venham a tomar posse. Os Diretores ora reeleitos declaram que não estão impedidos por lei especial a exercer o seu cargo, nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeira nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **4.** Por último e atendendo ao disposto no item **"d"** da Ordem do Dia, o Sr. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do aludido assunto da ordem do dia, e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Esta Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **São Paulo, 19/05/2022**. Assinaturas: **Presidente**: José Garcia Netto; **Secretário**: Fabio Kiyoshi Yakushiji. **Acionistas Presentes:** José Garcia Netto, CPF/MF nº 097.330.158-90; Paula Beatriz Garcia Cunha, CPF/MF nº 302.485.258-16. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 278.963/22-5 em 01/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

SUBPREFEITURAS
PERUS/ANHANGUERA

LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/SUB/PR/2022
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6049.2021/0001505-3

A PMSP/SUBPREFEITURA PERUS/ANHANGUERA - SUB/PR, CNPJ nº 05.539.998/0001-10, torna público para conhecimento de tantos quantos possam se interessar que, em obediência ao que preceituam a Lei Federal 8.666, de 23 de junho de 1993; a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, a Lei municipal 13.278, de 07 de janeiro de 2002, com as alterações da Lei 14.145, de 07 de abril de 2006; e os Decretos Municipais 44.279, de 24 de dezembro de 2003; 48.971 de 27 de novembro de 2007; 52.689 de 25 de setembro de 2011, alterado pelos Decretos Municipais 52.696 de 03 de outubro de 2011 e 56.003 de 17 de março de 2015; e 56.475, de 05 de outubro de 2015, e suas alterações e demais normas que regem a matéria, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA,** do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com as disposições deste instrumento. O edital e seus anexos poderão ser obtidos VIA INTERNET, pelo site: **www.capital.sp.gov.br**, e **http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/**, ou ainda, mediante a entrega de 01 (um) CD novo para gravação, no setor de Compras/Licitações desta SUB/PR, à Rua Ylídio Figueiredo, nº 349 - Bairro Perus - Capital - São Paulo, das 09h às 16h, até o último dia anterior à data de abertura. **ENTREGA DAS PROPOSTAS ENVELOPE Nº 1 E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ENVELOPE Nº 2, NO DIA: 02/08/2022 ATÉ AS 10:00 HORAS, NO ENDEREÇO ACIMA CITADO.**

ABERTURA PÚBLICA NO DIA: 02/08/2022 ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE COMPRAS-LICITAÇÕES DA SUBPREFEITURA PERUS/ANHANGUERA, NO ENDEREÇO ACIMA CITADO.

QUAISQUER ESCLARECIMENTOS OU INFORMAÇÕES relativos a esta licitação serão prestados mediante pedido por escrito, formulada até o último dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a abertura do certame, junto à Comissão de Licitações da SUB/PR, na pessoa de seu Presidente, no endereço citado no preâmbulo deste edital, ou ainda pelo e-mail: **peruslicitacoes@smsub.prefeitura.sp.gov.br**.

Esclarecimentos técnicos serão prestados pela Coordenadoria de Projetos e Obras - CPO/SUB/PR, até o último dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a abertura do certame, conforme previsto.

I - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE GUIAS, SARJETAS, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DIVERSAS DO RESIDENCIAL JARDIM DAS ORQUÍDEAS, À ESTRADA DO PIRAPORA S/Nº - DISTRITO ANHANGUERA - PERUS - SÃO PAULO/SP.

1.1. Prazo de execução: **120 dias corridos, contados a partir da data fixada na Ordem de Início.**

1.2. As empresas interessadas em participar do certame **DEVERÃO** ter pleno conhecimento das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde serão executadas as obras e/ou serviços, observando para isso as condições estabelecidas na cláusula 1.4. do edital.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Encontra-se aberta no **GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº **012/2022**, Ordem de compra **290101000012022OC00033**, do tipo MENOR PREÇO –**SDR-PRC n.º2022/00194.**

A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com a efetiva cobertura dos postos designados, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.bec.sp.gov.br**, **www.bec.fazenda.sp.gov.br** e **www.imesp.com.br**, opção "enegociospublicos"

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: 07/06/2022
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/06/2022 – as 10 h 00 min

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público os seguintes atos: **LICITAÇÕES AGENDADAS: PE 214/22 DLC PA 20874/22** menor preço com reserva para ME / EPP/ MEI visando RP de ácido valpróico, amoxicilina, azitromicina e outros. Abertura: **23/06/22** - 08:30 - Disputa 09:30. **REPROGRAMAÇÃO DE CERTAME: PP 125/22 DLC PA 4808/22** menor preço visando prestação de serviços de gerenciamento e implantação de soluções tecnológicas integradas e centralizadas para gestão, monitoramento, tomada de decisão e fiscalização de trânsito e segurança nas ruas e avenidas do Município de Guarulhos de jurisdição da Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana-STMU. Abertura: **23/06/22** - 09:00. **PE 154/22 DLC PA 14910/20** menor preço visando aquisição veículo utilitário tipo pick-up cabine dupla 4X4. Abertura: **22/06/22** - 08:30 - Disputa 09:30. **PE 192/22 DLC PA 26637/21** menor preço com reserva para ME / EPP/ MEI visando RP de tela para alambrado, arame e tubo. Abertura: **24/06/22** - 08:30 - Disputa 09:30. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit. Ag.

EDUCAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/SME/2022
PROCESSO ELETRÔNICO nº 6016.2021/0114836-7- Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte em ônibus de fretamento por viagem, com fornecimento de veículo, condutor e combustível destinado ao transporte de todos os alunos, professores e funcionários da Rede Municipal de Educação e demais Órgãos Participantes.

Acha-se aberta a licitação em epígrafe, que será realizada às **09h30** do dia **21/06/2022.** O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através a apresentação de *pen-drive* para gravação na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site **www.comprasnet.gov.br** e **http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br,** bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 082/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNES DIVERSAS"
Processo Administrativo: 4.357/2022
Data e Hora do Pregão: 27/06/2022 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00130
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
Valor total para retirada do edital: R$ 151,63 (cento e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos)
Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 16h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 16h00.
Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00, ou, gratuitamente na íntegra através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Praia Grande, 06 de junho de 2022.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00374.2022 - RC65466.2022

Objeto: Fornecimento de peças de reposição para equipamento da marca Paar Instrument.

Cotação - Processo IPT Nº DL00375.2022
RC65925.2022 e RC65930.2022

Objeto: Fornecimento de peças de reposição para equipamento da marca Leco.
Data Final para apresentação de proposta: 09/06/2022 até as 17:00h
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail:
(11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, DERIVADOS DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEIS DE SANTOS E REGIÃO - SINDMINÉRIOS SANTOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ADITAMENTO ELEIÇÕES SINDICAIS - GESTÃO 2022 - 2026

Usando das atribuições que me são conferidas pelo Regimento Eleitoral do SINDMINÉRIOS SANTOS e na condição de COORDENADOR DO PLEITO ELEITORAL 2022/2026, tornamos público a todos os associados que apenas uma chapa providenciou o válido registro de sua candidatura encabeçada pelo Sr. ADILSON CARVALHO DE LIMA - Diretor Presidente, juntamente com os demais componentes: *MANOEL IDELZAMAR NUNES DOS REIS - 1º Secretário, IGOR HENRIQUE DA SILVA MATOS - 2º Secretária, JOSÉ ANTONIO DE ARAUJO - 1º Diretor Financeiro, - GILMAR ANFRÍSIO DOS SANTOS - 2º Diretor Financeiro, JOSÉ RICARDO FELIX BARROS - Diretor Social, CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA - Diretor Patrimônio e os Suplentes: ALEXANDRE DE ARAUJO BITTENCOURT, FILIPE CARMO DOS SANTOS, ANTONIO MARCOS TEIXEIRA DA CRUZ, GILMAR DA CRUZ SILVA, FABIO DOS SANTOS ATANES, , WAGNER DE PAULA SANTANA NEVES, JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO LIMA; Conselho Fiscal Titular: MAURICÉLIO DE JESUS MARTINS, ALFREDO PINHEIRO DA SILVA, PAULINA BONFIN SILVA, Conselho Fiscal Suplentes: LUIS HENRIQUE DA SILVA MENDES, JORGE PAULO DA SILVA, PAULO ROBERTO ALVES SANTOS; Delegados junto à Federação: ADILSON CARVALHO DE LIMA - Titular, JORGE PAULO DA SILVA - Suplente*, denominada CHAPA 1, razão pela qual, em aditamento ao Edital de Convocação da Abertura das Eleições Sindicais, nos termos do parágrafo 5º, art. 7º do Regimento Eleitoral do SINDMINÉRIOS SANTOS, o pleito poderá prosseguir pelo rito da aclamação, ficando convocados os associados com direito a voto para comparecer em **Assembleia Geral Extradordinária,** a realizar-se entre as 6h do dia 04/07/2022 e 15h do dia 08/07/2022, aberta na sede do sindicato à Rua Martim Afonso, 101, 3º andar, sala 33 - Centro - Santos/SP, procedida de forma itinerante para melhor atender aos anseios da categoria, para deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Aclamação da CHAPA 1 para exercer a diretoria do SINDMINÉRIOS SANTOS - GESTÃO 2022/2026.

Santos, 07 de Junho de 2022
Guilherme Henrique Neves Krupensky
OAB/SP 164.182 - Coordenador Pleito Eleitoral 2022/2026

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS ME/EPP

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 044/2022 - PROCESSO Nº 3.277/2022 e ap.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MONITORES E NO-BREAK.
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 27 de junho de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 03 de junho de 2022.
CLAUDIO MARCELO DE F. RODRIGUES - Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022 - PROCESSO Nº 36.513/2021 E APENSO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE MÁSCARA DE PROTEÇÃO, LUVAS DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, TOUCA CIRURGICA DESCARTÁVEL E SAPATILHAS HOSPITALARES COM ELÁSTICO DESCÁRTAVEL.
EMPRESAS VENCEDORAS: ALFALAGOS LTDA; ARKEEN COMERCIAL LTDA; CARVALHO & NICOLINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA; CLNA7 COMERCIAL LTDA; CWBCARE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA; MARCELO SIMONI; ZELO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 1.271.930,00 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, novecentos e trinta reais).
Mogi das Cruzes, em 26 de maio de 2022
PATRÍCIA HELEN GOMES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Educação

COMUNICADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/22 - PROCESSO Nº 38.931/21
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE LUMINÁRIAS SOLARES/FOTOVOLTAICAS NAS ESTRADAS: SANTO ANGELO, KEM SAITO, NOBORO OYAMA E NAKASHIMA, NESTE MUNICÍPIO.
O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SMIU, torna público, para conhecimento dos interessados, que em face da análise da impugnação e dos questionamentos apresentados por empresas interessadas no certame, fica suspensa "sine die" a entrega dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA", cuja data estava marcada para o dia 07 de junho de 2022, até às 9 horas.
Mogi das Cruzes, em 06 de junho de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

Aviso de Licitação
Edital de Pregão Eletrônico UNIVESP n.º 04/2022
Processo n.º UNIVESP-PRC-2022/00129
Oferta de compra 101301100462022OC00005

Endereço Eletrônico: www.bec.sp.gov.br, www.bec.fazenda.sp.gov.br. Encontra-se aberta na Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP,licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de prestação de serviços de administração e gerenciamento de créditos disponibilizados em cartão eletrônico com chip - vale refeição. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 07 de junho de 2022,até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, dia 20 de junho a partir das 10:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos sítios acima mencionados.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os membros da diretoria do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO ratificam a convocação anterior, convocando todos os integrantes da categoria, associado na entidade para participarem da Assembleia Geral Extraordinária AGE, que será realizada no dia 10/06/2022, dando início às 9h00min e término às 16h00min. Somente os associados terão o direito de votar. Importante destacar que a referida assembleia será de forma itinerante na porta das empresas, para a coleta de votos, no intuído de que os maiores números de trabalhadores associados da categoria possam de forma segura participar das deliberações sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação ou não da alteração de ordem administrativa do Estatuto Social, sem alteração da categoria; B) Mudança de endereço; C) Concessão de poderes para filiação junta a Federação. A pessoa estranha, não associada, não tem o direito de votar, nos termos do art. 525 CLT e art. 18 do CPC. São Bernardo do Campo/SP, 06/06/2022.

Mitsubishi Corporation do Brasil S/A

CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20/05/2022

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A AGE foi realizada por meio digital em 20/05/2022, às 09h00min, na sede na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **(3). MESA:** Sr. Yoshiteru Kawai, como Presidente da Mesa, e Sr. Sr. Takanori Koga, como Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação nos termos das Lei das S.A. **(5). AGENDA:** Eleição do Sr. Susumu Isogai como Diretor Gerente da companhia.**(6). DELIBERAÇÃO:** Os acionistas votaram enviando seus Boletins de Voto à companhia e decidiram por unanimidade aprovar a eleição do **Sr. SUSUMU ISOGAI**, RNM nº F581125V, inscrito no CPF/ME sob o n° 900.832.348-61, com endereço na Avenida Paulista, 1.294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP, para a posição de Diretor Gerente da companhia. A declaração de desimpedimento do diretor eleito está arquivada na sede da companhia. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada Mais. São Paulo, 18 de Maio de 2022. Jucesp nº 288.282/22-0 em 03/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os membros da diretoria do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL, AUX. NA ADMINISTRAÇÃO DE ARMAZÉNS GERAIS E LOGÍSTICA INTEGRADA DE SANTO ANDRÉ E GDE ABC, ratificam a convocação anterior, convocando todos os integrantes da categoria, associado na entidade para participarem da Assembleia Geral Extraordinária AGE, que será realizada no dia 10/06/2022, dando início às 9h00min e término às 16h00min. Somente os associados terão o direito de votar. Importante destacar que a referida assembleia será de forma itinerante na porta das empresas, para a coleta de votos, no intuído de que os maiores números de trabalhadores associados da categoria possam de forma segura participar das deliberações sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação ou não da alteração de ordem administrativa do Estatuto Social, sem alteração da categoria; B) Mudança de endereço; C) Concessão de poderes para filiação junta a Federação. A pessoa estranha, não associada, não tem o direito de votar, nos termos do art. 525 CLT e art. 18 do CPC. São Bernardo do Campo/SP, 06/06/2022.

Mitsubishi Corporation do Brasil S/A

CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18/05/2022

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A AGE foi realizada por meio digital em 18/05/2022, às 09h00min, na sede na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **(3). MESA:** Sr. Yoshiteru Kawai, como Presidente da Mesa, e Sr. Sr. Takanori Koga, como Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação nos termos das Lei das S.A. **(5). AGENDA:** Eleição do Sr. Tadashi Omatoi como Diretor Presidente da companhia. **(6). DELIBERAÇÃO:** Os acionistas votaram enviando seus Boletins de Voto à companhia e decidiram por unanimidade aprovar a eleição do Sr. **TADASHI OMATOI,** RNM nº F577515-V, inscrito no CPF/ME sob o n° 900.820.708-73, com endereço na Avenida Paulista, 1.294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP, para a posição de Diretor Presidente da Companhia. A declaração de desimpedimento do diretor eleito está arquivada na sede da Companhia. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada Mais. São Paulo, 18 de Maio de 2022. Jucesp nº 288.281/22-6 em 03/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **1001193-77.2016.8.26.0291**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: Cooperativa de Crédito Credicitrus. Executado: Daniel de Souza Ferreira. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001193-77.2016.8.26.0291. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, Dr(a). Carmen Silvia Alves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DANIEL DE SOUZA FERREIRA, Brasileiro, Casado, Produtor Rural, RG 27605459-3, CPF 286.278.078-25, com endereço à Avenida W3, Quadra 507, Asa Norte, Asa Norte, CEP 70740-901, Brasília - DF que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Cooperativa de Crédito Credicitrus. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinado a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, da PENHORA realizada sobre as quantias bloqueadas pelo Sistema SISBAJUD, no valor de R$ 849,38, nos bancos CCR Pemm Prof Saúde Credicitru, Banco do Brasil e Itaú Unibanco S.A., conforme extrato disponibilizado na internet, ficando ciente de que, no prazo de 05 (cinco) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, poderá comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis, ou que remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros nos termos do art. 854, 3º CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jaboticabal, aos 29 de abril de 2022.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

MÁRCIO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial, analista de sistemas, nascido em 31/05/1975, portador da cédula de identidade RG nº: 08386580-8 IFP/RJ e do CPF/MF nº 051.359.737-96, residente e domiciliado na Rua do Carreiro De Pedra, 111 apto. 113, Bloco C, São Paulo - SP, CEP: 04728-020, DECLARA, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer os cargos de Diretor Presidente e Diretor Executivo e de Negócios, da **EUTBEM ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/A**, sociedade administradora de consórcios autorizada pelo Banco Central do Brasil.

ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

São Paulo, 1º de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública N.º 006/2022 – Proc. Adm. Nº 373/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para **CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS EM COLÉGIOS MUNICIPAIS**, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 07/06/2022, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, "Licitações". Data de Abertura: **08/07/2022, às 09h00min.**

Santana de Parnaíba, 06 de junho de 2022.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT

CNPJ: 05.505.390/0001-75

AVISO

CHAMADA PARA O PROCESSO SC. FIPT 2887/22: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Mão de Obra para a Construção de Campo de Ensaio de Fachadas - Prédio 47 - IPT - São Paulo/SP. As propostas comerciais devem ser enviadas por e-mail para: **solanges@fipt.org.br,** até o dia **16/06/2022 às 16 horas.** Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo telefone (11) 3769-6919 ou no e-mail: **solanges@fipt.org.br**, com Solange Lúcio.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022

Processo: 127/2013. OBJETO: Aquisição de Materiais e Serviços de Engenharia – fornecimento, montagem e instalação de (02) dois Secadores Fornalha para Unidade de Palmital/SP, conforme quantidade e especificações constantes do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. UASG 225001. Edital: a partir de 07/06/2022 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 07/06/2022 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Visita: até 17/06/2022. Abertura das propostas em 21/06/2022 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transporte de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região. Assembléia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. Ficam convocados todos trabalhadores Motoristas e Ajudantes, que prestam serviços nas Empresas dos Setores Diferenciados do Comércio, Indústria, Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região, representados por este Sindicato de trabalhadores (SIMTRATECOR), associados ou não, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias que serão instaladas em sua sede central à Rua dos Marianos, nº. 123, Centro de Osasco, nos dias e horários abaixo relacionados, em 1ª convocação, e quando não atingir o quórum, uma hora após em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, no mesmo dia e local, para discutir e votar a seguinte pauta: 1) Leitura da redação da ata da assembleia anterior, discutir e votar 2) reivindicação para renovação da Convenção Coletiva com data-base em 01.07.22. 3) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar a todos, sindicalizados ou não; 4) determinação da forma de defesa das reivindicações, através de mediação, arbitragem, dissídio coletivo; 5) decretação do estado de greve para a defesa das reivindicações aprovadas; 6) continuação da assembleia que se manterá permanente até final solução da Campanha Salarial 2022, ficando autorizado o presidente do sindicato a convocar através de boletins sessões da assembleia, inclusive nos locais de trabalho, em suas mediações e em locais de concentração de trabalhadores; 7) Elaboração, Discussão, Votação e aprovação dos percentuais relativos às Contribuições de Custeio para manutenção das assistências jurídicas, previdenciária, médicas, odontológicas, laboratorial e outros, nos termos do Art. 611-B, inciso XXVI da CLT, conforme os termos do Art. 1º da Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, para desconto em folha dos associados ou não, pela representação nas negociações coletivas e abrangência no instrumento normativo que delas resultar. Fica aberto o prazo de 10 dias a contar da assembleia para se opor ao desconto. 8) concessão de poderes ao sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho, requerer a instauração do juízo arbitral e ajuizar dissídio coletivo de trabalho. **10/06/2022 às 16h00 Assembleia Fecomercio; 10/06/2022 às 17h00 Assembleia FIESP; 13/06/2022 às 17H00 Assembleia FEBRABAN.** Osasco, 07 de Junho de 2022. **Reginaldo Nunes dos Santos (VIOLA)** - Presidente.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 12/2022

Processo: 085/2020. Objeto: Concessão Remunerada de Uso de áreas vagas no Entreposto de Presidente Prudente, conforme descrição constante no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Obtenção do Edital: a partir de 07/06/2022, através do site www.ceagesp.gov.br, opção "Licitações" e na SELIC - Seção de Licitações. Visita: até 19/07/2022. Sessão: em 20/07/2022 às 09h30 na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 1.946, Prédio da Administração (EDSED III), 2º andar, SELIC – Seção de Licitações, São Paulo – SP.

Maria Valdirene Rodrigues da Silva Carlos
Presidente da Comissão Julgadora

ESPORTE AO VIVO
15h Emirados Árabes x Austrália
Eliminatórias da Copa, ESPN4/STAR+
15h45 Alemanha x Inglaterra
Liga das Nações, STAR+
21h30 Cuiabá x Corinthians
Brasileiro, SPORTV/PREMIERE

Anistia Internacional cobra indenização de R$ 2 bi da Fifa

Entidade pede que Qatar e dona da Copa do Mundo paguem a operários

Alex Sabino

SÃO PAULO Relatório publicado pela Anistia Internacional pede que o Qatar e a Fifa paguem indenizações aos trabalhadores envolvidos nas obras de infraestrutura para a Copa do Mundo deste ano.

Embora não apresente um valor definitivo, a entidade defende que, para começar, a Fifa reserve US$ 440 milhões (R$ 2,1 bilhões) para isso.

Esta é a quantia que a organização distribuirá às 32 seleções participantes do torneio que vai ocorrer entre novembro e dezembro. As equipes eliminadas na fase de grupos devem embolsar pelo menos US$ 10 milhões (R$ 48 milhões). A campeã fica com US$ 45 milhões (R$ 216 milhões).

+ Veja os 30 países já classificados para a Copa

AMÉRICAS
- Brasil
- Argentina
- Equador
- Uruguai
- Canadá
- Estados Unidos
- México

ÁFRICA
- Camarões
- Gana
- Senegal
- Marrocos
- Tunísia

ÁSIA
- Qatar (anfitrião)
- Irã
- Coreia do Sul
- Japão
- Arábia Saudita

EUROPA
- Alemanha
- Dinamarca
- Bélgica
- França
- Croácia
- Espanha
- Sérvia
- Inglaterra
- Suíça
- Holanda
- País de Gales
- Portugal
- Polônia

"A Fifa e o Qatar não protegeram os trabalhadores imigrantes, essenciais para a Copa do Mundo de 2022, mas podem agir para indenizar aqueles que foram gravemente afetados e as famílias dos muitos que morreram", afirma Minky Worden, diretora de iniciativas globais da Human Rights Watch, outra entidade que patrocina o relatório.

Em 60 páginas, o documento "Predictable and preventable: why Fifa and Qatar should remedy abuses behind the 2022 World Cup" ("Previsível e evitável: por que Fifa e Qatar deveriam remediar abusos por trás da Copa do Mundo de 2022", em inglês) aponta desrespeitos humanitários contra trabalhadores migrantes, lista as responsabilidades do país e da entidade que comanda o futebol e pede o pagamento de indenizações.

À **Folha**, o Supremo Comitê para a Entrega e Legado, responsável pela realização do Mundial, disse que trabalha "de maneira incansável para garantir os direitos dos operários e que o torneio será catalisador para um legado humano e sustentável no Qatar.

Consultada pela reportagem, a Fifa não respondeu.

"De acordo com as leis internacionais dos direitos humanos, o Qatar tem obrigação de assegurar compensação para cada abuso cometido em seu território, seja ligado à Copa do Mundo ou não. A responsabilidade da Fifa está em linha com o Guia de Princípios dos Negócios e Direitos Humanos da ONU, lista de procedimentos que se esperam de entes corporativos, no qual a Fifa está incluída", defende o texto do documento.

A reivindicação se refere às condições de trabalho e de acomodação e à ausência de direitos trabalhistas e direitos humanos ao qual foram (e ainda são, afirma a Anistia Internacional) submetidos trabalhadores migrantes que viajaram ao Qatar como operários em obras de construção relacionadas à Copa.

Há denúncias de taxas ilegais cobradas por intermediários e empresas para a contratação, não pagamento ou retenção indevida de salários, condições análogas à escravidão, horários de trabalho exaustivos em temperaturas que podem superar os 50ºC no verão e, especialmente, a "kafala".

Esta é a lei que determinava que o trabalhador migrante só pode mudar de emprego se o patrão anterior lhe dá uma carta o autorizando. O Qatar afirma que a "kafala" foi extinta, mas as entidades responsáveis pelo relatório dizem que ela continua em vigor em várias companhias.

Na população de cerca de 3 milhões de pessoas no país, apenas cerca de 350 mil são qataris. O restante é de estrangeiros. Boa parte se concentra em uma região a cerca de 15 quilômetros do centro de Doha, chamada de Asian Town.

"Conheço muita gente que trabalha nas construções dos estádios. É um trabalho duro, mas é prioridade para o país. Então, enquanto estiverem fazendo obras, haverá emprego. No verão, é muito duro. O calor é insuportável", relatou migrante que se identificou apenas como Koyakulty, em visita da **Folha** ao bairro no final de 2019.

Outros lamentavam que, apesar de terem sido essenciais para a construção dos estádios, não poderão ver as partidas da Copa do Mundo por causa da procura e do preço dos ingressos.

De acordo com a Anistia Internacional, "centenas de milhares de trabalhadores contratados para fazer o Mundial possível pagaram taxas exorbitantes e nunca foram reembolsados". "Outros milhares foram enganados nos salários por empregadores abusivos, obrigados a trabalhar por horas excessivas ou submetidos a condições análogas ao trabalho forçado", diz a entidade.

A organização do torneio lembra ter montado um esquema para devolver o dinheiro pago pelos migrantes. Mas, segundo o relatório, apenas 2% deles obtiveram o reembolso. A média que gastaram foi US$ 1.300 (R$ 6.200 pela cotação atual) e receberam de volta cerca de US$ 700 (R$ 3.300).

As entidades de direitos humanos pedem que seja montada uma estrutura independente para averiguar quantos teriam direito à indenização e que o processo seja rápido e transparente. Só assim seria possível determinar o valor global. A estimativa do relatório é que seriam necessárias "centenas de milhões de dólares".

O Qatar afirma ter implementado reformas trabalhistas que não são devidamente reconhecidas por algumas entidades internacionais. Além do fim da "kafala" e do reembolso das taxas, informa ter obrigado empregadores a diminuir horários de trabalhos, melhorado a situação dos operários no verão e tomado providências quanto a salários não pagos.

"As reformas dos direitos trabalhistas no Qatar chegaram bem tarde na preparação para a Copa do Mundo, são muito insuficientes e pouco respeitadas. Um grande número de trabalhadores morreu porque o Qatar não tinha um marco de direitos humanos que protegesse os trabalhadores", contesta Monky Worden.

Reportagem do jornal britânico The Guardian diz que até setembro de 2021 cerca de 6.500 funcionários em obras relacionadas ao Mundial morreram. A organização do torneio contesta esse número.

A Anistia Internacional garante que pagar indenização aos operários, problema para o Qatar e para a Fifa. O fundo soberano do país é avaliado em US$ 450 bilhões (R$ 2,16 trilhões). Nas obras para o evento, foram gastos cerca de US$ 200 bilhões (R$ 963 bilhões). Foi construída uma cidade, Lusail, a partir do zero, para receber a partida de abertura e a final.

SELEÇÃO BRASILEIRA MARCA 1 A 0 EM AMISTOSO CONTRA O JAPÃO
Partida foi disputada em Tóquio nesta segunda-feira (5); o gol número 415 do craque deixou para trás Ronaldo Fenômeno no ranking de mais pontos pela seleção; com mais três, o camisa 10 empata com Pelé Charly Triballeau/AFP

A seleção merece um meio-termo

Equipe dirigida por Tite recebe mais críticas do que merece

Renata Mendonça
Jornalista, comenta na Globo e é cofundadora do Dibradoras, canal sobre mulheres no esporte

O cheiro de café saindo, o pratinho do pão com manteiga em frente à televisão, e o Galvão Bueno gritando "olha o gol, olha o gol, olha o gol". Na minha cabeça, é memória recente, mas, pensando bem, já nem é tanto assim. Faz 20 anos, e eu tinha só 13 na época. Mas como me diverti tomando café da manhã em família e vendo a seleção que seria pentacampeã do mundo em campo.

A cena era muito parecida na última sexta-feira (3), ainda sem o peso de ser jogo de uma Copa do Mundo. E nesta segunda-feira (6) também. Inevitável não se sentir nostálgico de 2002 acordando cedo para ver o Brasil jogando na Coreia e no Japão com boas apresentações dentro de campo.

Contra os coreanos, goleada, variações ofensivas, jogo bonito. Contra os japoneses, o Brasil encontrou uma seleção que se defendia com dez na área e parava as jogadas na falta. Ainda assim, testando um quarteto ofensivo sem centroavante fixo, a seleção criou boas oportunidades em um contexto bastante adverso. Venceu por 1 a 0.

Ainda não é Copa, mas já é Copa também. São os últimos ajustes para que, quando novembro chegar, a seleção esteja pronta para buscar o hexa.

Tem gente que acha impossível. Tem gente que acha que já é nosso. Entre esses, eu fico com o meio-termo. Mas como é difícil encontrar um meio-termo nas opiniões sobre seleção brasileira. Vence a eliminatória da Copa atropelando adversários e "não faz mais que a obrigação, América do Sul não é parâmetro". Goleia a Coreia do Sul, e "é adversário fraco". Convoca jogador do seu time e "está querendo prejudicar o clube na disputa do Brasileiro". Não convoca jogador do seu time, e "só tem olhos para o futebol europeu". Se Neymar joga bem, dizem que "ainda não ganhou nada". Se tenta drible e é derrubado, "tá segurando muito a bola".

Em 2002, provavelmente era assim também. Mas daquela Copa prefiro lembrar o cheirinho do café, ou as madrugadas de pipoca na sala com os três erres: Ronaldo, Rivaldo e golaço de Ronaldinho Gaúcho de falta. Lembro até a vibração das cordas vocais de Galvão ao gritar os errrrrrres daquele jeito que ele eternizou.

"Deixa a vida me levar, vida leva eu, sou feliz e agradeço por tudo o que Deus me deu" era a música de Zeca Pagodinho que embalava a seleção 20 anos atrás. A cara do futebol daquele time: leve, feliz.

Já se passaram quatro Copas desde então —incluindo aquela do "quadrado mágico" e a do 7 a 1—, e eu me peguei nesta segunda-feira a lembrar 2002 sem exatamente voltar ao passado, mas olhando para o presente e projetando o futuro. A seleção que eu vejo joga leve e feliz. Mesmo que o torcedor não se conforme com Neymar protagonista, com a 10 nas costas, sendo o maestro do time; com Paquetá ao lado dele, Vini Junior pedindo passagem, Raphinha colocando adversários pra dançar; sem Raphael Veiga e Hulk, os "injustiçados" do futebol brasileiro.

Em alguns anos cobrindo as seleções (masculina e feminina), aprendi que há uma coisa certa: sempre, SEMPRE, haverá críticas às convocações. O nome que tinha que estar e não está, o nome que não faz sentido, mas ganha chance. Mas não é isso o que define a qualidade do trabalho de uma comissão técnica.

Você pode achar injusto que Veiga não tenha recebido uma chance, mas vai dizer que o Brasil está jogando mal sem ele? Você pode não entender a ausência de Hulk, mas vai defender que o ataque da seleção está ruim?

"A América do Sul não é parâmetro." A Argentina meteu 3 a 0 na Itália campeã da Euro. A mesma Itália empatou com a Alemanha por 1 a 1. A França perdeu para a Dinamarca. A Bélgica foi goleada pela Holanda. Isso quer dizer alguma coisa sobre o que vai acontecer no Qatar? Absolutamente nada.

Não vou pedir para ninguém se iludir. Eu mesma mantenho os pés no chão. Mas só digo uma coisa: o Brasil (e Neymar) está(ão) mais pronto(s) para a Copa (e para o possível hexa) agora do que estava(m) há quatro anos.

SÃO PAULO ANTIGA

Douglas Nascimento
folha.com/blogs/sao-paulo-antiga

Conheça a Capela de Santa Cruz de Pirituba

Em todas as regiões desta imensidão que é a cidade de São Paulo podemos encontrar alguma capela, além das tradicionais igrejas de bairro. São pequenas construções geralmente erguidas por populares em regiões outrora carentes de paróquias próximas ou mesmo construídas por pessoas que se consideraram atendidas por alguma graça ou milagre. Hoje apresento aqui uma dessas tantas capelinhas paulistanas.

A Capela Santa Cruz de Pirituba é uma delas. Localizada na zona norte da capital paulista, na região de Pirituba, é uma pequena construção católica do século 19 e que, mesmo sem muitas atividades, existe até hoje.

Sua localização exata é num vale da região, em uma travessa sem nome da rua Stéfano Mauser, exatamente em um caminho que liga esta via até a Fundação Casa de Pirituba.

A área fazia parte de uma imensa propriedade rural paulistana que inicialmente pertenceu a Anastácio de Freitas Troncozo. Ele vendeu as terras em 1856 a Rafael Tobias de Aguiar e sua esposa Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de Santos.

A origem da capela não é registrada oficialmente, mas conta-se que teria sido construída em 1894 por imigrantes portugueses que viviam naquela região e que não tinham por perto nenhuma edificação religiosa, já que a área não era ainda muito habitada.

Pequena, comporta cerca de 20 pessoas e sempre teve atividades mais secundárias, destinadas a pessoas em viagem pela região ou moradores próximos.

A região era muito afastada do centro urbano da capital e distante até mesmo da Freguesia do Ó, onde estava a igreja mais próxima. O local só passou a aparecer em mapas da cidade em meados da década de 1940.

Capela Santa, em Pirituba Douglas Nascimento/São Paulo Antiga

Algumas histórias contadas por moradores dos arredores dizem que a real motivação para a construção daquela capela foi em virtude de vários casos relatados de afogamento naquela região nas últimas décadas do século 19, nas lagoas que ali existiam e que já foram aterradas.

No passado era bastante comum que se erguesse capelas ou cruzeiros em locais próximos de mortes que ficaram popularmente conhecidas, como atropelamentos, afogamentos ou abalroamento por trens.

A capela foi reformada em 1922, ocasião que ficou com o desenho arquitetônico que se mantém até hoje.

No final do século 20 e primeiros anos do século 21 a capela estava muito degradada e foi alvo de uma excelente iniciativa envolvendo a Fundação Casa de Pirituba e a Escola Paulista de Restauro.

Em 2009, a Fundação Casa de Pirituba, a 200 metros dali, e a Escola Paulista de Restauro convidaram internos voluntários para trabalhar no reparo da capela.

A iniciativa, com duração de dois anos, funcionou como uma espécie de curso prático para que os interessados conhecessem as técnicas usadas na restauração de bens históricos.

Ao fim do processo, em 2011, os internos receberam certificados.

Pouco mais de dez anos depois da entrega do restauro, a edificação sofre novamente com o abandono e esquecimento.

A iniciativa de restauração, que poderia ter sido mantida para conservação, infelizmente não foi adiante, e hoje o local sofre não só com a deterioração da construção, mas também com a degradação do entorno.

Não é raro ver grande acúmulo de lixo ao redor da capela, oferendas com restos de animais apodrecendo e servindo de alimentos para urubus e até mesmo excrementos humanos. O mato, pelo menos, vem sendo cortado com frequência. Pedestres evitam andar por ali, especialmente à noite.

O abandono da região afugenta fiéis e também curiosos em conhecer mais de perto a pequena capela, uma vez que aquela parte da rua Stéfano Mauser é um tanto quanto deserta.

A capela pertence à Paróquia Nossa Senhora da Expectação (Freguesia do Ó) e são raros os eventos realizados nela.

Capela Santa Cruz de Pirituba
Rua Stéfano Mauser, 439, Jardim Regina, Estação ferroviária mais próxima: Vila Clarice

ÔNIBUS PEGA FOGO NA AVENIDA 23 DE MAIO, ZONA SUL DE SÃO PAULO, NO FIM DA TARDE
Incêndio ocorreu perto do parque Ibirapuera, na altura do MAC (Museu de Arte Contemporânea), e não deixou vítimas Ingrid Gielow /Arquivo Pessoal

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
7.jun.1922

Bernardes espera confirmação para ser proclamado presidente do Brasil

Está para terminar o processo de reconhecimento do resultado da eleição para presidente da República, realizada em 1º de março. Nesta quarta-feira (7) ou quinta-feira (8) deverá ser publicado o parecer da comissão legislativa indicando a vitória do mineiro Arthur Bernardes.

Ele tomará posse no dia 15 de novembro para governar o país por quatro anos.

O candidato a vice-presidente vencedor é o maranhense Urbano Santos, que morreu no dia 7 de maio.

A disputa eleitoral gerou muito polêmica com denúncias de irregularidades no processo e provocou uma grande crise política no Brasil.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

HEARD X DEPP

Campanha falsa arrecada R$ 5 milhões para Amber Heard pagar Johnny Depp após a atriz perder a disputa judicial por difamação. Heard, 36, deve US$ 8,35 milhões (cerca de R$ 40 milhões) a Depp, 58, e, ao que indicam movimentos de "vaquinha" online, poderá contar com ajuda de fãs para quitar a dívida.

Uma página no GoFundMe, especializado em campanhas de doação de dinheiro, foi retirada do ar após arrecadar US$ 1 milhão (quase R$ 5 milhões) com essa finalidade. De acordo com o site TMZ, ao descobrir que se tratava de uma campanha falsa, a própria plataforma encerrou a empreitada.

A página teria sido criada por uma pessoa que se identificou como Kimberly Moore. Ela alegava que tinha feito contato com a equipe jurídica da atriz e prometia que todo o dinheiro arrecadado seria para pagar a dívida judicial.

Contudo, os representantes do GoFundMe encerraram a campanha ao descobrir que nem Amber Heard nem ninguém da equipe dela havia criado a página.

A advogada Elaine Bredehoft afirmou que Heard "absolutamente não" pode pagar o valor dos danos. Ela também disse que o próximo passo da atriz — que recebeu US$ 2 milhões (R$ 9,6 mi) — será apelar do veredito.

Amber Heard aguarda decisão do júri, a favor de Depp Evelyn Hockstein/Reuters/Pool

HO HO ROUBADA

A cantora americana Mariah Carey, 53, foi processada por uma suposta infração ao direito autoral com seu sucesso mundial de 1994 "All I Want for Christmas Is You", de acordo com documentos judiciais.

O demandante, um músico chamado Andy Stone, afirma ser o coautor e ter gravado uma canção festiva com mesmo nome em 1989 e nunca autorizou o seu uso.

No processo apresentado na sexta-feira (3) na Louisiana, Stone alega que Carey e seu colaborador Walter Afanasieff "participaram de forma consciente, deliberada e intencional de uma campanha para infringir" seu direito autoral.

O demandante reivindica danos e prejuízos de US$ 20 milhões por supostas perdas financeiras.

A canção de Carey é um dos singles musicais mais bem-sucedidos de todos os tempos, encabeçando as listas em mais de 20 países, especialmente nas festas de Natal.

O single vendeu cerca de 16 milhões de cópias em todo o mundo e rendeu a Carey US$ 60 milhões em royalties durante as últimas três décadas.

O tema de Stone, lançado com sua banda Vince Vance and the Valiants, obteve sucesso moderado nas listas de música country da Billboard.

Apesar dos títulos iguais, as duas canções têm melodias e letras diferentes. Contudo, Stone acusa Carey e Afanasieff de tentar "explorar a popularidade e o estilo único" de sua canção, causando "confusão".

Não está claro por que Stone abriu um processo quase 30 anos depois de Carey ter lançado sua canção. Os advogados de Stone contataram Carey e Afanasieff pela primeira vez no ano passado, mas as partes "não conseguiram chegar a nenhum acordo".

A assessoria de imprensa de Carey não respondeu de imediato a um pedido de comentário. **AFP**

INVERNO DA ALMA

Comparado a Marcel Proust, de 'Em Busca do Tempo Perdido', o norueguês fez a hexalogia 'Minha Luta', composta pelos livros aqui listados

Meu Pai
O autor começa pela própria juventude e pelo destino trágico do seu pai distante

Um Outro Amor
O volume aborda seu turbulento segundo casamento e a paternidade

A Ilha da Infância
O terceiro livro trata de infância, medos e a construção da identidade

Uma Temporada no Escuro
A partir da juventude, o narrador se aproxima da sombra do pai alcoólatra

A Descoberta da Escrita
O autor discorre sobre as dificuldades e frustrações de se tornar um escritor

O Fim
Em mil páginas, o autor encerra a série com uma reflexão sobre o seu próprio sucesso

O escritor norueguês Karl Ove Knausgard
Sølve Sundsbø/Divulgação

Deixe a luz do sol entrar

Após a autoficção controversa de 'Minha Luta', Karl Ove Knausgard mostra faceta paternal e sentimentalista em 'Outono'

Bárbara Blum

SÃO PAULO Karl Ove Knausgard manteve uma rotina rígida de escrita ao longo da confecção de sua tetralogia das estações. Acordava todos os dias às quatro da manhã e passava uma hora olhando para as palavras sobre as quais queria escrever. Então, escrevia de uma vez.

Cada uma seria um caco do mosaico particular de explicações sobre o mundo que ele apresentaria à sua quarta filha. Ela receberia os textos lá pelos seus 18 anos de idade .

O resultado da tetralogia, porém, dista da reservada ideia inicial. Vieram ao mundo quatro livros curtos e íntimos, compostos por 60 pequenos ensaios, divididos em três blocos correspondentes aos meses de setembro, outubro e novembro.

As partes são precedidas por cartas à bebê, nas quais o pai divaga sobre as pequenezas do mundo e da família e fala da espera pelo nascimento da filha. "Eu queria uma enciclopédia, de certa forma, mas com emoção e subjetividade", afirma Knausgard.

Com tradução do norueguês por Guilherme da Silva Braga, a série começa com "Outono", publicado, não por acaso, em maio, pela Companhia das Letras. A publicação norueguesa original tinha o charme de coincidir com a virada das estações. Segundo a editora, não há garantia de o plano se manter na empreitada brasileira.

Embora lançada agora no país, a série de livros foi escrita na década passada. Anne, a interlocutora, protagonista e homenageada, já fez oito anos —e foi posta para dormir minutos antes de o seu pai conceder esta entrevista.

Knausgard, hoje com 53 anos, foi catapultado à fama internacional escancarando a própria história na série "Minha Luta", amparado sob o guarda-chuva do que se convencionou chamar de autoficção. O gênero, misto de biografia e invenção, pode vir temperado com escândalos midiáticos e até visitas à Justiça.

> **Nunca escrevo para outras pessoas além de mim mesmo e nunca farei isso. Fico feliz que alguém quis publicar**
>
> **Karl Ove Knausgard**
> escritor

"Eu achava 'Minha Luta' uma indulgência, mas acabou sendo relevante", conta ele. Os seis calhamaços —são 3.500 páginas no total— da série que o consagrou renderam alguns prêmios, além da antipatia de familiares e ex-mulheres. "Não tive nenhuma lição para tirar [da publicação do 'Minha Luta']. Foi uma coisa boa, mas não posso fazer de novo. Seria minha morte como escritor se eu me repetisse."

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DATA CERTA

Lula e setores do PT avaliam que chegou o momento de o ex-presidente abrir a agenda, de forma mais ampla, para dialogar com o empresariado. Os encontros dele com representantes do PIB, até agora, tinham sido restritos a praticamente reuniões com velhos conhecidos, como Abilio Diniz e José Seripieri Junior, da Qsaúde.

DATA 2 A permanência de Lula em ampla vantagem sobre Jair Bolsonaro (PL) nas pesquisas fez crescer a fila de empresários, banqueiros e entidades representativas que aguardam para conversar com ele.

RODA ABERTA Até agora, o petista tinha dado preferência para agendas com políticos e movimentos sociais. Com as conversas sobre alianças avançadas nos estados, ele agora poderia abrir espaço também para o empresariado.

VOZ O próprio partido já vinha enviando emissários para conversar com representantes do PIB. A presidente da legenda, Gleisi Hoffmann, e os ex-ministros Aloizio Mercadante e Alexandre Padilha, hoje deputado federal, já tiveram encontros para dialogar sobre o que Lula poderá fazer na economia, caso seja eleito.

BATEU Segundo um dos interlocutores de Lula que mantém pontes com empresários, banqueiros e economistas ligados a eles, a impressão é de que o grupo ainda é majoritariamente bolsonarista. O entusiasmo público com Jair Bolsonaro, no entanto, tem diminuído por causa das investidas consideradas golpistas do presidente que, atrás nas pesquisas, segue colocando em dúvida o já testado sistema eleitoral brasileiro.

LEVOU A possibilidade de Bolsonaro conturbar o país ao colocar em dúvida o resultado das eleições assustaria parte do empresariado, já que a turbulência que poderá ser gerada pelas falas e iniciativas dele diante de uma derrota afetaria diretamente seus negócios —inclusive derrubando os papéis do país e das empresas no exterior.

ELE, NÃO A sinalização de Ciro Gomes de que não apoiaria Lula contra Jair Bolsonaro caso o segundo turno entre eles se confirme não é compartilhada pela totalidade de seus seguidores. Um dos maiores entusiastas da candidatura do pedetista à presidência, o deputado David Miranda (PDT-RJ) diz que vai, sim, votar no petista caso ele dispute a segunda rodada eleitoral contra o atual presidente.

ELE, SIM "Eu vou me vestir de vermelho [cor do PT] dos pés à cabeça e sair pedindo voto", diz o parlamentar. Miranda afirma, no entanto, confiar que Bolsonaro sequer estará no segundo turno, já que Ciro Gomes, segundo acredita, vai ultrapassá-lo.

CIRO LÁ "Eu confio muito que teremos um segundo turno entre Ciro e Lula", afirma. De acordo com a mais recente pesquisa do instituto Datafolha, Lula tem hoje 48% dos votos, Bolsonaro, 27%, e Ciro Gomes, 7%.

PALCO

Fotos Annelize Tozetto/Divulgação

A atriz Carol Costa 1 foi fotografada em seu camarim enquanto se preparava para subir ao palco na pré-estreia de "Peter Pan", no Teatro Alfa, em São Paulo, na semana passada. Os atores Matheus Ribeiro 2 e Saulo Vasconcelos 3 também estão no elenco da montagem

OLHO VIVO O vereador de São Paulo Toninho Vespoli (PSOL) protocolou junto ao Tribunal de Contas do Estado de SP uma representação em que pede a investigação de gastos de prefeituras do interior paulista com shows de duplas sertanejas entre 2018 e 2021.

OLHO 2 A lista inclui um evento na cidade de Colina, que gastou R$ 1,1 milhão para contratar os cantores Matheus e Kauan, Bruno e Marrone e Jorge e Mateus, além do DJ Alok, em 2018. Procurada, prefeitura diz que a contratação ocorreu "de acordo com as leis".

MODA O Ministério Público de SP lançará nesta terça (6) uma campanha com influenciadores contra crimes eleitorais. Serão disponibilizados para eles itens como camisetas, bermudas, calças e bonés estampados com frases como "fake news é crime". O objetivo, segundo o o procurador-geral de Justiça de SP, Mario Sarrubbo, é convidar os jovens a defender a democracia.

VIOLÊNCIA As joias furtadas do escritório da marca de Shantal Verdelho, a Zion Joias, não tinham seguro, revela a influenciadora à coluna. O prejuízo estimado é de R$ 2 milhões. "É muito caro [o seguro], fica inviável", afirma. O assalto ocorreu no domingo (5), na zona oeste de SP, cinco meses após Shantal ter sua casa invadida por bandidos.

CRISE Para a influenciadora, os assaltos são reflexo da crise. "Acho que o nosso país está numa situação braba. De tudo, de miséria, de insegurança."

MEMÓRIA O ciclo "7 Leituras" vai realizar a leitura dramática do espetáculo "Os Cegos", de Maurice Maeterlinck, nesta terça (7), em homenagem ao ator Rubens Caribé. O evento ocorrerá no Sesc 24 de Maio, em SP.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Deixe a luz do sol entrar

Continuação da pág. C1

"Nunca escrevo para outras pessoas além de mim mesmo e nunca farei isso. Fico feliz que alguém quis publicar."

Se o leitor de primeira viagem de "Outono" talvez se deixe eletrizar pela intimidade da depressão pós-parto da então mulher do escritor, Linda, pela menção aos piolhos dos filhos ou pela lembrança de um jovem Knausgard que faz xixi nas calças numa excursão escolar, os knausgardianos veteranos dificilmente se impressionarão.

A pequena enciclopédia afetiva conserva méritos diferentes de "Minha Luta", no entanto. Knausgard se afastou da investigação interior obsessiva da série anterior e voltou seu olhar para aquilo ao seu redor. "Eu queria um lugar de descanso", comenta. Maçãs, sangue, chiclete, Proust, latas de conserva, perdão. Knausgard não se envergonha de dizer que queria fazer algo mais fácil e agradável.

"Pensei em replicar o sentimento dos quadros, separados, com meus textos curtos e desconectados." A intenção fica evidente nos ensaios "Van Gogh" e "Molduras".

Embora não impressionado, o leitor cativo, praticamente parte da família Knausgard a essa altura, se sente em casa com lampejos da vida do autor, cortesia dos momentos em que retoma detalhes dos livros anteriores, confeitados com reflexões que justificam a menção. A bateria feita de pilhas de livros que faziam as vezes de tambores e pratos em "Minha Luta", por exemplo, volta como um ponto de partida para uma divagação sobre o tempo.

"Tocar bateria é a arte de se impor limites, é renunciar a todo o excesso e seguir determinado pelo caminho da economia e da sobriedade", escreve Knausgard. "Não a batida que divide o tempo, mas a batida que o faz cessar. Tempo é distância, e, quando essa distância some, já não estamos mais no mundo, mas nos tornamos parte do mundo."

Os ensaios conservam um misto de magia e de factualidade nas explicações. O tom é típico de pais preocupados em igual medida em manter a honestidade diante dos filhos sem privar as crianças do deslumbramento com a vida.

Ainda assim, a imagem de bad boy descolado do escritor é tanta que nem o sentimentalismo paternal foi capaz de derrubar essa fama. Por mais que ele se deixe levar pelas alegrias do cotidiano, finca o pé no chão quando antevê algum risco de cafonice. "Perder o primeiro dente é um grande acontecimento, e o segundo e o terceiro também, mas logo a coisa inflaciona", escreve.

Mesmo com oito anos separando a escrita da publicação em português, "Outono" permanece fresco por trazer poucas referências que o situam na história. A exceção, numa coincidência trágica, é o ensaio "Guerra".

"A Rússia está se preparando e a atividade na fronteira aumentou, o que deu início a uma discussão sobre a diminuição do Exército observada nas últimas décadas aqui na Suécia", escreve, ao passar por um campo de tiro em que militares suecos treinavam a caminho da escola dos filhos. "Mesmo assim, nesse cenário bonito os pensamentos sobre a guerra se encontram longe."

Hoje, o cenário mudou e um desamparado Knausgard lamenta sua impotência. "O que um escritor pode fazer? Nada. Ele pode escrever, pode ler." Nem tudo são flores — ainda mais no outono.

Outono

Autor: Karl Ove Knausgard. Trad.: Guilherme da Silva Braga. Ed.: Companhia das Letras. R$ 69,90 (208 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Detalhe de ilustração da capa de 'Outono', livro de Karl Ove Knausgard recém-lançado Reprodução

Betty Milan questiona extensão da vida pela ciência em 'Heresia'

Décimo romance da escritora e psicanalista se baseia nos últimos anos de existência de sua mãe, que morreu aos 103

Naief Haddad

SÃO PAULO A escritora e psicanalista Betty Milan lançou seu primeiro livro, "O Jogo do Esconderijo", uma obra ensaística, em 1976. É "um discurso corajoso, que envereda pelas sendas perdidas do esconderijo, a fim de obrigar o ato de esconder-se a falar de si e por si mesmo", escreveu a filósofa Marilena Chaui no posfácio.

No novo romance "Heresia", seu 27º livro, não existem jogos nem dissimulações dessa natureza, tudo está rigorosamente às claras. "Com o passar do tempo, vamos ficando menos ligados aos artifícios", diz Milan, para quem só se alcança a verdade por meio da ficção.

Quando tinha 97 anos, a mãe da escritora sofreu uma queda e quebrou um antebraço, o que a debilitou sensivelmente, inclusive com a perda gradual da memória. Naquele momento, Milan começou a fazer anotações sobre a rotina da genitora quase centenária sem saber aonde aqueles escritos a levariam.

Sempre acompanhada por uma cuidadora, sua mãe viveu mais sete anos em meio a um coquetel de dores, remédios, delírios e passagens por hospitais, uma jornada exaustiva que agora resulta em "Heresia", o décimo romance dessa autora de 77 anos.

Como observa o crítico Manuel da Costa Pinto na orelha, prevalece, como em grande parte da bibliografia de Milan, uma "tensão entre real e ficcional" —talvez seja esse o livro dela no qual essa fricção é mais acentuada e exposta.

Nesse sentido, "Heresia" forma um díptico com "A Mãe Eterna", de 2016, que já tratava dos dramas da velhice com uma franqueza incomum.

No novo romance, no entanto, a narradora é especialmente aguda na crítica aos meios utilizados pela medicina para prolongar uma vida que deixou de fazer sentido. Por que, ela questiona, a morte assistida se mantém como um tabu mesmo quando nenhuma droga é capaz de amenizar um sofrimento brutal cujo fim não se vislumbra?

A mãe é descrita como um "totem", um desses idosos centenários que passam a ser reverenciados, mesmo que já não tenham consciência daquilo que os cerca. E a filha se vê cada vez mais enredada em ambiguidades diante de uma existência que se esvai. "Eu queria, apesar da decrepitude, eu queria, mas não desejava realmente a sua morte."

Muito próxima da obra de Jacques Lacan, com quem fez análise em Paris durante cinco anos na década de 1970, a escritora se vale da vivência de psicanalista. "Tenho uma escuta profunda, que impregna minha literatura", afirma ela.

"Heresia" não é o seu primeiro romance com a presença de Lacan, ainda que de modo indireto. Em "O Papagaio e o Doutor", Seriema, neta de imigrantes libaneses radicados no Brasil (como a autora), vai ao encontro de um analista na França (como a autora) para tentar entender melhor seu passado familiar.

Aliás, esse livro de 1998 deu origem ao filme, "Adieu, Lacan", dirigido pelo americano Richard Ledes, que deve chegar em breve nos serviços de streaming. Graças a Betty Milan, a psicanálise lacaniana de olhar brasileiro estendeu uma mão para a literatura e outra para o cinema.

Heresia

Autora: Betty Millan. Ed.: Record. R$ 45 (112 págs.)

Philip Roth defende projeto literário em volume

'Por que Escrever?' reúne ensaios e entrevistas que evocam obsessão pelo judaísmo e ironizam a representatividade

LIVROS
Por que Escrever?
★★★★★
Autor: Philip Roth. Trad.: Jorio Dauster. Ed.: Companhia das Letras. R$ 89,90 (568 págs.); R$ 39,90 (ebook)

Luisa Destri

Os 37 textos de "Por que Escrever?", de Philip Roth, não chegam a oferecer uma resposta à pergunta-título. No conjunto de ensaios, entrevistas e discursos, porém, se formam alguns núcleos a partir dos quais é possível imaginar as razões que o levaram ao ofício.

Esses motivos coincidem quase sempre com as obsessões e idiossincrasias do autor, morto em 2018 e considerado um dos maiores romancistas de língua inglesa.

Central tanto à ficção de Roth quanto aos textos do volume, o judaísmo surge na forma das respostas que o autor ofereceu às acusações de antissemitismo, dirigidas já a seus primeiros títulos, intensificadas após "O Complexo de Portnoy", de 1969, e decisivas para a sua carreira.

"Fui considerado uma figura perigosa quando ainda usava fraldas. Estranhamente, o furor logo no início talvez tenha dado à minha obra uma direção e ênfase que de outro modo não teria", disse, numa entrevista concedida em 1984.

O tema surge também como uma questão de tradição literária, como mostra a sequência de conversas com escritores judeus na parte "Entre Nós: Um Escritor e Seus Colegas Falam de Trabalho", que reproduz integralmente "Shop Talk", publicado nos Estados Unidos em 2001.

Roth traz iluminações precisas sobre a obra de Primo Levi e conduz uma conversa saborosa com Edna O'Brien, além de retratar com afeto a condição de Ivan Klíma na Tchecoslováquia —para citar alguns, talvez os melhores, exemplos dessa seção.

Ainda que o romancista expresse admiração por diferentes autores, é Franz Kafka que emerge como a figura predileta. Além de surgir em diferentes momentos, o escritor tcheco se torna protagonista de "Eu Sempre Quis que Vocês Admirassem Meu Jejum", ou "Contemplando Kafka", que combina ensaio de leitura e exercício ficcional —imaginando o autor de "A Metamorfose" como professor de hebraico de um Philip Roth ainda ignorante de sua vocação literária.

Outra acusação que por décadas acompanhou a trajetória de Roth, a de misoginia, motiva a presença de um tema que costura reflexões diversas ao longo do livro —as mulheres em sua obra.

Em entrevista à The Paris Review, em 1985, ele procura separar o que considera uma "leitura imbecil" de "Quando Ela Era Boa" do "ataque feminista" mencionado pela crítica literária que o entrevista.

Única protagonista feminina de Roth, Lucy Nelson se presta a um exame da natureza da raiva, defende o romancista, que completa "ela só é apresentada 'de modo hostil' caso seja um ato de hostilidade reconhecer que jovens mulheres podem ser feridas e podem se encolerizar". "Aposto que existem até mulheres enfurecidas e feridas que são feministas."

Pouco simpático à demanda por representatividade, Roth expõe os fundamentos de sua concepção literária em formulações lapidares, capazes de se ajustar aos personagens tanto judeus quanto femininos.

"As obras literárias não tomam como tema personagens que impressionaram o escritor particularmente pela frequência com que aparecem na população", afirma, em resposta a um rabino que procurava em sua obra "um retrato equilibrado" do judaísmo.

O raciocínio se completa depois. "O teste de qualquer trabalho literário não está em saber a amplitude de sua representação, mas na veracidade com que o autor revela o que escolheu para representar."

A relação entre vida e obra se insinua entre os mais diversos assuntos, levando o autor ora a rebaixar leitores que se deixam mover por essa curiosidade, ora a flertar com a ideia de ficção autobiográfica —sobretudo quando conclama a não ficção a sair "de detrás do biombo de disfarces, invenções e artifícios do romance".

A surpresa talvez esteja em "Suco ou Molho?", no qual o autor se mostra desarmado diante da brincadeira dadaísta. Revelando o papel do acaso e do desejo de controlar isso em suas criações, Roth traz uma explicação nonsense de como começou a escrever cada um de seus cerca de 30 livros.

Máquina de escrever Olivetti Underwood que pertenceu a Philip Roth Vincent Tullo/The New York Times

A atriz sueca Alicia Vikander em cena da série 'Irma Vep', com direção do francês Olivier Assayas, que estreia agora no serviço de streaming HBO Max Divulgação

Olivier Assayas retorna a 'Irma Vep' em série, debate cinema e critica Bolsonaro

Cineasta dá sequência ao filme de 1996 e recheia trama da HBO Max com situações da vida pessoal

Leonardo Sanchez

CANNES (FRANÇA) Vestindo um macacão preto que contorna e se agarra sedutoramente a seu corpo, Irma Vep saltita entre os telhados de Paris, como um gato entre uma e outra transgressão. Sua identidade já pertenceu a uma das primeiras mulheres fatais do cinema, a francesa Musidora, e depois à chinesa Maggie Cheung. Mas agora é a sueca Alicia Vikander que veste o look misterioso, numa nova série da HBO Max.

"Irma Vep", que assim como o filme de 1996 usa o nome da protagonista como título, traz Olivier Assayas de volta ao clássico do cinema mudo francês "Os Vampiros", de 1915. Mais uma vez, acompanhamos um diretor que quer regravar o filme —mas se engana quem pensa que a obra da HBO Max é um remake.

Na verdade, este novo "Irma Vep" é uma sequência para o de 1996. Quase três décadas depois daqueles acontecimentos, vemos o mesmo cineasta, René Vidal, na difícil empreitada de apresentar o filme mudo a uma nova geração. E, assim como o próprio Assayas, ele o faz em forma de série.

O cartaz da obra entrega logo de cara o que é este novo projeto do cineasta francês, com os dizeres "a vida imita a arte". Embora, neste caso, faça mais sentido pensar que a arte imita a vida, já que "Irma Vep" passa por vários episódios que marcaram a trajetória de Assayas nos últimos 26 anos, como seu efêmero casamento com Cheung.

"Eu claramente não estava em paz com meu 'Irma Vep' original", disse o criador, roteirista e diretor da nova série em conversa durante o Festival de Cannes, no mês passado, onde ela foi exibida.

De óculos de sol e vestindo uma camisa despojada, ele observava o mar da costa francesa enquanto refletia sobre o trabalho e a própria indústria do cinema, cutucada com frequência ao longo dos oito episódios.

"Se eu estou refazendo 'Irma Vep', isso significa que algo precisa de encerramento, seja a trama em si ou pessoalmente. A verdade é que eu estou perdido", brinca o cineasta, que se viu pressionado por um agente americano a deixar um pouco os pequenos filmes franceses de lado, como "Personal Shopper" e "Acima das Nuvens", para trabalhar em algo maior.

Ele resistiu, mas então percebeu que seu longa de 1996 era como "uma tela em branco" que poderia ganhar novas cores sempre que o cinema entra em crise, como é o caso atual, acredita. A trama, afinal, mostra o caos por trás de uma pequena produção francesa, do estrelismo envaidecido dos atores ao controle obsessivo do diretor, dos romances às picuinhas de bastidores.

"Eu acredito que filmes são assombrados por espíritos. Não no sentido literal, mas por serem habitados pelo passado, por memórias, e isso está presente no novo 'Irma Vep', de forma consciente ou não. Todos os filmes criam fantasmas, e esse foi o caso do longa de 1996. Agora, eu posso olhar para eles de outros ângulos, com a ajuda do tempo."

Ao longo dos episódios que estreiam agora, a equipe por trás do remake de "Les Vampires" reflete sobre o estado do cinema ao ser confrontada por assombrações passadas e futuras. É o caso dos algoritmos, do politicamente correto, das plataformas sob demanda, dos filmes de super-heróis e de tantos outros temas latentes da indústria que invadem "Irma Vep" ora de maneira reflexiva, ora com certa ironia.

O personagem René Vidal, por exemplo, insiste que não está gravando uma série, mas um filme serializado. Assayas, também, acredita que este é o caso da nova produção —"eu não sou um cara que faz séries, eu faço filmes", diz. E, na conversa ou por meio das telas, critica a tendência atual de esticar histórias para se adequarem a um formato que, hoje, parece ser mais popular que o bom e velho cinema.

"A maneira de ver filmes mudou, a maneira de pensar filmes mudou, as fronteiras entre o que é cinema e o que não é também mudou. Há gente hoje criando obras com base em algoritmos. Isso se tornou parte da reformulação industrial do cinema pela qual passamos, e não me anima nada. Eu sou fã do mainstream, claro, mas ele se tornou refém do mercado. E só há cinema de verdade quando há liberdade."

Assayas afirma que alguns filmes lançados diretamente no streaming nos últimos anos, como "Roma", de Alfonso Cuarón, e "O Irlandês", de Martin Scorsese, são obviamente cinema, mas vê com ressalva o espaço que as plataformas têm dado a esses cineastas mais autorais. Ele acredita que isso acontece em troca de um "selo de qualidade", visando a consolidação dessas marcas, e que não será mais necessário a longo prazo.

Questionado se não é contraditório alfinetar e tirar sarro do streaming e do pensamento mercadológico da indústria enquanto lança um remake de um filme de quase três décadas, numa plataforma como a HBO Max, Assayas diz que não. O cineasta conta que jamais faria "Irma Vep" para uma empresa como a Netflix, mas se diz confortável com a liberdade criativa que foi dada a ele na concorrente —ele não deixa claro, no entanto, o que realmente separa uma da outra.

A série aterrissa no sob demanda três anos depois do último filme do francês, "Wasp Network: Rede de Espiões", que curiosamente ganhou distribuição da Netflix em diversos países, incluindo o Brasil. O longa teve coprodução brasileira, na figura do carioca Rodrigo Teixeira, de quem Assayas é amigo.

Em suas conversas, o cineasta tem se informado sobre o estado atual da cultura no Brasil. Diante de um governo de direita como o de Bolsonaro, um autoproclamado "esquerdista antitotalitário" como ele não esconde o incômodo com as notícias que recebe.

"Eu estou sabendo o quão difícil está sendo", diz ele, sobre filtros na Ancine e paralisações de editais. "Acima de todos os problemas universais, o cinema, no caso de vocês, ainda entra em rota de colisão com um regime horrível, desprezível. Na França, ainda bem, não temos esse problema. Mas para vocês é mais um desafio em meio a tantos outros que o cinema já enfrenta."

Irma Vep

EUA, 2022. Criação: Olivier Assayas. Com: Alicia Vikander, Vincent Lacoste e Vincent Macaigne. Disponível na HBO Max

Fake news contra Bolsonaro

Entre as ideias promissoras estão o Kit Hétero e a Lei do Feto Armado

Manuela Cantuária

Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

As eleições estão aí e com elas, as fake news. As tias do WhatsApp darão um descanso para suas agulhas de crochê naquele que promete ser um longo e tenebroso inverno para os bujões de gás, que ficarão sem suas roupinhas.

A oposição a Bolsonaro aprendeu uma dura lição em 2018. Perdemos tempo demais defendendo o terrabolismo e fazendo piada com mamadeira de piroca. Confiamos demais em uma suposta superioridade intelectual em relação aos eleitores de Jair Messias, sem levar em consideração que, entre nós, também havia quem acreditasse na virada do Ciro.

Estudos científicos comprovam que uma montagem no Paint Brush pode ser mais convincente do que um estudo científico. É por isso que um grupo de militantes decidiu sacrificar tudo o que aprendeu em sua formação em ciências humanas e planeja um contra-ataque à altura para salvar o país de mais quatro anos de trevas.

Engana-se quem pensa que é um trabalho fácil. Um brainstorm de fake news contra Bolsonaro exige a criatividade de pelo menos três Gabriel García Márquez sob efeito de ritalina. Se em 2018 circulasse o boato de que Mario Frias seria nomeado secretário de Cultura, ou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, teria dito que o dólar alto era bom porque empregadas domésticas estavam indo para a Disney, ninguém acreditaria.

Entre as ideias mais promissoras até agora está a do Kit Hétero a ser distribuído nas escolas. Uma apostila que ensina crianças a se tornarem mestres cervejeiros, subornar autoridades em caso de atropelamento sob efeito de álcool e combater o "politicamente correto" decorando frases tuitadas por Danilo Gentili.

A nomeação do goleiro Bruno como ministro da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos já é considerada a menina dos olhos por seu potencial de repercussão nas redes. Assim como o projeto da Lei Armamentista Anti-Aborto, apelidada de Lei do Feto Armado, que permite ao SUS introduzir uma minipistola automática no útero de gestantes, garantindo ao feto o direito de se defender de eventual tentativa de aborto.

O risco de o tiro sair pela culatra é grande. No pior dos casos, os ficcionistas teriam um emprego garantido no segundo mandato de Bolsonaro, que certamente se perguntará como não teve essas ideias antes.

"Às armas!", bradaram os guerrilheiros de outrora. "Ao zap!", bradam os de 2022.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Gregorio Duvivier** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | sab. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Série mostra coincidências entre tempos bíblicos e hoje

Todas as Garotas em Mim

Record, 21h, 10 anos

Mirela é uma jovem influenciadora que leva uma vida bem diferente da que ostenta nas redes sociais. Ela mantém um relacionamento complicado com seus pais, além de ter de lidar com amizades tóxicas. Mas acaba encontrando as respostas para seus problemas num lugar inesperado, o Antigo Testamento e suas personagens femininas que viveram há mais de dois milênios. A série foi gravada em Florianópolis e Gramado, no Rio Grande do Sul.

Uma Mãe Perfeita

Netflix, 16 anos

Nesta minissérie em quatro episódios produzida para o canal aberto francês TF1, uma mulher resolve fazer sua própria investigação quando sua filha é acusada de assassinato. Só que as evidências que ela encontra apontam que a garota não é inocente.

Afetividade e os Desafios da Arte Contemporânea

Zoom, 10h, grátis

A pesquisadora e professora de semiótica Christine Greiner fala sobre como experiências artísticas afetam as relações de poder. Ingressos pelo Sympla, via Portal MUD (Museu da Dança).

Foxfinder – A Caça

#CulturaEmCasa, 20h30, 14 anos, grátis

Nesta peça da britânica Dawn King, que esteve há pouco tempo em cartaz em São Paulo, a visita de um inspetor do governo a uma fazenda serve como alegoria da ascensão do fascismo. Com Carolina Fabri, Eduardo Mossri, Carol Vidotti e Ernani Sanche. Até 11 de junho.

Pegos na Rede

ID, 22h, e Discovery+, 14 anos

Toda vez que usamos um cartão de crédito ou passamos por um pedágio, deixamos um rastro digital. Esta nova série documental mostra como a internet forneceu pistas e informações que levaram à solução de casos de assassinato no mundo real.

Provoca

Cultura, 22h, 10 anos

A psicóloga e colunista da **Folha** Vera Iaconelli conversa com Marcelo Tas sobre as relações familiares e afetivas e compara o Brasil a um paciente que está começando um processo de análise.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

					9			
	8					6		5
		5	8	1	7			
1			2					6
	6	7				5	4	
2					6			7
			5	9	2	7		
5		2					3	
			4					

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

4	2	1	6	5	9	8	7	3
7	8	9	3	2	4	6	1	5
6	3	5	8	1	7	9	2	4
1	4	8	2	7	5	3	9	6
9	6	7	1	8	3	5	4	2
2	5	3	9	4	6	1	8	7
3	1	4	5	9	2	7	6	8
5	9	2	7	6	8	4	3	1
8	7	6	4	3	1	2	5	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Colocar algo no lugar de onde foi tirado / Um dado da carta **2.** Sentir grande afeição por alguém / Pedacinho de doce aromatizado, feito para chupar, embalado em papel **3.** Ente / São quatro na impressão gráfica de policromias **4.** Freada, brecada **5.** Um nome de mulher / Uma saudação popular inglesa **6.** (Pop.) Cerveja / Abreviatura do nome do mês 2 **7.** Prefixo: negação / Antigo vaso de cerâmica para armazenar vinho, água etc. **8.** O cantor Máximo, de "Domingo Feliz", sucesso nos anos 1970 **9.** Espessamento triangular da conjuntiva, que se estende do ângulo interno do olho na direção da córnea **10.** Comunidade autônoma espanhola do norte do país, de famosos vinhos, com capital Logroño **11.** O elétrico é um carro de som do carnaval / No lugar em que **12.** 10 / Vínculos afetivos, morais **13.** Prazo sem consoantes / (Pop.) Malandro, esperto.

VERTICAIS

1. Limpar o jardim com certo instrumento / Abreviatura de limitada **2.** O piloto Fittipaldi, campeão mundial de F1 e Fórmula Indy / Corrida de cavalos **3.** Aguardente de cana / A profissão de Alanis Guillen **4.** Se repetem em corporal / Um antigo carro da Chevrolet **5.** Lagarto de pequeno porte / (Fontaine) O fabulista francês **6.** Enlace matrimonial / Plantação de uma leguminosa cultivada pelos frutos comestíveis, ricos em proteínas **7.** O lado oposto à coroa / Ato de descansar, de recuperar-se de uma atividade fatigante ou penosa **8.** Segue o cá e antecede o eme / Um que se distingue por feitos brilhantes / Uma sigla usada em transferência bancária de valores **9.** Uma voz da gramática / Muito gordo.

HORIZONTAIS: 1. Repor, CEP, **2.** Amar, Bala, **3.** Ser, Cores, **4.** Travada, **5.** Estela, Hi, **6.** Loira, Fev, **7.** An, Ânfora, **8.** Ângelo, **9.** Pterígio, **10.** La Rioja, **11.** Trio, Onde, **12.** Dez, Laços, **13.** Ao, Malaco.
VERTICAIS: 1. Rastelar, Ltda, **2.** Emerson, Páreo, **3.** Parati, Atriz, **4.** Or, Veraneio, **5.** Calangro, La, **6.** Boda, Feijoal, **7.** Cara, Folgança, **8.** Ele, Herói, Doc, **9.** Passiva, Obeso.

Angelo Abu

Ilusões perdidas

Para Balzac, a desilusão é a primeira condição para qualquer criador

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

De vez em quando, sei lá por que, jovens autores pedem-me conselhos para as respectivas carreiras. Nunca sei o que lhes dizer. Sou um mau exemplo — nunca pensei numa "carreira", para começar—, e, além disso, deve haver literatura mais sábia para ser consultada. Ou, pelo menos, autores mais sábios, vivos ou mortos.

Seja como for, quando sou pressionado, aconselho sempre Balzac. E, entre as obras de Balzac, "Ilusões Perdidas".

Há quem ache um romance deprimente, sobretudo para um jovem escritor em busca dessa "carreira".

Sempre discordei. Antes de escrever uma única linha e de procurar o aplauso do mundo, da crítica e dos leitores (raramente coincidem), o candidato a escritor deve começar por aqui.

Se a preguiça for muita (o livro é monumental), há um filme que serve de aperitivo e que estreia nesta semana nas salas do Brasil: a magistral adaptação que Xavier Giannoli fez da obra-prima do escritor francês.

"Ilusões Perdidas" é um festim para os olhos na reconstituição da sociedade parisiense na época da Restauração dos Bourbon; mas é também um consolo para os ouvidos porque Giannoli respeitou solenemente o texto original. E que texto!

A história conta-se em breves linhas: Lucien Chardon (Benjamin Voisin) é um jovem poeta de Angoulême que trabalha como tipógrafo enquanto o mundo, a crítica e os leitores não descobrem o seu talento.

Mas uma paixão fulminante por madame de Bargeton (a maravilhosa Cécile de France), sua patrona na província, levará o rapaz a fugir com ela para Paris. Lucien, na sua inocência, acredita que será recebido de braços abertos pela sociedade cortesã. Afinal, madame de Bargeton tem sangue azul, e ele, claro, é um poeta.

Triste engano. Um provinciano é um provinciano —existem códigos não escritos que ele não domina e que ditarão o seu afastamento de madame Bargeton e da elite aristocrática do tempo.

Perdido e ressentido, Lucien desce à Terra e o seu talento, tão lírico e promissor, será exercido no "bas-fond" do jornalismo de massas, corrupto e moralmente diabólico.

Num dos melhores diálogos de "Ilusões Perdidas", o editor de Lucien explica-lhe que a verdade é um detalhe quando é sempre possível interpretá-la segundo a lente mais conveniente. "Dois críticos estão num barco quando veem Jesus a caminhar sobre as águas", explica-lhe o profissional. "Um deles diz para o outro: vejam só, esse cara nem sabe nadar."

Riem ambos, e o editor conclui: "Se o livro é inteligente, diz-se que é indulgente. Se tem um estilo clássico, é conservador. Se for engraçado, é superficial. Se for inteligente, é pretensioso. Se for inspirado, é indecente".

Lucien está esclarecido. E também arrisca: "E se o enredo for bem construído, é previsível".

Bravo! É uma admirável escola de maledicência, que pode ser facilmente revertida pelo preço justo.

Nesse caso, o livro é admirável, espirituoso, brilhante etc. No grande mercado da vaidade humana, tudo se vende, tudo se compra. Até os aplausos no teatro —ou, inversamente, a fruta podre que é jogada sobre as atrizes.

Só que Lucien é honesto e ambicioso, uma combinação fatal. Da mesma forma que se deixou guiar pelo lucro da máfé, ele tentará redimir-se com a promessa do prestígio social. Mas será possível?

No fundo, será possível encontrar um porto seguro quando se perdeu o mapa inicial —que era, convém lembrar, o amor pela beleza e pela literatura?

Há quem pense que perder as ilusões é uma privação terrível. Mas não creio que essa seja a mensagem essencial de Balzac. Para ele, perder as ilusões é a condição primeira para qualquer alma criativa, se entendermos por ilusão essa dependência extrema da opinião de terceiros.

Essas ilusões consomem tudo —as melhores intenções, as melhores energias, a essencial liberdade interior. E para que? Como Balzac ensina, e Giannoli filma, os aplausos do mundo dependem muitas vezes de transações imundas em que os favores se pagam, mais tarde ou mais cedo.

Conselhos?

Não dou. Mas, se me atrevesse a tanto, diria que perder as ilusões e simplesmente escrever, ou pintar, ou compor seria um bom princípio. Nenhum esforço será inútil quando, pelo menos, é no próprio ato de criar que está a recompensa.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Marcelo Coelho** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Marilyn Manson e Evan Rachel Wood estrelam disputa judicial

Amigo do ator Johnny Depp, cantor de histórico violento entrou com ação contra ex que expôs relação em filme

Teté Ribeiro

SÃO PAULO Nas considerações finais do advogado de Amber Heard, no julgamento em que saiu perdedora, com uma dívida de US$ 8,35 milhões a ser paga para seu ex-marido, Johnny Depp, que a processou por difamação, Benjamin Rottenborn descreveu para o júri o dilema por que passam muitas vítimas de violência doméstica.

"Se você não fez fotos, não aconteceu; se fez, elas são falsas. Se não contou para os amigos, está mentindo; se contou, eles fazem parte do conluio."

A atriz Evan Rachel Wood, de 34 anos, conhece bem isso. Ela tinha 22 quando decidiu terminar um namoro de quatro anos, que incluiu um breve noivado, com o cantor de heavy metal Marilyn Manson.

Ele deu uma entrevista para a revista Spin depois do rompimento em que confirmou que a música "I Want to Kill You Like They Do in the Movies", ou quero matar você como fazem nos filmes, era sobre as fantasias que tinha "todos os dias de esmagar a cabeça dela com uma marreta".

Foi só em 2016, seis anos depois do fim do namoro, após de ter virado ativista pelo direito das vítimas de violência doméstica, que Rachel Wood declarou que havia sido assediada sexualmente. Mas não revelou quem era o abusador. Isso só aconteceu em fevereiro do ano passado, quando afirmou que havia sido manipulada, drogada e torturada repetidas vezes por Marilyn Manson, cujo nome real é Brian Warner.

Entre uma coisa e outra, Rachel Wood se casou com o ator britânico Jamie Bell, teve um filho, se mudou para um chalé nas montanhas e se descobriu bissexual.

Neste ano, lançou um documentário, "Renascendo das Cinzas", que a HBO Max botou no ar há mais de um mês sem nenhuma promoção, porque o título não era uma prioridade do canal.

Nele, ela revê toda a história de sua vida, dos anos que viveu com Marilyn Manson, de como o namoro começou com uma amizade entre os dois e se transformou em uma relação doentia, até os dias de hoje, em que ainda não tem coragem de revelar onde mora, mas nos quais luta para "consertar essa sociedade, que instintivamente culpa as mulheres".

O caso de Rachel Wood e Marilyn Manson é diferente do de Amber Heard e Johnny Depp. Marilyn Manson tem um histórico gigante de abusos. Numa das cenas do documentário, Rachel Wood reúne outras seis vítimas do cantor, que contam histórias semelhantes à dela, de humilhação, tortura, estupro, alienação dos amigos e da família.

Evan Rachel Wood e Marilyn Manson durante evento em Nova York Scott Wintrow - 13.set.07/AFP

Johnny Depp passou a vida adulta quase inteira namorando mulheres famosas que nunca o acusaram de nenhuma violência. Foi casado durante 14 anos com a atriz e cantora francesa Vanessa Paradis, e todo mundo viu no julgamento o testemunho da top model Kate Moss, que viveu com ele durante quatro anos e negou que ele tenha tido qualquer atitude agressiva com ela.

Mas as partes que coincidem são suficientes para incomodar. Os dois homens são amigos há muitos anos. Marilyn Manson é padrinho do filho mais novo de Depp e Paradis, Jack Depp. Ele estava na primeira lista de possíveis testemunhas chamadas pelos advogados de Amber Heard, que descobriram, no celular de Depp, várias mensagens em que os dois combinavam transações de drogas.

Em março, assim que o documentário foi lançado, Marilyn Manson entrou com uma ação civil no Tribunal Superior de Los Angeles contra Evan Rachel Wood, alegando que as acusações da ex-namorada são uma grande mentira e que por causa delas já perdeu contratos com gravadoras e trabalhos na televisão e no cinema.

Marilyn Manson, como Johnny Depp, solicitou um julgamento com júri. Ainda não está decidido se o processo vai ser levado adiante.

comida

Em BH, o maior lance é comer nos mercados

Mercados Central e Novo, na capital mineira, se complementam dia e noite com bares que atraem público variado

Marcos Nogueira

BELO HORIZONTE Mercados são programas obrigatórios do turista interessado em investigar a cultura de um destino. Visitá-los é a forma mais fácil de absorver um pouco da alma de uma cidade.

Belo Horizonte vai além: lá, os mercados são a atração principal. Nenhuma visita é digna de nota sem a passagem pelo Mercado Central. O vizinho Mercado Novo se tornou recentemente o programa noturno mais interessante da capital mineira, com bares e restaurantes.

Os dois mercados têm histórias entrelaçadas desde a gênese. Mais do que concorrentes, são complementares. Quando um adormece, o outro acorda. Comecemos pela manhã, portanto, no Central.

Como paulistano praticante, sou incapaz de avaliar o mercadão mineiro sem compará-lo ao Mercado Municipal da várzea do Tamanduateí.

A começar pelo prédio: o mercado belo-horizontino não é imponente como o primo de São Paulo. É condensado em espaços exíguos, algo claustrofóbicos. As lojas se distribuem num quadrado com corredores concêntricos, o que leva à desorientação.

Mas ninguém se aproveita da confusão para aplicar no turista o golpe da fruta. Percebem-se, aqui e ali, sinais inequívocos de arapuca turística, sem, entretanto, atingir cúmulos como o sanduíche de mortadela triplex.

A armadilha é fácil de se detectar: está aonde as multidões vão. No caso do Mercado Central, o bar que serve iscas de fígado do jiló, lotado de gente bebendo cerveja às 11h da manhã de uma quinta.

Tampouco é difícil identificar a tradição que persiste. Ela está na natureza das lojas —tabacarias, quiosque de limonada, artigos para montaria, velas e incensos, pimentas e temperos em geral— e também em seus nomes.

Quinze dos comércios do Mercado Central se arrogam algum tipo de nobreza monárquica: Rei dos Berrantes, Rei do Torresmo, Rainha da Linguiça, Império das Batatas. Outros, mui mineiramente, apostam em nomes que remetem à humildade matuta. A Comercial Sabiá, por exemplo.

Foi lá que, por indicação de um amigo, parei para lanchar um pão de queijo recheado com pernil e, sim!, mais queijo, pois Minas Gerais (R$ 16), tudo aquecido na chapa.

A tradição se nota na obsessão pelo queijo, pela cachaça, pela carne de porco, no suco bem doce da Tradicional Limonada (R$ 2,50, 200 ml), nas espetaculares e vulcanicamente quentes empadas (R$ 5,50) do Ponto da Empada —a mais famosa é a de jiló, me indicaram a de queijo, e eu não me arrependi ao pedir a de frango com azeitona, úmida e saborosa com toda coxinha deveria ser.

O nariz fareja tradição ainda quando você dobra uma esquina e se depara com animais vivos, alguns para matar e comer, outros para deixar viver: são gaiolas com galinhas, patos, gansos, pavões, cabritos e até cachorros.

A permanência dessas lojas é um embate que se arrasta por décadas, entre o mercado e as autoridades sanitárias.

Foi tal embate, por sinal, que deu origem ao Mercado Novo, a meio quilômetro dali.

No início da década de 1960, o Mercado Central era uma feira livre fixa, de alvenaria. "O prefeito Jorge Carone [1963-65] queria despejar os comerciantes por questões sanitárias", diz o historiador Alessandro Borsagli, da PUC-MG.

O Mercado Novo foi construído como complemento, quiçá substituto, do outro mercado, num arroubo modernizador da prefeitura. "Acabaram com o serviço de bondes e ergueram o edifício onde ficava a oficina desses bondes", conta Borsagli.

O plano deu ruim. Lojistas do Mercado Central se uniram, compraram o terreno e se apressaram em sanar as pendengas. O mercado velho torou, e o novo flopou.

O Mercado Novo, um prédio modernista de quatro andares, esteve subocupado e latente até o final da década passada. O subsolo abrigava —ainda abriga— uma feira de hortifrutis na madrugada.

O designer Rafael Quick deu início à "colonização" do Mercado Novo em 2018. Ele e os sócios abriram uma cervejaria e um restaurante —a Cozinha Tupis— e arrastaram consigo toda a vida noturna de Belo Horizonte.

Quick paramentou seus comércios com os serviços já existentes no Mercado Novo, e doutrinou os lojistas recém-chegados a fazer o mesmo. "Foi um trabalho de convencimento e conscientização. Passei oito meses dando palestras aos sábados", diz.

Isso resultou numa relativa uniformidade estética dos pontos do segundo andar —o térreo segue com a feira, e o primeiro nível, com as velhas oficinas. Também foi respeitado, temporariamente, o acordo de que as lojas não competiram pelo mesmo cliente.

Assim, quem vendia comida não vendia bebida. Você pega uma comida na Tupis (por exemplo, um acepipe de azeitona, batatinha e ovo de codorna, R$ 42) e vai até a Lamparina beber alguns dos drinques mais gostosos já feitos com cachaça (bombeirinho, feito com infusão de hibisco e outras coisas, R$ 18).

O segundo andar também tem restaurantes temáticos de fogão a lenha, de salgados na estufa (uma obsessão mineira), de "pão moiado" (sanduíche com muito molho), de frutos do mar à moda capixaba e até uma "pãodequeijaria".

No terceiro piso, de ocupação mais recente, bares de coquetelaria e american barbecue, o clima é definitivamente mais burguês. No fim, todos os públicos se misturam.

Hordas de gente jovem e com grana, chamem-nas de hipsters ou alternativas, enchem o mercado todas as noites. Quando dá meia-noite e os bares fecham, existe a possibilidade de você conhecer o dono da bodega e continuar bebendo madrugada adentro —essa era a minha situação.

Aí os corredores são tomados por gatos esqueléticos que surgem sabe-se lá de onde. A vigília, então, pode prosseguir na feira do subsolo até a abertura do Mercado Central. É o conceito mineiro de mercado 24 horas.

Mercado Central de Belo Horizonte
Av. Augusto de Lima, 744, Centro (mercadocentral.com.br)

Mercado Novo
R. Rio Grande do Sul, 499, Centro (@mercadonovobh)

O jornalista viajou a convite da Vale

Interior da Cozinha Tupis, do designer Rafael Quick, que deu início à 'colonização' do Mercado Novo em 2018; lá, um acepipe de azeitona, batatinha e ovo de codorna sai por R$ 42 Bernardo Silva

NAÇÃO CHURRASQUEIRA

Larissa Morales
folha.com/blogs/nacao-churrasqueira

Arroz de polvo com linguiça sem pressão rende caldo extra

Aproveitando o tempo frio que vem dando as caras, trago uma receita de arroz de polvo com linguiça que aquece até os paladares mais exigentes.

Os ingredientes principais são o polvo e o arroz, claro. Mas vale dizer que a escolha do arroz é muito importante —queremos um arroz com personalidade e textura, como o arroz bomba. Ele é considerado o rei dos arrozes pela sua capacidade de absorver sabores e aromas.

No caso do polvo, existem algumas dicas de preparo. Gosto de cozinhar o polvo em um caldo aromático de legumes sem pressão.

Já fiz algumas vezes na panela de pressão e aconteceu de passar demais do ponto, e os tentáculos se desfazerem. Na panela é mais fácil para conferir a textura sempre que precisar, espetando um garfo na carne do polvo.

E o caldo que sobrar deste cozimento pode ser usado para diversas preparações, como paellas, sopas ou angu.

Agora, é só anotar os ingredientes e convidar os mais íntimos para essa explosão de sabores. A receita rende até três porções.

Bom apetite!

Arroz de polvo com linguiça

Ingredientes

Para o polvo:
- 1 polvo inteiro limpo 1,5kg.
- 3 colheres de sopa de azeite.
- 1 cebola picada.
- 1 cenoura em rodelas.
- Talos de salsão.
- 1 pedaço de gengibre.
- Folhas de louro.
- 1 dente de cravo.
- 1 colher de sopa de sal.
- Água quente até cobrir.
- Tomilho.
- 3 dentes de alho picados.

Para o arroz:
- 3 colheres de sopa de azeite.
- 2 gomos de linguiça.
- ½ xícara de polvo picado (usar a carne da cabeça também).
- ½ cebola picada.
- 2 dentes de alho picados.
- 1 colher de sopa de talo de coentro.
- 1 colher de sopa de tomilho.
- 1 pitada de pimenta caiena.
- ½ colher sopa de páprica doce.
- ¼ xícara de pimentão picado sem semente.
- 1 tomate sem casca e sem semente picado.
- 60 ml de vinho branco seco.
- 200 g de arroz bomba.
- 300 ml de caldo de polvo.
- 10 pistilos de açafrão.
- Sal a gosto.

Preparo
- Refogue a cebola, a cenoura, o gengibre, o salsão, adicione as folhas de louro e o sal. Coloque água até 4 dedos abaixo da borda e deixe o polvo cozinhar submerso por 40 minutos em fogo baixo. Retire o polvo e reserve o caldo.
- Corte os tentáculos e tempere com azeite, alho, tomilho e leve para grelhar por 7 minutos cada lado. Separe alguns tentáculos para finalizar e corte os outros em pedaços para o cozimento com o arroz.
- Asse a linguiça na brasa por 4 minutos cada lado, até dourar, e corte em cubos.
- Leve uma frigideira de ferro para churrasqueira e coloque o azeite, a páprica, açafrão, pimenta, alho e cebola e deixe fritar. Depois, coloque os talos do coentro, o tomate, pimentão, o polvo picado e tomilho.
- Adicione o arroz e mexa bem, junte o vinho branco, cubra com o caldo de polvo e ajuste o sal. Cozinhe até que o arroz esteja al dente, coloque os tentáculos grelhados por cima, tomates cereja, cebolinha e coentro para finalizar.

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

TERÇA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2022